



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ- UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

DANIELA BRUN POLO

**DESVENDANDO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: AS DIFERENÇAS ENTRE O
AUXÍLIO ESTUDANTIL E OS SERVIÇOS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**

TOLEDO-PR
2023

DANIELA BRUN POLO

**DESVENDANDO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: AS DIFERENÇAS ENTRE O
AUXÍLIO ESTUDANTIL E OS SERVIÇOS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado.

Linha de Pesquisa: Política Social, Fundamentos, Gestão e Análise.

Orientadora: Profa. Dra. Zelimar Soares Bidarra.

TOLEDO-PR
2023

DANIELA BRUN POLO

**DESVENDANDO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: AS DIFERENÇAS ENTRE O
AUXÍLIO ESTUDANTIL E OS SERVIÇOS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Zelimar Soares Bidarra
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Profa. Dra. Eugênia Aparecida Cesconeto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Dra. Ivana Aparecida Weissbach Moreira
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Toledo, 05 de outubro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me guiado neste caminho de pedregulhos e cheio de obstáculos que foram esses anos de mestrado, seja na vida de estudante, seja na pessoal e na profissional.

Ao Igor, companheiro da minha vida, que teve toda a paciência, atenção e cuidado quando das aulas, dos dias na frente do computador, do apoio na hora do cansaço, do incentivo nos momentos de ansiedade e vontade de desistir, do carinho, do amor e de todas as coisas que passamos juntos, as felizes e as não tão felizes, mas que foram importantes para aprendermos e crescermos juntos.

Aos meus pais, Aldino e Eliete, que apesar de morar em outra cidade, sempre deram todo o apoio na minha carreira profissional e acadêmica.

À minha avó, *in memorian*, Maria, que sinto imensa saudade, mas que em vida sempre se emocionou, torceu e rezou pelas nossas conquistas, sei que está muito feliz lá de cima.

Ao meu avô, *in memorian*, Natal, que foi um exemplo de bondade e carinho e que juntamente com a minha avó sei que está olhando e cuidando de nós.

Às amigas da vida que a UTFPR me deu, Áquilla e Lumihá, que entendem todos os percalços do mestrado, e que sempre estiveram ali, ouvindo minhas insatisfações e dando todo o suporte nesses anos.

À minha companheira de trabalho e que sinto muitas saudades, Aline Marchesan que sempre me incentivou e ajudou desde que entrei na UTFPR-DV, no profissional, no pessoal e na vida acadêmica.

À Ivana, que me incentivou e apoiou muito nos momentos de desespero. Obrigada pelas palavras, pelo suporte emocional, por não me deixar desistir e por ser essa pessoa maravilhosa que você é, e uma profissional excelente.

À Juliana Palavezzini, assistente social da UTFPR-DV que me auxiliou muito nos caminhos do mestrado, inclusive esse tema foi através de uma leitura que ela me indicou.

À minha companheira de trabalho em Santa Helena, Luara Viana que compreendeu os momentos que precisei e sempre ouviu todas as minhas reclamações.

A todos os discentes da turma de mestrado da UNIOESTE de 2021, Ana Laura, Leonardo, Marley, Pedro, Priscila, Roberta e Uilson, passamos por tantas coisas, perdas familiares, doenças, medos, ansiedade, revolta, e que mesmo não nos conhecendo pessoalmente todos ainda, sempre estamos nos ajudando, uns puxando, empurrando, caindo e

levantando juntos. São pessoas que vou levar para a vida (e o grupo não acaba com as defesas ein, quero todo mundo reclamando do doutorado).

Aos membros da banca de Qualificação e Defesa, Kleber, Ivana e Eugênia que com seus conhecimentos, apontamentos, sugestões, críticas e elogios, ajudaram a construir este trabalho.

À minha professora orientadora, Zelimar, que aceitou esse desafio de me orientar e me guiou no caminho da realização do mestrado. Obrigada pela compreensão e pelos ensinamentos acadêmicos.

À UTFPR, que me proporcionou por um período ter redução de carga-horária para cursar o mestrado. Sendo um incentivo importante para a qualificação profissional de seus servidores.

À UNIOESTE que proporcionou a realização do mestrado, público, gratuito e de qualidade, com professores excelentes, debates críticos fundamentais para a formação e aperfeiçoamento profissional e acadêmico de todos os que dela utilizam.

À todos que de alguma forma participaram desta minha caminhada, familiares e amigos. Não foi fácil, não foi simples, mas conseguimos.

POLO, Daniela Brun. **Desvendando a Assistência Estudantil**: As diferenças entre o auxílio estudantil e os serviços de permanência estudantil. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-Paraná, 2023.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o Programa de Auxílio Estudantil nas universidades federais, o qual buscou-se compreender e avaliar a organização, implementação e estruturação deste programa nas universidades federais localizadas na região sul do Brasil, através das informações publicizadas nos *sites* oficiais dessas universidades federais, evidenciando a operacionalização da assistência estudantil, que tratam das respostas elaboradas para o atendimento às vulnerabilidades evidenciadas por acadêmicos. Para essa finalidade, a presente pesquisa adota a modalidade de estudo bibliográfico e documental, a partir do qual se pretende refletir sobre algumas das contradições presentes na implementação da política pública de educação no nível do ensino superior, principalmente no que tange à assistência estudantil. A metodologia proposta para o desenvolvimento da pesquisa tem caráter qualitativo possuindo como aporte teórico o método materialista histórico dialético, sendo uma pesquisa exploratória e explicativa. A abordagem do tema buscará contextualizar criticamente a política social, com ênfase no ensino superior, após a segunda reforma universitária ocorrida no contexto neoliberal, para a realização de tal objetivo, o ensino superior será “dividido” entre os governos existentes após os anos 2000. A ênfase da política social educacional no ensino superior, recai sobre o programa de assistência estudantil, que articula dimensões da política pública de educação superior, que expressa uma de suas contradições ao se referir tanto às lutas do movimento estudantil, quanto como parte estratégica da expansão capitalista. O material fonte da pesquisa será obtido por meio levantamento de dados nos *sites* das universidades federais da região Sul do país, dentro dos quais buscar-se-á identificar as ações, programas e projetos de assistência estudantil que essas universidades desenvolvem, tanto no que se refere a “bolsificação” quanto outros serviços oferecidos pelas universidades.

Palavras-chave: Educação; Ensino Superior; Assistência Estudantil

POLO, Daniela Brun. **Unraveling Student Assistance:** The differences between student aid and student residence services. 2023. Dissertation (Master's in Social Work) - Center for Applied Social Sciences. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-Paraná, 2023.

ABSTRACT

This research has as object of study the Student Aid Program in federal universities, which sought to understand and evaluate the organization, implementation and structuring of this program in federal universities located in the southern region of Brazil, through the information published on the official websites of these federal universities, evidencing the operationalization of student assistance, which deal with responses designed to address the vulnerabilities highlighted by academics. For this purpose, the present research adopts the modality of bibliographical and documentary study, from which it is intended to reflect on some of the contradictions present in the implementation of the public education policy at the higher education level, mainly with regard to student assistance. The methodology proposed for the development of the research has a qualitative character, having as theoretical support the dialectical historical materialist method, being an exploratory and explanatory research. The approach to the theme will seek to critically contextualize social policy, with emphasis on higher education, after the second university reform that took place in the neoliberal context, in order to achieve this objective, higher education will be “divided” between the existing governments after the 2000s. The emphasis of the educational social policy in higher education falls on the student assistance program, which articulates dimensions of public policy on higher education, which expresses one of its contradictions by referring both to the struggles of the student movement and as a strategic part of the capitalist expansion. The source material for the research will be obtained through data collection on the websites of federal universities in the southern region of the country, within which we will seek to identify the actions, programs and student assistance projects that these universities develop, both in terms of refers to “bolsification” as well as other services offered by universities. The effectiveness of the research will be based on documental and bibliographical analysis.

Keywords: Education; University education; Student Assistance

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Universidades criadas nos governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso -----	52
Quadro 02	Universidades criadas no governo Lula -----	68
Quadro 03	Localização das universidades criadas no governo Lula -----	70
Quadro 04	Universidades criadas no governo Dilma -----	74
Quadro 05	Universidades criadas no governo Temer -----	78
Quadro 06	Universidades pesquisadas da região sul do Brasil -----	104
Quadro 07	Política e programas sociais e pesquisa avaliativa -----	111
Quadro 08	Universidades e suas unidades (<i>campus</i>) -----	113
Quadro 09	Pró-reitorias/órgãos da assistência estudantil nas universidades da região sul -----	116
Quadro 10	Ano de criação das universidades federais da região sul -----	119
Quadro 11	Política de Assuntos/Assistência Estudantil -----	122
Quadro 12	Resumo da conceituação/definição adotada pelas Pró-reitorias das universidades federais da região sul -----	125
Quadro 13	Palavras-chave de conceituação/definição das pró-reitorias -----	128
Quadro 14	Os setores/departamentos que compõem as Pró-reitorias das universidades federais da região sul -----	131
Quadro 15	Profissionais que atuam nas Pró-Reitorias que foi possível identificar nos <i>sites</i> oficiais das universidades federais da região sul -----	134

Quadro 16	Resumo dos serviços identificados nas Pró-Reitorias das universidades federais da região sul -----	136
Quadro 17	Montante destinado a cada universidade no ano de 2022 -----	141

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BCB	Banco Central do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CGU	Controladoria Geral da União
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
DEPED	Departamento de Educação
DOU	Diário Oficial da União
DRU	Desvinculação de Receitas da União
EAD	Ensino à distância
EC	Emenda Constitucional
ENADE	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FGEDUC	Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GT	Grupo de Trabalho

GTI	Grupo de trabalho interministerial
INCLUIR	Programa de Acessibilidade na Educação Superior
IDD	Índice de Diferença entre Resultado Esperado e o Observado
IES	Instituições de ensino superior
IFES	Instituições federais de ensino superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MESA	Ministério Extraordinário para Segurança Alimentar e o combate à Fome no Brasil
NUAPE	Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil
ONG	Organização Não-Governamental
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PAR	Plano de Ações Articuladas
PBF	Programa Bolsa Família
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEC	Projeto Emenda Constitucional
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PFZ	Programa Fome Zero
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROBIB	Programa de Bibliotecas Universitárias
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROGRAD	Programa de Apoio à Graduação
PROIN	Programa de Integração Pró-graduação/graduação

PROINF	Programa de Informatização
PROLAB	Programa de Laboratórios
PROLICEN	Programa de Licenciatura
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PVNC	Pré-Vestibular para Negros e Carentes
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUS	Sistema Único de Saúde
TFE	Transtorno Funcional Específico
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNILA Universidade Federal da Integração Latino Americana

UNIPAMPA Universidade Federal do Pampa

UTFPR Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	POLÍTICA SOCIAL DA EDUCAÇÃO: A DIMENSÃO DO ENSINO SUPERIOR	22
1.1	CONTEXTUALIZANDO A POLÍTICA SOCIAL	22
1.1.1	A Política Social no contexto brasileiro	31
1.2	A POLÍTICA SOCIAL EDUCACIONAL: ENFOQUE NO ENSINO SUPERIOR	37
1.2.1	O ensino superior na esteira das políticas neoliberais	39
1.2.1.1	O ensino superior nos governos de Collor e Itamar	39
1.2.1.2	O ensino superior no governo de Fernando Henrique Cardoso	42
1.2.2	O ensino superior nos anos 2000: expansão e interiorização	54
1.2.2.1	O ensino superior no governo Lula	54
1.2.2.2	O ensino superior nos governos Dilma Rousseff e Michel Temer	73
1.2.2.3	O ensino superior no governo Bolsonaro	79
2	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL	83
2.1	O CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR	83
2.2	REFLEXÕES SOBRE A CONCEITUAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	90
2.3	A VULNERABILIDADE ACADÊMICA E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	97
3	CONSOLIDANDO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS	103
3.1	A ANÁLISE/AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS/PROGRAMAS SOCIAIS	106
3.2	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL	112
3.3	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A MONETIZAÇÃO E A NÃO MONETIZAÇÃO	139

CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
APÊNDICES	173

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de dissertação tem como objeto de estudo a assistência estudantil nas dimensões das ações monetizadas ("bolsificação") e ações não-monetizadas, para o atendimento às vulnerabilidades evidenciadas por acadêmicos das universidades federais da região sul do Brasil. Ressalta-se, antes de tecer as discussões sobre os aportes teóricos e analíticos, que o interesse pela temática resulta da minha inserção como assistente social e técnica administrativa em educação superior na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Dois Vizinhos.

A UTFPR é uma instituição de ensino superior centenária, tendo sua criação datada de 1909. Possui historicamente uma trajetória educacional e profissionalizante que elevou recentemente, no processo de ampliação da política de educação superior, à condição de universidade em 2005, com sua reitoria e sede em Curitiba e 13 (treze) câmpus situados em várias regiões do estado do Paraná, por meio da Lei Federal nº 11.184 (BRASIL, 2005).

Neste espaço sócio-ocupacional, o cotidiano de trabalho profissional do/a assistente social na assistência estudantil da UTFPR possui peculiaridades e indagações que remetem a uma constante reflexão na intervenção e nas formas que se apresentam na perspectiva da garantia da permanência estudantil.

A assistência estudantil, enquanto um Programa federal, instituído pelo Decreto nº 7234/2010, tem como público alvo os estudantes da rede federal de ensino e possui como executores trabalhadores e trabalhadoras de diversas áreas. As ações sobre permanência estudantil, instituídas pelo Estado, em especial o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), são consideradas recentes, tendo em vista que suas equipes começaram a ser compostas na última década, por quadros de trabalhadores/as multiprofissionais. Ressalta-se a existência de profissionais da assistência estudantil anteriormente à aprovação do Decreto nº 7234/2010, porém, não havia a obrigatoriedade federal em despender recursos humanos e orçamentários específicos para a permanência estudantil. Deste modo, as universidades que executavam a assistência ao/à estudante, muitas vezes, possuíam equipes reduzidas e com recursos financeiros advindos do orçamento geral da universidade. Com este novo cenário, as universidades expandiram a contratação de profissionais de diversas áreas, para atender a esta demanda universitária. Assim, no Decreto referido acima, a assistência estudantil se compõe

enquanto um Programa na Política de Educação o que demonstra relativa fragilidade e insegurança na continuidade dos serviços e recursos.

Outrossim, cabe apontar, que a escolha pelo referido Programa de Mestrado em Serviço Social da UNIOESTE - campus Toledo, se deu pelo fato de possuir um conhecimento prévio do curso, visto que realizei minha graduação nesta universidade. Além disso, verificou-se que existiam vários trabalhos sobre assistência estudantil e educação nas produções das dissertações deste Programa. Além do nível de excelência e esforço dos profissionais envolvidos, tornando o programa qualificado. Com a presente Dissertação, inserida na linha de pesquisa “Política Social – Fundamentos, Gestão e Análise”, espera-se contribuir não apenas para a produção de conhecimentos e habilidades na assistência estudantil federal. Pretende-se ainda qualificar as proposições, na implementação e execução de uma assistência estudantil que sirva de modelo e suporte para a presente universidade, que por compor outra esfera administrativa, não está contemplada no Decreto de instituição da assistência estudantil.

Neste sentido, ao discorrer sobre a presente temática, tornou-se necessário estabelecer uma análise sócio-histórica sobre as formas de ingresso nas instituições federais de ensino superior e que resultam numa maior implementação de ações e serviços institucionais de permanência estudantil.

Nos anos 1990 e 2000 o cenário brasileiro, foi de efetivação e implementação de leis e decretos que materializasse a Constituição Federal de 1988. Assim, é a partir dos anos 2000, em específico 2007, que se tem aprovado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), dando base para um processo que já estava em curso de ampliação e interiorização de universidades federais. Este momento foi denominado de segunda reforma universitária (a primeira ocorreu nos anos 1960, período da ditadura militar, com expansão, principalmente, de universidades privadas).

Assim, houve um aumento no oferecimento de vagas no ensino superior. Além disso, outro fato que contribuiu para este aumento, foram as diversificadas formas de acesso às universidades federais, tais como: Sisu, vestibular e provas seriadas. A permanência estudantil no ensino superior começa a ganhar destaque, visto que, para além do aumento do número de vagas nas universidades federais, foi preciso garantir formas de o/a estudante permanecer nas universidades. Haja vista que, muitas vezes, estes/as estudantes migram para longe da família, cujas matrículas estão em cursos integrais, o que impossibilita o exercício laborativo

remunerado, com a possibilidade de desistência de parcela destes/as estudantes de cursar uma graduação. Diante dessa realidade, e considerando diversos outros aspectos, a defesa da instalação e ampliação da assistência estudantil ganha forças nas arenas políticas.

Aqui não se desconhece as contradições que perpassam o processo histórico de construção da assistência estudantil, num país que se constrói a partir da conservação e ampliação das desigualdades sociais. Por esse motivo, essa pesquisa considera a assistência estudantil a partir de suas premissas contraditórias, por um lado como fruto das lutas, principalmente, do movimento estudantil, para garantir a permanência dos estudantes no ensino superior. E, por outro, como estratégia de expansão capitalista na área da educação. Dessa maneira, o programa da assistência estudantil, assim como as demais políticas sociais na sociedade capitalista, se apresenta como seletiva, focalizada e compensatória, com poucos recursos financeiros e humanos. O que compromete e limita os resultados a serem alcançados com relação à permanência e a inclusão social dos segmentos sociais mais desfavorecidos economicamente. Diante disso, se põe a relevância do tema a ser tratado nesta Dissertação.

Para tanto, a pesquisa estabelece como objetivo geral analisar as formas pelas quais estão sendo implementadas as ações da assistência estudantil, nas dimensões das ações monetizadas ("bolsificação") e ações não-monetizadas, para o atendimento às vulnerabilidades evidenciadas por acadêmicos das universidades federais da região sul do Brasil. De forma a responder o objetivo, foram estabelecidos objetivos secundários, os quais seguem: contextualização histórica da educação superior, sua expansão no público, através da expansão neoliberal ocorrida no Brasil a partir dos anos 1990; o histórico da assistência estudantil na educação superior; problematização dos conceitos, bem como as ênfases e alcances das ações que se põem no bojo da assistência estudantil e do auxílio estudantil, na perspectiva de atendimento às vulnerabilidades acadêmicas; levantamento e mapeamento das ações e dos projetos da assistência estudantil nos *sites* oficiais das universidades federais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e avaliação das formas pelas quais acontece a operacionalização da assistência estudantil em seu viés monetizado e não-monetizado.

O Relatório Executivo da V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior/IFES (ANDIFES e FONAPRACE, 2019) dispunha de um levantamento realizado desde o ano de 1996, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) em que consta descrito o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das instituições federais de ensino

superior. A partir de então, essas informações têm sido utilizadas para o aprimoramento da política de assistência estudantil. Segundo Andifes e Fonaprace (2019) houve um crescimento do número de estudantes nas instituições federais de ensino superior que se constitui como público-alvo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), isto é: estudantes de cursos presenciais que possuem renda *per capita* de até um salário mínimo e meio. Gomes e Soria (2021) destacam que os jovens advindos de escolas públicas correspondem a mais da metade dos estudantes das instituições federais de ensino superior. Ainda que por percursos muito adversos, com base nesses dados se identifica que o ensino superior brasileiro tem estado mais aberto a receber os/as jovens das camadas mais pobres, principalmente quando oriundos da escola pública e participantes de medidas de correção de desigualdades (política de cotas).

Partindo dessas evidências, se reitera a relevância de estudar o presente tema, visto que o Programa da Assistência Estudantil contribui com a permanência no ensino superior, visando a redução da desigualdade e promovendo a inclusão social através da educação. Porém, apesar dos aspectos positivos da assistência estudantil, quando operacionalizada no contexto do capitalismo financeirizado, este Programa sofre as consequências do sucateamento dos direitos sociais, ao mesmo tempo em que se põe em sintonia com a lógica de mercado de servir à expansão da formação de mão-de-obra qualificada.

A pesquisa ganha sentido e significado à medida em que participa do processo de construção do conhecimento sobre a temática, através do desvelamento dos serviços ofertados na assistência estudantil pelas universidades federais, localizadas no sul do país visando analisar e compreender o quanto a implementação do Programa de Assistência Estudantil conseguiu construir avanços em termos de um serviço multiprofissional e/ou interdisciplinar que objetiva ações mais abrangentes, do que o acesso à bolsas, no que diz respeito ao cuidado de necessidades evidenciadas e o estímulo ao desenvolvimento intelectual do estudante.

A assistência estudantil, foi instituída pelo Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), e para as finalidades desta pesquisa, consideramos o que foi estabelecido pelo citado Decreto, ou seja a assistência estudantil enquanto um programa da política de educação, mas que requer articulação e interfaces com programas e projetos de outras políticas setoriais.

Desse modo, a assistência estudantil pode ser considerada como um conjunto de atividades organizadas e que possui orçamento específico (previsto no Decreto, mas não

estipulado o montante), todavia não é um cronograma, ou seja, não possui início, meio e fim. A assistência estudantil acontece de forma contínua, aproximando-se da lógica de uma política, que segundo Rua (2014, p. 15), é um “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. É importante ressaltar que a citada autora não adentra em explicações acerca da afirmação do que se configura como “resolução pacífica” visto que, muitas vezes, é necessária a não pacificidade para que algumas demandas da sociedade sejam apresentadas e representada nas arenas que definem as políticas sociais, as quais se dinamizam, nem sempre em espaços físicos, mas sim, em “processos de conflito e de consenso relativos às diversas políticas públicas” (RUA, 2014, p. 73). Dessa forma, no corpo organizativo de cada política social estão localizadas as propostas de intervenção que vão adquirir formas na realidade concreta, com tratamentos formais para a definição de objetivos, metas e recursos (MDS, 2015b).

Dados estes aspectos importantes é necessário esclarecer que nos termos legais a assistência estudantil é orquestrada como um programa; todavia, no cotidiano de sua implementação, os trabalhadores/as da área costumam a ela se referir como “política de assistência estudantil”. Para este trabalho acadêmico, será considerado o seu objeto de estudo a partir das referências legais que o sustentam.

O que cabe neste momento destacar, para o entendimento da pesquisa, são apontamentos sobre a quantidade de discentes atendidos pelo auxílio estudantil (bolsas). De modo geral, esta é uma informação complexa, visto que é preciso realizar uma análise do que se entende por assistência e auxílio estudantil, tal perspectiva será tratada no presente trabalho. Contudo, o que foi possível encontrar nos *sites* pesquisados, considerando sua complexa acessibilidade para acesso das informações, o público-alvo atendido pelo auxílio estudantil (bolsas) é de aproximadamente 25.000 (vinte e cinco mil), de um universo total de aproximadamente 230.000 (duzentos e trinta mil) estudantes no ensino superior, considerando todas as universidades federais do sul do Brasil. Ou seja, em torno de 10% dos estudantes do ensino superior destas universidades, recebem o auxílio estudantil. Entretanto, podemos afirmar que o público atendido pela assistência estudantil, é muito maior, visto que as demais ações e serviços deste programa, atendem a comunidade acadêmica de modo geral, e não apenas os/as discentes que possuem uma renda per capita de um salário mínimo e meio.

Este trabalho está dividido em três momentos específicos. No primeiro momento, parte da contextualização da política social, com ênfase na educação e no ensino superior. Apresentou-se a política educacional na esteira das políticas neoliberais, se demarcando os governos dos presidentes Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer e Jair Bolsonaro. O segundo momento, foi direcionado para a assistência estudantil, seu contexto histórico, reflexões sobre a sua conceituação e a vulnerabilidade a que ela se refere. No terceiro e último momento se realizou a avaliação e reflexão sobre a assistência estudantil nas universidades federais localizadas no sul do Brasil, perpassando as bolsas e as ações e serviços que não envolvem o montante financeiro.

Como proposta do trabalho metodológico da pesquisa, se utilizou da pesquisa qualitativa por se tratar de uma pesquisa no campo social e de caráter bibliográfico. Conta, ainda, com pressupostos da teoria social crítica e revela as contradições existentes no campo da educação superior, especificamente, na assistência estudantil nas universidades federais da região sul do Brasil. Como material empírico, a pesquisa contou com a definição das instituições federais de ensino superior a serem pesquisadas, bem como as categorias que poderiam ser estabelecidas para uma posterior análise e que permitisse dar uma dimensão de como as ações e serviços de bolsificação ou não bolsificação estão sendo pensadas e operacionalizadas, diante das especificidades e regionalidades que permitem promover à assistência estudantil seu significado para a permanência estudantil. No primeiro momento, se buscou obter informações em livros, teses, dissertações, artigos e materiais oficiais disponíveis, principalmente, na internet. Para a avaliação deste Programa, se decidiu investigar os dados públicos sobre a assistência estudantil das universidades federais sediadas na região sul do país. Visando identificar e caracterizar quais serviços que as universidades oferecem no contexto da assistência estudantil; bem como realizando uma reflexão problematizadora, numa perspectiva avaliativa acerca de como esses serviços têm contribuído para o atendimento das vulnerabilidades explicitadas pelos acadêmicos.

A região sul possui onze universidades federais, sendo elas: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal de Ciência da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA),

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Estas onze universidades pesquisadas, totalizam 15,9% das universidades federais brasileiras. O Brasil, atualmente possui um total de 69 (sessenta e nove) universidades federais, distribuídas nos 26 (vinte e seis) estados e um Distrito Federal.

O recurso financeiro auxilia na permanência do estudante na universidade, porém, se juntamente com a concessão de bolsas não forem desenvolvidos outras ações de acompanhamento e prestados outros serviços em caráter abrangente para as dimensões das necessidades e vulnerabilidades, no sentido de viabilizar uma formação para a totalidade do sujeito, compromete-se o sucesso da permanência e mesmo da promoção/progressão acadêmica.

1 POLÍTICA SOCIAL DA EDUCAÇÃO: A DIMENSÃO DO ENSINO SUPERIOR

1.1 CONTEXTUALIZANDO A POLÍTICA SOCIAL

A política social define-se enquanto um campo contraditório, cujas origens remetem, por um lado, a condição de instrumento da burguesia, que através de organizações do Estado institui políticas sociais para, por outro lado, dar algumas respostas às pautas das lutas dos movimentos dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e vida. Assim, a política social é uma estratégia política que se reporta aos interesses dos trabalhadores e da burguesia, a qual visa o controle da ordem social. Ela está voltada para a mitigação de efeitos e consequências, de expressões da “questão social”¹, advindas da contradição entre capital e trabalho. De um lado atua como uma forma de aquietar as massas, para que o capital continue sua acumulação de lucros, e de outro lado tem função de reprodução social da classe trabalhadora. “As políticas sociais são desempenhadas pelo Estado, mediante reivindicação da classe trabalhadora, todavia, somente na medida em que podem ser revertidas em favor do próprio capital” (PALAVEZZINI, 2020, p. 43).

Desse modo, é importante pontuar que as políticas sociais resultam das mediações entre órgãos do Estado para com organizações da sociedade civil, ou seja, elas não são unilaterais, elas são frutos da luta de classes. As políticas sociais resultam dos conflitos e pressões dos movimentos sociais, dentre elas a política educacional. (Palavezzini, 2020).

Destarte, a política social, enquanto uma forma de garantir direitos, tem origem no Estado burguês, através das contradições, conflitos e confrontos entre as classes sociais. Com a burguesia no poder, após a Revolução Industrial, as manifestações da classe operária eram reprimidas através da força policial, exemplo disso foram as greves ocorridas na década de 1830, as quais foram brutalmente reprimidas. Com o aprofundamento das mazelas sociais, fome, desemprego e miséria, a classe burguesa se vê obrigada a reconhecer a existência da classe operária, assim como a criar caminhos e ações que dessem respostas às suas demandas, visto que a violência estrutural intensificava a situação de pobreza da classe trabalhadora, o que representava riscos de ocorrer uma revolução. Então, visando a sua segurança e a de sua propriedade privada, a classe burguesa teve que admitir a criação de mecanismos

¹ A expressão “questão social” estará entre aspas, pois concorda-se com Batista (2002), o qual apresenta o termo enquanto de origem burguesa, como forma de respostas às primeiras manifestações de cunho socialistas na Europa.

institucionais, através do Estado, para dar algumas respostas aos posicionamentos da classe trabalhadora, que passou a ter reivindicações fortes e consistentes, inclusive na direção de uma nova sociedade, a socialista (Batista, 2004).

Ao se remeter à historicidade do tema da política social, pode-se localizar o seu início com as *Poor Laws* inglesas, tendo sua origem datada no ano de 1601, com a finalidade de evitar a mendicância através da assistência aos necessitados, classificados em dois grandes grupos, os capazes e os incapazes. Os idosos, as crianças e os deficientes eram os incapazes, os quais recebiam um benefício em dinheiro; os capazes eram impelidos para o trabalho compulsório. O acesso a esse “benefício” se dava através da internação dos indivíduos nas *workhouses*, lugar no qual eram maltratados e obrigados a realizar trabalho forçado (Pereira, 2006).

No ano de 1795 foi aprovada a *Speenhamland Law*, lei que revoga as *Poor Laws* e, que foi considerada uma das primeiras leis de transferência de renda, materializada através da imposição de um rendimento mínimo ao pobre, rendimento que era baseado no preço do trigo. Todavia, essa lei serviu apenas para o aumento da pobreza, visto que “a aristocracia não remunerava devidamente os seus trabalhadores, obrigando-os a se valer da quantia mínima auferida do Estado” (PEREIRA, 2006, p. 239).

Ainda no contexto das leis consideradas como as primeiras políticas sociais inglesas, no ano de 1834, foi criada a lei *Poor Law Amendment Act*, que instituiu o “princípio da menor elegibilidade”, ou seja, todo e qualquer benefício tinha que ser menor que o pior salário oferecido pelos burgueses. Isso faria com que os indivíduos fossem obrigados a trabalhar longas jornadas de trabalho em condições subumanas, mantendo a sua condição de miserabilidade. Contudo, importante destacar que tal situação ainda apresentava-se “melhor” que as *workhouses*, com seu humilhante tratamento aos indivíduos e tão perigosa quanto as ruas (Pereira, 2006). O período de criação destas leis já encontra-se no contexto da Revolução Industrial.

Iniciada no século XVIII (aproximadamente nos anos de 1760), a Revolução Industrial que adentrou o século XIX (até por volta de 1840), trouxe consigo algo fundamental para analisar as políticas sociais: o processo de industrialização. Este processo foi o responsável pelo surgimento e acirramento da contradição entre as classes: burguesia e proletariado, responsável também pelo aprofundamento da pobreza. Aqui temos uma contradição inata ao capitalismo, ou seja, com o advento do modo de produção capitalista, houve um avanço

tecnológico nunca visto antes, este avanço possibilitou a produção em massa de mercadorias e alimentos. Esta produção em massa, se distribuída de forma equitativa, seria o suficiente para acabar com a fome e a pobreza no mundo, porém devido à característica basilar do capitalismo, qual seja: a propriedade privada dos meios produção, e a ganância por sempre arrecadar mais lucros, a pobreza se acentua. Isto é, o capitalismo consegue produzir o suficiente para acabar com a desigualdade, fome e miséria, porém não o faz.

Esta contradição, na qual o aumento da riqueza produz o aumento da pobreza, fez com que os trabalhadores explorados se mobilizassem na luta pela igualdade e pelos direitos de cidadania. Essa mobilização dos trabalhadores, de acordo com as referências da teoria marxista, fez com que houvessem mudanças na proteção social

[...] particularmente no que se refere ao seu conteúdo e à sua institucionalidade, a qual se tornou mais especializada devido, entre outros motivos, à insuficiência dos mecanismos de proteção indiferenciada diante da insegurança social produzida pelas novas formas de exploração do trabalho industrial, e ao apogeu do movimento operário que pressionava o Estado por melhores condições de vida e de trabalho na perspectiva dos direitos. (PEREIRA, 2016, p. 23).

Neste contexto foram construídas medidas de proteção social, principalmente, voltadas para os riscos do trabalho industrial. Segundo Pereira (2016), essas medidas tinham caráter obrigatório, exigiam contribuição prévia e foram geridas pelo Estado. Principal exemplo é o seguro social, com destaque para a Alemanha (século XIX) de Bismarck. A diferença do seguro social bismarckiano foi no sentido de tornar inseguranças sociais em assunto público, através da socialização dos custos da proteção por toda a sociedade. Importante destacar que não se configurou enquanto uma política de distribuição de renda, pois o que era socializado era apenas os custos e não os benefícios, até porque, para ter acesso a tais benefícios, o indivíduo precisava ter emprego ativo e contribuir para o seguro.

Com o passar dos anos da Revolução Industrial, as máquinas passaram a ganhar cada vez mais espaço e as indústrias se ampliaram. Esta máquina passa a substituir o trabalhador, uma vez que esta consegue desenvolver mais de uma atividade em menos tempo, enquanto que o trabalhador, além de produzir mais devagar, ainda utiliza um objeto de cada vez. Assim, é possível diminuir os preços das mercadorias que são produzidas pelas máquinas, uma vez que a produção aumenta, já os trabalhadores², acabam por submeter-se a elas. Além disso, este modo de produção emergente, o capitalismo, através da exploração dos trabalhadores,

² artesãos

consegue aumentar seus lucros ainda mais, através da diminuição dos gastos com pagamentos de salários aos trabalhadores, haja vista que as máquinas passam a substituir tais trabalhadores (Oliveira, 2004).

Desse modo, ainda de acordo com Oliveira (2004), a Revolução Industrial passou a expropriar o trabalhador, tirando-os de suas comunidades, com o cercamento das terras³, e não lhes oportunizou empregos, também tirou seus ofícios, uma vez que estes não conseguiram estabelecer concorrência com a maquinaria e produção em massa intrínsecas ao capitalismo.

Essa expropriação dos trabalhadores, levou a um grande aumento da imigração, uma vez que os trabalhadores almejavam uma “vida melhor”. Estes indivíduos migraram para diversos lugares do mundo, desde outros países europeus (destaca-se que o germe e desenvolvimento da Revolução industrial acontece na Inglaterra), desde viagens mais longas, como América do Sul, do Norte e Oceania. “A partir de 1850, porém, o capitalismo europeu consegue dar emprego a essas pessoas, entre outros motivos, devido ao crescimento da indústria com a tecnologia. Somado à isso, era preciso pessoas sem qualificação e sem nada além da vontade de trabalhar.” (OLIVEIRA, 2004, p. 93).

Assim, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, há um crescimento da classe operária, principalmente, na Inglaterra, em consequência com o avanço da tecnologia e intensificação da mecanização, as indústrias começam a exercer uma pressão cada vez maior nos trabalhadores, transformando-os em meros “apêndices da máquina” (OLIVEIRA, 2004, p. 93). Isso fez com que os operários (principalmente dos países ricos), se organizassem e causassem intensos movimentos sociais, estes movimentos foram vistos e taxados pelos capitalistas como um perigo à ordem social e econômica implementada. Este medo, fez com que os capitalistas, aliados ao Estado, concedessem "benefícios" à classe operária, a fim de apaziguar e conter os movimentos que ali se formavam e ganhavam força. Desse modo,

[...] estabeleceu-se o *sistema de previdência social*, pública e estatal, isto é, foram colocados em prática elementos do *welfare state* (Estado de Bem Estar Social), no qual caberia ao Estado prover aos seus cidadãos serviços de previdência social, como seguro desemprego, aposentadoria, cobertura de educação e saúde em todos os níveis sociais e até mesmo a garantia de uma renda mínima, além de recursos adicionais para a manutenção da vida. (OLIVEIRA, 2004, p. 93, grifos da autora).

³ O capitalismo trouxe consigo o início e expansão da propriedade privada.

Assim, o conjunto de políticas sociais⁴ que envolvem o sistema de previdência social, pública e estatal, se convencionou denominar de *Welfare State*. Wilensky (1955 e 1975) *apud* Arretche (1995), caminhando na mesma linha de Oliveira (2004), coloca que o surgimento da proteção social se deve ao fato do alto nível de industrialização, devido ao crescimento econômico e demográfico e, conseqüentemente, o crescimento da classe trabalhadora. Estes foram fatores fundamentais para o surgimento do *Welfare State*.

Behring e Boschetti (2011) chamaram a atenção que no século XX, principalmente, após o término da Segunda Guerra Mundial, houve o, denominado, período de ouro do *Welfare State*, compreendido entre as décadas de 1940 e 1970. Com destaque para a Inglaterra, que sob o comando do Relatório Beveridge, estabeleceu a vinculação do seguro social num sistema amplo, chamado de seguridade social. Esta, por sua vez, atendia a trabalhadores e os não-trabalhadores, configurando o *direito social*, pois não havia a necessidade de contribuição para que os indivíduos tivessem acessos aos programas de proteção social. Behring e Boschetti (2011) apontam que o termo *Welfare State* surgiu na Inglaterra, por conta das ações implementadas por Beveridge e que não se pode dissociar das circunstâncias as quais o país passou na Segunda Guerra Mundial. As ações implementadas por Beveridge, além do atendimento aos trabalhadores, possuíam três pilares fundamentais: educação, seguros e saúde.

Pereira (2016) aponta que, neste momento, a Europa conheceu uma fase superior de proteção social, sendo considerada a forma mais bem-sucedida de *segurança social* que o mundo capitalista industrial vivenciou. Os principais aspectos desse momento, pontuado pela autora, foi o comprometimento do governo com o pleno emprego, através da universalização dos serviços sociais, garantindo um mínimo de renda a todos, trabalhadores e não-trabalhadores. Importante destacar neste contexto que, apesar do compromisso com o pleno emprego, este ainda se voltava apenas para homens.

Contudo, o *Welfare State* não pode ser visto apenas enquanto uma benfeitoria, pois, da mesma forma, esta condição superior de proteção social carrega a contradição fundamental do modo de produção capitalista, qual seja: o Estado, enquanto comitê executivo da burguesia, se utiliza do *Welfare State* enquanto uma autoconservação e reprodução ampliada do capitalismo. (Engels e Marx, 1999).

⁴ Nesta dissertação, política pública e política social serão tratadas como sinônimos.

Quando o Estado constrói e viabiliza o acesso às políticas sociais para a classe trabalhadora, e neste caso também aos não-trabalhadores, ele distensiona os movimentos e lutas dos trabalhadores, enfraquecendo o movimento sindical ao atender algumas de suas reivindicações. Reivindicações estas que se aproximam de um novo modo de produção, o que fez com que a classe burguesa, ao perceber este movimento e também a possibilidade, mesmo que ínfima, de perda de poder, ela, por meio do Estado, admite que parte da riqueza social se destine às políticas sociais, para assim aquietar o movimento e manter a ordem capitalista vigente.

Pereira (2016) aponta que essa artimanha do *Welfare State* utilizada pelo Estado é uma forma de administração de crises, ou seja, o Estado concebe políticas sociais, atacando assim à consciência de classe dos trabalhadores, integrando-os ao capitalismo como consumidores. Assim, o Estado age no sentido de evitar crises, encaixando o trabalhador na condição de consumidor.

Para Silva (1995), o *Welfare State* enquanto um instrumento de controle, ou seja, uma ferramenta econômica, social e política do capitalismo, não mudou perceptivelmente a pobreza, tampouco resolveu, mesmo que minimamente, a contradição capitalista (lucro *versus* necessidades humanas). A contradição apenas foi levemente atenuada. Sendo assim, observa-se que não ocorre alteração nas condições econômicas e políticas de poder, apenas agem no sentido de compensar os novos problemas que aparecem com o desenvolvimento do capitalismo industrial. As políticas implementadas não são apenas para a população, mas também para empresas corporativas de negócios. Logo, a política social surge “para integrar a força de trabalho ao mercado, desenvolvendo a socialização necessária à constituição de uma classe de trabalhadores assalariados, isto é, uma socialização segundo o modelo da mercadoria” (SILVA, 1995, s/p), ou seja, a política social vem no sentido de regulamentar a proletarianização, contribuindo para a constituição dessa classe.

Segundo Netto e Braz (2011), o *Welfare State* foi marcado por um forte movimento operário e sindical, com base nos ideários comunistas e socialistas e a presença de partidos políticos de massas. O *Welfare State* teve como base o medo burguês, perante experiências socialistas e ideários democráticos, que serviram de resistência ao fascismo, principalmente, na Europa Nórdica e Ocidental, fazendo com que o Estado incorporasse as demandas populares, reconhecendo-as como direitos sociais.

No período pós Segunda Guerra Mundial, o bem-estar social foi regido pelo pacto keynesiano⁵. Pereira (2016) afirma que o pacto keynesiano era importante para duas formas necessárias de reequilíbrio da economia capitalista após a crise de 1929, sendo elas: uma que seria interna a cada país, caracterizada sob a forma do pleno emprego, na qual a economia, proporcionaria que os salários crescessem em sintonia com a produtividade, para que a distribuição de renda fosse estável e os lucros continuassem a subir. O Estado se apresenta como um intermediário, garantindo o mínimo à população e direcionando para o mercado as necessidades sociais, nesse aspecto, o Estado seria como um complemento do mercado. A segunda forma seria a externa, a qual teria a prerrogativa de construção de uma ordem internacional através do livre comércio sob o direcionamento de um único país, os Estados Unidos da América (EUA). Essa dinâmica keynesiana foi apenas uma forma de legitimação da hegemonia do liberalismo e que levou ao esgotamento do *Welfare State*, criando assim os caminhos que levaram à crise dos anos 1970 e que culminou no neoliberalismo.

No contexto mundial, Bedin e Nielsson (2013) destacam que o *Welfare State*, pode ser representado como uma “onda longa de expansão econômica” (p. 223), período o qual houve um crescimento econômico, com as taxas de lucros em crescimento, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os anos 1970. Após os anos 1970, a onda expansiva esgotou-se, houve uma queda na taxa de lucro em todos os principais países capitalistas, bem como a redução do crescimento econômico.

Os autores destacam que nos anos 1970, o *Welfare State*, vigente desde os anos 1940, começa a entrar em decadência. O motivo das dificuldades está relacionado com a estagnação econômica das sociedades capitalistas, o aumento da inflação e a primeira crise significativa do petróleo. Esta crise, deu-se através da existência mútua de inflação, estagnação e desemprego. Não houve um acontecimento marcante para o início da crise (como aconteceu em 1929 com a quinta-feira negra de outubro⁶), o que ocorreu foi uma série de acontecimentos que enfraqueceram o *Welfare State*. Os estudiosos da época, passam a criticar o Estado intervencionista, produzindo uma virada histórica, a qual a tendência dos capitalistas volta-se

⁵ Segundo Behring e Boschetti (2011), John Maynard Keynes (1883-1946), foi um economista, que defendeu a intervenção do Estado com o objetivo de reativar a produção, ou seja, uma maior intervenção estatal na economia, apenas quando se refere a economia. Para as saídas de crises, ele defendia posições capitalistas. O economista defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro da lógica do Estado intervencionista.

⁶ Quinta-feira, 24 de outubro de 1929: queda brusca das ações da Bolsa de Valores norte-americana, tal acontecimento ficou conhecido como o Crash de 1929. (MARCONDES e MARCONDES, 2021).

para as premissas neoliberais. Houve, com isso, um novo padrão tecnológico (microeletrônica) baseado num novo modelo de produção (toyotismo⁷).

Em relação à notável virada histórica, quer se dizer que a crise referida levou, por um lado, a uma crescente relativização das ideias socialistas, a uma forte crítica da participação do Estado na economia e à refutação das principais teses desenvolvidas por John Maynard Keynes – ou seja, conduziu ao abandono de tudo aquilo que estruturou o período histórico responsável pela construção do estado de bem-estar e pelo reconhecimento dos direitos econômicos e sociais – e, por outro, à adoção das ideias neoliberais, à defesa da tese do estado mínimo e à supremacia das ideias monetaristas. Daí, portanto, em síntese, a substancial diferença existente entre a crise dos anos setenta do século 20 e as demais crises conjunturais do mesmo século: ela nos conduziu a uma nova hegemonia política, econômica e social – designada de neoliberal – e a um novo modelo de sociedade – chamado de pós-moderno. (BEDIN e NIELSSON, 2013, p. 38).

Sendo assim, nos anos 1970, na Europa e nos EUA, com a crise econômica, tem-se o enfraquecimento do *Welfare State* e do Estado interventor na economia. Conseqüentemente, há um alargamento das concepções neoliberais, tanto na área econômica, quanto na área política e social. Netto e Braz (2011), denominam este período pós 1970 de capitalismo contemporâneo.

O argumento utilizado pelos neoliberais, segundo Behring e Boschetti (2011), foi de que a crise dos anos 1970 aconteceu por conta do poder dos sindicatos e do movimento operário, “que corroeram as bases da acumulação, e do aumento dos gastos sociais do Estado, o que desencadearia processos inflacionários” (p. 126). As autoras apontam que os países

⁷ *Taylorismo*: nas últimas décadas do século XIX, Frederick Winslow Taylor, criou a ideia de gerência científica, que ficou conhecida como taylorismo. A proposta de Taylor é o estabelecimento de uma gerência científica do trabalho, ou seja, a aplicação de métodos científicos aos problemas que advêm do controle do trabalho nas empresas capitalistas em crescimento. Através de métodos, regras e padrões de execução de trabalho, objetiva-se a melhor equação possível de tempo e movimento. Taylor possuía como foco a eficiência (fazer da melhor maneira possível, com menos desperdício e em menor tempo) da gerência.

Fordismo: No século XX, principalmente entre os anos 1920 e 1970, Henry Ford, apresenta uma grande novidade técnica em se tratando de organização da produção, a esteira rolante, fazendo com que o trabalho chegasse ao trabalhador, este ficando numa posição fixa. Tal método, ficou conhecido como fordismo e foi o responsável por grandes ganhos de produtividade, concretizando-se a produção em massa. O fordismo foi a intensificação do controle da força de trabalho viva, iniciada no taylorismo.

Toyotismo: Iniciado na metade do século XX, o toyotismo foi uma resposta à crise fordista de produção em massa. A conseqüente crise da produção em massa, deu-se através da estocagem de mercadoria e o baixo consumo, ou seja produziu-se muito mais do que a demanda. Além disso, já desgastados pela intensificação do processo de trabalho, os trabalhadores começam a se revoltar, através de greves, sabotagens e absenteísmo. Nesse contexto, com origem no Japão, o toyotismo começa a ganhar espaço no mundo, possuindo como principais características: o emprego vitalício, a promoção por tempo de serviço, admissão do trabalhador para a empresa e não para um posto, a organização do trabalho é através do *just-in-time*, ou seja, produzir no tempo certo, na quantidade exata, trabalho em equipe, entre outros. (RIBEIRO, 2015). Para mais informações consultar: Ribeiro (2015) e Wood Júnior (1992).

começaram a aderir gradativamente aos ideários neoliberais, destaque para os governos de Thatcher (Inglaterra), Reagan (EUA), Kohl (Alemanha) e Schlutter (Dinamarca) e que aos poucos, influenciaram para espraiamento do neoliberalismo no mundo. As principais ações efetivadas desse avanço neoliberal dizem respeito à elevação das taxas de lucros, baixa de impostos sobre os altos rendimentos, criação de níveis de desemprego, enfraquecimento das greves, cortes nos gastos sociais e alto investimento em privatizações.

Ou seja,

A hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico, conforme defendia. As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição dos postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta da mão-de-obra e redução dos gastos com as políticas sociais. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 127).

Pereira (2013), faz importantes reflexões sobre a proteção social no período neoliberal e que cabe aqui algumas ponderações. A autora realiza a necessária vinculação da proteção social com o trabalho, a partir da visão neoliberal. Ou seja, a proteção social não é vista como uma política pública de acesso aos direitos, mas sim enquanto uma tutela, um paternalismo estatal para com os mais pobres, no sentido de, através dela, proporcionar mecanismos para o acesso ao mercado de trabalho, pois segundo a concepção neoliberal “*não há melhor fonte de bem-estar humano do que o trabalho*, já que é por meio deste que se criam os meios dignos de autossustentação” (PEREIRA, 2012, p. 640, grifos da autora).

A autora afirma que para a proteção social alcançar o respeito público, precisa estar ancorada no referencial do direito e que esteja em sintonia com a ética meritocrática capitalista, qual seja, o trabalho como sacrifício, a exigência de contrapartidas a partir das condicionalidades. Só assim se torna uma proteção social bem vista e digna de prestígio.

No capitalismo, o trabalho assalariado, para se reproduzir, não precisa ser elevado à condição de direito, pois a própria dinâmica do capital se encarrega de ativar esse trabalho entre outras formas de exploração humana, inclusive com a contribuição das políticas sociais, agora usadas na contramão da cidadania, como: a educação, que atualmente se degrada ao ficar restrita a adequar formação de recursos humanos às demandas do mercado de trabalho e a treinar desempregados para a sua reinserção neste mercado ou em atividades economicamente produtivas; a previdência, que está sendo restringida a mero seguro; a saúde que está se transformando em mercadoria a olhos vistos; e a assistência, que se degrada por sua dupla qualificação perversa: como *relief* (alívio da pobreza) e como agenciadora de força de trabalho pouco

qualificada para o mercado de trabalho e de consumo de massa. E, nesse sentido, ela constitui um desserviço público e, portanto, não assiste. (PEREIRA, 2013, p. 649).

Nesta perspectiva, Pereira (2013), coloca a proteção social, no neoliberalismo capitalista, como uma espécie de mercado lucrativo, no qual se compra e se vende serviços sociais que cada vez mais são privatizados (seguindo a lógica dos governos neoliberais dos anos 1990), tendo na assistência social a forma dos pobres caminharem para a sua autossustentação. Sendo assim, a proteção social se afasta, cada vez mais, da concepção de *proteção das consequências do trabalho assalariado*, para reforçar a premissa da *obrigação de ter condições físicas, sociais e mentais para a inserção no mundo do trabalho*.

Com base no apresentado acima, a política social pode ser considerada, no capitalismo liberal, como um mecanismo para a sua reprodução. Porém, Durat (2015) alerta que analisar a política social apenas numa perspectiva é ingenuidade. A política social é um campo contraditório que também contém muitas conquistas para a classe trabalhadora.

Dentro desta contradição, Faleiros (2000) coloca que, para entender a política social, é necessário considerar o movimento das forças sociais, e considerar a conjuntura, ou seja, a dinâmica do movimento do capital e dos movimentos sociais, atentando-se a todo momento para a conjuntura econômica e para os movimentos políticos. Nesta perspectiva, as políticas sociais vão se metamorfoseando de acordo com os acontecimentos históricos. Porém, devido a lógica do movimento capitalista, pode-se afirmar que uma política social universal, emancipadora, legítima e que considere o indivíduo enquanto um ser social que possui direitos, e estes direitos vão na direção do seu pleno bem estar e não apenas para a manutenção ao mercado de trabalho, não é possível no modo de produção vigente.

1.1.1 A Política Social no contexto brasileiro

Para os fins desta pesquisa, iremos contextualizar, resumidamente, a política social no Brasil, a partir do marco temporal da ditadura militar (1964), momento o qual os militares assumem o governo brasileiro sob o pretexto de combater a corrupção e o comunismo, objetivando a “restauração da democracia” (FAUSTO, 2001).

No Brasil, com o fim do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), houve um período de intensa agitação econômica, política e social, dado que a industrialização e urbanização do país propiciou a construção de um movimento operário maduro. Entre 1945 a 1964

experimentou-se um momento marcado pela intensificação da luta de classes, que culminou no Golpe Militar de 1964.

Quais são, então, as características da política social no período da ditadura militar [brasileira]? [...] no contexto de perdas das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes, o bloco militar-tecnocrático-empresarial buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de políticas sociais. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 136).

Segundo Behring e Boschetti (2011), no período ditatorial houve uma intensa institucionalização da previdência, da saúde e da assistência social (essa um pouco abaixo das demais), ocorreu também um impulsionamento da política de habitação tendo em vista a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Entretanto, é importante apontar que, neste período, todas as ações realizadas iam ao encontro do objetivo de dar legitimidade à ditadura, bem como à reprodução do modo de produção vigente. Neste momento, de acordo com Pereira (2012), a política social é utilizada como forma de compensar toda a censura e restrição que o governo instituiu em relação aos direitos políticos e civis.

A política social, neste momento ditatorial, foi “conduzida de forma tecnocrática e conservadora, reiterando uma dinâmica singular de expansão dos direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos [...]” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 135)

Na década de 1970, as fissuras da ditadura começam a aparecer, dando sinais de enfraquecimento do projeto tecnocrático em curso. Em consequência, os anos seguintes, serão de uma abertura lenta e gradual do regime militar para a democracia no sentido de adaptação às orientações neoliberais conservadoras já implementadas no mundo (Behring e Boschetti, 2011).

Desse modo, no Brasil a década de 1980 foi marcada pelo fim da Ditadura Militar, e conseqüentemente o país passou a seguir o modelo mundial neoliberal em sua ordem política, econômica e social. Nesta década, é importante pontuar algumas questões para o contexto das políticas sociais no cenário brasileiro.

Na perspectiva econômica, Behring e Boschetti (2011), apontam que os anos 1980 foram uma década perdida. As conseqüências do milagre econômico a partir do endividamento externo começam a aparecer e colocam o país em uma grande crise econômica.

[...] O recrudescimento do endividamento externo e suas consequências são dados fundamentais para entender o ocaso da ditadura e nosso passaporte para a crise econômica crônica daqueles anos, após o curto tempo virtuoso do milagre. Na entrada dos anos 1980, tem-se um aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina. [...]. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 138).

Em resposta a esta crise econômica crônica, de acordo com Behring e Boschetti (2011), o governo, naquele momento, decidiu por cortar gastos públicos e emitir títulos da dívida, isso levou a fortes efeitos na sociedade civil como: o empobrecimento generalizado, crise nos serviços públicos, desemprego, favorecimento da exportação em detrimento da demanda interna, entre outros.

Complementando e exposto pelas autoras, Raichelis (2018) aponta que a década de 1980 também foi marcada pela crise do autoritarismo⁸, a partir de uma transição democrática “pelo alto”, visando a implementação da democracia, porém seguindo os determinantes econômico-sociais dos processos capitalistas neoliberais em curso mundialmente.

Apesar de uma transição "pelo alto", segundo Raichelis (2018), ela só acontece graças ao conjunto de forças sociais da sociedade civil, movimentos sociais e trabalhadores, que fazem frente à crise social, resultando na aprovação das eleições diretas para presidente, bem como na Constituição Federal de 1988.

É neste cenário da década de 1980, no qual pode-se citar o aumento da pobreza e miséria e o corte em políticas públicas, que o debate sobre as políticas sociais se intensifica, colocando em pauta o padrão que vem caracterizando as políticas na área social até então (fragmentada, excludente e seletiva), bem como a "[...] necessidade de democratização dos processos decisórios responsáveis pela definição de prioridades e modos de gestão de políticas e programas sociais." (RAICHELIS, 2018, p. 05).

Entretanto, mesmo com a aprovação da Constituição Federal de 1988, e sendo considerada uma Constituição Cidadã, que garantiu direitos até então inexistentes em outras Constituições brasileiras, imediatamente após a sua aprovação, tal documento começa a sofrer críticas dos setores mais conservadores, visto que, de certa forma, a Constituição foi na contramão dos ditames neoliberais mundiais. Vale pontuar que a Constituição de 1988 garantiu diversos direitos, o qual através das legislações posteriores iriam estruturá-los. Podemos citar como exemplo a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que instituiu o

⁸ Que culminou com a derrocada da Ditadura Militar em 1984.

Sistema Único de Saúde (SUS), o qual garante assistência médica, odontológica e farmacêutica gratuita e de qualidade a quem necessitar. Por outro lado, mesmo após 34 anos da aprovação da Constituição Federal, ainda há garantias que não foram estruturadas, citamos como exemplo, o direito à greve, que está presente no artigo 9º da seguinte forma: “Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.” (BRASIL, 1988, s/p). E ainda no artigo 37, inciso VII: “VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica” (BRASIL, 1988, s/p). Entretanto, esta lei a qual a Constituição Federal se refere, ainda não foi formulada.

É neste contexto que, apesar da aprovação da Constituição Federal de 1988, temos nos anos 1990, a criação de medidas e ações de expansão do neoliberalismo no Brasil. Neste período, no Brasil, o avanço neoliberal se centrou nas intituladas “reformas” do Estado. (Gennari, 2001); (Behring e Boschetti, 2011); (Minto, 2006).

Este avanço neoliberal orientou o Brasil para uma readequação do Estado aos princípios do capitalismo internacional, caracterizado como uma ofensiva burguesa para o propósito de adaptação às requisições desse capitalismo (Minto, 2006); (Behring, 2008). Estas reformas foram direcionadas para “[...] o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros, estaria aberto o caminho para o novo ‘projeto de modernidade’” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 148).

De acordo com Ugá (2004), os resultados das políticas neoliberais foram os principais responsáveis pelo declínio de investimentos e crescimento, conseqüentemente houve um agravamento na distribuição de renda e aumento do desemprego. A lógica neoliberal foi a responsável por um aumento da exclusão social, um aprofundamento da crise e falta de investimento no setor produtivo.

Behring (2008) ainda nos apresenta que todos esses efeitos perversos apresentados, estariam levando o Brasil a um “novo pacto neocolonial” (p. 120) e impossibilitando uma dimensão democrática e sustentável economicamente.

O principal argumento do reformismo neoliberal está na aparente incapacidade do Estado. O resultado disto foram os processos de privatizações de empresas estatais que ocorreram nos anos 1990 e 2000. Esse processo foi amplamente divulgado pela mídia, a qual possuía como objetivo legitimar e facilitar as privatizações. As principais justificativas para a

realização deste procedimento foram: “atrair capitais, reduzindo a dívida externa; reduzir a dívida interna; obter preços mais baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços; e atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 152-153).

O processo de privatização das empresas estatais, possibilitou a cessão de riquezas para grupos capitalistas privados. Foi um período muito intenso e com inúmeras transformações na sociedade brasileira, até a Constituição Brasileira de 1988 foi considerada retrógrada devido aos avanços neoliberais, os quais apontavam para uma reforma do Estado, com o objetivo de um Estado mínimo e um mercado máximo. Criaram-se as condições para o avanço da direita e da burguesia, principalmente com as já citadas privatizações.

No Brasil, o processo econômico, político e social sempre foi embasado pela modernização conservadora⁹ e revolução passiva¹⁰, estes processos são responsáveis por transformações nas condições de vida dos trabalhadores, Todavia, sob o controle da classe burguesa, na direção de “manter a classe trabalhadora no seu lugar”. Os anos 1990 foram marcados pela redução dos direitos sociais, com o pretexto da crise fiscal do Estado, na qual transforma-se as políticas sociais em ações pontuais, compensatórias, com o objetivo de atender apenas os casos mais extremos de vulnerabilidade.

As possibilidades preventivas até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: *a privatização, a focalização e a descentralização*. Sendo esta última estabelecida não como partilhamento de poder entre esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental da “reforma” e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 156, grifos das autoras).

⁹ De acordo com Pires e Ramos (2009), modernização conservadora foi o termo utilizado por teóricos para referir-se às revoluções burguesas, “[...] a revolução burguesa no Brasil, nos anos 30 do século XX, conduziu o país pelos caminhos de um capitalismo dependente cujos traços centrais estruturaram-se em uma dominação burguesa [...]” (PIRES E RAMOS, 2009, p. 418), ou seja, quando a classe burguesa, tendo em vista sua manutenção no poder, admite algumas mudanças e transformações, mas não alterando a propriedade privada. Para mais informações sobre a modernização conservadora ver: Pires e Ramos (2009), Poulantzas (1986) e Fernandes (1987).

¹⁰ A revolução passiva é uma forma de atender algumas mudanças da classe trabalhadora, porém sem transformar o modo de produção. Coutinho (2012), explica que o conceito de Revolução Passiva remete aos escritos de Gramsci, e requer dois momentos: o momento da “restauração”, ou seja, uma resposta burguesa à possibilidade de uma mudança radical vindo da classe trabalhadora (“de baixo”); e o momento da “renovação”, isto é, a classe burguesa concede algumas modificações, as quais as classes populares se satisfazem. Para uma análise aprofundada do tema ver: Coutinho (2012) e Gramsci (1999).

As citadas autoras denominam esta condição da política social como de “reversão conservadora”. A Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, institui os direitos sociais, que devem ser regidos pelos princípios dispostos no artigo 194, quais sejam: universalidade, uniformidade e equivalência, seletividade e distributividade, irredutibilidade, diversidade e caráter democrático e descentralizado. Esses princípios, na teoria, seriam os responsáveis por uma proteção social ampliada e consistente. O objetivo era de transformar ações fragmentadas e pontuais em um conjunto de ações integradas pelo Estado e sociedade na direção de assegurar direitos sociais (saúde, assistência social e previdência social), porém isso não tem ocorrido.

No processo de construção de uma possibilidade de bem-estar social, através da concretização dos elementos assegurados na Constituição Federal de 1988, o país enveredou por um caminho que ficou marcado pela restrição de acesso universal aos direitos sociais.

O neoliberalismo reforçou a dualidade discriminatória, de um lado os que podem pagar e de outro os que não podem pagar pelo serviço. Essa questão foi muito acentuada em três dimensões, quais sejam: a previdência, a saúde e a educação superior. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). Durat (2015) reforça que os governos brasileiros aderiram às propostas neoliberais de desestruturação da proteção social e orientação para sua gestão através da iniciativa privada.

Em 2003, no Brasil, se iniciou um governo considerado neodesenvolvimentista. Contudo, para Gonçalves (2012) se tratou de um neodesenvolvimentismo às avessas, visto que não houve transformações estruturais, atendendo às necessidades econômicas, não rompeu com a base do capital e tampouco com a elite burguesa. “Mesmo buscando estratégias para reduzir as desigualdades, a estrutura manteve-se intacta, sem de fato redistribuir a riqueza socialmente produzida.” (DURAT, 2015, p. 52).

Neste contexto neodesenvolvimentista se verificou uma ampliação de recursos em equipamentos para atendimento ao público, assim como em políticas sociais, todavia ainda insuficientes se comparado ao aparato disponibilizado para o setor privado. Neste contexto se encontra uma peculiar dinâmica da política social da educação, a qual ganhou amplitude para não perder de vista o propósito burguês, que se utiliza da educação para sua permanência no poder. Na primeira década dos anos 2000 o ensino superior passou por uma significativa reforma, com amplo lastro nos ditames neoliberais, que, em suas contradições, intensificou o

caráter de serviço desse nível de ensino, por meio de uma forma de expansão que acelerou o acesso à entidades privadas, em detrimento das entidades públicas.

Exemplo disso, é apontado por Agapito (2016), quando a autora esclarece que no Censo da Educação Superior do ano de 2008, havia um total de 2.251 instituições de ensino superior, sendo 2.016 instituições privadas (89,6%) e apenas 235 instituições públicas (10,4%). Já no Censo da Educação Superior do ano de 2013, demonstrou que o número de matrículas em instituições de ensino superior privadas era de 5.373.450, enquanto que nas instituições públicas somavam um total de 1.932.527, uma quantidade chegando aos 300% de matrículas em instituições privadas em detrimento das públicas.

Sendo assim, no que se refere ao ensino superior público, o governo apostou na interiorização das instituições federais de ensino superior, destinando recursos não apenas para a expansão, como também apoiando-se na permanência e progressão acadêmicas. Nos próximos itens, iremos aprofundar o assunto.

1.2 A POLÍTICA SOCIAL EDUCACIONAL: ENFOQUE NO ENSINO SUPERIOR

O conceito de universidade pode ser bastante diverso, dependendo da sociedade em que se insere (capitalista, socialista, etc.). Wanderley (2003) define a universidade como um lugar com privilégios de conhecimento das ciências e da cultura universal, voltada para a criação e divulgação do saber, mas que necessita de uma identidade própria, levando em consideração a realidade nacional. É uma instituição social que forma técnicos, profissionais e intelectuais, possui como finalidades o ensino, a pesquisa e a extensão. Atende aos anseios da classe dominante, mas pode também ser o espaço de transformação social. Deve ter autonomia, para garantir o pluralismo de ideias e a liberdade de pensamento.

As universidades públicas são centrais quando se remete ao desenvolvimento (econômico, social, político e cultural) de um país, posto que elas são os locais em que se produz conhecimentos especializados. Os primeiros registros de sua origem na história datam do final do século XII e início do século XIII, sob a autoridade da Igreja Católica, a qual formava mestres e discípulos. Apresentavam-se como instituições elitizadas que formavam os filhos dos nobres sobre o saber de alto nível (Cunha, 2011).

No Brasil, o ensino superior se desenvolveu tardiamente, se comparado às colônias espanholas, as quais datam do século XVI as primeiras universidades na América Latina

(Oliven, 2002). As primeiras experiências de ensino superior que aconteceram no Brasil Colônia datam de meados do século XVII. Eram estudos ministrados por religiosos que tinham como direção os Jesuítas, basicamente se compunham de cursos de Filosofia e Teologia. Importante pontuar que apenas no século XVIII acontecem os primeiros cursos de formação de profissionais liberais com o intuito de formar burocratas para o Estado e especialistas para a produção. E somente com a vinda da família real ao Brasil no século XIX que são criados os primeiros cursos de engenharia, agronomia, direito e medicina (Gomes, Machado-Taylor e Saraiva, 2018).

Com o decorrer dos anos, o ensino superior no Brasil passou por várias fases, mudanças, rupturas, reformas e continuidades. Para os limites desta Dissertação se adota como marco a reforma universitária dos anos 2000. Movimento que começou nos anos 1990, após o fim da ditadura militar e a publicação da Constituição Federal de 1988, possuindo como contexto histórico o avanço neoliberal, presente nos países centrais. Este movimento compreende uma análise do ensino superior no contexto do neoliberalismo, no governo de Fernando Henrique Cardoso, na era PT com os governos de Luís Inácio da Silva (Lula) e Dilma Rousseff e por fim no contexto de aprofundamento do neoliberalismo, chamado por Behring (2021) de ultraneoliberalismo, nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Durham (2003) aponta que nos anos 1980 o ensino superior brasileiro ficou estagnado. A autora se refere ao termo “estagnado”, porque no período anterior, principalmente na década de 1970, houve uma expansão do ensino superior, em especial, o privado. Este aumento esteve ligado ao “crescimento das camadas médias e às novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia e da tecno-burocracia estatal” (DURHAM, 2003, p. 18). O setor privado conseguiu oferecer cursos com baixo custo e menos exigências para entrada e prosseguimento da graduação. Esse setor era composto de empresários que não possuíam um compromisso político-pedagógico com a área educacional, a qual se tornou um negócio governado pelo mercado, possuindo como objetivo a ampliação da lucratividade e a satisfação imediata da obtenção do diploma.

Outro ponto que vale ser destacado diz respeito ao aumento de matrículas no ensino superior privado na região Sudeste, como destaca Durham (2003, p. 20):

Uma outra transformação importante ocorreu no conjunto do sistema, com a concentração de novas matrículas do ensino privado na Região Sudeste. Isto decorre em função da estreita aderência da expansão do setor privado ao mercado, e portanto sua concentração nas regiões de maior desenvolvimento econômico. Nas regiões

mais pobres, como Norte e Nordeste, o investimento privado foi pequeno e o atendimento da demanda continuou dependente do ensino público e, especialmente, das universidades federais. De fato, o ensino público responde mais de perto a interesses sociais e se distribui de forma mais equitativa no conjunto do país.

Os anos 1970 foram de mudanças no ensino superior, seja na ampliação de matrículas, estímulos para a pesquisa (que ficou voltada para o ensino superior público) e a ampliação de um setor privado orientado para a lucratividade. Já nos anos 1980, apesar de intensas movimentações no campo político, não houve movimentos para a redefinição do ensino superior. A estagnação foi tamanha que, segundo Durham (2003), até as matrículas decresceram neste período.

1.2.1 O ensino superior na esteira das políticas neoliberais

1.2.1.1 O ensino superior nos governos de Fernando Collor de Mello e Itamar

Quando da eleição direta de Fernando Collor de Mello, imediatamente após sua posse, começaram a ser tomadas medidas que tinham o objetivo de diminuir a intervenção do Estado nas áreas denominadas de gastos sociais. Uma dessas medidas foi a extinção de autarquias, fundações e empresas públicas. De modo aligeirado, foi feita a extinção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada em 1951 com o objetivo de fomentar a pós-graduação, e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), criado em 1937, com a finalidade de organizar documentos da educação e auxiliar na formação de servidores da União¹¹. Esses órgãos públicos foram extintos, contudo houve uma forte reação da academia e de aliados do governo, fazendo com que Collor retrocedesse na extinção, colocando-os em atividade novamente. (Cunha, 1997).

Após isso, foi aprovado o Plano Setorial de Educação 1991-1995. Esse Plano, de acordo com Cunha (1997), vinculou a autonomia universitária com avaliações de desempenho das instituições; colocou questões que poderiam levar a uma desregulamentação das universidades federais, uma vez que as universidades federais poderiam estabelecer o salário docente, assim como realizar concursos de acordo com as suas necessidades, sem precisar de autorização do governo. Segundo Cunha (1997), este Plano foi ao encontro de premissas

¹¹ O INEP está voltado para a realização de estudos, avaliações e pesquisas sobre o sistema de educação no Brasil, para embasar a implementação de políticas nesta área.

estabelecidas no Relatório do Banco Mundial, *Higher Education Reform in Brazil*, de 1991, que recomendava, dentre outros aspectos: a) estabelecimento de autonomia universitária para gerir seu orçamento, inclusive na contratação e demissão de pessoal; b) refuncionalização do Conselho Federal de Educação (CFE), que deveria ser o órgão responsável pelo controle do crescimento de instituições de ensino superior (IES), sendo o agente determinante da alocação de recursos; c) a alocação de recursos deveria ser com base do custo unitário de suas atividades, visando diminuir despesas, na direção do aumento de matrículas ou redução de pessoal; d) cobrança de taxas para a busca de eficiência e efetividade.

Desse modo,

O ministro da Educação Carlos Chiarelli concordava plenamente com o diagnóstico da missão do Banco Mundial, de que as universidades federais tinham excesso de pessoal, priorizavam as atividades-meio em detrimento das atividades-fim, impondo-se, portanto, a adoção de procedimentos drásticos de redução do custo unitário do estudante. Embora aquela agência financeira internacional tivesse aventado vários cenários, o caminho escolhido pelo ministro foi o de propor às universidades que escolhessem entre a redução de 1/3 das despesas com pessoal ou, então, aumentar em 30% às vagas oferecidas nos exames vestibulares, destinando-às especialmente aos cursos noturnos e aos que fossem abertos nas cidades do interior. (CUNHA, 1997, p. 27-28).

No ano de 1991, José Goldenberg, ex-reitor da Universidade de São Paulo, assumiu o Ministério da Educação (MEC) e apresentou um projeto que foi acolhido pelo governo federal e se tornou uma proposta de emenda constitucional. Em resumo, este projeto de emenda constitucional, estabelecia que:

[...] as universidades públicas constituiriam uma categoria específica de entidade, distinta dos órgãos da administração direta e indireta (fundações e autarquias) de modo que seu pessoal perdesse o status de funcionário público, inclusive o benefício da estabilidade (garantindo-se os direitos adquiridos pela Constituição). O governo federal passaria a destinar às suas universidades um percentual fixo dos recursos resultantes de impostos, com o que elas cobririam as despesas de pessoal ativo, inativo e pensionista, com a única restrição de que esses gastos não ultrapassassem 80% do total do orçamento de cada instituição. Para complementar os recursos transferidos pelo Poder Público, as universidades deveriam buscar “fontes alternativas de financiamento obtidas através da necessária interação com a comunidade”. A autonomia (didático-científica, administrativa e de gestão financeira, e patrimonial, acrescida de recursos humanos”), atributo das universidades, poderia ser estendida a outras instituições de ensino e pesquisa. (CUNHA, 1997, p. 29).

Essa proposta de Goldenberg não foi aceita pela comunidade acadêmica, recebendo fortes críticas de reitores e dos sindicatos (de docentes e de técnicos administrativos). Os

reitores se preocupavam em não ter o governo federal para auxiliar nos gastos; os docentes e técnicos administrativos, por sua vez, apontavam os problemas que poderiam decorrer com a perda de isonomia, de estabilidade, o aumento de carga de trabalho com a limitação de pessoal, dentre outras. Essa “autonomia” proposta por Goldenberg, se apresentou mais como uma forma de desobrigar o governo com relação à manutenção das universidades federais.

Com o *impeachment* de Collor, e a convocação para assumir a presidência do Brasil de Itamar Franco, no MEC assumiu Murilo Hingel (docente de universidade federal), que se posicionou a favor do ensino público. Durante o mandato de Itamar Franco, os esforços se voltaram para a elaboração do Plano Nacional de Educação para Todos, “desencadeando-se uma série de debates com entidades científicas e sindicais, o que resultou na incorporação das demandas mais ostensivas, inclusive em termos salariais.” (CUNHA, 1997, p. 30).

Ainda, no governo de Itamar, segundo Saviani (2011), notícias de corrupção vieram à tona no Conselho Federal de Educação. Denúncias essas que envolviam esquemas de beneficiamento de instituições públicas de ensino, fazendo com que, em 1994, houvesse o seu fechamento. Neste mesmo ano, através da Medida Provisória nº 661, de 18 de outubro (BRASIL, 1994), foi fundado o Conselho Nacional de Educação (CNE), com menos atribuições.

Referente ao Conselho Nacional de Educação, instituído em substituição ao Conselho Federal de Educação, este possuía funções homologatórias em relação às políticas do MEC. Em relação ao ensino superior, possuía as funções decisórias sobre: reconhecimento de curso, criação de novas instituições de ensino superior, credenciamento de universidades e última etapa de avaliação das universidades para o recredenciamento periódico.

O MEC apoiou a transformação da forma de acesso aos cursos de graduação, dos tradicionais vestibulares por avaliações periódicas durante o ensino médio. Essa foi uma proposta que reuniu muitos adeptos de direita e de esquerda. A intenção seria promover a autonomia universitária, fazendo com que cada estabelecimento pudesse decidir sobre qual a forma de ingresso, com vestibulares e avaliações seriadas, concomitantemente. Isso serviu de base para experiências futuras. Murilo Hingel¹² propôs uma revisão orçamentária das instituições, mudar o então repasse financeiro (que tinha como base os gastos do ano anterior) da seguinte forma: 90% de acordo com a série histórica da instituição, 9% em função das

¹² Murilo Higel foi professor e geógrafo brasileiro. Foi ministro da Educação durante o governo Itamar Franco

necessidades comprovadas e 1% de acordo com a produtividade. Contudo, a proposta não obteve sucesso.

Ademais, a Portaria nº 130, de 14 de julho de 1993 (BRASIL, 1993), criou a Comissão Nacional de Avaliação, com participação dos segmentos institucionais, a qual possuía a finalidade de estabelecer diretrizes e proporcionar um processo de avaliação das universidades federais. Nessa perspectiva, foi criado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que orientava para o desenvolvimento da auto-avaliação das universidades, porém incorporando também a avaliação externa. Cabia ao MEC a articulação, viabilização e financiamento desta avaliação, que era "[...] compreendida enquanto um processo de acompanhamento metódico das ações realizadas pela instituição de educação superior, com vistas a averiguar em que medida são cumpridas e atendidas as funções e prioridades delimitadas coletivamente" (ZAINKO, 2008, p. 829) As avaliações deveriam ser contínuas, sistemáticas e participativas. Os aprofundamentos das mudanças aconteceram na gestão presidencial subsequente.

Estas foram as principais ações, leis e projetos implementadas no governo Collor e Itamar Franco, seguindo os ditames neoliberais já consolidados mundialmente, no que se refere ao ensino superior. Neste governo não houve uma expansão de universidades públicas, e sim se abriu caminho para o avanço e expansão da privatização e valorização do ensino superior privado.

O apoio popular ao Plano Real e à estabilização financeira fez com que se incentivasse a candidatura à presidência de Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda, que obteve a vitória e teve seu primeiro governo entre 1995-1998, reelegendo-se em 1998, para mais um mandato de quatro anos 1999-2002.

1.2.1.2. O ensino superior no governo de Fernando Henrique Cardoso

O governo de Fernando Henrique Cardoso, nos seus oito anos, teve como ministro da educação Paulo Renato Souza, ex-secretário da educação do estado de São Paulo e ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas. Em seu governo houve mudanças significativas nas políticas econômicas e sociais, implicando em reformas educacionais importantes, principalmente no que se refere ao ensino básico.

[...] houve uma transformação do sistema de financiamento do ensino fundamental que incentivou o acesso, a permanência e o sucesso escolar no nível fundamental, o qual praticamente se universalizou neste período; implantou-se uma reforma curricular tanto do nível fundamental como do médio; modernizou-se todo o sistema de estatísticas educacionais, que se tornou muito eficiente; o sistema de avaliação do desempenho escolar foi aperfeiçoado; ampliaram-se os programas de capacitação docente. Oito anos de continuidade administrativa permitiram uma mudança consistente em todo sistema. Como consequência disto ocorreu, no final do período, um explosivo aumento das matrículas no ensino médio, decorrentes do aumento de egressos do ensino fundamental que se iniciara na década anterior (DURHAM, 2003, p. 32).

Para o ensino superior, o objetivo do governo era de progresso científico e tecnológico, com a ampliação da competência científica e tecnológica. A principal proposta consistia no alavancamento de parcerias entre o setor público e o setor privado (universidades e indústrias), parcerias estas que focalizaram a gestão e financiamento do “sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico” (CUNHA, 2003, p. 39).

No ritmo neoliberal de minimização do aparelho do Estado, a proposta de governo de Fernando Henrique Cardoso para o ensino superior caminhou no sentido de se constituir numa forma de ataque, dado que seu governo argumentava que a educação superior consumia mais de 70% de todo o orçamento do MEC e que por isso deveria ser revisto.

Fernando Henrique Cardoso propôs uma utilização racional de recursos, com aumento de vagas, porém sem despesas adicionais. Devendo o ensino superior promover uma denominada “revolução administrativa”, na forma de uma modalidade de autonomia que condicionava o repasse de recursos às avaliações de desempenho. Nas palavras de Cardoso (2008, p. 50):

A política para o ensino superior deve promover uma revolução administrativa, que dê efetiva autonomia às universidades, mas que condicione o montante das verbas que recebem a uma avaliação de desempenho e, especialmente, ao número de alunos que efetivamente formam, às pesquisas que realizam e aos serviços que prestam. Um programa deste tipo deve prover recursos suficientes para que as escolas possam se adaptar às novas exigências, realizando uma correção gradual dos orçamentos atuais. Uma política como esta estimulará uma administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa, hoje existente, para generalizar os cursos noturnos e aumentar as matrículas, sem despesas adicionais.

Fernando Henrique Cardoso colocou em seu plano de governo a intenção de obter a racionalização de gastos e o aumento de produtividade, como pontos a serem considerados para a revisão de aumentos salariais dos servidores. Para justificar suas escolhas, Cardoso

(2008) utilizava da retórica de que o desenvolvimento da ciência e tecnologia era a base para uma organização econômica e social, que o futuro governo almejava.

Um grande destaque na área da política da educação durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi a aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no ano de 1996 (BRASIL, 1996), dado que a última estava em vigência desde o ano de 1961, e já tinha sido alterada, por tantas leis e decretos, que já estava ultrapassada e inviável em termos práticos. Assim, o governo apoiou a versão proposta pelo Senado Federal, a qual seria maleável em termos de não se tratar de temas que seriam foco de leis e projetos específicos, ou caso necessário, que fosse de forma abrangente, para que houvesse a possibilidade de adequações a partir de medidas conjunturais.

Assim, enquanto o projeto de LDB do Senado prosseguia na tramitação parlamentar, pelas comissões e pelo plenário, ele foi sendo adaptado, com admirável plasticidade, às políticas que o Poder Executivo elaborava. No que dizia respeito ao ensino superior (mas não só a ele), o ministério elaborou projetos de lei, encaminhados pelo presidente da República ao Congresso, mediante projetos de reforma constitucional, projetos de lei e decretos [...] (CUNHA, 2003, p. 39-40).

Por isso, Cunha (2003) coloca que a LDB foi minimalista, pois após diversas modificações do seu texto original, não contemplou todas as diretrizes e todas as bases da educação nacional, as quais precisam ser procuradas dentro e fora dela. Palavezzini (2020), expõe que a LDB não atendeu as aspirações e lutas dos movimentos sociais, passando a vigorar através de um viés privatista, voltada para os interesses de mercado; favorecendo a expansão de cursos e instituições no âmbito privado.

De acordo com Catani e Oliveira (2007), a LDB foi a responsável por estabelecer uma nova forma de relação entre Estado e instituições de ensino superior, principalmente as públicas. A mudança que ocorre é que, a partir da LDB, o Estado passa a assumir papel majoritário na gestão de políticas para o ensino superior, estabelece uma nova maneira de compreender a produção de trabalho acadêmico e também do atendimento às demandas da sociedade.

Na LDB, os artigos destinados ao ensino superior são os de nº 43 ao 57. Os primeiros dizem respeito ao ensino superior de modo geral e os últimos referem-se às instituições universitárias. Com efeito, a LDB apresenta que o ensino superior é formado por cursos de graduação, pós-graduação, cursos sequenciais e de extensão. De acordo com Catani e Oliveira (2007), os cursos sequenciais separados por campo do saber são uma inovação para o ensino

superior brasileiro, pois possuem diferentes níveis de abrangência, de complementação dos estudos e de formação específica, sendo cursos aligeirados, possuindo em média dois anos de duração ofertados por instituições de ensino superior com graduação reconhecidos. Os cursos sequenciais não são cursos de graduação, porém são tidos como cursos de nível superior. Ainda, este documento prevê que o ensino superior pode ser oferecido por universidades e instituições não-universitárias.

Destarte, é na LDB que se estabelece que o ano letivo terá o total 200 dias de trabalho efetivo, não contados os dias de exames. Além disso,

[...] há, ainda, algumas novidades interessantes: a obrigação das IES publicarem, antes de cada período letivo, as informações básicas dos cursos oferecidos; a abreviação da duração dos cursos para alunos com extraordinário aproveitamento nos estudos; a obrigatoriedade da oferta de cursos noturnos em instituições públicas, desde que sejam mantidos os padrões de qualidade do diurno e que seja garantida a previsão orçamentária. (CATANI e OLIVEIRA, 2007, p. 78).

Sobre as universidades, em específico, a LDB estabelece as seguintes características: ser pluridisciplinar, ter um terço dos docentes com regime em tempo integral, um terço dos docentes com titulação acadêmica (mestrado ou doutorado), possuir produção intelectual na pesquisa, docência e extensão. Tudo isso alterou o processo de criação das universidades, por esse motivo a iniciativa privada tem dado preferência à criação de outras formas de organização, principalmente os centros universitários.

Sobre a autonomia didático-científica das universidades, a LDB coloca que as decisões devem ser tomadas através dos colegiados de ensino e pesquisa, dentro do disponível financeiramente, sobre os seguintes assuntos:

- I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
- II - ampliação e diminuição de vagas;
- III - elaboração da programação dos cursos;
- IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;
- V - contratação e dispensa de professores;
- VI - planos de carreira docente.

[...]

- I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;
- II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;
- III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;
- IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

- V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;
- VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;
- VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho. (BRASIL, 1996, s/p).

Além disso, a LDB ainda dispõe sobre a gestão democrática, a qual deverá ser exercida através de órgãos colegiados deliberativos, que será composto por frações da comunidade institucional, local e regional, com docentes representando 70% de componentes em cada órgão colegiado.

De acordo com Durham (2003), a LDB apresentava importantes inovações no sistema quando determinou o lugar das universidades no sistema do ensino superior, no qual uma universidade precisa abranger ensino, extensão e pesquisa com produção científica comprovada, para credenciamento e credenciamento junto ao MEC.

A LDB “permitiu que [a autonomia universitária] fosse estendida a instituições que comprovassem alta qualificação para o ensino ou a pesquisa, constatada em avaliação pelo Poder Público” (CUNHA, 2003, p. 41). É importante destacar que esta Lei resguardou para a decisão de cada estabelecimento a alternativa de criação e extinção de cursos e determinação do número de vagas para cada curso. Algo que foi importante para o sincronismo das universidades privadas com o mercado.

As universidades públicas estariam sujeitas a um regime jurídico especial, o qual, ao contrário das demais autarquias, permitir-lhes-ia grande flexibilidade na organização do quadro de pessoal docente e administrativo, tanto quanto no emprego de recursos financeiros. Mas, como esse regime jurídico não foi definido, as universidades públicas, especialmente as federais, permaneceram submetidas a uma pletera de regulamentos que cerceiam sobremaneira suas administrações (CUNHA, 2003, p. 41).

Quanto ao processo de seleção, a via de acesso era por meio dos tradicionais vestibulares¹³, que tinha como objetivo selecionar candidatos intelectualmente habilitados. A LDB não cita especificamente exames vestibulares, colocou apenas processos seletivos e a exigência mínima de conclusão do ensino médio para cursar graduação. Isso fez com que as instituições de ensino superior adotassem diversificados modelos de seleção de candidatos, de acordo com suas próprias demandas e as demandas do mercado de trabalho.

¹³ Provas de conhecimentos gerais que bastava conseguir uma nota acima de zero e ficar dentro o número prefixado de vagas que o candidato era aprovado e poderia cursar o ensino superior.

Nos termos da LDB de 1996, o Estado conservou seu poder, agora em novos parâmetros. O principal deles é o da avaliação. O reconhecimento e autorização de cursos e de instituições de ensino superior passaram a ter validade, podendo ser renovado após processo de avaliação. Em avaliações negativas, os cursos e/ou instituições têm prazos para readequações, para então ser realizado nova avaliação, em caso de permanecer a avaliação negativa, pode haver intervenção na instituição, suspensão temporária de autonomia (universitária), ou descredenciamento.

Outra inovação importantíssima foi a exigência de credenciamento periódico das instituições de ensino superior, precedidas de um processo de avaliação. Com isso tornou-se possível corrigir as distorções e as deficiências do sistema existente, ameaçando a situação das universidades que não passavam de grandes unidades de ensino, as quais não mais estavam imunes a um controle periódico por parte do poder público. Às universidades foi dado um prazo de oito anos para que cumprissem as exigências da lei (DURHAM, 2003, p. 33)

Para os cursos, também, se passou a exigir avaliações periódicas, seja para o seu reconhecimento, seja para a sua manutenção. Criou-se um mecanismo de exigência de renovações periódicas de reconhecimento. Visto que, enquanto implementação, são necessárias condições mínimas de funcionamento, porém se não avaliadas periodicamente, essas condições ficam ultrapassadas. A “renovação periódica do reconhecimento, tornou possível estabelecer uma pressão contínua sobre as instituições no sentido de que uma qualidade mínima fosse mantida” (DURHAM, 2003, p. 34).

Para avaliar a qualidade dos cursos de graduação o MEC, no governo Fernando Henrique Cardoso, criou o Exame Nacional de Cursos (1996), que ficou conhecido como “Provão”, este se organizava por testes objetivos realizados com todos os formandos dos cursos a serem avaliados, de caráter obrigatório, vinculado à obtenção do diploma. Possuía o objetivo de avaliar os cursos em diferentes instituições de ensino superior, por meio da classificação média obtida pelos estudantes. Para as instituições que obtivessem baixa avaliação era realizado, segundo Martins (2000, p. 56), uma avaliação *in loco*, organizada através de “comitês de especialistas das condições de oferta dos cursos de graduação [...]”. Este “Provão” foi duramente criticado, seja no âmbito privado, seja no âmbito público, pois as avaliações que consistem em comparações de cursos no setor público são vistas

[...] como ameaça ao princípio da isonomia, isto é, a distribuição igualitária de benefícios e recompensas a todo setor [...]. A única avaliação aceita [...] é a

autoavaliação que não incluía comparações entre as diferentes instituições e não esteja associada a uma distribuição diferencial de recursos e benefícios. (DURHAM, 2003, p. 35).

Apesar das críticas, a implementação do sistema do “Provão” foi muito defendida pela imprensa e pela sociedade, legitimando-o. Foi considerado um dos instrumentos mais fortes criado no Brasil, visando melhorar a qualidade de ensino. Além disso, os cursos privados passaram a utilizar a classificação como *marketing* para atrair novos clientes. Entretanto, é importante destacar que ao reconhecer o valor dessas iniciativas “deve-se ponderar que devem ser desenvolvidas em conjunto com estratégias mais abrangentes de qualificação dos cursos de graduação.” (MARTINS, 2000, p. 56).

A LDB de 1996 promoveu a diversificação das organizações de ensino superior. Até então, apenas era permitido o ensino superior ministrado por universidade, e excepcionalmente por outros estabelecimentos¹⁴, sendo indissociável da pesquisa. A LDB, por sua vez, estabeleceu que o ensino superior poderia ser ministrado em instituições públicas ou privadas, com diversos graus de especialização e abrangência. Assim, possibilitou a existência de universidades¹⁵, centros universitários e faculdades¹⁶ (Palavezzini, 2020).

Além disso, concomitante à LDB, foram aprovadas leis de normatização do ensino superior, que não constam no texto final da referida lei, mas que são importantes destacar. O primeiro assunto que vale apontar e que a LDB não apresentou em seu texto, foi a necessidade de mudança na forma de ingresso nos cursos de graduação, desde 1911, o acesso ao ensino superior foi através de provas de vestibular. O ministro da educação, Paulo Renato Souza, apoiou a proposta de substituição das provas por avaliações semestrais a serem aplicadas no ensino médio. Assim, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pelo MEC, a princípio facultativo, mas que tinha como objetivo ser obrigatório.

Segundo Cunha (2003), as instituições privadas de pronto incorporaram o ENEM como parte ou todo do processo de seleção, mas as instituições públicas não, criando uma certa resistência. Todavia, com a pressão do MEC, as universidades públicas aderiram ao ENEM, em substituição à primeira fase de processos seletivos ou como parte do processo, com atribuição de pontuação. Assim, o número de candidatos realizando o ENEM aumentou, o que fez com que houvesse uma expansão, desta forma, de seleção pelas universidades

¹⁴ Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968.

¹⁵ Contendo obrigatoriamente ensino, pesquisa e extensão.

¹⁶ Instituições cujo objetivo é apenas o ensino, facultado a pesquisa e extensão.

públicas. Esta mudança na forma de ingresso no ensino superior, tinha em vista resolver dois problemas, que são

Primeiro, estabelecer um padrão de qualidade do ensino médio em rápido crescimento, o que pode influenciar sobre a qualidade da demanda de ensino superior. *Segundo*, reduzir os custos de seleção dos candidatos aos cursos superiores, especialmente das IES privadas, que se vêem na contingência de realizar vários exames ao longo do ano para preencher as vagas disponíveis, situação essa que tende a ficar mais crítica por causa do acirramento da concorrência intra-setorial. (CUNHA, 2003, p. 56, grifo do autor)

Assim, com esse somatório de modificações a LDB proporcionou a expansão do ensino privado. Palavezzini (2020) realiza importante diferenciação do ensino público e privado, que segue:

No Brasil, o ensino superior pode ser ministrado em instituições com diferentes categorias administrativas, as quais caracterizam-se como públicas (municipais, estaduais ou federais) ou privadas (comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares). O que distingue a tipificação das instituições privadas é a sua caracterização como instituições com ou sem fins lucrativos e a possibilidade de isenções fiscais que usufruem. Como a nomenclatura sugere, as IES com fins lucrativos podem gerar lucro; já as IES sem fins lucrativos, devem reinvestir os recursos financeiros positivos de suas atividades nelas mesmas, não podendo haver distribuição de lucros. (PALAVEZZINI, 2020, p. 63)

A LDB imbuída pelos princípios neoliberais favoreceu a expansão da graduação em instituições privadas de ensino e assegurou (tanto para o setor público quanto para o privado), a flexibilidade, a pluralidade no ensino e a descentralização. Justamente com a expansão do ensino privado se teve, segundo Agapito (2016), a flexibilização das modalidades de ensino, com o surgimento do ensino à distância (EAD) e que logo se espalhou. O grande problema nos cursos EAD, foi que a tarefa de instituí-los ficou a cargo das iniciativas de universidades públicas e privadas que possuíam experiência tão somente na modalidade de oferta de ensino presencial. Dessa forma, “as iniciativas das universidades públicas têm sido muito limitadas e as das universidades particulares não apresentam o nível de qualidade necessário” (DURHAM, 2003, p. 38).

No que concerne ao ensino superior privado, este possui duas características centrais: a) a vinculação com as estruturas produtivas, ou seja, a política educacional dessas instituições são voltadas para atender as demandas do mercado, a despeito de não investirem na promoção da pesquisa, ainda que a produção científica e tecnológica sejam centrais para que a indústria

e mercado renovem suas mercadorias, visando o aumento do lucro; b) a oferta da educação como mercadoria. Com a consolidação e expansão da iniciativa privada e a diversificação dessas instituições, começaram a acontecer fusões e criação de conglomerados e grandes empresas educacionais.

[...] Tudo isso ocorre a partir de uma dinâmica em que as grandes corporações de ensino não dispensam o apelo ao fundo público (como com as isenções de taxas e impostos), aumentando ainda mais a possibilidade de lucros e demonstrando a subserviência do Estado a serviço do capital. As IES privadas contam com diversos tipos de facilidades (incentivos, subsídios fiscais, créditos, etc.), favorecendo acentuadamente o capital privado, o que mingua os recursos para a educação pública. [...] As incorporações de pequenas instituições por grandes organizações têm se consolidado numa economia de escala, financeirizando e internacionalizando o setor. Acentua-se a tendência de tratar o ensino superior como mercadoria confiada a empresas e capitais internacionais. (PALAVEZZINI, 2020, p. 64-65).

Desde os anos 1990, a educação se apresenta como um negócio lucrativo e em expansão, pois se expressa como uma alternativa para estudantes que não conseguem o acesso à universidade pública. Contudo, por outro lado, os recursos destinados ao ensino privado, inclusive nas formas de programas, como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI)¹⁷ e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)¹⁸, são formas de “deslocamento” da responsabilidade pública, haja vista que poderiam ser utilizados para fortalecimento, aprimoramento, expansão e apoio do ensino superior público.

Destarte, em agosto de 1997 foi aprovado o Decreto nº 2306/1997 como complemento da LDB. Tal Decreto determinou questões importantes sobre a universidade, principalmente, no âmbito privado, uma vez que estabeleceu critérios para as instituições de ensino superior privadas e no caso de não atendimento destas condições, estas instituições teriam que passar a pagar impostos como qualquer outra sociedade mercantil, sendo-lhe vedada o direito de remuneração de seus sócios. Além disso, passou a ser obrigatório, a qualquer tempo, a realização de auditorias do Poder Público. (CUNHA, 2003).

Este Decreto, ainda, estabelece diferentes instituições de ensino superior: universidade, centro universitário, faculdade integrada, faculdade ou institutos superiores. Neste contexto, a novidade ficou por conta dos centros universitários que ficaram definidos como o lugar que

¹⁷ Instituído pela Lei nº 11.096/2005, que tem como objetivo a concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais (50%) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

¹⁸ Visa a concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

sobressai o ensino apenas (universidades de ensino), através da excelência do ensino que devem oferecer, com docentes qualificados. Assim, os centros universitários “não se exigia pesquisa mas tão somente excelência de ensino. A estas instituições se estendeu a autonomia didática para criação de cursos e ampliação de vagas, submetendo-os ao regime de avaliação periódica.” (DURHAM, 2003, p. 34).

Em relação às diretrizes neoliberais, o governo de Fernando Henrique Cardoso realizou o que pode ser chamado de privatização do ensino superior. Os centros universitários, foram criados com esmagadora maioria sendo privados. Em relação às instituições, no ano de 2001, o Brasil contava com 183 instituições de ensino superior públicas e 1208 privadas, as privadas representando aproximadamente 87% do total de instituições de ensino superior. (CUNHA, 2003).

Durham (2003) demonstra que o sistema, no governo Fernando Henrique Cardoso, com a LDB e demais legislações, se tornou adaptável e estabeleceu formas de controle de qualidade. Os cursos se tornaram mais flexíveis, visto que o currículo mínimo foi extinguido. Em substituição se estabeleceram as diretrizes curriculares gerais. Foi criado também “cursos sequenciais de curta duração para a formação básica ou complementar.” (DURHAM, 2003, p. 34).

Martins (2000) realizou uma análise do processo de expansão das instituições de ensino superior no Brasil desde os anos 1990 e destaca que as universidades são fundamentais, principalmente as públicas, no campo acadêmico nacional, possuindo um papel estratégico no desenvolvimento do país. Isso se deve ao fato dos habituais resultados positivos nas avaliações do Exame Nacional de Cursos e os também resultados positivos nas avaliações dos Programas de Pós-graduação realizados pela CAPES.

O sistema de ensino superior ocupa uma posição estratégica e fundamental no processo de modernização e de desenvolvimento do país. Tem a função de fornecer quadros profissionais capacitados e pessoal qualificado cientificamente para atender às diversas, e cada vez mais complexas, demandas tanto do setor público quanto do privado, para isso precisando melhorar continuamente seu método de graduação. Necessita também da colaboração de seu sistema de pós-graduação para formar docentes qualificados, pesquisadores e recursos humanos de alto nível. (MARTINS, 2000, p. 56).

A partir do panorama de integração da pós-graduação com a graduação, no ano de 1994 foi criado o Programa de Apoio à Graduação (PROGRAD), cuja finalidade básica é a de melhorar a qualidade da graduação. Este Programa possui quatro linhas de atuação, sendo

elas: Programa de Licenciatura (PROLICEN), Programa de Laboratórios (PROLAB), Programa de Bibliotecas Universitárias (PROBIB) e Programa de Informatização (PROINF). Além disso, em 1995 é criado o Programa de Integração Pró-graduação/graduação (PROIN). Porém, apesar dos programas de fomento à graduação e pós-graduação, não houve um grande avanço no estabelecimento de universidades federais no Brasil, nos anos 1990. Abaixo segue dados da criação de universidades federais nos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Quadro 01: Universidades criadas nos governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

UNIVERSIDADE	SIGLA	ANO DE CRIAÇÃO	LEGISLAÇÃO DE CRIAÇÃO
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	1990	Decreto nº 98.977, de 2 de março de 1990
Universidade Federal de Lavras	UFLA	1994	Lei 8.956 de 15 de dezembro de 1994
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	1994	Lei 8.957 de 15 de dezembro de 1994
Universidade Federal do Tocantins	UFT	2000	Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	2002	Lei 10.435, de 24 de abril de 2002
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	2002	Lei 10.611, de 23 de dezembro de 2002
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	2002	Lei 10.419 de 09 de abril de 2002
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	2002	Lei 10.473, de 27 de junho de 2002

Fonte: Dados extraídos do Portal e-MEC. Dados sistematizados pela autora.

Assim, houve a criação de oito unidades em doze anos, o que corresponde a 11,5% do total de universidades federais à época existentes. Atualmente, no ano de 2022, existem 69 universidades federais¹⁹.

No segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1999, criou-se o FIES, sob o pretexto de diversificação das fontes de financiamento. Inicialmente sob o formato de uma Medida Provisória nº 1827-1, de 24 de junho de 1999, (BRASIL, 1999) e adiante se transformando na Lei nº 10260, de 12 de julho de 2001, (BRASIL, 2001) que define o FIES como uma forma de “concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria.” (BRASIL, 2001).

O FIES, criado em 1999, é um programa do MEC, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, destinado a financiar o ensino superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação, na rede privada. O fundo é mantido com recursos da União, sendo que as receitas do programa estão discriminadas no artigo 2º da lei que o regulamenta. O programa tem diversas modalidades e pode financiar até 100% do valor da mensalidade devida pelo estudante à IES. (PALAVEZZINI, 2020, p. 88)

O FIES passou por diversas modificações no decorrer dos anos e nos diferentes governos, porém uma de suas principais críticas acontece em torno de recursos públicos destinados para a iniciativa privada em detrimento de investimentos e aprimoramentos às instituições de ensino superior públicas.

Diante desse cenário, se verifica uma expansão do ensino superior privado. Segundo Palavezzini (2020, p. 88-89), no ano de 1995, existiam um total de 894 (oitocentas e noventa e quatro) instituições de ensino superior, deste número 210 (duzentos e dez) eram públicas e 684 (seiscentos e oitenta e quatro) privadas. No ano de 2002, os números de instituições de ensino superior aumentaram para 1637 (mil seiscentos e trinta e sete), sendo que 195 (cento e noventa e cinco) eram públicas e 1442 (mil quatrocentas e quarenta e dois) eram privadas. Assim, se percebe um aumento de 83% (oitenta e três por cento) no total de instituições de ensino superior, entretanto houve uma diminuição de instituições públicas em relação ao ano de 1995 (redução de 8%). Já as instituições privadas tiveram um aumento de 110% (cento e dez por cento).

¹⁹ Dados retirados no Portal e-MEC.

Com efeito, a década de 1990 foi de grande avanço neoliberal, principalmente no que se refere às políticas sociais, e o ensino superior não ficou de fora. Houve uma expansão do ensino superior privado, pouco investimento no ensino superior público, com poucas universidades federais criadas. Já o setor privado passou a ter grande incentivo público, o maior exemplo disso foi a criação do FIES. Nota-se uma educação mercantilizada, pensada e executada para atender os anseios da ordem social burguesa, através de uma formação para o mercado de trabalho. Porém, o ensino superior permanecia elitizado porque se tinha uma “[...] baixa cobertura do sistema, sobretudo na rede pública, a diversidade institucional, a privatização, a má distribuição regional são as principais características do ensino superior da época” (PALAVEZZINI, 2020, p. 97). As políticas no campo da educação, nos anos 1990 aconteceram visando a consolidação neoliberal, através do aumento do número de instituições privadas (privatização da educação) e a falta de investimentos e recursos para as instituições públicas.

Com a entrada no governo Lula, considerado um governo popular neodesenvolvimentista, apesar de uma expansão do ensino superior público e da instituição de políticas de permanência no ensino superior, essa lógica não mudou, visto que foi um governo voltado para atender as lógicas neoliberais.

1.2.2 O ensino superior nos anos 2000: expansão e interiorização

1.2.2.1 O ensino superior no governo Lula

No início dos anos 2000 ganhou visibilidade movimentos de contestação do neoliberalismo, denominados de neodesenvolvimentistas, os quais reconhecem as funções do Estado para que o desenvolvimento econômico seja alinhado com a equidade social.

O neodesenvolvimentismo tem suas raízes nas décadas de 1940-1970. Nesta época, se iniciou um “[...] processo intelectual de formulação de teorias explicativas das condições estruturais do subdesenvolvimento da periferia do sistema mundial, com ênfase nas especificidades da América Latina.” (CASTELO BRANCO, 2009, p. 73). Naquele momento, tal movimento foi denominado de nacional-desenvolvimentismo, o qual possuía como principais características: a autonomia e soberania nacionais, a industrialização como forma de superação dos obstáculos do desenvolvimento periférico, o Estado como agente estratégico

para promover o bem-estar social e a participação de uma vanguarda intelectual na gerência do Estado. Porém, essas propostas eram contrárias àquelas defendidas pelo neoliberalismo e que prevaleceram como medidas de estancamento da crise estrutural do capitalismo nos anos 1970. (CASTELO BRANCO, 2009).

Já nos anos 2000, torna-se evidente o esgotamento das medidas que o neoliberalismo apresenta, dada a economia instável, a redução de direitos sociais e aumento do desemprego e do pauperismo, que suscitaram movimentações populares que abriram caminhos para movimentos contestatórios do neoliberalismo.

Neste clima, no Brasil, nos primeiros anos do século XXI, começou o ressurgimento do nacional-desenvolvimentismo, agora denominado de neodesenvolvimentismo, principalmente, na figura do candidato à presidência Luís Inácio Lula da Silva. Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT). Lula ganhou as eleições de seu oponente José Serra do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), com a promessa de um governo progressista.

Mas, segundo Castelo Branco (2009), essa proposta do nacional-desenvolvimentismo precisou passar por uma reformulação, tendo em vista a mudança de realidade e as transformações sociais ocorridas com o passar dos anos. Esta reformulação se fez necessária tendo em vista sua adequação às configurações do capitalismo contemporâneo.

O principal objetivo dos novo-desenvolvimentistas é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado a uma melhora substancial nos padrões distributivos do país. A consecução deste objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”, principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas. (CASTELO BRANCO, 2009, p. 75).

Desde então, sob a denominação de neodesenvolvimentismo, se admite como necessário que o Estado regulasse o mercado, visando o crescimento econômico. Este, por sua vez, deve estar alinhado com a equidade social, melhorando o padrão distributivo do país. Importante pontuar, de acordo com Castelo Branco (2012), que o neodesenvolvimentismo possui uma pauta que tem muitas similaridades com as pautas do neoliberalismo, dentre as quais cabe destacar: a defesa do equilíbrio fiscal, o controle inflacionário, a defesa da equidade social, o fomento da igualdade de oportunidades.

De acordo com Pereira (2012), o governo de Lula, apontado como de centro-esquerda, poderia ter se oposto às políticas neoliberais, entretanto não o fez (em nenhum de seus oito

anos de mandato). Pelo contrário, continuou seguindo os preceitos que compatibilizam o neoliberalismo, o que teve como consequência a expansão da autonomia do capital.

Pereira (2012) destaca que o governo Lula se postou de forma dúbia perante a realidade brasileira. De um lado deu continuidade às políticas neoliberais já instaladas no país, intensificando-as. De outro lado, incorporou algumas reivindicações da classe trabalhadora.

No âmbito econômico, o governo de Lula aprovou duas reformas estruturais, a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária, aprovou a Lei de Falência, o projeto das Parcerias Público-Privada, realizou o leilão das áreas de exploração do petróleo, realizou pagamentos da dívida externa com mais agilidade que Fernando Henrique Cardoso²⁰, aumentou a dívida interna, aumentou os juros, optou por priorizar o agronegócio em detrimento da reforma agrária.

A mercantilização das políticas sociais, em diversas frentes, os desvios de recursos da Seguridade Social, a corrupção, a reduzida importância atribuída à busca da justiça fiscal, a manutenção dos mecanismos de captura do financiamento dos direitos sociais, como a priorização do pagamento dos juros da dívida externa e a DRU, estiveram fortemente presentes na gestão dos anos 2000. Os recursos adquiridos com a política econômica também foram destinados majoritariamente para o pagamento da dívida. (PALAVEZZINI, 2020, p. 102).

Druck e Filgueiras (2007) expõem que a política social do governo Lula apresentou o mesmo caráter do que as dos governos anteriores, principalmente, no que tange ao financiamento. A principal “despesa” da União foram os Encargos Especiais, definidos como juros e serviços da dívida pública, o que já vinha acontecendo no governo Fernando Henrique Cardoso e teve continuidade no governo Lula. Desse modo, as políticas sociais se tornaram mais focalizadas, direcionadas para os mais pobres e vulneráveis, com o estabelecimento de uma “linha de pobreza”. Os que estão acima dessa linha foram empurrados para os serviços do mercado, possibilitando, assim, um direcionamento de mais recursos para o pagamento da dívida pública.

Druck e Filgueiras (2007) destacam, ainda, que a política focalizada traz consigo diversas críticas, dentre elas pode-se destacar: a fragmentação da classe trabalhadora, denominando os empregados com acesso à previdência social de privilegiados; a precarização do trabalho; a flexibilização dos contratos de trabalho, dentre outros.

²⁰ Isso fez com que os investimentos em políticas sociais fossem o mínimo necessário.

No entanto, no Brasil, há elementos nas políticas sociais que independem de governos. Os direitos sociais básicos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 deveriam estar protegidos de cortes orçamentários, ou seja, serem parte das receitas e despesas obrigatórias do Estado, como as áreas da educação e da saúde. Todavia, a realidade não é esta.

Assim, no que se refere aos objetivos deste capítulo, nos oito anos do governo Lula houveram três ministros da educação: Cristovam Buarque (2003-2004), Tarso Genro (2004-2005) e Fernando Haddad (2005-2010).

No início do governo Lula, no ano de 2003, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)²¹ para analisar e propor ações para as instituições federais de ensino superior com o objetivo de reestruturação, desenvolvimento e democratização dessas instituições (Aguiar, 2016); (Otranto, 2006).

De acordo com Santos e Cerqueira (2009), ocorreram alguns eventos que influenciaram os rumos deste GTI, os quais estão descritos a seguir: Seminário “Universidade: por que e como reformar” (agosto de 2003), organizado pela Secretaria de Ensino Superior no MEC, no qual intelectuais do ensino superior realizaram oficinas para membros do Senado e da Câmara de Deputados sobre a realidade e possibilidades no ensino superior. Em novembro de 2003 foi realizado o Seminário: “Universidade XXI: novos caminhos para o ensino superior”, organizado pelo MEC, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Banco Mundial e da organização não-governamental (ONG) “*Observatoire International des Réformes Universitaires*” (ORUS). Este seminário teve como finalidade proporcionar uma discussão sobre a educação superior no mundo contemporâneo, visando obter elementos para a realização da reforma no ensino superior brasileiro.

Segundo Otranto (2006), tais seminários influenciaram os trabalhos do GTI que apresentou um **Relatório Final**, dividido em quatro partes, a saber: a primeira apresentou ações emergenciais em relação aos questionamentos sobre a situação das universidades federais; a segunda parte demonstra a necessidade de uma efetiva implementação da autonomia universitária; a terceira foi sobre a complementação de recursos e necessária elaboração de um novo modelo de ensino superior; e a quarta apresentou as etapas para a realização de uma reforma universitária. Neste contexto, dois termos apresentaram-se como

²¹ Composto por dois membros dos seguintes Ministérios: MEC; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; e Ministério da Fazenda. (OTRANTO, 2006).

centrais nas discussões: a criação de um programa emergencial de apoio ao ensino superior e uma reforma universitária mais profunda, ou seja

A reforma “mais profunda” passa pela reposição do quadro docente, ampliação de vagas para estudantes, educação a distância, autonomia universitária e financiamento que, segundo o GTI, resolveriam o problema das instituições federais de educação superior. (OTRANTO, 2006, p. 19).

Aguiar (2016) aponta que, a importância do GTI e do seu Relatório Final se deu por conta da crise em que o ensino superior público federal se encontrava, com redução de aproximadamente 50% dos recursos financeiros para as universidades públicas federais realizadas no governo Fernando Henrique Cardoso. O Relatório estabeleceu como parâmetro dobrar a oferta de vagas em universidades federais entre 2003 e 2007, entretanto isso não aconteceu. Segundo Aguiar (2016), de fato houve um aumento no número de vagas passando de 600 mil em 2003 para 938 mil em 2010, entretanto não houve uma duplicação do número de vagas. Além disso, a autora define o Relatório Final do GTI como genérico, irrealista e impreciso. Este documento se assemelhava mais a um documento de campanha que a um documento de ação. Todavia, para Otranto (2006b), o Relatório Final do GTI representou as bases para os demais documentos da política educacional do ensino superior no governo de Lula.

Santos e Cerqueira (2009) apontam que o Relatório Final do GTI apresentou um diagnóstico do ensino superior brasileiro, que na última década sofreu com a desarticulação impressa pelos governos para esse setor público. As universidades federais públicas passaram pelas consequências da crise fiscal do Estado, afetando sua manutenção, investimento e recursos humanos. “A prioridade ao setor privado chegou ao setor do ensino superior ocasião em que as universidades privadas experimentaram uma expansão recorde, porém, se encontravam ameaçadas pelo risco de uma grande inadimplência e crescente desconfiança quanto a seus diplomas.” (SANTOS e CERQUEIRA, 2009, p. 8).

O tema reforma universitária estava em pauta desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. No governo Lula, este tema voltou a ser discutido, pois existia uma necessidade de regulação do ensino superior federal, uma vez que questões que estavam previstas na Constituição Federal de 1988, ainda não possuíam uma regulação própria, como é o caso da autonomia universitária²², prevista no artigo 207, “As universidades gozam de autonomia

²² Também prevista na LDB de 1996.

didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, s/p). Também, estava em pauta estabelecer a responsabilidade social da educação superior a partir de princípios normativos e assistência estudantil. Até o ano de 2006 foram entregues quatro versões de projetos de lei sobre a reforma universitária, entretanto nenhuma foi aprovada, sendo que a última não foi nem votada.

Aguiar (2016), aponta que o projeto de reforma universitária não despertou interesse, pois apresentou poucas inovações, no final das contas se demonstrou como um projeto voltado para um enquadramento legal de procedimentos já existentes, amparados por decretos, portarias e resoluções. Assim, não houve grandes movimentos, nem públicos e nem privados, com a ausência de aprovação do projeto sobre a reforma universitária, que ao final foi abandonado por todos.

Ademais, Tarso Genro tentou encaminhar o projeto de reforma universitária na forma de pacote, quando ainda ministro

[...] participou de debates em conferências e seminários, realizou oitavas públicas, consultou as instituições etc, com vistas a realizar a Reforma Universitária. Por essa via, assim como o antecessor, também não teve êxito. De forma fragmentada, no entanto, conseguiu alguns avanços. Aprovou a Lei que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que instituiu a política de reserva de vagas para egressos de escolas públicas, negros e indígenas nas instituições públicas de ensino superior e criou, por meio de Medida Provisória, o Programa Universidade Para Todos (Prouni) (SANTOS E CERQUEIRA, 2009, p. 9).

Para Otranto (2006), a reforma universitária aconteceu, não na forma de um projeto de lei aprovado, mas por meio de programas instituídos pelo governo federal, com mudanças significativas no ensino superior.

[...] os fundamentos da reforma da educação superior do governo Lula estão calcados em marcos regulatórios defendidos pelos organismos internacionais. A maior parte desses fundamentos foi defendida no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial e direcionou medidas legais que foram sendo implantadas, desenhando a reforma de acordo com os interesses governamentais. Dentre estas medidas pode-se destacar o PROUNI, o SINAES, a Lei de Inovação Tecnológica, as Parcerias Público-Privadas, o decreto que normatiza a Educação a Distância, além das medidas já adotadas para a Educação Profissional (OTRANTO, 2006, p. 23).

Santos e Cerqueira (2009) corroboram com Otranto (2006) no que diz respeito à reforma universitária, ou seja, foram implementadas diversas ações/políticas que “[...]”

poderíamos supor que a conta-gotas o governo vem colocando em prática a Reforma Universitária” (SANTOS e CERQUEIRA, 2009, p.10).

No que concerne às legislações para o ensino superior no governo de Lula, para as finalidades deste trabalho, serão destacadas as principais. Sendo assim, em 2003, houve a publicação do Decreto nº 4875, de 11 de novembro de 2003, (BRASIL, 2003), cujo principal objetivo se centrava no incentivo para a realização de cooperações técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos, principalmente os africanos, nas áreas da educação e da cultura, mediante o oferecimento de bolsas para os alunos em vulnerabilidade econômica para que conseguissem ter condições de cursar graduação no Brasil. Este Projeto, apesar de ser instituído em 2003, foi somente em 2012, durante o governo de Dilma Rousseff, que foram estabelecidas as diretrizes para a sua execução, através da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 745, de 05 de junho de 2012. (BRASIL, DOU, 2012).

Sob a égide do ministro Tarso Genro, foi aprovado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), através da Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004, (BRASIL, 2004). Neste novo método de avaliação passou a ser considerado o tripé, aluno, curso e instituição, possuindo, para cada um, procedimentos avaliativos diferenciados.

Com as determinações iniciais do SINAES os alunos seriam avaliados a partir do Exame Nacional de Cursos (ENADE), mediante uma avaliação em duas etapas, sendo a primeira no ingresso ao curso e a segunda na conclusão, visando avaliar os conhecimentos adquiridos pelos estudante e o nível de contribuição que a instituição oferece neste processo. Também foi acrescida a avaliação feita pelo ENADE aquela que decorre da criação do Índice de Diferença entre Resultado Esperado e o Observado (IDD), pensada para realizar um aperfeiçoamento da avaliação, levando em consideração todo o sistema, de modo a não prejudicar instituições que recebem/admitem alunos menos qualificados.

As avaliações do SINAES se tornaram a base “[...] para os processos de regulação e supervisão da educação superior, para fins de emissão dos atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior.” (AGUIAR, 2016, p. 118). A execução do SINAES ficou sob a responsabilidade da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), que possui um caráter consultivo para a construção e o aperfeiçoamento das diretrizes da política de avaliação; bem como o Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para formular os instrumentos para a realização das avaliações.

Assim, é importante considerar que

[...] há uma diferença importante entre as políticas adotadas pelos respectivos governos [Fernando Henrique Cardoso e Lula]. Pois enquanto no governo FHC a divulgação da avaliação se constituía como a única “medida” tomada pelo governo em relação às instituições e aos cursos considerados deficientes a partir da avaliação, uma vez que expunha essa deficiência aos olhos da opinião pública, no governo Lula, pela primeira vez, foram realizadas ações efetivas de supervisão e punição por parte do MEC. Ou seja, o governo não deixou apenas ao mercado e aos consumidores a decisão sobre a continuidade ou o crescimento das instituições do sistema (AGUIAR, 2016, p. 119).

Ainda, em relação à avaliação e supervisão dos cursos de ensino superior, necessário pontuar que, foi a partir da publicação do Decreto nº 5773, de 9 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), que se realizou uma ofensiva de ações que visam a supervisão dos cursos (de Direito e os ofertados na modalidade EAD), sendo realizado, inclusive, o descredenciamento da Universidade de Tocantins por não atingir as notas desejadas (Aguiar, 2016).

No que concerne à Educação à Distância (EAD), no governo Lula, houve uma expansão do ensino superior nesta modalidade. O EAD surgiu, pela primeira vez, de forma oficial, no governo Fernando Henrique Cardoso. Porém, no governo Lula se intensificou a partir da aprovação do Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005, sob o pretexto de democratizar o ensino superior, o EAD se expande amparado numa retórica de que o governo não tinha capacidade de ampliar o ensino presencial.

Acompanhando o alastramento do ensino EAD e com o objetivo de expansão e interiorização do ensino superior, no ano de 2005, foi criado o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), que tinha como principal objetivo

[...] oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores em serviço da rede pública de educação básica. Esses cursos seriam ofertados, em regime de colaboração da União com os entes federativos (Estados e Municípios), por instituições públicas de educação superior, em articulação com polos de apoio presencial. No âmbito da UAB foi desenvolvido o programa “Pró-Licenciatura”, cujo público alvo é composto por docentes em exercício na educação básica pública há pelo menos um ano e sem habilitação legal exigida para o exercício da função (licenciatura). (CARVALHO, 2014, p. 217).

A UAB é uma modalidade de ensino que nasceu a partir de parcerias entre União, estados, municípios e instituições de ensino superior públicas e privadas. Para a efetivação do

projeto, o município com interesse em aderir a UAB precisa ter um polo presencial com tutores presenciais que ficam à disposição dos alunos. “A meta prioritária do sistema UAB é contribuir para a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, por isso, as ofertas de vagas são prioritariamente voltadas para a formação de professores da educação básica [...]” (PALAVEZZINI, 2020, p. 109).

Ainda em 2005, foi criado o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), o qual tem por finalidade fomentar ações para a garantia de que pessoas com deficiência possam acessar e concluir cursos de graduação em instituições federais de ensino superior. Visa a criação de núcleos de acessibilidade nas instituições, os quais devem realizar ações institucionais para a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

Dentre as medidas que caracterizam a reforma do ensino superior, há de se destacar a criação, por meio da Lei nº 11096, de 13 de janeiro de 2005, o Programa Universidade para Todos (BRASIL, 2005), que possivelmente tenha sido uns dos programas mais polêmicos do governo Lula para o ensino superior. O PROUNI pretendeu solucionar dois problemas de uma vez só: a barreira socioeconômica que impedia o acesso dos mais pobres ao ensino superior e o “enquadramento fiscal das instituições filantrópicas e sem fins lucrativos.” (AGUIAR, 2016, p. 121).

O PROUNI teve apoio de parte da sociedade civil, sindicatos, movimentos estudantis, movimentos sociais (ações afirmativas) e de egressos que costumam ver as provas vestibulares como barreiras para o acesso à graduação (Aguiar, 2016).

Em relação às instituições filantrópicas e sem fins lucrativos, o PROUNI foi o mecanismo de regulação para a realização de contrapartida, visto que elas, em sua maioria, usufruíram de isenções fiscais, porém até o ano de 2004 isto não era regulado pelo Estado. Ou seja, estas instituições concediam bolsas de estudo, mas elas mesmas decidiam o percentual de bolsas, o número de beneficiários, os cursos, os descontos, etc., assim raramente ofereciam bolsas integrais e tampouco em cursos de “renome” como Medicina e Engenharias. De acordo com Carvalho (2006), após a instituição do PROUNI, as universidades deveriam conceder uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes, em 2006 este número aumentou para uma bolsa integral para cada 10,7 estudantes pagantes e para além das bolsas integrais, conceder bolsas de 50% e 25%. Com isso

[...] a isenção fiscal, já existente, não resultaria em uma ampliação do acesso ao Ensino Superior, além de ser discricionária. O ProUni, por outro lado, ao regulamentar a situação, estabelece que as instituições beneficiadas por isenções fiscais passem a conceder bolsas de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção. (AGUIAR, 2016, p. 121).

Desse modo, de acordo com Brasil (2005), o governo concede benefícios às instituições de ensino superior privadas, com ou sem fins lucrativos, que aderirem ao PROUNI, sendo eles:

1. isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica;
2. isenção contribuição social sobre o lucro líquido;
3. isenção de contribuição social para financiamento da seguridade social;
4. isenção de contribuição para o Programa de Integração Social.

Estes benefícios estão previstos no artigo 8º da Lei 11096/05 que também prevê os critérios para inserção dos alunos, que são:

1. nota mínima de 450 pontos no ENEM;
2. renda familiar per capita de até três salários-mínimos;
3. ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em escola privada com bolsa integral ou ser portador de deficiência ou professor da rede pública de ensino básico, em exercício (cursos de licenciatura ou pedagogia) - neste caso, a renda não é considerada.

Em relação às críticas ao PROUNI, a principal delas é a destinação de recursos públicos para a rede privada de ensino, levando à chamada privatização da educação superior. Sobre este assunto, Fagnani (2014, p. 1015) aponta que “a mercantilização do ensino superior recebeu novo impulso a partir da instituição do PROUNI e do fortalecimento do FIES.” Além disso, não existe um controle público que verifica a qualidade da formação oferecida pelas instituições participantes. Santos e Cerqueira (2009) corroboram com o apresentando, enfatizando que o PROUNI possibilitou a renúncia fiscal para as instituições de ensino superior privadas. Assim, os autores apontam que, neste caso, o MEC explicitou sua falta de compromisso com o setor público. Além disso, segundo Vaz (2017), o PROUNI representou um alívio financeiro para as instituições de ensino superior privadas, uma vez que as vagas ociosas, as quais já eram oferecidas enquanto bolsas bancadas pelas próprias instituições, a partir deste Programa, passaram a ser remuneradas, com o pagamento realizado através de recursos públicos.

Por outro lado, na concepção de Aguiar (2016), o PROUNI pode ser considerado como uma transferência indireta de renda, pois beneficia as camadas mais pobres da sociedade. Considerando que os alunos beneficiados são os excluídos da rede pública, pois, se comparada com a rede privada, a rede pública ainda é uma rede diminuta, além de, na sua maioria, estar localizadas nos grandes centros urbanos oferecendo grande parte dos seus cursos no período diurno.

Santos e Cerqueira (2009) analisam as políticas no ensino superior no mesmo caminho que Aguiar (2016), ao apontarem que

Por tudo que tratamos até aqui, não somos ingênuos ao ponto de ignorar os efeitos perversos das escolhas econômicas neoliberais do país e seus reflexos na educação superior, tão bem tratados pela literatura especializada. Entretanto, arriscamos dizer que, diante de um sistema originariamente elitista, com as devidas ressalvas, o atual governo tem demonstrado, ainda que contraditoriamente, um interesse e uma disposição em favorecer o acesso e a permanência de determinados setores da sociedade até então excluídos deste nível de escolarização. (SANTOS e CERQUEIRA, 2009, p. 14).

Dentre outras ações que foram decisivas para fomentar a expansão da rede privada de ensino superior, podemos destacar a reformulação do Financiamento Estudantil (FIES). As principais modificações, de acordo com Aguiar (2016), foram: possibilidade de contratação do FIES em qualquer momento do curso; carência aumentada para 18 meses; ampliação para três vezes o tempo de utilização do financiamento; juros fixos de 3,4% anual; possibilidade dos estudantes de Medicina e licenciaturas pagar pelo financiamento através da prestação de serviços para a rede pública de educação e saúde, possibilitando amortizar em 1% a dívida por mês de trabalho.

Estes Programas de financiamento estudantil (PROUNI e FIES), segundo Vaz (2017), têm como finalidade a oferta de vagas no ensino superior privado, para alunos de baixa renda, possibilitando a formação da classe trabalhadora e elevando a porcentagem de formandos no ensino superior no Brasil. Tais Programas foram pensados e implementados em decorrência da política social neoliberal, que visa conceder recursos às áreas sociais mais rentáveis à burguesia, transformando assim os serviços em mercadoria.

Desta maneira, o Estado ao implementar os programas FIES e PROUNI cumpriu de maneira eficiente o seu papel dentro de uma sociedade capitalista dividida em classes, onde suas políticas liberais são mecanismos utilizados para assegurar a ordem e reprodução do capital, pois, se por um lado os programas possibilitaram a entrada de pessoas de baixa renda no Ensino Superior, em contraponto, os empresários das IES privadas tiveram seus anseios atendidos, pois há uma

expressiva expansão no número de faculdades privadas. Esses números foram justificados pelo aumento da procura de vagas do Ensino Superior por pessoas que visavam aderir aos programas de financiamento estudantil PROUNI e FIES. (VAZ, 2017, p. 44).

Ainda no ano de 2007, foi instituído o principal programa de expansão do ensino superior público federal no Brasil, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), através do Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), para o período 2008 a 2012. Este Programa estabeleceu como finalidade central a ampliação do acesso e permanência de estudantes na educação superior. De acordo com Santos e Cerqueira (2009), as universidades que aderiram ao Programa tiveram que enviar ao MEC um plano de reestruturação²³, o qual deveria conter a possibilidade de aumento de vagas, a ampliação dos cursos (oferecer cursos no período noturno), o aumento do número de aluno/professor, com previsão de dezoito alunos para cada docente, a redução de custo por aluno, as ações de combate à evasão e flexibilização dos currículos, etc.

Segundo Carvalho (2014), os principais princípios do REUNI visavam a ampliação do acesso e permanência no ensino superior, aumentar a qualidade dos cursos oferecidos pelas instituições federais de ensino superior, otimizar o espaço físico e recursos humanos das universidades federais. Além disso, o REUNI previa que houvesse uma diminuição no número de evasão, a ocupação de vagas disponíveis e aumento de vagas para ingresso, principalmente, no noturno.

O Programa prevê ainda a adesão por parte das IFES à flexibilidade curricular em seus cursos, os quais poderiam ofertar formação inicial de curta duração e diplomas intermediários, cujos objetivos consistem em evitar a especialização precoce e, ao mesmo tempo, atender às diversidades regionais e às particularidades locais. [...] a intenção era facilitar a mobilidade estudantil, seja interna, pela circulação estudantil entre cursos, incluindo a mudança de curso na instituição com aproveitamento de créditos, seja externa, pela circulação estudantil entre instituições de educação superior. (CARVALHO, 2014, p. 221).

Palavezzini (2020) aponta que o REUNI estava permeado de contradições. As principais críticas giram em torno de não ter havido uma participação popular da comunidade acadêmica em seu planejamento; ser um programa contratualista, ou seja, para cada universidade que aderisse ao Programa seria fornecido um acréscimo de recursos de 20% em

²³ “Termo de pactuação de metas”, nome do documento produzido pelas universidades federais, visando sua reestruturação.

relação às despesas de custeio e pessoal; possibilitou a perda da autonomia universitária, pois as universidades tinham contrapartidas para serem cumpridas; entre outros.

Porém, apesar das críticas serem totalmente legítimas, é importante destacar que

No que se refere ao ensino superior público federal, os dados demonstram o histórico de carência de investimentos para ampliar esse nível de ensino. Nesse sentido, o REUNI teve um papel de grande relevância por viabilizar recursos financeiros fundamentais para retomar, em certa medida, o investimento estatal no ensino superior, promovendo uma inequívoca e inédita expansão das IFES, com a ampliação do número de instituições, de campus, aumento no número de vagas e proporcionando meios para que a classe trabalhadora tivesse maior acesso à educação superior federal. É necessário considerar que, mesmo antes, durante e depois do REUNI, a qualidade do ensino superior federal passa indiscutivelmente pelas condições de infraestrutura e recursos humanos, pedagógicos e didáticos, não sendo mérito nem demérito específico do programa. (PALAVEZZINI, 2020, p. 113-114).

Complementado as considerações de Palavezzini (2020), Santos (2016) pontua que o Decreto estabeleceu o repasse de recursos financeiros para as instituições que aderissem ao Programa REUNI. O montante orçamentário a ser destinado para as instituições seria de acordo com a capacidade financeira do MEC. Isso significa que não houve uma garantia de repasse financeiro efetiva pelo governo federal, apenas através da “capacidade financeira”, ou seja, se não há capacidade financeira, não há repasse de recursos.

Ainda, durante o governo de Lula, segundo Carvalho (2014), no âmbito das medidas de reforma, os cursos tecnológicos tiveram um olhar especial. Se no governo de Fernando Henrique Cardoso os cursos tecnológicos deveriam ser ofertados apenas pela iniciativa privada, devido a incapacidade de expansão do ensino público, no governo de Lula o objetivo foi o de recuperar o protagonismo dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Desse modo, em 2008 se reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a qual foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, não enquanto novas instituições, mas enquanto reorganização dos CEFETs, as Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais, estas últimas, ligadas às Universidades Federais.

Além disso, no ano de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que segundo Todos pela Educação (2018), o PDE foi inaugurado de forma conjunta com o Plano Metas Compromisso Todos pela Educação, através do Decreto Lei nº 6.094 (BRASIL, 2007). O PDE é composto por um conjunto de programas com o objetivo de melhorar a educação no Brasil. O Plano continha cinco direcionamentos: Educação Básica;

Educação Superior; Educação Profissional, alfabetização e diversidade. Ademais, estabeleceu o prazo de quinze anos para ser completado, porém foi suspenso antes disso. Oliveira (2009) destaca que o PDE previa a parceria com estados e municípios para a construção de um regime de colaboração visando o desenvolvimento da educação básica, principalmente.

Em relação à educação básica, o PDE voltou-se para a formação e valorização de professores, financiamento e garantia de acesso. Até o ano de 2010, o PDE abrangia 64 programas na educação básica, mediante as seguintes iniciativas:

- Formação de professores: o programa Universidade Aberta do Brasil, por meio de um sistema nacional de Educação Superior a distância, visa capacitar professores da Educação Básica pública que ainda não têm graduação, formar docentes e propiciar formação continuada;
- Estabelecimento de piso salarial nacional para professores constitucionalmente assegurado;
- Aumento da arrecadação para repasses da União aos estados e municípios relativos ao Salário-Educação;
- Substituição do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e ampliação dos repasses da União ao Fundo;
- Combinação entre os resultados de desempenho escolar e os resultados de rendimento escolar por meio da criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb;
- Apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo com o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola);
- Lançamento dos Planos de Ações Articuladas (PAR);
- Acesso ao mundo digital: energia elétrica (Programa Luz para Todos na Escola), equipamentos e formação (Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo), conectividade (Programa Governo Eletrônico: Serviço de Atendimento ao Cidadão – GSAC e TV Escola) e produção de conteúdos digitais (Portal Domínio Público, Portal de Periódicos da Capes e Programa de Conteúdos Digitais Educativos). (BRASIL, 2018, s/p).

Para o ensino superior, o principal enfoque foi a expansão de vagas, para tornar possível o acesso nas regiões mais remotas. Essa expansão foi orientada por uma intenção de incentivar o desenvolvimento econômico e social, além de proporcionar a inclusão social por meio da educação. Foram as principais ações para o ensino superior previstas no PDE:

- Aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni);
- **Sustentação à adoção de políticas afirmativas através do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes);**
- Alteração do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), ampliando o prazo para o aluno quitar o empréstimo após a conclusão do curso. (BRASIL, 2018, s/p, grifo meu).

Este mesmo Decreto, de acordo com Brasil (2007), instituiu o "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação". A partir deste Plano foi elaborada a estratégia denominada de Plano de Ações Articuladas (PAR), mediante o qual o governo federal passou a prestar assistência técnica e financeira com o objetivo de melhorar o ensino. Tal Decreto, previu um regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, através de ações e programas para o aprimoramento da qualidade da educação básica, com a parceria da família e comunidade.

A necessidade de se apoiar na família e comunidade para a melhoria de uma política social, a da educação, se tornou uma estratégia recorrente desde a década de 1990. Segundo Oliveira (2009), este apelo para a família e a comunidade parte da noção de que a educação é responsabilidade de todos, como se cada indivíduo fosse responsável por melhorar o mundo. Este argumento, provém da lógica neoliberal de repasse da execução da política social para a sociedade, ignorando que “[...] fatores estruturais intra e extraescolares são determinantes do baixo desempenho obtido nos exames de ‘medição de qualidade’” (OLIVEIRA, 2009, p. 206).

No ano de 2008 foi aprovado o Decreto nº 6495, de 30 de junho de 2008 (BRASIL, 2008), o qual instituiu o Programa de Extensão Universitária/PROEXT. O PROEXT é um programa ligado à inclusão social com a finalidade de dar suporte para as instituições de ensino superior públicas para desenvolverem programas/projetos de extensão que auxiliem na implementação de políticas públicas.

Outro programa criado no governo Lula, como parte da “reforma”, tendo em vista, fomentar o ensino superior e articulá-lo com a educação básica, foi o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), criado através do Decreto nº 7219, de 24 de junho de 2010 (BRASIL, 2010), cujo objetivo era estimular a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes daqueles que estão cursando o ensino superior, visando melhorar também a educação básica pública brasileira.

Carvalho (2014) registrou que durante os oito anos do governo Lula houve um crescimento de 73% de cursos de nível superior no país. Com o compromisso de campanha de priorizar o modelo universitário público, em seus mandatos foram criadas diversas universidades federais, assim como a construção de novos *campi* nas universidades existentes.

Quadro 02: Universidades criadas no governo Lula

UNIVERSIDADE	SIGLA	ANO DE CRIAÇÃO	LEGISLAÇÃO DE CRIAÇÃO
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	2005	Lei 11.153, de 29 de julho de 2005
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	2005	Lei 11.151 de 29 de julho de 2005
Universidade Federal do ABC	UFABC	2005	Lei 11.145 e datada de 26 de julho de 2005
Universidade Tecnológica Federal do Paraná ²⁴	UTFPR	2005	Lei 11.184, de 7 de outubro de 2005
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	2008	Lei 11.640 de 11 de janeiro de 2008
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	2009	Lei 12.085, de 5 de novembro de 2009
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	2009	Lei 12.029, de 15 de setembro de 2009
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	2010	Lei 12.289 de 20 de julho de 2010

Fonte: Dados extraídos do Portal e-MEC. Dados sistematizados pela autora.

Observou-se que nos oito anos de governo Lula foram criadas nove novas universidades federais, totalizando 13% (treze por cento) do número total de universidades federais. Se compararmos esse dado com o do presidente anterior, quando apenas uma universidade foi criada, temos no total nove universidades em doze anos e três presidentes.

Segundo Carvalho (2014) a expansão do ensino superior no governo Lula tinha por objetivo reduzir as desigualdades regionais e diminuir as distâncias geográficas. Para isso foram abertos *campi* das universidades existentes e criadas universidades no interior dos Estados.

²⁴ A UTFPR passou a existir enquanto universidade após a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica do Paraná em universidade, através da lei 11184/2005. Por isso, possui como herança toda a trajetória dos CEFETs-PR, desde o ano de 1909 quando ainda era Escolas de Aprendizes Artífices, criadas pelo então presidente Nilo Peçanha. Sendo assim, enquanto universidade, a UTFPR foi criada no ano de 2005.

Quadro 03: Localização das universidades criadas no governo Lula

UNIVERSIDADE	SIGLA	ESTADO	CAMPI (CIDADES)
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	Mato Grosso do Sul (MS)	Dourados
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	Bahia (BA)	Cruz das Almas-Bahia, Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus
Universidade Federal do ABC	UFABC	São Paulo (SP)	Santo André, São Bernardo e São Caetano
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	Rio Grande do Sul (RS)	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	Pará (PA)	Santarém, Juruti, Oriximiná, Itaituba, Monte Alegre, Óbidos e Alenquer
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Paraná (PR)	Laranjeiras do Sul e Realeza
		Santa Catarina (SC)	Chapecó
		Rio Grande do Sul (RS)	Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	Ceará (CE)	Redenção e Acarape
		Bahia (BA)	São Francisco do Conde
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	Paraná (PR)	Foz do Iguaçu

Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	Paraná (PR)	Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo
--	-------	-------------	--

Fonte: Sites oficiais das universidades federais. Dados sistematizados pela autora.

O quadro apresentado acima, apresenta os *campi* das novas instituições criadas no governo do então presidente Lula. Andifes (2019), aponta que no ano de 2002 haviam 148 (cento e quarenta e oito) *campi* de universidades federais no Brasil, em 2017²⁵, esse número passou para 408 (quatrocentos e oito) *campi* de universidades federais, significando um aumento de 176% (cento e setenta e seis por cento) em quinze anos, com esta informação afirmamos que o governo, para além de uma expansão do ensino superior no Brasil, a realizou através da interiorização dessas instituições.

[...] Os investimentos foram orientados para romper com a lógica pretérita e, em razão disto, buscou contrapor-se à concentração de instituições federais de ensino superior em regiões metropolitanas, de maior poder aquisitivo e indicadores socioeconômicos mais favoráveis. Com efeito, foram contempladas as regiões com grande densidade demográfica e baixa cobertura universitária pública, mais afastadas dos grandes centros e com demandas específicas de cursos de licenciatura ou regiões de fronteira com características de integração e escoamento regional. Além disso, foram considerados os papéis de internacionalização e integração interna e externa ao distribuir espacialmente os *campi*. Merece nota a função desempenhada pela UNILA, UNILAB, UFFS e UFOPA. [...]. (ANDIFES, 2019, p. 17 e 18).

Com a expansão de vagas no ensino superior público federal ficou patente a necessidade de oferecer condições para favorecer a forma de se concorrer e acessar às vagas nas universidades federais. Para isso foi necessário pensar em novas modalidades de inserção que fossem alternativas aos tradicionais vestibulares e que considerassem, de fato, as ações afirmativas. Neste cenário ganhou destaque o ENEM que já era utilizado pelas instituições privadas como forma alternativa ao vestibular. Assim,

²⁵ Abrangendo o governo Dilma, também representando o PT.

Esse exame adquiriu centralidade como mecanismo de acesso às IES particulares no governo Lula com a implementação do Prouni. A nota obtida no Enem tornou-se o principal critério de seleção de bolsas de estudo para o programa. No segundo mandato, o Enem foi remodelado pelo MEC, a fim de transformá-lo no principal mecanismo de seleção das instituições públicas federais por meio do Sistema de Informações Unificado (Sisu). (CARVALHO, 2014, p. 225).

A partir do Sistema de Informações Unificado (SISU) foi possível estabelecer uma forma de universalização do acesso ao ensino superior, visto que o estudante pode realizar a prova do ENEM na sua cidade de residência e concorrer às vagas das instituições federais públicas de todo o Brasil, de acordo com a nota obtida nesta prova. A grande maioria das instituições de ensino superior tem como forma de acesso o SISU, seja como única forma de ingresso, seja enquanto uma forma de acesso, juntada com vestibulares e vestibulares seriados.

Além de modificações nas formas de acesso ao ensino superior foi preciso propor ações para a permanência, a partir da possibilidade do estudante conseguir cursar graduação em qualquer estado do país. A saída do domicílio de origem e sua permanência em outra cidade acarreta vulnerabilidades, que podem levar o discente a se evadir do ensino superior. Em vista disso, no ano de 2010, o governo Lula aprovou o Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)²⁶, cujos objetivos se relacionam com a democratização da permanência no ensino superior, a minimização das desigualdades para conclusão da graduação, a diminuição da retenção e evasão e a promoção da inclusão social.

Nascimento (2013) realiza uma importante reflexão sobre o ensino superior no período neodesenvolvimentista, no qual há um enfoque ao acesso ao ensino superior. De fato houve um aumento do número de vagas em instituições de ensino superior públicas e privadas, porém, o questionamento que fica é: qual a qualidade deste ensino? A autora aponta que as universidades brasileiras no século XXI apresentam um descompasso entre o acesso e a qualidade, formando profissionais que não atendem, nem ao menos, as demandas básicas do mercado. Coloca que, o que vem sendo produzido é um exército de reserva “com diploma”, que não contribui para a diminuição das taxas de desemprego. A educação que está sendo oferecida é uma educação mercantilizada e massificada. Além disso, as contradições do projeto educacional que segue através dos interesses da classe dominante, vêm trazendo insatisfação nas próprias classes da elite.

²⁶ Sobre o PNAES o próximo capítulo irá se aprofundar no assunto.

Desse modo,

[...] nos anos 2000, sob a gestão do ex-presidente Lula da Silva (2003-2010), as medidas que foram conduzidas no interior das Instituições Federais de Ensino Superior/IFES (incluindo-se as políticas de assistência estudantil), sob a denominação de reformas (numa explícita tentativa de atribuir um novo significado à este termo, distante das reformas pensadas pela social-democracia europeia), possuem um caráter conservador. Ou seja, neste contexto, a reestruturação da universidade responde às novas exigências de reprodução ampliada do capital, e, com isso, servem à hegemonia burguesa. [...] (NASCIMENTO, 2013, p. 61).

Nessas primeiras décadas do século XXI o que se vê é uma progressiva incorporação da lógica de mercado nas universidades brasileiras, sob a égide neoliberal, na qual a sua expansão acontece ao encontro da mercantilização da educação, para atender aos anseios do capital. Vaz (2017) corrobora tais apontamentos e coloca que os programas para o ensino superior no governo Lula foram programas focalizados, que seguem a lógica dos organismos mundiais (Banco Mundial) e multilaterais. Verificou-se nas medidas empreendidas em tal governo, que não houve qualquer rompimento com o projeto que estava sendo colocado em prática nos governos anteriores - neoliberalismo. Pelo contrário, o governo Lula demonstrou ter mais afinidades com as recomendações do projeto neoliberal para o ensino superior do que o governo de Fernando Henrique Cardoso.

1.2.2.2 O ensino superior nos governos Dilma Rousseff e Michel Temer

No ano de 2010 foram realizadas eleições diretas para presidência da república, a qual saiu como vitoriosa Dilma Rousseff, do mesmo partido do então presidente Lula (PT), sendo a primeira mulher presidente do Brasil. Dilma foi reeleita em 2014 para mais um mandato de quatro anos, porém no ano de 2016 a presidenta passou por um processo de “*impeachment*”, por conta das “pedaladas fiscais”²⁷. Assumindo, a partir de 01 de setembro de 2016, seu vice, Michel Temer do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que governou até o ano de 2018.

De forma geral, o governo Dilma deu continuidade às políticas sociais iniciadas e implementadas pelo seu antecessor Lula. Sendo os dois do mesmo partido, seus

²⁷ Pedaladas fiscais é o atraso, por parte do governo federal, de repasse de dinheiro para bancos que são responsáveis pela operacionalização de programas e benefícios sociais. Os atrasos podem funcionar como uma forma de cumprir as metas fiscais, ou seja, para não deixar em déficit as contas públicas. Essa prática de atrasos não é inédita, mas foi a partir do governo de Dilma que houve um aumento de valores que não foram repassados.

posicionamentos e direção social de governo foram parecidos e tiveram continuidade. Em relação ao ensino superior, assim como as demais áreas, os programas e projetos tiveram seguimento, porém vale destacar algumas mudanças e programas implementados.

Se no governo Lula se teve três Ministros da Educação, no governo Dilma esse número destoou, de 2011 a 2016 houve seis ministros, sendo eles Fernando Haddad (2011-2012), Aloizio Mercadante (2012-2014), José Henrique Paim (2014-2015), Cid Gomes (jan. 2015-mar. 2015), Luiz Cláudio Costa²⁸ (mar. 2015-abr. 2015), Renato Janine Ribeiro (abr. 2015-out. 2015) e retorno de Aloizio Mercadante (2015-2016). A troca efêmera de ministros pode ser prejudicial para a continuidade dos trabalhos, cujas respostas são de longo prazo.

Em 2012, foi aprovada a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), essa lei é a responsável por estruturar o ingresso nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio, ela é popularmente conhecida como a lei de cotas. Segundo Peron (2012), a lei de cotas pode ser considerada uma forma, a longo prazo, de diminuir as desigualdades sociais e econômicas, através de políticas públicas que levem em conta critérios de renda e etnia. O autor ainda aponta que, no ensino médio, mais de 80% dos estudantes são oriundos de escolas públicas, porém a minoria ingressa em universidades públicas, é nessa direção que a lei de cotas se apresenta como uma forma de destinar o ensino público universitário, justamente, ao aluno que vem de escola pública, além, é claro, de ser uma forma de reparação histórica aos grupos que historicamente são alvos de preconceitos e exclusão social.

No ano de 2013 foi instituído o Decreto nº 7948, de 12 de março de 2013, (BRASIL, 2013), que dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que visa a formação de alunos estrangeiros, através da oferta de vagas de graduação em instituições de ensino superior brasileiras. As vagas são oferecidas gratuitamente, voltadas, principalmente, para países em desenvolvimento e prevê o retorno do estudante ao seu país de origem depois de formado, sendo o Programa executado através da parceria entre o Ministério de Relações Exteriores e o MEC.

No mandato em tela foram poucas as criações de novas universidades federais, representando apenas 4,3% de universidades federais existentes até o presente ano de 2022.

²⁸ Que ficou como interino até a escolha do próximo ministro.

Quadro 04: Universidades criadas no governo Dilma

UNIVERSIDADE	SIGLA	ANO DE CRIAÇÃO	LEGISLAÇÃO DE CRIAÇÃO
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	2013	Lei 12.818, de 5 de junho de 2013
Universidade Federal do Cariri	UFCA	2013	Lei 12.826, de 5 de junho de 2013
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	2013	Lei 12.825, de 05 de junho de 2013

Fonte: Dados extraídos do Portal e-MEC. Dados sistematizados pela autora.

No governo Dilma se investiu na expansão e interiorização da rede federal técnica e profissionalizante no Brasil, tendo como base na Lei nº 11.892/2008, a qual instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando assim os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008). Foram criados 38 institutos federais os quais oferecem ensino técnico (integrados ao nível médio e subsequentes ao nível médio), ensino superior e pós-graduação. A partir do apresentado, se deu a expansão e interiorização, inclusive com a abertura de diversos *campi* nas diferentes cidades dos estados brasileiros.

Constata-se que a principal vertente do governo Dilma foi o ensino técnico, ou seja, ensinar uma profissão para o mercado de trabalho. Nesse viés, no seu primeiro ano de mandato, foi aprovada a Lei nº 12513, de 26 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011), a qual instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/PRONATEC, que possui como principal finalidade a ampliação do ensino profissional e tecnológico, através de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O PRONATEC previu, dentre outras coisas, a expansão da rede federal, o fomento para a expansão da rede estadual, bolsas para estudantes e trabalhadores, educação profissional e técnica de nível médio à distância.

O PRONATEC tinha por objetivo expandir a oferta de cursos que a própria Rede Federal já ofertava, no entanto eram pagas bolsas, ou seja, auxílios financeiros para alunos e professores que muitas vezes não eram da Rede, o que provocou diversas contestações no meio da educação profissional em relação a qualidade dos cursos oferecidos por esse programa, bem como o comprometimento dos alunos, que recebiam um valor para não desistirem dos cursos. (MARQUES, 2018, p. 673).

Marques (2018), ainda aponta que em muitas instituições a implementação do PRONATEC foi alvo de auditorias, apesar de aspectos controversos e das críticas, chama a atenção para o fato de que os Institutos cumprem o papel na interiorização do ensino, oferecendo uma formação positiva e mudanças sociais de acordo com o seu alcance.

[...] o balanço dos doze [nós acrescentamos catorze] anos de governo do PT nos autoriza afirmar que na área educacional, os rumos adotados pelas políticas do MEC indicam concretamente o fortalecimento de diretrizes conservadoras que beneficiaram os interesses privados, do que uma efetivação do compromisso assumido (FIGUEIREDO, 2017, p. 166).

Com o processo de impedimento da presidenta Dilma, no ano de 2016, assumiu o seu vice, Michel Temer, para o término do mandato até 2018. O governo Temer acabou com várias ações e conquistas que se acreditava serem sólidas e perenes com um direcionamento sociopolítico em favor do mercado financeiro, com uma expansão do pensamento conservador e burguês. Nos dois anos e meio de mandato Temer, a área da educação teve dois ministros, sendo eles: José Mendonça Bezerra Filho (2016 a abril 2018) e Rossieli Soares da Silva (abril 2018 a dez. 2018).

Em relação ao ensino superior, houve a aprovação da Lei nº 13530, de 7 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017), a qual revogou todas as leis e medidas provisórias anteriores sobre o FIES. Foi mantido um posicionamento de incentivo de crédito para instituições de ensino superior privadas com a abertura e possibilidade de financiamento através de qualquer instituição financeira, desde que autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB). Além disso, foi estabelecida nova política de cobrança de juros e pagamento de dívidas, buscando incentivar o crédito para novas vagas em instituições privadas (Marques, 2018). Estas ações vão ao encontro do interesse do capital financeiro internacional

Após o impedimento de 31 de agosto de 2016, imediatamente as consequências contra a educação pública brasileira já começaram a se sentir: com a destituição de equipes e a iminente extinção de secretarias no Ministério da Educação, bem como a realocação ou extinção de recursos de ações pontuais; a recusa no recebimento para audiências dos setores historicamente posicionados em defesa da educação pública; destituição e esvaziamento do Conselho Nacional da Educação e, praticamente, a destruição do Fórum Nacional da Educação – que, dentre suas competências legais, está a coordenação da Conferência Nacional da Educação de 2018, bem como de suas etapas estaduais e municipais, além de outros espaços colegiados democráticos em toda a nação. Uma profusão de mudanças nos marcos legais das políticas educacionais e de seu orçamento está se constituindo, no sentido de tornar

irreversível a curto e longo prazo o avanço da privatização da educação pública no Brasil. (MELO E SOUSA, 2017, p. 27).

Tendo como base as medidas adotadas, a partir da metade dessa segunda década do século XXI foi intensificada a privatização da educação, juntamente com o processo de financeirização do capital internacional, ampliando o desmonte e agravando suas consequências. O país possui grandes grupos empresariais que têm na educação a forma de ganho de lucros, citando como exemplo Kroton, Estácio, Ser Educacional, entre outros. A tendência é que estas grandes empresas educacionais, no decorrer dos anos, incorporem as empresas menores, na intenção de criação de monopólios educacionais.

Melo e Sousa (2017) apontam que as reformas político-educacionais do governo Temer expõem um projeto de sociedade que vai ao encontro da sobrevivência do capitalismo financeirizado e em desfavor de recursos para a melhora da qualidade de vida da população, caminhando de acordo com os princípios do liberalismo econômico. Além disso, o governo deixou claro que abria mão de funções vinculadas à garantia de direitos sociais. O projeto era reduzir os gastos públicos, incentivar a privatização e a terceirização, passando a responsabilidade de qualidade de vida para o setor privado e filantrópico. O governo Temer colocou a educação à serviço do mercado, com enfoque utilitarista, de serviços e empresarial.

Nesse sentido, convém apontar que a entrada de Michel Temer na Presidência da República, de forma velada aos trâmites “democráticos”, marca profundamente a entrada de uma hegemonia burguesa-centralista e conservadora, que põe em risco os preceitos democráticos postos à educação na Constituição Federal de 1988. Movimentos associados às políticas educacionais que outrora subordinadas a um modelo econômico, se esfacelaram em um quadro sombrio e excludente pondo à tona a debilidade da oferta pública, agredida por um posicionamento de reforma liberal largamente aplicada nas últimas décadas, baseadas em: controle, privatização, testes, premiações e punições. (MELO E SOUSA, 2017, p. 31).

Temer representou um governo desinteressado e avesso para com as pautas das classes menos favorecidas, não se preocupando com a totalidade da realidade e seus determinantes. Em relação à destinação de recursos, em seu governo foi aprovado o Projeto Emenda Constitucional (PEC) 55, transformando em Emenda Constitucional (EC) que congelou os investimentos públicos em educação, e outras áreas por vinte anos, possuindo como finalidade delimitar as despesas do governo, tendo em vista a retórica de superação da crise econômica. De acordo com Figueiredo (2017), o objetivo foi desonerar o governo em investir em educação e saúde principalmente, garantindo a “[...] geração de superávit primário e assim

seguir realizando o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, ao mesmo tempo em que libera recursos para o financiamento da iniciativa privada no país” (FIGUEIREDO, 2017, p. 163).

Figueiredo (2017) se dedicou a investigar o aprofundamento da privatização que ocorreu na educação superior no governo de Michel Temer. O autor coloca que a educação passou a ser vista com outros olhos pelo capital, principalmente, com o surgimento e expansão de grandes grupos educacionais empresariais nacionais e internacionais já mencionados acima, que passaram a possuir facilidades para acesso aos recursos públicos com as medidas adotadas pelo governo, os quais ampliam as condições de realização dos interesses privatistas.

Como estratégia foram criados argumentos que eram utilizados com a finalidade de justificar a privatização, tal como o sucateamento dos serviços. No ensino superior podem ser apontadas as seguintes medidas de para sucatear as universidades públicas: a expansão e interiorização com um pequeno aumento nas matrículas, porém sem a contratação de docentes para garantir a qualidade, o que sobrecarregou os que já estavam; o aumento da oferta de cursos de pós-graduação utilizando-se os professores da graduação, além da estratégia de utilizar alunos da pós-graduação para ministrar aulas. Com isso, está em curso um projeto de desqualificação do ensino público, com o aumento das já volumosas turmas, que coloca o professor mais como um palestrante; o aumento do EAD; a difusão do argumento de que as universidades custam muito aos cofres públicos, incentivando que elas busquem iniciativas próprias de autofinanciamento por meio da venda de projetos, da oferta de cursos pagos, venda de serviços/produtos, etc. Essa última estratégia, Figueiredo (2017) denominou de “privatização por dentro”.

No governo Temer foram criadas cinco unidades de universidades federais, representando o incremento no setor de 7.2%, todas porém como desmembramentos de universidades federais existentes.

Quadro 05: Universidades criadas no governo Temer

UNIVERSIDADE	SIGLA	ANO DE CRIAÇÃO	LEGISLAÇÃO DE CRIAÇÃO	
Universidade Federal do Catalão	UFCat	2018	Lei 13.634, de 20 de março de 2018	Desmembramento da Universidade Federal

				de Goiás
Universidade Federal de Jataí	UFJ	2018	Lei 13.635, de 20 de março de 2018	Desmembramento da Universidade Federal de Goiás
Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	2018	Lei 13.637, de 20 de março de 2018	Desmembramento da Universidade Federal do Mato Grosso
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	UFAPE	2018	Lei 13.651, de 11 de abril de 2018	Desmembramento da Universidade Federal do Piauí
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAr	2018	Lei 13.651, de 11 de abril de 2018	Desmembramento da Universidade Federal Rural de Pernambuco

Fonte: Dados extraídos do Portal e-MEC. Dados sistematizados pela autora.

Com essa perspectiva privatizante foi encerrado o governo Temer, fortalecido o espaço para a ocupação do Estado por forças políticas de extrema direita, com postura contra as políticas sociais, visando ampliar o processo de diminuição da intervenção do Estado na área social.

1.2.2.3 O ensino superior no governo Bolsonaro

Jair Bolsonaro, desde a campanha para presidência da república, e antes disso ainda, quando era Deputado, demonstrou ser adepto de uma política ultraconservadora e totalitarista sendo assim, seu governo possui o caráter acima mencionado, principalmente em relação às áreas das políticas sociais.

Em relação ao ensino superior, segundo Amaral (2019), esse governo iniciou com um forte ataque às universidades federais brasileiras, realizando uma campanha pública de desmonte destas instituições, passando a imagem de que são instituições de desperdício de dinheiro público. O então ministro da educação Abraham Weintraub, em abril de 2019, se

pronunciou afirmando que as universidades federais brasileiras promovem a “balbúrdia” e realizou um corte de 30% dos recursos de universidades²⁹.

Inicialmente foram afetadas a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA)³⁰. O citado Ministro, ainda, informou que se houvesse outras universidades promovendo a “balbúrdia” também sofreram o corte de verbas. Porém, imediatamente após isso, em maio de 2019, o Ministro anunciou o contingenciamento de 30% para todas as universidades e institutos federais³¹, verbas de custeio e investimentos. Ele vinculou o descontingenciamento destes recursos à aprovação da Reforma da Previdência e da retomada da economia.

Estes foram apenas alguns dos ataques que o governo promoveu no ensino superior federal. Existem várias outras frases, argumentações e ações que tanto o ministro da educação quanto o presidente realizaram³², visando acabar com as universidades públicas federais, privatizando-as totalmente. Em outros momentos propuseram colocar em atrito o conjunto dos serviços da área educacional como, por exemplo, a proposta de retirar recursos do ensino superior para aplicá-los em creches. São estratégias que visam a redução das responsabilidades do Estado com o setor, visando torná-lo apenas um auxílio ao mercado, o qual teria carta livre para a sua plena realização.

No ano de 2020 um acontecimento inesperado abalou a economia, a política, a saúde, a sociedade mundial, que foi a situação de pandemia do COVID-19³³. Apesar dessa situação, o ataque às universidades públicas não parou, porém foram estas instituições que através de suas pesquisas proporcionaram desenvolver diversas ações e inovações para o enfrentamento dessa pandemia.

²⁹ KER, João. Os ataques de Weintraub às universidades da "balbúrdia". Terra, 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/os-ataques-de-weintraub-as-universidades-da-balburdia,c5f4988ad50a620e0cf0b0915a9272d6gcjhx8ci.html>. Acesso em 06 out. 2023.

³⁰ G1. MEC corta verba de três universidades federais, mas não explica motivo. Globo, 2019 Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/mec-corta-verba-de-tres-universidades-federais-mas-nao-explica-motivo.ghtml>. Acesso em 06 out. 2023.

³¹ OLIVEIRA, Elidia. 'Não há corte, há contingenciamento', diz ministro sobre orçamento das universidades federais. Globo, 2019 Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/07/nao-ha-corte-ha-contingenciamento-diz-ministro-da-educacao-sobre-orcamento-das-universidades-federais.ghtml>. Acesso em 06 out. 2023.

³² No Apêndice 01, segue algumas notícias e reportagens sobre o desmonte do ensino superior realizado por este governo.

³³ COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo coronavírus, um conjunto viral, descoberto no ano de 1960, que afeta, principalmente, as vias respiratórias em seres humanos e em animais. Os primeiros casos que se teve conhecimento foram na China, em novembro de 2019, espalhando-se para o mundo em 2020. Segundo o site, “ourworldindata.org” foram mais de 6 milhões de mortes por COVID-19 no mundo.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) produziu um relatório que aponta as principais ações das universidades federais para o enfrentamento da pandemia, sendo elas:

1. implantação do Grupos de Trabalho ou Comissões para o enfrentamento da COVID-19;
2. elaboração de planos de contingência e implantação de comitês operativos de emergência;
3. criação de Centros de Triagem e Diagnóstico para coronavírus, realizando exames moleculares RT-PCR;
4. produção de toneladas de álcool 70% em várias formulações, para uso interno;
5. validação de novos testes sorológicos comerciais e testes de antígeno no swab nasal;
6. desenvolvimento de novos testes sorológicos de baixo custo;
7. desenvolvimento de novas vacinas contra a COVID-19;
8. abertura de mais de 2.200 novos leitos de UTI COVID e de enfermarias COVID nos hospitais universitários;
9. lançamento de editais de inclusão digital para estudantes do ensino básico, graduação, pós-graduação e servidores;
10. implantação do trabalho remoto e da interação remota nas diferentes unidades acadêmicas;
11. desenvolvimento de inúmeros novos projetos de pesquisa e extensão sobre o coronavírus (SarsCov-2);
12. desenvolvimento de ventiladores mecânicos de baixo custo;
13. criação de grupos de trabalho para elaborar planos de retorno pós-pandemia e guias de biossegurança;
14. lançamento de editais de EPI e demais auxílios emergenciais;
15. lançamento de programas de voluntariado para auxiliar na triagem dos casos e na vacinação nos municípios e estados;
16. criação de plataformas tecnológicas do tipo “Vacinômetro” em universidades brasileiras, a fim de acompanhar o percentual dos membros da comunidade universitária vacinados contra a Covid-19;
17. criação de aplicativos sobre a saúde da comunidade acadêmica;
18. desenvolvimento de aplicativos para definição de ocupação máxima de salas de aulas e laboratórios;
19. entre outros. (ANDIFES, 2022, p. 8-9).

Estas ações se referem, especificamente, às realizadas pelas universidades federais, além delas, ainda têm as ações de outras universidades públicas estaduais e municipais. As universidades públicas têm exercido papel fundamental para a elaboração de estratégias e a produção dos recursos que até aqui têm permitido o enfrentamento à pandemia; visto que são estas as responsáveis pela realização da pesquisa no país. Os saberes produzidos no interior das mesmas permitem o país evoluir, através de inovações, de tecnologias, de invenções e de responsabilidade para com o conhecimento.

Todavia, com o retorno das atividades presenciais, o governo voltou a realizar ações que dão continuidade ao sucateamento dessas instituições. No final de maio de 2022, o

governo anunciou o corte de 14,5% de recursos destinados às universidades, esse valor ficou em torno de 3,23 bilhões de reais que foram cortados do ensino superior³⁴. Esse corte se refere ao custeio, ao investimento e à assistência estudantil. O que pode colocar em xeque a manutenção do funcionamento das instituições, assim como a permanência de estudantes nas universidades.

Acresce que se encontra em tramitação no Congresso Nacional a PEC 206, que propõe a cobrança de mensalidade nas universidades públicas federais. O argumento utilizado para essa cobrança é que grande parte dos estudantes das universidades públicas são aqueles que estudaram em escolas particulares e que por isso poderiam pagar mensalidade. As verbas públicas é que mantêm as universidades, com isso, de acordo com a PEC, cobrar mensalidades dos ricos seria uma forma de "[...] corrigir distorções do ensino superior e obter mais recursos para melhorar as instituições." (BARIFOUSE, 2022, s/p). A retórica é a de que a universidade continuaria gratuita para os alunos pobres. Essa definição de quem pagaria ou não mensalidade ficaria à cargo de comissões instituídas nas universidades que fariam a análise de renda dos candidatos. Vários são os questionamentos em relação a essa proposta, por exemplo, como seria realizado a escolha dos alunos que não iriam pagar, por renda *per capita*? Como mensurar a vulnerabilidade social e econômica de um grupo familiar para apontar quem conseguiria pagar ou não? Além do que, a médio e longo prazo isso poderia causar uma redução dos recursos públicos para o ensino superior e dessa forma ocorrer a privatização completa das universidades. Esta PEC continua em tramitação.

Assim, ao final do ano de 2022 Bolsonaro terminará seu mandato, porém, qualquer que seja o futuro do ensino superior brasileiro, este está pressionado pelas “vontades” e interesses da classe burguesa, com características voltadas para atender ao mercado de trabalho, com formações rápidas e técnicas, visando desonerar o Estado desta obrigação. Enfim, o ensino superior público, seja o federal, o estadual ou municipal, está em xeque, com um futuro totalmente incerto, assustador e com poucas perspectivas de melhora, respirando por aparelhos, mas ainda sendo central para o desenvolvimento do país.

³⁴ CASTRO, Ana Paula; VIEIRA, Lígia; RODRIGUES, Mateus. Governo bloqueia 14,5% da verba para custeio e investimento de universidades federais. Globo, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/05/27/governo-bloqueia-145percent-da-verba-para-custeio-e-investim-ento-de-universidades-federais.ghtml>. Acesso em 06 out. 2023.

2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A vinculação necessária e obrigatória entre teoria e prática, possibilitou a realização de reflexões sobre o estágio de implementação e desenvolvimento da assistência estudantil. Por isso, afirmamos que a assistência estudantil é um programa de Estado intrínseca ao processo de permanência do estudante no ensino superior. Quando falamos em permanência, estamos nos referindo a oferecer condições básicas e adequadas para que o/a discente não evada do ensino superior, bem como não tenha seus direitos violados, possa ter uma manutenção adequada no município, através de uma formação, não apenas técnica, mas também social, cidadã, com acesso aos seus direitos e informado sobre seus deveres e garantias.

Para que possamos adentrar no assunto específico deste capítulo, verificamos necessário realizar uma diferenciação teórica dos termos assistência, assistencialismo e auxílio. O assistencialismo tem relação direta com favor, ajuda, benesse. Sposati (1993, p. 11) coloca que o assistencialismo "subalterniza quem tem a necessidade", ou seja, quem "recebe" a ajuda passa a dever para quem proporciona tal benesse. A assistência, nada têm em comum com os assistencialismo, por sua vez, a autora a define como uma forma de subsídio, na qual se tem a necessidade de um lado e a possibilidade de outro. E o auxílio, aqui definiremos como o subsídio estritamente financeiro.

Após os esclarecimentos acima, na sequência, iremos realizar uma reflexão sobre o caráter da assistência estudantil, apresentando pontos e contrapontos e argumentando o porquê a entendemos como como um programa da educação. É neste momento que conseguiremos apresentar teoricamente o movimento de monetização e não monetização da assistência estudantil.

Após estas reflexões, iremos adentrar no histórico da assistência ao/à estudante no Brasil, para verificarmos seu desenvolvimento após a reforma universitária dos anos 2000, buscando verificar o que é a assistência estudantil e o porque a concebemos como uma política/programa educacional de enfrentamento à vulnerabilidade acadêmica.

2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

Para realizar uma análise da assistência estudantil e entendê-la nos dias atuais, há a necessidade de realização de um resgate histórico, a partir do qual será possível apresentar suas reais demandas, assim como a importância de sua implementação, estruturação e manutenção para a sociedade.

Imperatori (2017), aponta que a primeira ação de assistência ao/à estudante de graduação, aconteceu em 1928, e curiosamente foi fora do país. Nesse primeiro momento, consistia na inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris, na França, a qual estava destinada a abrigar estudantes brasileiros que estudavam na França, e que tinham dificuldades em se manter na cidade.

[...] a primeira prática de auxílio ao estudante no Brasil ocorreu durante governo de Washington Luis em 1928, que incentivou a construção da Casa do Estudante Brasileiro que ficava em Paris, sendo responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa e dos alunos. Portanto, isso vem demonstrar que a assistência estudantil, nesse período histórico, estava voltada para o atendimento das necessidades dos filhos da elite brasileira, já que era esse perfil que tinha acesso ao ensino superior [...]. (KOWALSKI, 2012, p. 85).

No Brasil, Pinto (2015), destaca que a primeira iniciativa aconteceu em 1929, com a criação da Casa do Estudante do Brasil, não se configurando como uma política de Estado, mas sim uma instituição sem fins lucrativos, de caráter beneficente, e que possuía como finalidade o auxílio a estudantes carentes. Apesar de ser uma instituição não estatal, a Casa do Estudante recebia significativas doações federais. Além disso, estava destinada tanto a atender os estudantes das escolas secundárias, quanto os estudantes do ensino superior da Universidade do Brasil³⁵, que se mudavam para o Rio de Janeiro para cursar o ensino superior.

Pinto (2015), ainda destaca que esta instituição funcionava num prédio de três andares, no Largo Carioca, sendo que no primeiro andar havia um restaurante popular destinado a estudantes pobres, entretanto algumas pessoas se passavam por estudantes para poderem realizar suas refeições naquele local. A Casa do Estudante foi inaugurada no governo de Washington Luís e seu funcionamento perdurou durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Em 1931, o governo Getúlio Vargas aprova o Decreto nº 19851, o qual instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras. Neste decreto, no parágrafo 4º do artigo 100, estabelece que

³⁵ Atualmente é denominada de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

§ 4º As medidas de providencia e beneficencia serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitarios, e nellas serão incluídas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recommendem, pela sua applicação e intelligencia, ao auxilio instituido. (BRASIL, 1931, s/p).

Assim, o referido governo passa a instituir legalmente formas de auxílio para a manutenção de discentes pobres no ensino superior. Neste momento, na forma única de concessão de bolsas. Além disso, ainda em 1931, o governo de Vargas promulga o Decreto nº 20559/1931 que estabeleceu o repasse de recursos de campanhas populares para a Casa do Estudante do Brasil. (Kowalski, 2012).

Nesta perspectiva, segundo Imperatori (2017), o Decreto nº 20559/1931 foi incorporado na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em julho de 1934, a qual não dispõe sobre a assistência ao estudante do ensino superior em específico. Todavia no artigo 157, coloca que a União, os Estados e o Distrito Federal reservarão parte dos seus patrimônios territoriais para a formação de fundos de educação, sendo que no parágrafo 2 especifica que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.” (BRASIL, 1934, s/p).

Além das ações de assistência ao/à estudante, neste momento, havia, ainda, iniciativas particulares e pontuais de auxílios, realizadas pelas próprias universidades. Exemplo disso, foi a criação da **Caixa do Estudante Pobre** “Edelweiss Barcellos”, na Universidade de Minas Gerais (UMG)³⁶, que conforme Pinto (2015), possuía o objetivo de auxiliar estudantes necessitados, os quais seriam realizadas as análises de “fortuna”, concedendo matrícula gratuita, mesadas, empréstimos, bem como oferecendo tratamento em casos de doenças. A autora destaca que naquele momento (1930), o ensino superior no Brasil estava destinado a poucas pessoas, haja vista a exigência de taxas para o ingresso dos/as candidatos.

Essas ações e legislações permanecem durante o final da década de 1930 e início da década de 1940 até a promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil em 1946. Esta Constituição avança um pouco mais em relação à assistência ao/à estudante, inclusive em relação ao/à discente do ensino superior. No artigo 168, inciso II, estabelece que “o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; [...]” (BRASIL, 1946, s/p). O ensino

³⁶ Atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

oficial ulterior, abrange o ensino secundário, bem como o ensino superior. Desse modo, constatamos a possibilidade de um ensino superior gratuito para quem, comprovadamente, não possuir suficiência de recursos para cursá-lo.

Pinto (2015), realiza uma análise do artigo 172 desta Constituição, a qual estabelece que “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.” (BRASIL, 1946, s/p). Essa assistência educacional inclui o ensino superior, o qual terá autonomia de prestar serviços de assistência ao/à estudante.

Imperatori (2017), destaca que entre os anos 1950 e 1970, há uma expansão do ensino superior, com a criação de ao menos uma universidade federal em cada estado, localizadas nas capitais, isso fez com que houvesse uma ampliação significativa no número de matrículas no ensino superior, passando de aproximadamente trezentos mil para um milhão e meio. A expansão de vagas, passou a incorporar a juventude de camadas mais baixas à universidade, gerando uma demanda ainda maior de assistência ao/à estudante.

Desse modo, Pinto (2015), enfatiza que a juventude universitária, organizada, principalmente, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), a partir da década de 1950, começa um movimento de democratização do ensino superior, sob o argumento de a universidade ser um instrumento de desenvolvimento do país e que, por isso, deve ser voltada para o povo brasileiro e para a classe trabalhadora.

Com o movimento de expansão universitária, bem como o movimento de democratização do ensino superior, a demanda por uma assistência, um amparo ao/à jovem que em muitos casos saía de suas cidades no interior dos estados para cursar uma graduação nas capitais, se torna latente. Assim, estudantes, juntamente com a UNE, começam a organizar reivindicações, as quais fazem com que as instituições assumam a responsabilidade de auxiliar seus/suas alunos/as para a manutenção de suas necessidades básicas, principalmente, de estudantes que não possuíam recursos para tal.

Ainda, nos anos 1960, a LDB e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, em se tratando da assistência ao/à estudante no ensino superior, não destoam do que já estava sendo realizado no país. A LDB dispõe sobre a assistência social escolar, porém se refere basicamente ao ensino primário, não apresentando apontamentos específicos à assistência ao ensino superior. A Constituição apresenta em seu artigo 168, parágrafo terceiro, inciso III, que

III - o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior; [...]. (BRASIL, 1967, s/p).

Nesse sentido, esta Constituição garantiu o acesso gratuito para os estudantes que comprovem a insuficiência de recursos, bem como a concessão de bolsas de estudo, com a contrapartida de reembolso no caso do ensino superior. Assim, registramos que o governo, por meio da Constituição, atende a algumas reivindicações do movimento estudantil, porém não enquanto forma de direito, mas estabelecendo condicionalidades para o acesso.

No ano de 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), ligado ao MEC. Este departamento ficou responsável por implementar programas de assistência ao estudante dos três níveis de educação (denominados à época de primeiro, segundo e terceiro grau³⁷). No que diz respeito ao ensino superior, as ações previstas foram: alimentação, através da criação de Restaurantes Universitários; moradia, por meio da criação de alojamentos e residências estudantis; apoio médico e odontológico; auxílios financeiros, vinculados ou não a outras ações.

[...] o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, [...] implantou programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho, através das quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares; e Bolsas de Estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida. (IMPERATORI, 2017, p. 287).

Com objetivos semelhantes e complementares ao DAE, em 1972, foi publicado o Decreto nº 69.927, que dispõe sobre o Programa "Bolsa de Trabalho". Segundo Imperatori (2017), este foi um programa de cunho assistencial, destinado a alunos/as de todos os níveis de ensino que não possuíam condições financeiras. Este decreto tinha o objetivo de vincular auxílio financeiro e educação para a preparação dos/as discentes para o mercado de trabalho.

Pinto (2015), aponta que o Programa, no ensino superior, funcionou através de acordos e parcerias entre universidades, órgãos governamentais, instituições de ensino superior públicas e privadas, empresas e entidades que ofertasse trabalho de cunho educativo. O

³⁷ Logicamente, o ensino superior correspondia ao terceiro grau.

decreto ainda estabeleceu que para o acesso a este Programa, os/as alunos/as deveriam se declarar carentes de recursos financeiros, passando por uma investigação sumária.

Além disso, o Programa foi planejado a partir da organicidade dos tipos de assistência ao/à estudante, no sentido de promoção do/a estudante frente ao processo de desenvolvimento econômico e social proposto pelo governo da época.

Porém, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o DAE foi extinto e a assistência ao/à estudante universitário/a foi diminuída, com as ações e serviços ficando no âmbito de cada instituição federal de ensino superior. De acordo com PINTO (2015, p. 58):

[...] ao final da década de 1970 e meados da década de 1980, vemos um momento de retrocesso para as instituições de ensino superior, especialmente em suas ações assistenciais, tendo em vista que as preocupações da esfera governamental foram praticamente todas deslocadas para os níveis fundamental e médio, o que culminou na extinção tanto da DAE quanto da Bolsa de Trabalho. Apesar disso, a importância da Bolsa se manteve junto às instituições universitárias, pois durante longo período elas utilizaram essa nomenclatura em seus programas de assistência [...].

Desse modo, a assistência estudantil ao/à discente do ensino superior deixa de fazer parte da agenda do governo. Neste momento, o foco passa a ser a assistência ao/à estudante da pré-escola, primeiro e segundo graus.

Destarte, é fundamental pontuar o momento histórico ao qual estamos nos referindo. De 1964 a 1985, o Brasil viveu um período de autocracia burguesa³⁸, que segundo Netto (2005, p. 15), foi “[...] um regime político ditatorial-terrorista [...]”, possuía uma perspectiva de desenvolvimento econômico-social e político, mas que ao seu final, não resolveu nenhum de seus problemas estruturais; pelo contrário, seus problemas foram aprofundados, se tornando mais complexos, amplos e dinâmicos.

Assim, ao final dos anos 1980, o Brasil sai de uma ditadura militar e adentra ao seu período democrático, possuindo como principal eixo a Constituição Federal de 1988, apelidada de Constituição Cidadã, pois pela primeira vez na história brasileira se garantiu direitos sociais e políticos, reivindicados pelos movimentos sociais. A educação, neste contexto, se tornou um direito social (prevista no art. 6), assegurada a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, a gratuidade e a gestão democrática. Às universidades, ficaram garantidas a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, as quais devem envolver o ensino, pesquisa e extensão (Pinto, 2015).

³⁸ Sobre esse assunto ver: NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

Economicamente falando, a década de 1980 foi considerada uma década perdida, pois não houve crescimento econômico de grande porte. O que acontece é um alto crescimento na inflação. Entretanto, politicamente e socialmente, há a redemocratização do país com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil e futuras legislações no sentido de operacionalizar o que foi garantido na Constituição Federal de 1988.

Nesta década de 1980, no que se refere à assistência estudantil, temos a criação de um ator político fundamental para a concretização, anos mais tarde, da assistência estudantil. Em 1987, a partir de preocupações em relação aos rumos da assistência estudantil no cenário que se apresentava na década, a associação dos gestores das instituições de ensino superior, funda o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

A história de criação do FONAPRACE está relacionada ao contexto socioeconômico e político do Brasil na década de 80, que foi marcado pelo início do processo de redemocratização da sociedade brasileira, com a abertura política pós-ditadura militar, caracterizado pelo movimento das Diretas Já e a aprovação da nova Constituição de 1988. Desde meados de 1984, os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES já se reuniam, preocupados com as políticas de promoção e apoio aos estudantes.

Por meio de encontros regionais e nacionais, foram gerados documentos onde tais preocupações eram expostas, visando à permanência dos estudantes nas universidades, dentro de condições mínimas necessárias ao ensino de boa qualidade. Nos vários documentos gerados, sempre houve a insistência da necessidade de definição de políticas de ação, por parte do MEC, que atendessem as posições definidas pelos Pró-Reitores. (FONAPRACE, 2012, p. 14).

Segundo Pinto (2015), a atuação do FONAPRACE, no decorrer da década de 1990, foi marcada por reuniões e encontros, regionais e nacionais, os quais possuíam como objetivo a construção de documentos visando embasar a necessidade de democratização do acesso ao ensino superior público, bem como a permanência do/a discente a este ensino, visando a construção, manutenção e expansão de programas de assistência estudantil.

Assim, a década de 1990, marcada por reformas políticas neoliberais³⁹, no que concerne ao ensino superior e à assistência estudantil, se tem uma ampliação das mobilizações que reivindicavam a democratização do ensino superior.

[...] a grande preocupação desse período estava em propor formas de se expandir o sistema nacional de educação superior, principalmente o sistema público, para incluir setores que tradicionalmente estiveram ausentes numericamente deste nível de ensino, principalmente do ensino gratuito [...]. (PINTO, 2015, p. 61).

³⁹ Apresentadas no capítulo 1.

A autora destaca, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro, a criação do curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), o qual, a partir do movimento negro, juntamente com moradores, professores e lideranças políticas, tinham o objetivo de possibilitar condições para que estudantes discriminados, possam concorrer, em condições concretas, ao acesso às universidades públicas.

Nos anos 2000, as mobilizações ocorridas na década anterior, começam a ter alguns resultados, principalmente, através da criação de políticas de acesso e ações afirmativas. Pinto (2015), destaca que foi neste período que as universidades passaram a reservar um percentual de vagas para alunos/as pobres, de escolas públicas, negros/as, indigêneas, etc., e “[...] também de ações que vão se configurar em uma nova etapa no processo de institucionalização da assistência estudantil no país.” (PINTO, 2015, p. 62).

2.2 REFLEXÕES SOBRE A CONCEITUAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Antes de adentrarmos na conceituação da assistência estudantil, é necessário, realizar uma breve análise dos termos utilizados na presente Dissertação, bem como dos utilizados pelas universidades federais, quais sejam: assuntos e assistência estudantil. No PNAES, o termo empregado em todo o texto é assistência estudantil, quando da realização do levantamento de dados nos *sites* das universidades, se identificou que todas as universidades que possuem uma Pró-reitoria, tem em seu nome “assuntos estudantis”, e a universidade que não possui uma Pró-reitoria, o departamento destinado a esse fim, é denominado de “Assessoria de Assuntos Estudantis”. Porém, estes termos não são sinônimos.

Quando se refere a assuntos estudantis, consultando qualquer dicionário de língua portuguesa, temos como significado: tema de uma conversa; tema; tópico. Ou seja, quando se reporta a assuntos estudantis, está se referindo sobre o temas que dizem respeito aos/às estudantes; aos assuntos voltados para os/às estudantes, este é um termo abrangente, simplório e reducionista, que não abarca todo o universo de complexidade que existe nas universidades e em particular na vivência acadêmica. Além disso, “assuntos” é apenas uma indicação, não se apresenta necessariamente como uma forma de intervenção, de auxiliar, de agir na realidade imposta.

Por outro lado, quando nos referimos à assistência estudantil, estamos nos referindo à: ação de assistir; de estar presente; de um auxílio especializado. Por isso que o PNAES e

demais legislações que transcorrem no sentido de oferecer condições mínimas de permanência no ensino superior, se alude à “assistência” estudantil. Dessa forma, a presente Dissertação entende que o termo empregado deve ser assistência estudantil, contudo como as universidades pesquisadas utilizam o termo “assuntos”, este também estará presente neste trabalho.

Em continuidade, voltamos a atenção para o acesso de camadas sociais de menor poder aquisitivo ao ensino superior sempre foi pauta dos movimentos sociais brasileiros, principalmente, os movimentos estudantis. O ensino superior ainda é visto como algo elitizado, se perguntarmos aos nossos pais e avós sobre o ensino superior, muitos deles irão dizer que “isso não é para nós”; “no meu tempo não tinha isso não, a gente tinha que trabalhar”, dentre outras inúmeras frases, as quais colocam o ensino superior como algo inalcançável e supérfluo. E essa máxima vem de muito antes dos nossos antecedentes diretos, Saviani (2011b), coloca que nas sociedades, antiga ou escravista e medieval ou feudal, a escola era considerada complementar e secundária, a principal forma de educação era o trabalho, se educando através da vida (processo de trabalho). Essa máxima atravessou os anos e se intensificou no ensino superior, ou seja, só acessava essa modalidade de ensino os que podiam pagar por ela, mesmo para a graduação pública, o poder aquisitivo era essencial para manter o/a estudante na universidade, seja na compra de materiais, transporte, alimentação, moradia, etc.

É nesta perspectiva, que o acesso ao ensino superior se torna pauta central dos movimentos sociais, visando a democratização do ensino superior e inclusão social pela educação.

Assim, o processo de expansão e interiorização das instituições públicas federais de ensino superior, que aconteceu com o REUNI, e com a implementação de diversificadas formas de acesso ao ensino superior (ENEM, SISU, vestibulares seriados), formas de acesso que, segundo Andifes (2019), possibilitou aos candidatos encontrar vagas em todas as universidades do país, constituindo “[...] um potencial importante de mobilidade territorial. Tal mobilidade implica deslocamento também de toda a diversidade regional brasileira, transformando os campi em espaços mais diversos e cosmopolitas e, por isso, complexos.” (ANDIFES, 2019, p. 18). Neste contexto, começa a ganhar força a questão da permanência, pois, além do acesso à graduação, é necessário oferecer condições para que o/a estudante a conclua. Assim, no que diz respeito à permanência,

[...] a assistência estudantil (AE) vem ganhando relevo nas discussões promovidas pela comunidade acadêmica, além de ganhar espaço na agenda do Governo Federal, que a elevou recentemente ao *status* de política pública, através do Decreto no 7.234 de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), instituindo o Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes. (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 148).

Porém, a partir das reflexões teóricas realizadas neste trabalho, a assistência estudantil não será entendida como uma política pública, visto que sua implementação é a partir de um Decreto Presidencial, ou seja, uma legislação que não passa pela Câmara e pelo Senado, podendo ser revogada a qualquer momento. Além disso, este decreto dispõe sobre o *Programa* de Assistência Estudantil, não possuindo diretrizes, princípios, finalidade, etc.

Destarte, consideramos a implementação e execução da assistência estudantil como algo recente, sua implementação datando de aproximadamente dez anos. Com isso, apesar de presentes em todas as instituições federais de ensino superior, ainda há muitas divergências na sua implementação, atuação e planejamento. Possuindo diferentes interpretações e sentidos, como bem Dutra e Santos (2017), destacam:

Em sua trajetória histórica, a AE, a partir dos debates e discussões desenvolvidos pelos diferentes grupos/atores sociais envolvidos em sua construção (estudantes, docentes, gestores, profissionais, Estado), nos diferentes contextos sócio-históricos em que tem sido abordada, vai adquirindo diversos sentidos e suscitando diferentes posicionamentos quanto a sua implementação. Desse modo, diferentes projetos de assistência ao estudante no espaço universitário têm sido propostos, os quais podem trazer importantes implicações para as formas adotadas para sua operacionalização nas Instituições de Ensino Superior. (DUTRA E SANTOS, 2017, p. 149).

Assim, a assistência estudantil, possui a finalidade de oferecer condições de permanência no ensino superior, ou seja, um programa que visa oferecer formas do/a estudante concluir a graduação; uma ramificação para atender aos objetivos da educação, presentes desde a Constituição Federal de 1988, "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (BRASIL, 1988).

Segundo Dutra e Santos (2017), a arena da "política" de assistência ao/à estudante de graduação, sempre se mostrou permeada por contradições, o grande embate em relação a sua incorporação na agenda educacional do governo, se deu por conta de haver um entendimento da assistência ao/à discente enquanto um gasto desnecessário, uma medida assistencialista, baseada na ideia de favor. Por isso, o grande esforço dos movimentos sociais, principalmente

UNE e FONAPRACE, foi na defesa de uma assistência estudantil enquanto um direito; um investimento e de forma alguma, um gasto.

Porém, é importante destacar que a concepção de investimento carrega consigo uma contradição. A palavra investimento, necessariamente, requer um retorno, uma contrapartida. “Considerando que a AE tem a finalidade de garantir a permanência dos estudantes no Ensino Superior, na perspectiva da democratização da universidade, a mesma deve ser concebida enquanto direito e não como investimento.” (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 162). Entretanto, há diferentes formas na implementação deste programa, pois irá depender do entendimento adotado (enquanto direito, ou enquanto investimento). O PNAES representou um avanço na direção de uma assistência estudantil enquanto direito social, todavia não há uma única forma de concepção de assistência estudantil.

Diante disso, segundo Dutra e Santos (2017), o FONAPRACE indica que o público-alvo da assistência estudantil, que justificaria o investimento, seriam os/as estudantes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, os/as estudantes de baixa renda. Sendo a assistência estudantil entendida como um conjunto de ações e políticas que possibilitem a democratização do ensino superior, bem como a permanência e consequente conclusão dos/as alunos/as de baixa condição socioeconômica.

Essa concepção de AE encaixou-se perfeitamente no contexto da expansão e democratização do Ensino Superior que configura a Reforma deste nível de educação implementada pelos Governos Lula-Dilma. Com a execução de programas como o Reuni e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012 - BRASIL, 2012), uma política nacional de assistência aos estudantes, nos termos acima propostos, tornou-se indispensável. À medida que se amplia o acesso de discentes advindos de escolas públicas e considerados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, faz-se necessária a implementação de políticas que possibilitem a permanência desses universitários, entendendo-se o acesso e a permanência como partes indissociáveis de um processo contínuo. Nessa direção, o Pnaes, no Decreto nº 7.234 de 2010 (BRASIL, 2010), que regulamenta a AE em âmbito nacional, define como público-alvo prioritário da política os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 163-164).

Nesta perspectiva, entendemos que a assistência estudantil possui um caráter não universal, seletivo e focalizado, seguindo as premissas das políticas sociais. A discussão sobre a quem se destina a assistência estudantil é uma discussão latente, entre ser um direito de todo/a estudante ou um benefício para os mais carentes.

Dutra e Santos (2017), colocam que “[...] todas as universidades que possuem alguma política de AE vinculam seus auxílios à comprovação de insuficiência de renda.” (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 164). Para ser beneficiado/a com o auxílio estudantil é necessário atender a critérios e condicionalidades.

Além disso, a assistência estudantil, a exemplo das políticas sociais brasileiras, é permeada por contradições. Uma delas é o questionamento realizado pelos pesquisadores sobre este programa ser no âmbito da educação ou no âmbito da assistência social. Dutra e Santos (2017), realizam uma reflexão e diferenciação entre a assistência estudantil e a política de assistência social. As autoras colocam que existe uma tendência de assistencialização das políticas educacionais, aproximando a assistência estudantil da assistência social, principalmente, quando se refere ao caráter emergencial e imediatista das demandas dos/as estudantes, nos quais, muitas vezes, é realizado o atendimento de forma restrita, seletiva, intervindo apenas nos mais pobres.

Nesse formato, as ações da AE confundem-se com as atividades realizadas pela filantropia e pela caridade institucionalizada, e sob o viés assistencial, que busca legitimar-se como estratégia necessária para o combate à pobreza na esfera da política de educação, perde-se a perspectiva de afirmação e ampliação dos direitos sociais. (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 165).

Concordando com Dutra e Santos (2017), neste trabalho consideramos a assistência estudantil como uma ramificação da política de educação, na medida em que seus propósitos estão relacionados com o combate às desigualdades regionais e sociais no contexto da educação, em específico no ensino superior. Sua centralidade está na ampliação e democratização do acesso e permanência dos/as discentes na educação. Enquanto que a assistência social está voltada para prover os mínimos sociais na direção de garantia do atendimento às necessidades básicas dos sujeitos da sociedade. (DUTRA e SANTOS, 2017).

Enfatizamos que essa dimensão assistencial que toma conta das políticas sociais de modo geral, e da política de assistência estudantil de modo específico, consideramos como equivocada, visto que ao tentar construir a assistência estudantil em conformidade com a política de assistência social, podemos reduzir a assistência estudantil apenas a bolsa, a monetização, a “ajuda”, na direção única de apenas ser um meio de prover subsídios materiais de forma seletiva e focalizada que se “[...] concebida como vinculada à política de assistência

social, se destina ao atendimento das necessidades restritas de sobrevivência, interpretada erroneamente como necessidades básicas.” (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 169).

O que ocorre, é que apesar da abrangência das áreas de atuação prevista no PNAES⁴⁰, ainda, o que se tem, na maioria das instituições, de acordo com Dutra e Santos (2017), são ações focadas no tripé: bolsas, alimentação e moradia. O que, em algumas instituições de ensino superior, a alimentação e moradia se constitui em bolsas também. Esse caráter monetizado da assistência estudantil negligencia as reais necessidades de permanência do/a estudante no ensino superior.

Desse modo, a assistência estudantil, ao ser considerada na política de educação, que tem como objetivo atender às necessidade dos/as estudantes para permanecerem no ensino superior, promovendo uma formação plena e de qualidade, adquire um caráter menos restritivo, para atender o/a estudante considerando seus mais diversos aspectos e necessidades, “[...] oferecendo condições para se transpor e superar obstáculos e dificuldades na sua trajetória acadêmica.” (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 170).

Além, disso, concordamos com as autoras quando as mesmas expõem que

[...] diante da complexidade das necessidades humanas, a política de AE no contexto universitário não deve contemplar apenas as necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte, mas, do ponto de vista de uma formação ampliada dos estudantes, deve possibilitar o desenvolvimento de ações de caráter universal através de programas e projetos de atenção à saúde física e mental; incentivo à formação de cidadania e à cultura; esporte e lazer; acessibilidade; inclusão digital; ensino de línguas estrangeiras e apoio pedagógico, colaborando para uma formação acadêmica plena, despertando a consciência crítica e cidadã, para além da formação técnica e profissional. [...] a AE deve ser desenvolvida a partir de ações de assistência básica e também de ações de assistência ampliada, as quais devem estar articuladas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, objetivando, fundamentalmente, a melhoria do desempenho acadêmico e a qualidade de vida do estudante no contexto da Educação Superior. (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 170-171).

Evidente que as ações da assistência estudantil, tem seus limites, principalmente quando se refere ao quadro de responsáveis técnicos e os limites orçamentários, isso reduz as bolsas ofertadas, não alcançando toda a demanda identificada. Além de servidores/as que ficam sobrecarregados/as de atividades e acabam por adoecer mental e fisicamente.

Desse modo, consideramos a assistência estudantil enquanto um “braço” da política educacional que visa atender as necessidades acadêmicas dos/as estudantes, seja ela social,

⁴⁰ I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

financeira, de saúde, pedagógica, bem como garantir o direito de acesso e permanência de qualidade no ensino superior.

A assistência estudantil não é apenas a concessão de bolsas, mas sim um conjunto de atividades intersetoriais, representando, ações, atendimentos, serviços oferecidos a todos os/as estudantes do ensino superior que possuem alguma dificuldade de permanência, que segundo Palavezzini (2020), são as vulnerabilidades acadêmicas, incluindo todas as outras vulnerabilidades⁴¹, porém expressando-se no contexto acadêmico.

Além disso, é importante destacar alguns aspectos sobre a gestão da assistência estudantil. No cenário nacional, a gestão da “política” de assistência estudantil é realizada pelo FONAPRACE, este é um Fórum deliberativo, composto de pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições federais de ensino superior públicas do Brasil. As decisões nacionais sobre assistência ao/à estudante, acontecem neste Fórum. Nesse sentido, destacamos que muitas destas decisões não passam pelos/as servidores/as que operacionalizam a assistência estudantil, tampouco pelo público alvo desta política: os/as estudantes. De acordo com Dutra e Santos (2017), uma das bandeiras levantadas pela UNE, principal movimento estudantil do país, é justamente a reivindicação da participação estudantil nas decisões da assistência estudantil.

No que diz respeito à política de AE desenvolvida nas IFES no atual cenário do Ensino Superior público do Brasil, a UNE, na Carta de Ouro Preto – documento resultado do III Seminário Nacional de Assistência Estudantil da UNE, ocorrido em Belo Horizonte, em 2014 –, questiona a falta de uma maior participação e controle social, democracia e transparência na implementação da AE nas universidades. Nesse documento, os estudantes reivindicam uma maior participação da categoria, a partir da criação de instrumentos que possibilitem aos discentes participarem paritariamente da elaboração e das decisões acerca da AE organizada em suas Instituições de ensino. (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 173).

Uma das saídas sugeridas pelas autoras, neste contexto, seria a criação de um Conselho Nacional, formado por representantes de instituições de ensino superior público, profissionais que atuam na assistência estudantil e estudantes, podendo ser uma instância colegiada, deliberativa, permanente e integrante da estrutura organizacional do Ministério da Educação. Possuiria como finalidade o monitoramento e gestão da “política” de assistência ao/à estudante nas suas diferentes áreas.

⁴¹ Social, financeira, saúde, familiar, etc.

Porém, enquanto isso não acontece, temos em âmbito nacional, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que, por sua vez, também é responsável pela gestão e decisões políticas sobre o tema. A ANDIFES é composta pelos reitores das universidades federais e possui como papel principal a representação oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

Por fim, pontuamos que, segundo Costa (2010), o PNAES é um programa de âmbito nacional, entretanto, cada universidade tem autonomia para utilizar os recursos repassados de acordo com sua realidade. O foco é oferecer condições concretas para que haja um satisfatório desempenho acadêmico do/a estudante, visando evitar a evasão e retenção, pois, de acordo com a autora, estas situações [evasão e retenção] geram um alto custo para o governo federal.

2.3 A VULNERABILIDADE ACADÊMICA E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Para pensarmos a vulnerabilidade acadêmica, é necessário adentrarmos à discussão de vulnerabilidade. Este termo ganha forças a partir dos anos 1990, como substituição ao termo pobreza. Até então se entendia o termo pobreza apenas na dimensão de renda, o qual não dimensiona toda a complexidade que a pobreza carrega consigo. Desse modo, o termo vulnerabilidade é utilizado, principalmente para se referir, não apenas a pobreza, mas sim todas as vulnerabilidades que advêm da pobreza, entendendo que as pessoas nesta situação estão de fato vulneráveis, ou seja, feridas, atacadas, prejudicadas, pela falta de acesso aos meios básicos de subsistência. Ou seja, como escrevem Carmo e Guizardi (2018), o termo vulnerabilidade mostra uma evolução quanto ao entendimento das privações e desigualdades que são ocasionadas pelas pobreza.

Apesar do uso histórico do termo vulnerabilidade em diversos estudos sociais, as aproximações analíticas à vulnerabilidade social datam apenas dos últimos anos, período em que se levou a cabo maior reflexão a respeito das limitações dos estudos sobre a pobreza e sobre os escassos resultados das políticas associadas a eles na América Latina. Tais enfoques da pobreza – apesar de servirem à identificação dos setores mais desprovidos da população a serem atendidos pelas políticas sociais – não deram conta das complexas raízes desse fenômeno, já que se baseavam apenas no uso de indicadores de renda ou carências que delimitam a insatisfação de necessidades básicas. (ABRAMOVAY; *et al.*, 2002, p. 28).

Sob esse viés analítico, Abramovay; *et al.* (2002), coloca que a vulnerabilidade e os primeiros autores a adotá-la, possuíam a preocupação de entender a pobreza de modo integral, considerando, além da pobreza em si, as desvantagens sociais em suas diversas modalidades. Desse modo, a autora descreve que a vulnerabilidade social é o resultado negativo da complexa relação entre disponibilidade de recursos materiais e simbólicos e o acesso às oportunidades econômicas, sociais e culturais que advém do Estado, mercado e sociedade. "[...] Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores." (ABRAMOVAY; *et al.*, 2002, p. 29).

Este resultado negativo, traz consigo, segundo Abramovay; *et al.* (2002), três elementos essenciais para a formação do conceito de vulnerabilidade social: recursos materiais ou simbólicos denominados de ativos; as estruturas de oportunidades oferecidas pelo Estado, sociedade e mercado; e as estratégias de uso desses recursos materiais ou simbólicos (ativos).

Os recursos materiais e simbólicos possibilitam aos atores (indivíduos ou grupos) o desenvolvimento em sociedade, as estruturas de oportunidades oferecidas pelo Estado, sociedade e mercado, diz respeito propriamente às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, Estado e sociedade. "[...] Elas se vinculam em níveis de bem-estar, aos quais se pode ascender em um determinado tempo e território, podendo propiciar o uso mais eficiente dos recursos ou prover de novos ativos ou ainda recuperar aqueles esgotados. [...]" (ABRAMOVAY; *et al.*, 2002, p. 30). As estratégias de uso desses recursos materiais ou simbólicos se referem às estratégias utilizadas pelos atores para o uso do conjunto de recursos materiais e simbólicos de modo a enfrentar as mudanças estruturais do contexto social.

Muito embora possamos considerar que a vulnerabilidade se instale, em maior grau, nas populações pobres, nas sociedades capitalistas contemporâneas, em que as relações sociais se desenvolvem por modos marcadamente complexos, a questão econômica é relevante, porém não determinante. Devido ao precário acesso à renda, os sujeitos ficam privados ou acessam com mais dificuldade os meios de superação das vulnerabilidades vivenciadas, sejam tais meios materiais ou capacidades impalpáveis, como a autonomia, a liberdade, o autorrespeito. É nesse sentido que se torna possível associar a vulnerabilidade à precariedade no acesso à garantia de direitos e proteção social, caracterizando a ocorrência de incertezas e inseguranças e o frágil ou nulo acesso a serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade. (CARMO e GUIZARDI, 2018, p. 07).

Monteiro (2011), expressa que a vulnerabilidade, a partir dos anos 1990, começa a ser entendida através de múltiplos condicionantes, entendendo-a não como algo individual - o que

acontecia com o termo pobreza - mas sim, a condições e circunstâncias que podem ser minimizadas e até mesmo revertidas, porém para isso devemos considerar todos os aspectos do contexto social da situação.

Nesta perspectiva, Monteiro (2011), demonstra que a vulnerabilidade social implica um conjunto de características e recursos materiais e simbólicos, que se insuficientes e inadequados, levam a um não aproveitamento das oportunidades da sociedade, essa relação é a responsável por determinar maior ou menor grau de deterioração da vida dos sujeitos. Assim, a superação da vulnerabilidade social

[...] pode se dar a partir do fortalecimento dos sujeitos para que possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, além de suas condições de mobilidade social. Para isso, as políticas públicas constituem-se de fundamental importância. (MONTEIRO, 2011, p. 35).

Desse modo, Monteiro (2011), estabelece uma definição de vulnerabilidade social, sendo situações em que grupo ou indivíduos se encontram impossibilitados para enfrentar as situações apresentadas em seu cotidiano de vida e de se movimentar na estrutura social. Essas situações não dizem respeito apenas a questões econômicas, compreendendo também organizações simbólicas de etnia, orientação sexual, gênero, entre outras.

É neste contexto que identificamos a vulnerabilidade enquanto um conceito de extrema complexidade, englobando não apenas o fator econômico de renda, mas também a gama de valores, expressões e significados que um indivíduo ou grupo se encontra, que o induzem ao não acesso aos seus direitos. A vulnerabilidade não é um fato estável e imutável, por isso que dizemos que o indivíduo se encontra em vulnerabilidade social, mas esta vulnerabilidade pode ser superada, através, principalmente, das políticas sociais, programas de distribuição de renda e acesso pleno aos direitos (saúde, educação, cultura, lazer, etc.), garantidos em lei.

É sob o prisma destacado acima, que entendemos a vulnerabilidade acadêmica como o “objeto” de intervenção da assistência estudantil. Vulnerabilidade acadêmica, ainda é um termo que está em construção na assistência estudantil. Porém, é latente entendermos ele para então analisar as ações, projetos e programas das universidades federais tendo em vista o enfrentamento e minimização desta vulnerabilidade.

Quando nos referimos à vulnerabilidade acadêmica, nos referimos ao conjunto de situações que estão presentes na vida do/a estudante e que podem interferir em seu

desempenho acadêmico. Essas situações podem ser as mais diversas, como: financeiro, adaptação na cidade e na universidade, distância da família, questões psicológicas que podem ser desenvolvidas no contexto acadêmico, mas também as que o/a aluno/a⁴² trás consigo de momentos anteriores, problemas familiares, de identificação com o curso, de baixa autoestima, problemas com aprendizagem, visto as significativas mudanças que ocorrem na forma de aprendizagem e na relação aluno-professor do ensino médio para o ensino superior, dentre tantas outras situações que podem afetar o contexto acadêmico dos discentes na graduação. Destaca-se que as situações mencionadas acima são de caráter explicativo e não taxativo, tendo em vista o complexo cotidiano universitário, podem existir diversos outros contextos que interferem na vida acadêmica.

Segundo Palavezzini (2020), a vulnerabilidade acadêmica possui um caráter multidimensional. A autora indica que a vulnerabilidade acadêmica advém da vulnerabilidade educacional, indicando os riscos e dificuldades da permanência dos/as estudantes no ensino básico. Assim, no contexto do ensino superior e considerando as diferentes dimensões que a vulnerabilidade apresenta neste ambiente, se denomina de vulnerabilidade acadêmica.

A vulnerabilidade acadêmica é definida por Palavezzini (2020), como sendo a responsável por constituir as particularidades específicas que se apresentam na vida do/a estudante universitário/a, considerando indivíduos, famílias e grupos sociais que possuem obstáculos e limitações para acessar e permanecer no ensino superior.

A vulnerabilidade acadêmica não se reduz à insuficiência de renda, pressupondo um caráter e elementos multidimensionais, evidenciando as limitações em relação ao acesso, permanência e conclusão desse nível educacional; além disso, pressupõe a interação de fatores de ordem estrutural, objetivos e subjetivos. Outrossim, é necessário considerá-la como um fenômeno multidimensional e complexo, a partir das particularidades e especificidades próprias da vida acadêmica. Mais do que isso, as dimensões e os fatores que motivam as vulnerabilidades distintas podem se combinar, multiplicando seus efeitos. Considerar que há uma interação dinâmica entre esses fatores é fundamental. (PALAVEZZINI, 2020, p. 229-230).

Com efeito, a vulnerabilidade acadêmica, deve considerar as vulnerabilidades presentes no contexto universitário, deve ainda, levar em conta o acesso a direitos, através da rede de serviços públicos, e a capacidade dos indivíduos e grupo de acessar os direitos através das políticas públicas. "[...] Adequação da oferta/demanda, a partir da possibilidade satisfatória do número de instituições, vagas, cursos, além da manutenção e ampliação das

⁴² Utilizamos o termo aluno como aquele derivado do latim *alumnus*, *alumni*, proveniente de *alere*, que significa "alimentar, sustentar, nutrir, fazer crescer". Aqui entendido como a pessoa que se "alimenta dos conhecimentos".

políticas de acesso e permanência já existentes. [...]” (PALAVEZZINI, 2020, p. 230). Assim, se considera a vulnerabilidade acadêmica, desde o momento do acesso ao ensino superior, até a sua formação final.

Quando nos referimos a vulnerabilidade acadêmica, não se pode negar que a questão econômica é central nesta análise, o PNAES trás em seu texto, no artigo 5º, que serão atendidos prioritariamente os/as alunos/as “[...] oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.” (BRASIL, 2010, s/p). Assim, o fator renda é o principal indicador de vulnerabilidade no ensino superior, visto que é a partir do fator renda que surgem outras condições de vulnerabilidade.

Amiúde, quando se trata de vulnerabilidade em âmbito acadêmico, tem-se claro que não se relaciona, simples e exclusivamente, à insuficiência de renda, já que é possível estar vulnerável em muitas situações, sem que sua renda familiar per capita esteja abaixo de parâmetros estabelecidos [...]. (PALAVEZZINI, 2020, p. 231).

Além disso, analisamos o acesso ao ensino superior para além da disponibilidade de instituições, vagas e cursos, para tanto se faz necessário compreender as condições desse acesso, da estrutura envolvida e como são implementados os recursos disponibilizados. Diante dessa lógica, entendemos que a questão institucional, ou seja, localidade da universidade, estrutura, estrutura da cidade, meios de transporte para acesso a elas, custo de vida, etc. também precisam ser consideradas quando nos referimos a vulnerabilidade acadêmica⁴³.

Além disso, Palavezzini (2020) dispõe que a vulnerabilidade acadêmica está diretamente relacionada com fatores endógenos e exógenos à política de educação, ou seja, para além das dificuldades educacionais presentes neste contexto, é necessário considerar, saúde, habitação, transporte, custo de vida, entre outros. Desse modo, a manifestação da vulnerabilidade acadêmica pode se expressar a partir de uma infinidade de formas, por exemplo: condições de alimentação, condições de domicílio, transporte (seja no âmbito do município, seja para o acesso à universidade), obtenção de materiais para as aulas, conciliação, em muitos casos, de trabalho e estudo, inserção e acesso às políticas sociais do

⁴³ Para exemplificar a questão abordada. O aluno que precisa pegar transporte coletivo para acessar a universidade, possui uma maior dificuldade de acesso do que aquele aluno que mora na frente das instituições. Outro exemplo é a universidade que fica localizada na zona rural, existe uma dificuldade a mais de acesso do que a universidade localizada no centro da cidade, visto que muitas vezes os ônibus são escassos, aplicativos de mobilidade urbana são caros, a pé ou de bicicleta de torna inviável devido a distância e condições das rodovias.

município⁴⁴, além das questões estruturais da sociedade, enraizadas em nossa formação social, como violências de gênero, étnico-racial, xenofobia, homofobia e diversas outras violências que ainda são muito presentes na vida do/a acadêmico/a, principalmente, em universidades que possuem *campus* em cidades de pequeno porte.

Para além de fatores sociais, também há fatores individuais que estão presentes na vulnerabilidade acadêmica, sejam eles: satisfação com o curso e a instituição escolhida, o pertencimento do/a estudante na instituição, participação nas atividades extra sala de aula, comparecimento nas aulas, inserção em grupos de pesquisa, inserção em bolsas acadêmicas, participação nos movimentos estudantis, além de condições de saúde física e mental, questões culturais e religiosas, uso de substâncias psicoativas, dificuldades de aprendizagem, entre outros. “[...] A vulnerabilidade acadêmica é, portanto, decorrente da ausência de condições estruturais, econômicas, sociais, institucionais e acadêmico/pedagógicas.” (PALAVEZZINI, 2020, p. 235).

São essas e tantas outras condições e dificuldades que são abrangida pela vulnerabilidade acadêmica. É nesta realidade social que a assistência estudantil se apresenta, como forma de atender as questões que se apresentam na vida do/a estudante e que se não atendidas e compreendidas de alguma forma, podem levar esse estudante à evasão.

A concepção de assistência estudantil, enquanto um conjunto de diretrizes, que visa promover condições mínimas de permanência, orientando ações desenvolvidas em diversas áreas (moradia, alimentação, transporte, saúde, apoio pedagógico, inclusão digital), coaduna com a compreensão de que a elegibilidade, exclusivamente via renda, para ter acesso à assistência estudantil, deixa de fora estudantes com outras múltiplas dificuldades, que influenciam direta e indiretamente no desempenho acadêmico. (PALAVEZZINI, 2020, p. 236).

Sendo assim, é neste contexto apresentado, que quando falamos em assistência estudantil, estamos nos referindo a um programa, instituído pelo governo federal que visa atender e quiçá sanar as questões de vulnerabilidade acadêmica apresentadas pelos/as estudantes. Não é uma vulnerabilidade exclusivamente de renda, mas de diversas outras dimensões que requer a intervenção de profissionais especializados, para dar respostas e/ou oferecer encaminhamentos às diversas demandas e expressões da “questão social” que se apresentam no ambiente acadêmico.

⁴⁴ Muitos estudantes que se mudam para cursar o ensino superior, principalmente em cidades pequenas, estão suscetíveis a um alto grau de xenofobia, privação de acesso aos serviços públicos, discriminação e dentre outros.

3 CONSOLIDANDO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS

A discussão apresentada nos capítulos anteriores, apoiada pelo embasamento teórico sobre a política social da educação e com o recorte da pesquisa sobre a assistência estudantil, possibilita refletir como estas ações e serviços vêm sendo operacionalizadas nas universidades federais da região sul do Brasil.

Neste capítulo o enfoque será nas ações denominadas como monetizadas (“bolsificação”) e as ações não-monetizadas que as instituições oferecem visando dar respostas às vulnerabilidades acadêmicas vivenciadas por estudantes nestas universidades. Ainda, evidencia de forma estruturada e reflexiva as contradições e aspectos relevantes que juntos permitem traçar uma análise sobre o objeto de pesquisa, bem como propiciar uma síntese das relações que estão postas entre os dados obtidos e as ações socioassistenciais ligados a assistência estudantil enquanto um direito de permanência estudantil e democratização da educação superior.

No primeiro momento, como a presente pesquisa se caracterizou como uma forma de avaliação de um programa governamental, são apresentados apontamentos sobre o processo avaliativo e a forma como este processo se realiza ou é operacionalizado nestas instituições, a partir dos dados empíricos, obtidos de *sites* oficiais das universidades federais que integram a amostra da pesquisa. Vale ressaltar que o levantamento de dados, são de acesso público, disponíveis nos endereços eletrônicos das onze universidades federais da região sul, localizadas nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Ainda, optamos por realizar a pesquisa por meio de informações públicas, e em *sites* eletrônicos, pois são estas informações acessíveis a toda a comunidade acadêmica e a comunidade externa das universidades, trazendo, assim, o caráter dos princípios da administração pública, especialmente a publicidade e a transparência. De igual modo, possibilita aos/às estudantes das instituições analisar as opções, os serviços, os programas e as ações que dispõem institucionalmente, para cursar o ensino superior. Por conta disso, estas informações podem ser fundamentais no momento de escolha da instituição, pelo/a estudante. Ademais, quando se trata de instituições públicas, as informações sobre a estrutura, corpo técnico e docente, destinação orçamentária e verbas destinadas pelo governo federal, devem ser publicadas em seus *sites*.

De forma ilustrativa, segue abaixo o Quadro 06 sobre o rol das instituições e respectivas informações, departamentos/pró-reitorias, e responsáveis pela gestão dos recursos da assistência estudantil.

QUADRO 06: Universidades pesquisadas da região sul do Brasil

ESTADO	UNIVERSIDADE	SIGLA	PRÓ-REITORIA QUE ESTÁ VINCULADA	SITE OFICIAL
Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE	https://portal.unila.edu.br/prae
Paraná	Universidade Federal do Paraná	UFPR	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE	http://www.prae.ufpr.br/prae/
Paraná	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	Assessoria de Assuntos Estudantis - ASSAE	http://portal.utfpr.edu.br/alunos/bolsas/auxilio-estudantil/contato
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE	https://prae.ufsc.br/
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis - PROEXT	https://www.ufcspa.edu.br/vida-academica/assuntos-estudantis

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas	UFPel	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE	https://wp.ufpel.edu.br/prae/
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE	https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC	https://sites.unipampa.edu.br/praec/
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE	https://www.furg.br/pro-reitorias/pro-reitoria-assuntos-estudantis
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE	https://www.ufrgs.br/prae/
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE	https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/assuntos-estudantis/preciso-de-ajuda-covid19

Fonte: Dados extraídos do Portal e-MEC e sistematizados pela pesquisadora.

Ao apontar o quadro demonstrativo acima das universidades que compõem esta pesquisa, podemos observar que houve um avanço na organização administrativa e de gestão da “política” de assistência estudantil. Este panorama organizativo das instituições permite a consolidação de serviços públicos e materializa o compromisso com a gestão dos serviços e aportes orçamentários. Ainda, possibilita uma análise de como as pró-reitorias, enquanto espaços administrativos coordena, implementa e realiza o controle dos serviços que atendam às necessidades dos/as estudantes.

Assim, podemos estabelecer que estes aspectos mencionados acima, possuem relevância e explicitam que as universidades aqui definidas, se deram a partir da inserção da pesquisadora como profissional de Serviço Social em uma delas (UTFPR). Tendo em vista que as instituições estão localizadas na região sul do Brasil, território em que a pesquisadora reside, significa, assim, melhor proximidade para a coleta de dados e posterior avaliação. Para tanto, será considerado as diferentes realidades, diferentes processos de gestão, território, regionalidade geográfica, cultural e contextos em que as universidades se encontram no decorrer do processo histórico, que impactam no tempo de existência, organização administrativa e outras ainda em processo de constituição de pró-reitorias e dos fluxos universitários. Acreditamos, assim, que por meio desse percurso metodológico se construiu as condições necessárias para analisar os processos de monetização e não-monetização da assistência estudantil.

Não obstante a isto, as informações obtidas através da pesquisa nos *sites* institucionais tiveram como ênfase as que seguem: localização territorial da universidade; a existência de uma pró-reitoria destinada para assuntos/assistência estudantis; a denominação desta pró-reitoria; departamento e outros setores (quando possíveis de identificar no *site*) que gerem organizativamente e operacionalizam a assistência estudantil; profissionais especializados, (quando possíveis de identificar), que atuam na assistência estudantil; os serviços e os auxílios/benefícios estudantis oferecidos pelas universidades à permanência estudantil.

3.1 A ANÁLISE/AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS/PROGRAMAS SOCIAIS

O tema da presente pesquisa, ao realizar uma análise dos serviços prestados pela assistência estudantil em universidades federais localizadas na região sul do Brasil, requer movimentos investigativos para dar concreticidade ao objetivo de identificar, mapear e avaliar,

por meio dos dados coletados nos *sites* dessas universidades, como está posta a operacionalização da assistência estudantil em seu viés monetizado e não-monetizado. Para isso foi necessário buscar aportes teóricos sobre a temática de forma a possibilitar o embasamento nos estudos de avaliação. Com vistas a melhor articular as reflexões e discussões sobre os dados coletados, considerou-se adequado realizar uma discussão teórica sobre o conceito e as premissas dessa modalidade de avaliação, demonstrando como a pesquisa avaliativa costuma ser executada para *a posteriori* empreender uma análise sobre os serviços da assistência estudantil nas universidades federais investigadas.

Um conceito de avaliação abrangente é dado por Aguilar e Ander-Egg:

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa [...], ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados. (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994, p. 31-32, grifo dos autores).

Desse modo, a pesquisa avaliativa tem um caráter de pesquisa social aplicada, pois visa conhecer, de maneira consciente e organizada, a estrutura de uma política e/ou programa e/ou projeto. No caso dessa pesquisa o que se pôs na centralidade da investigação foi o Programa de Assistência Estudantil. Nesse sentido, foi realizada uma avaliação do processo de execução do programa da assistência estudantil em unidades específicas, mediante o acesso e a coleta de informações públicas. A finalidade foi a de conhecer as diversas experiências de implementação desse Programa num dado espaço territorial e geográfico da região sul do Brasil. Dessa forma, aqui se entende a avaliação como mecanismo para conhecer, por isso centrada no processo de sua concretização (RODRIGUES, 2011).

A assistência estudantil é um programa de permanência estudantil que se insere no interior da política de educação superior. Para qualificar as formas de atuação deste Programa é necessário aperfeiçoar a prestação dos serviços para a população usuária, tornando-a mais eficaz e eficiente.

Cotta (1998), com base nos estudos de Posavac e Carey, define que as abordagens de uma pesquisa avaliativa podem e devem ser realizadas visando atender: a pesquisa em ciência

social (a avaliação baseada em objetivos), a avaliação “caixa-preta” e a avaliação naturalista ou qualitativa.

A avaliação de pesquisa em ciência social consiste numa modalidade rigorosa e pouco tendenciosa, tendo em vista seu embasamento em abordagens experimentais de investigação. Ela propicia atribuir à intervenção o mérito pelas mudanças constatadas nas realidades avaliadas. A avaliação baseada em objetivos define que a equipe responsável por determinado programa define as questões de avaliação. Já a avaliação de “caixa-preta” prevê apenas o exame de resultados, sem considerar objetivos, funcionamento, explicações que levaram a tais resultados. Por fim, a avaliação naturalista ou qualitativa é voltada para a compreensão dos significados da intervenção em detrimento de seus resultados, realizando uma avaliação mais descritiva do que explicativa. Desse modo, esta pesquisa referenciou, principalmente, em dois destes modelos, sendo eles: o baseado em objetivos, tendo em vista que a análise tem como base a identificação dos serviços e se esses contribuem com a permanência e progressão acadêmica do estudante no ensino superior; e, a avaliação qualitativa, no sentido de analisar os significados da intervenção, realizando uma avaliação descritiva (COTTA, 1998).

A pesquisa avaliativa, segundo Aguilar e Ander-Egg (1994), pode ser realizada *ex-ante*, isto é: aquelas que trabalham com o levantamento e análise de dados para fins de diagnóstico preliminar antes do início de um programa. Também pode ser uma avaliação de tipo *ex-post*, ou seja, realizada na fase de execução ou após o término do projeto/programa. Tendo em vista que a assistência estudantil é um programa implementado e em execução, a presente pesquisa se caracterizou como *ex-post*, com vistas a auxiliar no processo de manutenção da assistência estudantil.

Em relação a natureza dessa pesquisa, a avaliação se identificou como mista e participativa, uma vez que a pesquisadora atua como profissional na assistência estudantil em uma universidade federal no estado do Paraná⁴⁵, sendo esta universidade incluída na amostra de pesquisa.

Além disso,

Uma das classificações mais úteis é a que se baseia nos aspectos do programa ou projeto que são submetidos à avaliação. Aguilar e Ander-Egg (1994) sugerem uma tríplice distinção: “avaliação do plano e conceitualização da intervenção, avaliação

⁴⁵ A pesquisadora atuou como assistente social na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Dois Vizinhos, de janeiro de 2018 a agosto de 2022 e campus Santa Helena de setembro de 2022 em diante.

da instrumentação e seguimento da intervenção (avaliação do processo), e avaliação da eficácia e eficiência da intervenção (avaliação de resultado)”. A primeira modalidade julga a pertinência formal e conceitual do programa ou projeto, apontando falhas no diagnóstico ou no próprio desenho da intervenção; a segunda corresponde ao acompanhamento da execução e a terceira à confrontação dos resultados previstos e dos resultados efetivamente obtidos. A avaliação de eficácia, em particular, pode enfatizar os resultados intermediários (avaliação de resultados) ou os resultados finais da intervenção (avaliação de impacto). (COTTA, 1998, p. 110).

A partir da classificação apresentada, a pesquisa consistiu na modalidade de uma avaliação do processo, se considerando a realização do acompanhamento da execução da assistência estudantil em Universidades Federais na região sul do Brasil.

Neste sentido, foi realizada uma análise do contexto da formulação do PNAES, constando o período em que foi gestado e aprovado, a partir das contradições postas na realidade concreta, e como o programa contemplou os anseios dos movimentos sociais; assim, como as políticas públicas que deram suporte no sentido de implementação e afirmação do programa de assistência estudantil. Esse tipo de análise, segundo Rodrigues (2011), é necessário, pois é o caminho para avaliar a coerência entre a base conceitual e o contexto, permitindo oferecer subsídios para entender o sucesso ou fracasso de determinado programa.

Ainda, considerando as premissas evidenciadas por outros trabalhos é importante não perder de vista que

A avaliação que se obteve sobre a assistência estudantil não foi “fechada”, “blindada”, ou seja, não é uma verdade única, posto que a realidade está sempre em constante mudança. Poderá haver outros enfoques, outras respostas, outros tipos de avaliação que terão um viés diferente do nosso e, é claro, não menos importante e válido (PINHEIRO, 2015, p. 34).

Seguindo a perspectiva destacada por Silva (2008) existem duas dimensões inerentes à pesquisa avaliativa, sendo elas: a política e a técnica. A dimensão política diz respeito às intencionalidades da política/programa e a técnica se refere aos procedimentos científicos que a caracterizam como produtora de conhecimentos. Ambas têm coerência se subsidiar ações e decisões concretas. Nesse sentido, a avaliação

É uma forma de pesquisa social aplicada, sendo, portanto, uma atividade sistemática, planejada e dirigida.
Identifica, obtém e propicia informações válidas confiáveis, suficientes e relevantes para fundamentar um juízo sobre o mérito ou valor de um programa ou atividade específica.
Comprova a extensão e o grau de resultados.

Serve de base para a tomada de decisão racional sobre o desenvolvimento de programas ou ações, soluções de problemas e para a compreensão dos fatores determinantes de êxitos e fracassos (SILVA, 2008, p. 112-113).

Com relação às intencionalidades, consideramos que toda política pública é uma política de regulação ou intervenção na realidade. É um processo que abrange os mais variados sujeitos que possuem diversos interesses e expectativas. Ela se configura mediante um conjunto de ações ou de omissões do Estado, levando em conta os diferentes processos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma dada realidade (SILVA, 2008).

Quando se trata da política de educação e do programa de assistência estudantil devemos considerar que estes envolvem diferentes atores: professores, estudantes, profissionais de execução, gestores, movimento estudantil, e ainda o contexto socioeconômico e político, dentre outros. Enquanto política pública e programa governamental, os serviços e ações são normatizadas administrativamente e têm um caráter de atendimento às necessidades da sociedade. Porém, cada um dos atores, a partir de suas competências profissionais e atribuições, possui uma definição, uma intencionalidade com relação aos alcances das ações, dos resultados e das mudanças a serem concretizadas. Isso faz com que tenhamos diferentes formas de condução deste programa sendo, portanto, rodeado de contradições e de embates (DUTRA E SANTOS, 2017).

A política pública (ou política social) se expressa através de movimentos articulados, compostos de ações que são as respostas para as situações consideradas pela sociedade como problemáticas (no caso da pesquisa em tela: a dificuldade de estudantes permanecerem no ensino superior). É neste viés que concordamos com Silva (2008, p. 90) que uma política social é uma forma de mudança social, para propiciar a promoção do bem-estar, “[...] devendo ser também um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social, vista como um mecanismo social que contém contradições.” Ao tratar das contradições que lhes são inerentes estamos reportando ao que tange às respostas às pressões sociais, uma vez que essas políticas podem servir tanto aos interesses do capital, quanto aos interesses do mundo do trabalho.

De modo geral, de acordo com Aguilar e Ander-Egg (1994), as avaliações de políticas sociais (ou políticas públicas) são realizadas visando observar os seguintes critérios: eficácia, eficiência e efetividade. A eficácia corresponde ao resultado, ou seja, se o projeto/programa/política atingiu os objetivos estabelecidos anteriormente à execução. A eficiência diz respeito ao custo, em outras palavras, a realização de várias ações com o menor custo possível, no sentido de conseguir resolver os problemas economizando recursos. E, por

fim, a efetividade que equivale ao impacto, isto é, as mudanças que foram identificadas na situação apresentada, transformação da realidade.

Neste sentido, Silva (2008, p. 111) destaca que a avaliação de políticas sociais é definida a partir do esforço de governos na direção de mudar comportamentos e situações. Além disso, "[...] a avaliação pode vir a se constituir em instrumento eficaz para controle social das políticas sociais por parte da sociedade". Nesta perspectiva, a avaliação pode ser utilizada como um instrumento de fortalecimento do controle social e da pressão social sobre o Estado, na direção da conquista de direitos sociais, pois produz informações sobre a aplicação dos recursos públicos em políticas, programas e projetos sociais. Silva (2008) reconhece, pois, como importantes alguns elementos que integram e relacionam as políticas e os programas (também os projetos) sociais para com os aspectos que devem ser considerados pela pesquisa avaliativa, conforme o quadro esquematizado abaixo:

QUADRO 07: Política e programas sociais e pesquisa avaliativa

POLÍTICAS E PROGRAMAS SOCIAIS	PESQUISA AVALIATIVA
Geram impactos e mudanças	Valoriza a análise crítica da política ou do programa avaliado
Alteram condições de vida	Busca os princípios e fundamentos teórico-conceituais da política ou programa
Não é neutra	
Não é exterior às relações de poder	Considera os sujeitos e os interesses envolvidos no processo
É um ato técnico e político	Fundamenta-se em valores e concepções sobre a realidade social
Não é desinteressado	
Exige objetivação	Contrapõe-se a ideia de neutralidade
Exige independência	Os resultados são passíveis de questionamentos, como toda teoria sobre o social o é

Fundamenta-se em valores	Não tem o poder de ser uma verdade inquestionável
--------------------------	---

Fonte: SILVA, 2008, p. 113-114 (Dados sistematizados pela pesquisadora).

Com base nas definições de Silva (2008), e em específico a pesquisa avaliativa da assistência estudantil, que não possui o intuito de estabelecer uma verdade absoluta. A pesquisa em tela, demonstrou o processo contraditório deste Programa, através de uma análise crítica de um Programa que trás consigo todas as implicações decorrentes do modo de produção capitalista.

Nessa direção se compreende que o programa de assistência estudantil gera mudanças na situação de vida dos que dele se utilizam. A partir dos suportes fornecidos, por meio da oferta dos serviços, das ações, dos atendimentos especializados e do repasse de recursos financeiros (bolsas), muitos estudantes, diante de suas dificuldades de ordem socioeconômica e educacional, obtêm êxito no ensino superior, possibilitando-lhes a conclusão dos cursos e, perspectivas para uma nova condição de vida.

Portanto, a avaliação que busca uma análise crítica da implementação do programa de assistência estudantil pretende se aproximar das realidades das instituições. Foi com esta premissa que se partiu dos dados institucionais, com vista a coletar, sistematizar e analisar os serviços e ações que as universidades públicas oferecem na perspectiva de contribuir para o êxito estudantil e conseqüente, a efetivação das escolhas a partir dos objetivos dos estudantes, possibilitando-lhes, minimamente às condições objetivas para a permanência e à progressão acadêmica na instituição escolhida.

Tomando como base os dados referentes aos serviços, os projetos e a concessão de auxílios/benefícios estudantis (bolsas), que materializam parte das atividades da assistência estudantil, se realizou a análise da implementação do Programa de Assistência Estudantil, análoga a uma avaliação. Com isso, obtemos uma melhor compreensão da implementação, do desenvolvimento e, principalmente, da necessidade social da assistência estudantil.

3.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

A partir da delimitação do tema de pesquisa, dos aportes teóricos e das fontes pesquisadas, buscamos neste momento descrever os dados sobre as universidades federais pesquisadas, para na sequência realizar uma reflexão crítica sobre o aspecto bolsificado e não-bolsificado da assistência estudantil.

A região sul do Brasil conta com 11 (onze) universidades federais, sendo as instituições distribuídas da seguinte forma: **03 instituições no Paraná** (Universidade Federal do Paraná - UFPR; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA), **01 instituição em Santa Catarina** (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC), **06 instituições no Rio Grande do Sul** (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA; Universidade Federal de Pelotas - UFPel; Universidade Federal de Santa Maria - UFSM; Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA; Universidade Federal do Rio Grande - FURG; Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS), e uma instituição interestadual, com *campi* nos três estados (Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS).

Quanto à estrutura universitária estas se organizam por *campi*, da seguinte forma:

QUADRO 08: Universidades e suas unidades (*campi*)

ESTADO	UNIVERSIDADE	SIGLA	CAMPUS	CIDADES
	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	1	Foz do Iguaçu
Paraná	Universidade Federal do Paraná	UFPR	17 <i>campi</i> em 6 cidades	Curitiba (12), Pontal do Paraná (1), Matinhos (1), Palotina (1), Jandaia do Sul (1), Toledo (1)

	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	13	Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena, Toledo
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	5	Florianópolis, Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Joinville
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	1	Porto Alegre
	Universidade Federal de Pelotas	UFPel	6 <i>campi</i> em 2 cidades	Pelotas (5), Capão do Leão (1)
	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	4	Santa Maria, Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Cachoeira do Sul
	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	10	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana

	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	5 <i>campi</i> em 4 cidades	Rio Grande (2), Santa Vitória do Palmar (1), Santo Antônio da Patrulha (1), São Lourenço do Sul (1)
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	9 <i>campi</i> em 6 cidades	Porto Alegre (4), Litoral Norte (1), Eldourado do Sul (1), Litoral (1), Ceclimar (1), Capão Novo (1)
	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	5	Chapecó
Erechim, Cerro Largo				

Fonte: *Sites* oficiais das Universidades (Dados sistematizados pela pesquisadora).

Conforme o quadro acima, identificamos que as onze universidades pesquisadas possuem 77 (setenta e sete) *campi*, em 54 (cinquenta e quatro) cidades diferentes da região sul do Brasil. As reitorias, unidades gestoras administrativas das instituições, assim como o maior número de *campi* e de cursos, estão concentradas nas capitais dos Estados. Porém, observamos um dado importante no que se refere ao número de *campi* sediados em cidades do interior dos Estados, demonstrando na prática os desdobramentos do REUNI, o qual buscou a interiorização das universidades federais, conforme apontado por Andifes (2019).

Com o processo de interiorização e as novas formas de ingresso nas universidades federais, surgiu também a necessidade de ações destinadas para a permanência estudantil, devido ao grande fluxo de alunos/as que começaram a sair de suas cidades natal para estudar. Essa demanda por assistência estudantil também contribuiu para a aprovação do Decreto nº 7234/2010 e fez com que as universidades criassem estruturas organizativas e gestoras dos serviços através da implementação de pró-reitorias para assuntos estudantis (DUTRA e SANTOS, 2017). Importante enfatizar que antes da aprovação do Decreto, as universidades já

contavam com ações de assistência estudantil, porém não possuíam recursos orçamentários próprios e exclusivos para esse fim, sendo utilizados os recursos destinados a manutenção e do orçamento “próprio” das universidades (PINTO, 2015; IMPERIOTI, 2017). Cabe ressaltar que algumas universidades ainda não possuem estruturas administrativas próprias para gerenciar assuntos nessa modalidade de assistência estudantil. Nessas circunstâncias, alguns serviços e o desenvolvimento das ações ficam alocados em departamentos e setores vinculados a outras pró-reitorias, como pró-reitoria de gestão de pessoas, pró-reitoria de graduação, superintendências, dentre outros.

Portanto, das universidades pesquisadas temos o seguinte cenário:

QUADRO 09 - Pró-reitorias/órgãos da assistência estudantil nas universidades da região sul

ESTADO	UNIVERSIDADE	SIGLA	POSSUI PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS ESTUDANTIS	PRÓ-REITORIA / ÓRGÃO QUE ESTÁ VINCULADA
Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	Sim	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE
Paraná	Universidade Federal do Paraná	UFPR	Sim	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE
Paraná	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	Não	Assessoria de Assuntos Estudantis - ASSAE
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Sim	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	Sim	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis - PROEXT
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas	UFPeI	Sim	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Sim	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	Sim	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	Sim	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Sim	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE
Santa Catarina	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Sim	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE
Paraná				
Rio Grande do Sul				

Fonte: *Sites* oficiais das Universidades (Dados sistematizados pela pesquisadora).

Pelo exposto acima, registramos que das universidades pesquisadas apenas uma delas, a UTFPR, não possui instituída, ainda, uma pró-reitoria de assuntos/assistência estudantil. O Programa de Assistência Estudantil, nesta instituição possui uma estrutura administrativa de Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE), vinculada à Reitoria e, com atos administrativos ligados à Pró-reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD). A gestão dos projetos, serviços e ações são executados por profissionais de Serviço Social, Técnico em Assuntos Educacionais e Assistentes em Administração, do quadro da Reitoria e lotados administrativamente, na ASSAE. A execução dos programas e projetos são desenvolvidas e implementadas por esta assessoria que conta com os trabalhos de Comissões Institucionais e de Grupos de Trabalho (GT). Estes espaços de construção coletiva, possuem o intuito de estudos, proposição e avaliação das ações, compostas por profissionais dos diferentes espaços institucionais, numa perspectiva de transversalidade. Nos *campi* da UTFPR a assistência estudantil possui uma estrutura organizacional matricial e sua execução se dá pelo Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE) que compõe o Departamento de Educação (DEPED) que, por sua vez, está vinculado à Diretoria de Graduação e Educação Profissional (DIRGRAD).

O levantamento realizado torna possível refletir que as pró-reitorias de assuntos estudantis são fundamentais na gestão, organização e operacionalização da assistência estudantil, visto que estão vinculadas diretamente com a reitoria, possuindo autonomia para a organização, proposição dos serviços, programas e projetos, bem como a gestão dos recursos orçamentários e custeio para a execução das ações de assistência estudantil, seja na concessão de auxílios financeiros, acompanhamento técnico profissional dos/as estudantes, como a obtenção de dados estatísticos que servem de indicadores avaliativos da assistência estudantil nas instituições. Portanto, esta estrutura pode ser o diferencial para gerenciar e executar as ações de permanência estudantil, que não esteja vinculada diretamente aos repasses de recursos financeiros, ou seja, pagamentos de bolsas, mas que tenham uma ação articulada, refletida e elaborada no sentido de um percurso acadêmico com mínimas condições de êxito e formação profissional.

Neste sentido, um elemento importante a ser considerado, quando tratamos do processo de avaliação das ações de assistência estudantil, está no tempo de implementação, ou seja, o ano em que as universidades foram criadas e os programas que foram implementados. No Quadro 10, demonstra que algumas instituições podem ter ações mais consistentes, devido

ao seu caminhar histórico, estruturação dos serviços e consolidação das ações de forma mais organizada à realidade institucional, seja no quadro de profissionais, ações político pedagógicas e/ou gestão. Ainda, o tempo de desenvolvimento das ações impõem uma melhor qualificação, indicadores e organização institucional a partir das relações administrativas e operacionais. Ou seja, as instituições que estão a mais tempo oferecendo vagas de ensino superior público possuem indicadores e dados que possibilitam identificar e operacionalizar ações que têm um potencial maior de acerto, reavaliando constantemente as ações e os serviços enquanto instituição de ensino. Sendo assim, universidades mais antigas podem apresentar uma operacionalização da assistência estudantil mais madura e concreta, no que concerne aos serviços e ações. Porém, estes indicativos somente terão êxito a partir de uma avaliação criteriosa e continuada dos serviços. Com uma adequação dos serviços dentro da realidade de seus usuários e das demandas que apresentam, diante da dinamicidade das relações cotidianas e que envolvem a relação ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil.

Ademais, é necessário levar em consideração que cada universidade possui uma realidade, seja o território, configuração geográfica, estrutura organizativa e missão a que se propõem. Os processos de acesso ao ensino superior nas universidades, ultimamente, precisam se adaptar aos diferentes perfis de estudantes. Quando temos o SISU, o público se torna mais diversificado, abrangendo candidatos de todo o país. Além disso, o processo de democratização do acesso e permanência estudantil visa exatamente o ingresso de estudantes de grupos diversos, como os quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências, necessidades educacionais específicas e oriundas de qualquer região do país. Isso interfere diretamente na execução da assistência estudantil, visto que os serviços devem atender a uma gama maior de estudantes que possuem diferentes costumes, cultura e hábitos.

QUADRO 10 - Ano de criação das universidades federais da região sul

ESTADO	UNIVERSIDADE	SIGLA	ANO DE CRIAÇÃO
Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	2010

	Universidade Federal do Paraná	UFPR	1912
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	2005
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	1960
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	1961
	Universidade Federal de Pelotas	UFPel	1960
	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	1960
	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	2008
	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	1969
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	1934
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	2009

Fonte: *Sites* oficiais das Universidades (Dados sistematizados pela pesquisadora).

A partir dos dados apresentados no Quadro 10, verificamos que o tempo de criação das universidades pesquisadas são diversos. Uma das instituições - UFPR - possui sua criação em 1912. Considerada a mais antiga do Estado do Paraná e uma das primeiras universidades federais a ser criada no Brasil. Nesse momento, a educação brasileira passava por diversas transformações. Havia um movimento de reforma que tinha como objetivo modernizar o sistema educacional, no sentido de padronização do ensino básico e estabelecimento da obrigatoriedade do ensino primário. Houve também um esforço no sentido de uma formação docente mais qualificada, com uma significativa influência pedagógica internacional.

Influência esta que culminou no Movimento da Escola Nova que defendia práticas educacionais mais ativas, com foco no discente e na aprendizagem empírica (Ferreira Jr, 2010).

Porém, a educação brasileira neste período ainda passava por grandes dificuldades como a falta de recursos, a escassez de professores qualificados e a desigualdade de acesso à educação entre diferentes regiões e grupos sociais. O movimento estudantil, nesse período, começou a ganhar corpo trazendo o debate sobre reforma do ensino e autonomia estudantil (Ferreira Jr, 2010).

Ademais, cinco (UFSC, UFCSPA, UFpel, UFSM e FURG) das onze universidades pesquisadas, foram criadas na década de 1960, período em que aconteceu a primeira reforma universitária brasileira. Cumpre salientar que, para além da Reforma Universitária, com a expansão das instituições, no Brasil, este período foi marcado pela ditadura militar e que, por motivos políticos e administrativos, impuseram algumas questões, especialmente em relação ao perfil de estudantes que adentravam aos espaços universitários, grande parte da classe média alta e com acesso aos colégios particulares e cursinhos pré-vestibulares. Este apontamento se faz necessário a fim de considerar e refletir criticamente, que uma das questões importantes em relação à permanência e assistência estudantil está no processo de sua democratização que somente adquire materialidade na promulgação da Constituição Federal de 1988, posto no artigo 205 e demais normativas advindas. Sendo este processo está ainda em desenvolvimento, visto os constantes ataques aos direitos sociais e à cidadania.

Percebe-se, ainda, que as outras quatro universidades (UNILA, UTFPR⁴⁶, UNIPAMPA e UFFS) foram implementadas após os anos 2000, momento em que aconteceu a segunda Reforma Universitária, com a expansão e a interiorização das universidades federais brasileiras. Este é um dado muito relevante, pois as reformas do ensino superior no Brasil foram responsáveis pela expansão do acesso e permanência, do ensino, pesquisa e extensão nas universidades. Mostra que o objetivo de investir no país, para que este possa oferecer resultados sociais e econômicos favoráveis, parte de um contexto político, cultural e socioeconômico para o desenvolvimento brasileiro, que passa também pelo processo de inovação e garantia de investimentos que pode ter como foco prioritário a educação. Ainda, tendo como base os diferentes níveis e modalidades, seja a educação básica, fundamental até a pós-graduação. Ao referirmos especificamente ao ensino superior, identificamos o

⁴⁶ A UTFPR tem sua origem na Escola de Aprendizes Artífices em 1909, porém foi transformada em universidade apenas em 2005.

crescimento da área justamente pelo compromisso com a pesquisa científica, a qualificação profissional e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, por profissionais habilitados e com perspectiva de cidadania. Não obstante a isto, ocorre um fenômeno global que está pautado na formação profissional, mas com ênfase na mercantilização da educação, especialmente por instituições privadas e conglomerados. Temos assim, com grande ênfase, uma extensão significativa dos cursos de ensino a distância (EAD), que promovem uma verdadeira concorrência às instituições públicas e a qualidade do ensino. Sem considerar, também, que todas estas correlações e tensionamentos estão ligados diretamente à lógica neoliberal, da qual as instituições de educação superior pública ou não, produzem e reproduzem sua lógica e rebatimentos com consequências à sociedade e aos seus indivíduos.

Nesta direção, insistimos no enfoque quanto a necessidade de criação das políticas de permanência estudantil, ainda muito enfraquecidas, se pensarmos que o principal instrumento de embasamento para a efetivação da assistência estudantil é um Decreto Federal (Decreto nº 7234/2010), que instituiu um Programa, o qual é composto por ações delimitadas no referido decreto e, em algumas universidades pela normativa institucional sobre a política de assistência estudantil. Importante observar que, quando o Estado se propõe a investir em educação e expandir, especificamente o ensino superior, a expansão por si mesma, não é suficiente para que os estudantes desenvolvam as condições para o desenvolvimento acadêmico e também para que permaneçam e tenham uma formação. Por isso que a criação de uma política, efetivada através de programas, urge tão necessária para o desenvolvimento educacional, social e econômico brasileiro. Abaixo podemos identificar a publicação ou não, pelas universidades sul brasileiras, de Políticas de Assuntos/Assistência Estudantil:

QUADRO 11- Política de Assuntos/Assistência Estudantil

ESTADO	UNIVERSIDADE	SIGLA	TEM POLÍTICA DE ASSUNTOS/ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?
Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	Sim ⁴⁷

⁴⁷ Resolução nº 16, de 31 de agosto de 2022.

Paraná	Universidade Federal do Paraná	UFPR	Não
Paraná	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	Sim ⁴⁸
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Não ⁴⁹
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	Não
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas	UFPeI	Não
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Não
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	Sim ⁵⁰
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	Não
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Não
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Sim ⁵¹

(<https://portal.unila.edu.br/prae/arquivos/resolucaoordm162022consunpoliticodeassistencia.pdf>)

⁴⁸ Deliberação nº 34, de 17 de dezembro de 2018.

<https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=716121&id_orgao_publicacao=0>

⁴⁹ Na pesquisa realizada, encontrou-se "Minuta da Política Institucional de Apoio, Orientação e Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina", disponível no link

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160473/12-04-2016_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, porém não encontramos esta Minuta aprovada

⁵⁰ Resolução nº 84, de 30 de outubro de 2014.

<https://sites.unipampa.edu.br/praec/files/2021/10/resolucao-no-84_2014.pdf>, alterada pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 316, de 29 de abril de 2021.

<<https://sites.unipampa.edu.br/praec/files/2021/05/resolucao-consuni.pdf>> e pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 359, de 09 de novembro de 2022.

<https://sites.unipampa.edu.br/praec/files/2022/11/resolucao-consuni_unipampa-no-359_-de-09-de-novembro-de-2022.pdf>.

⁵¹ Resolução nº 10/CONSUNI CGAE/UFFS/2019.

Fonte: *Sites* oficiais das Universidades (Dados sistematizados pela pesquisadora).

Apesar da assistência estudantil não ter *status* de política pública, as universidades federais implementam e executam o Programa de Assistência Estudantil. Muitas instituições executam os serviços mediante a destinação de recursos vindos do Governo Federal (PNAES) e com recursos próprios, ou seja, recursos do orçamento geral que as universidades utilizam, também, para a permanência estudantil. Essa questão se articula muito com a conceituação, a definição e o histórico das pró-reitorias de assuntos/assistência estudantis.

Outro fato importante a se considerar é sobre a criação das pró-reitorias de assuntos/assistência estudantil. A perspectiva de a assistência estudantil enquanto um direito e garantia de permanência no ensino superior é algo relativamente novo, que ainda tem muito para se desenvolver e aprimorar. A UFPR, a mais antiga das universidades pesquisadas, criada em 1912, instituiu a pró-reitoria de assuntos estudantis apenas no ano de 2008, ou seja, 96 anos após a sua criação. Vale pontuar que em 2006 houve a criação de uma assessoria de assuntos estudantis, porém, enquanto pró-reitoria apenas em 2008. A UFPel, corrobora com os argumentos acima, visto que a universidade foi criada em 1960, entretanto, sua pró-reitoria de assuntos estudantis foi criada em 2007, 47 anos após a sua implementação. A UFRGS, foi criada em 1934 e sua pró-reitoria em 2012, 78 após a sua criação. É necessário pontuar que apesar da criação de pró-reitorias apresentarem-se como recentes, as universidades federais desenvolviam ações que visavam a permanência estudantil, como já apresentado no item 2.2, porém como serviços pontuais, fragmentados, dependendo de recursos próprios da instituição, ficando a depender dos interesses da gestão universitária de cada momento.

Em continuidade, ao discutirmos sobre a assistência estudantil um aspecto relevante está centrado na sua conceituação. Deste conceito, denota todo o direcionamento que a instituição adota para a execução do Programa de Assistência Estudantil, os serviços e as ações que serão demandadas e que terão efetividade e gestão enquanto política dentro da educação superior da rede federal. Neste sentido, buscamos trazer de forma sintética, a partir do que foi possível observar nas universidades pesquisadas, e o que está posto na sua concepção e ou conceituação sobre a assistência estudantil.

<<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2019-0010>>, alterada pela Resolução nº 33/CONSUNI CGAE/UFFS/2021.

<<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2021-0033>> e pela Resolução nº 34/CONSUNI CGAE/UFFS/2022.

<<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2022-0034>>.

QUADRO 12 – Resumo da conceituação/definição adotada pelas Pró-reitorias das universidades federais da região sul

ESTADO	UNIVERSIDADE	CONCEITUAÇÃO
Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	A PRAE realiza o acolhimento do discente através de ações, auxílios e atendimentos de profissionais da Psicologia, Enfermagem, Medicina e do Serviço Social. Possui como objetivo democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Todas as atividades estão embasadas no PNAES, conta com editais próprios para a concessão aos auxílios estudantis. O atendimento à saúde físico e mental com cunho informativo e preventivo, realizado por uma equipe multifuncional da PRAE.
	Universidade Federal do Paraná - UFPR	A PRAE têm ações voltadas ao desenvolvimento e acompanhamento de programas de apoio numa perspectiva integral na formação individual e global, considerando os aspectos: 1-Humanização: reflexão de questões sobre o preconceito, competitividade, conscientização dos direitos, e atividades que proporcionem bem-estar físico e mental à estudante e ao estudante. 2-Integração: ações que propiciem interação e integração política e acadêmica dos vários campi da universidade, outras universidades e de outros segmentos, com ênfase na cultura, semanas acadêmicas, jogos, gincanas e campeonatos esportivos. 3-Assistência: garantir as condições mínimas para a permanência estudantil na universidade, que colaborem na superação das deficiências financeiras e de acesso às atividades de formação.
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR	Não foi possível identificar.

Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	<p>A PRAE tem o objetivo de auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas, especialmente em programas e projetos voltados à política estudantil. Possui como principais atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e a conclusão do curso de graduação presencial. * Desenvolver estudos e projetos; * Planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades; * Estimular a implementação de planos, programas e projetos junto à comunidade estudantil; * Manter intercâmbio com outras entidades; * Propor e desenvolver políticas de benefícios da Universidade; * Propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos; * Apoiar e divulgar a realização de eventos de interesse da comunidade estudantil; * Emitir portarias e outros atos administrativos da respectiva área; * Executar outras atividades delegadas pelo Reitor.
	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA	<p>A PROEXT é responsável por planejar, programar e definir as regras para as atividades de extensão da universidade, como cursos extracurriculares, palestras e simpósios. Também tem como responsabilidade pensar ações de integração da comunidade interna e externa, através de ações sociais e atividades culturais. Possui um importante papel junto à comunidade acadêmica que é a coordenação das ações de assistência estudantil e o planejamento de políticas de assuntos estudantis.</p>
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	<p>A PRAE coordena a política de assistência estudantil, planeja, implementa e avalia as ações voltadas a acesso, inclusão e permanência dos estudantes. A estrutura de gestão possibilita o aumento da capacidade de atendimento e as respostas às demandas dos estudantes com a consolidação da forma de ingresso nesta instituição.</p>

	<p>Universidade Federal de Santa Maria - UFSM</p>	<p>A PRAE é o órgão administrativo da UFSM que planeja, operacionaliza, supervisiona, orienta e, junto aos acadêmicos, interage nas atividades universitárias que abrangem o campo cultural, social e assistencial da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Maria. As ações desenvolvidas têm como objetivo principal garantir o acesso e a permanência dos estudantes na UFSM, dentro de uma perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida da comunidade estudantil. Para alcançar tal propósito, oferece os seguintes Programas: Moradia Estudantil, Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte, Bolsa de Assistência, Bolsa de Formação Estudantil e Restaurante Universitário, bem como projetos das CEU's (Casas de Estudante Universitário). A Pró-Reitoria propõe a participação democrática de acesso, organização e gestão dos programas oferecidos através de um Conselho de Administração composto pela PRAE e pelas CEU's, promovendo, desta forma, uma participação efetiva dos acadêmicos na tomada de decisões que visam construir, cada vez mais, uma universidade voltada para as reais necessidades da comunidade acadêmica.</p>
	<p>Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA</p>	<p>A PRAEC é o setor da Reitoria que tem por finalidade desenvolver programas, benefícios e ações voltadas à assistência estudantil e ao acesso aos direitos de cidadania. Essas iniciativas visam contribuir para com uma efetiva democratização do ensino superior, por meio de práticas que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes especificamente nos cursos de graduação presencial.</p>
	<p>Universidade Federal do Rio Grande - FURG</p>	<p>Para a PRAE o estudante está no centro da atuação dos assuntos estudantis. Assim os trabalhos visam à vida universitária dos estudantes para que estes se desenvolvam em condições equitativas de acesso e permanência no ensino superior, em um ambiente de compromisso, participação e de aprimoramento da formação técnica, humanística e cidadã. Para tanto, promove ações de apoio aos estudantes que garantam a permanência e conclusão dos estudos, a orientação pedagógica para aprendizagem, a formação ampliada para construir participação cidadã e o desenvolvimento</p>

		profissional.
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	De modo geral a PRAE está subdividida de em divisões e coordenações e os processos de seleção e concessão dos benefícios e auxílios da assistência estudantil e o acompanhamento dos estudantes são prestados no decorrer dos cursos até a formação da graduação.
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	A PROAE e os Setores de Assuntos Estudantis (SAEs) de cada campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) desenvolvem ações de assistência estudantil e vivência universitária, com o objetivo de estimular a integração acadêmica e social dos estudantes e auxiliar na sua permanência e formação. Atuando na assistência ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os setores responsáveis pelo cadastro socioeconômico e pelo planejamento, fazem a execução e o acompanhamento dos programas de assistência estudantil, operacionalização dos auxílios socioeconômicos e das bolsas acadêmicas da UFFS. Mantém ações de apoio aos processos de ensino-aprendizagem e de adaptação à Universidade (informação, orientação e planejamento profissional), saúde física e mental (prevenção, atendimento e encaminhamentos) e de organização estudantil (orientação e apoio a atividades estudantis). As atividades se alinham às diretrizes do PNAES com a finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Fonte: *Sites* oficiais das Universidades (Dados sistematizados pela pesquisadora).

A partir dos dados sistematizados no Quadro 12, quando nos referimos às pró-reitorias, como o espaço em que são gestados os serviços de assistência estudantil, e sua conceituação/definição, notamos alguns aspectos importantes. Por isso, se considerou relevante destacar a frequência com que algumas palavras-chaves apareceram no decorrer da pesquisa. A reiterada repetição desses termos se evidenciou como fundamental para o entendimento e aperfeiçoamento da assistência estudantil nas universidades. Esse dado consta organizado no quadro abaixo:

QUADRO 13 - Palavras-chave de conceituação/definição das pró-reitorias.

PALAVRAS-CHAVE	EM QUANTAS UNIVERSIDADES APARECEU
Permanência	8
Acesso/Ingresso	5
Qualidade de vida	2
Humanização/Formação humanística	2
Integração	2
Assistência/assistencial	2
Inclusão	2
Formação ampliada	3
Cidadania/Cidadã	2
OUTRAS PALAVRAS QUE APARECERAM UMA VEZ:	Apoio; Acompanhamento; Acolhimento; Produção de conhecimentos; Melhoria do desempenho acadêmico; Democratização do ensino superior; Sucesso; Vivência universitária

Fonte: *Sites* oficiais das Universidades (Dados sistematizados pela pesquisadora).

Identificou-se que a palavra mais utilizada foi permanência, corroborando com o já apresentado na pesquisa bibliográfica, que a assistência estudantil é sobretudo um programa de permanência estudantil, ou seja, ações e projetos monetizados e não-monetizados que visam reduzir o número de evasão universitária. Outra palavra que apareceu em praticamente metade das universidades pesquisadas foi o acesso/ingresso, isto significa que para além da permanência estudantil, as pró-reitorias também desenvolvem atividades no acesso ao ensino superior, nos processos de avaliações das cotas, a qual metade das vagas do curso são destinadas a candidatos que cursaram o ensino médio inteiramente em escola pública. Dentro desse percentual, ainda há vagas reservadas para candidatos cotistas de renda, que precisam

comprovar renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio; além de cotas raciais, pretos, pardos ou indígenas e para pessoas com deficiência. Para tais comprovações, as universidades instituem comissões para a realização de análise documental e no caso de pretos e pardos, bancas de heteroidentificação. Sendo assim, entendemos que nestas universidades em que a pró-reitoria de assuntos estudantis tem atuação substantiva em formas de acesso ao ensino superior, realizando as análises referente às diferentes cotas sociais.

Outro termo que vale destacar foi o de “formação ampliada”, na qual compreende-se que a universidade não é e não pode ser a responsável por uma formação apenas técnica, mas sim uma formação para além de ensinar uma profissão, que esteja voltada para ensinar e reforçar direitos e deveres, que vise a cidadania, auxiliando os estudantes ao acesso aos direitos e informações pertinentes a sua condição de vida e saúde, assim como da sua família. Enfim, a formação ampliada significa uma formação técnica, ética, humanista, cidadã e social.

Neste viés ainda temos a humanização, assistência, cidadania, integração e a inclusão que estão vinculadas à formação ampliada das universidades, ou seja, independentemente da classe social os indivíduos têm o direito de ingressar e permanecer no ensino superior. Assim a assistência estudantil se apresenta como uma forma de democratização do ensino superior ao oferecer aos alunos condições mais equitativas de acesso e permanência nas universidades, as quais devem proporcionar uma formação técnica de excelência e essa inclui a formação propriamente dita e a condições para além de sala de aula considerando estadia qualificada, alimentação, transporte, acesso às informações e direitos, inclusão social, integração à comunidade acadêmica, etc.

Outras palavras-chaves que aparecem, como: apoio; acompanhamento; acolhimento; produção de conhecimentos; melhoria do desempenho acadêmico; democratização do ensino superior; sucesso; vivência universitária, são palavras que remetem a uma assistência estudantil não-monetizada. Acolher e acompanhar o aluno no ensino superior é central para compreender a vivência universitária, fazendo com que o estudante entenda e se adapte ao ensino superior, tendo em vista todas as diferenças que este ensino tem para com o ensino médio. Isso possibilita que se tenha um desempenho acadêmico satisfatório favorecendo o sucesso acadêmico (ou seja, a colação de grau). Considerando os significados das palavras, se de fato efetivadas, se pode dizer que as universidades estão atendendo, mesmo que em muitos casos de forma parcial, os objetivos propostos no Decreto n° 7234/2010.

Avançando nas competências desses órgãos/estruturas, se considera importante destacar as atuações para compreender de forma objetiva o caráter monetizado e não-monetizado deste Programa.

No APÊNDICE 03, observamos os departamentos e setores que compõem as pró-reitorias de assuntos estudantis das universidades sul brasileiras, estes, desempenham papel central no suporte aos estudantes para efetivação de sua permanência no ensino superior. Estes departamentos coordenam diversos serviços e programas voltados para a qualidade de vida, a integração social, a saúde mental e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Pode-se constatar, de modo geral que os setores e departamentos são voltados para assuntos específicos, como assistência social, saúde e bem-estar, cultura, lazer e esporte, orientação profissional e carreira, inclusão e acessibilidade, integração e orientação acadêmica, atendimentos psicopedagógicos, efetivação e acompanhamento à cotistas, atendimento à indígenas, dentre diversos outros assuntos que são responsáveis por, se entendidos em sua totalidade, oferecer condições mínimas de permanência estudantil. Ademais, os departamentos/setores são fundamentais para criar um ambiente acadêmico inclusivo, saudável e propício ao sucesso dos estudantes. Eles não apenas auxiliam nas necessidades imediatas dos estudantes, mas também contribuem para o desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional ao longo de suas trajetórias educacionais. No quadro abaixo podemos identificar, de forma resumida, os setores que compõem as Pró-reitorias das universidades.

QUADRO 14 - Os setores/departamentos que compõem as Pró-reitorias das universidades federais da região sul

ESTADO	UNIVERSIDADE	SETORES / DEPARTAMENTOS
Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Coordenadoria de Atenção ao Estudante e às Moradias Apoio Pedagógico Divisão de Apoio Administrativo e Atendimento ao Público Divisão de Administração e Finanças Departamento de Apoio ao Estudante Seção de Psicologia Departamento de Atendimento à Saúde

		Serviço de Promoção Cultural e Esportiva Departamento de Gestão de Moradias
Paraná	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Coordenação de Assistência Estudantil Unidade de Apoio Psicossocial Serviço Social Pedagogia Coordenação de Apoio aos Estudantes e às Entidades Estudantis Unidade de Controle e Execução Orçamentária Recepção
Paraná	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Departamento de Educação Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil Núcleo de Ensino Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Coordenadoria de Assistência Estudantil Setor de Psicologia Educacional Restaurante Universitário Departamento de Assuntos Estudantis Coordenadoria Administrativa
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Núcleo Cultural Coordenação de assuntos estudantis Núcleo de seleção, acompanhamento e avaliação da assistência estudantil
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Coordenação de Ingresso e Benefícios Núcleo de Serviço Social Núcleo de Gestão de Programas Coordenação de Permanência Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente Coordenação de Políticas Estudantis Seção de Moradias Estudantis Seção de Apoio aos Restaurantes Universitários
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Secretaria Geral Núcleo de Atenção ao Estudante Setor de Benefício Socioeconômico

		<p>Setor de Atenção Integral ao Estudante</p> <p>Setor de Atenção Odontológica</p> <p>Setor de Bolsas</p> <p>Setor de Patrimônio</p>
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	<p>Divisão de Controle, Planejamento e Projetos</p> <p>Divisão de Assistência Estudantil</p> <p>Núcleo de Promoção de Saúde Mental e Práticas Desportivas</p>
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	<p>Diretoria de Assistência Estudantil</p> <p>A Coordenação de Alimentação, Alojamento e Transporte Estudantil</p> <p>Coordenação de Bem-viver Universitário</p> <p>Diretoria de Desenvolvimento do Estudante</p> <p>Coordenação de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante</p> <p>Coordenação de Acompanhamento e Apoio Pedagógico ao Estudante</p> <p>Coordenação de Ações Afirmativas</p> <p>Coordenação de Atenção ao Estudante</p>
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	<p>Divisão de Ingresso</p> <p>Gerência Administrativa</p> <p>Departamento da Central do Aluno</p> <p>Departamento de Benefícios e Acompanhamento Estudantil</p> <p>Coordenação de Registros</p> <p>Coordenação de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico</p> <p>Departamento de Apoio ao Estudante</p> <p>Divisão de Alimentação</p> <p>Núcleo de Gestão e Qualidade</p> <p>Divisão de Promoção da Saúde Discente</p> <p>Divisão de Moradia Estudantil</p> <p>Núcleo de Inclusão e Acessibilidade</p>
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	<p>Diretoria de Gestão da Política de Permanência</p> <p>Departamento de Assuntos Estudantis</p> <p>Departamento de Nutrição e Alimentação</p> <p>Departamento de Orçamento e Auxílios</p>

		Divisão Indígena Setores de assuntos estudantis
--	--	--

Sob esse viés analítico, constatamos nos departamentos/setores, a existência de ações e serviços voltados à permanência do estudante em todas as suas possíveis dificuldades, como apoio pedagógico, acompanhamento social, psicológico, promoção em saúde mental, atenção odontológica, acompanhamento estudantil, desenvolvimento do estudante, formação ampliada, esportes e departamentos que são voltados especificamente ao apoio financeiro (bolsas), setores de benefícios, auxílios, benefício socioeconômico, entre outros.

Com relação ao apoio financeiro, distinguimos três principais formas, os auxílios monetários, em espécie, a moradia estudantil e a alimentação. O auxílio moradia pode se apresentar na forma de moradias estudantis ou auxílio financeiro para pagamento de aluguel. O auxílio alimentação se apresenta na gratuidade nos Restaurantes Universitários (RU) e/ou na forma de recursos financeiros.

Para conhecer e analisar a assistência estudantil em seu cunho monetizado e não-monetizado é fundamental descrever o que as compõem. Abaixo se apresenta sua estruturação nas atuações de profissionais especializados (serviços não-monetários) e os auxílios (na forma de bolsas) que foram identificados nos *sites* das universidades federais pesquisadas.

QUADRO 15 - Profissionais que atuam nas Pró-Reitorias que foi possível identificar nos *sites* oficiais das universidades federais da região sul.

ESTADO	UNIVERSIDADE	SIGLA	PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS PRÓ-REITORIAS QUE FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR
Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	Pedagogos Assistentes Sociais Psicólogos Enfermeiros Técnicos de Enfermagem Médico
Paraná	Universidade Federal do Paraná	UFPR	Pedagogos Assistentes Sociais

			Psicólogos
Paraná	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	Enfermeiros Médicos Dentistas Psicólogos Pedagogos Assistentes Sociais Nutricionista
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Psicólogos Assistentes Sociais
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	Não foi possível identificar
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas	UFPeI	Assistentes Sociais Pedagogos Enfermeira Psicólogos Psiquiatra
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Administradores Assistentes em Administração Contador Assistentes Sociais - 12 Psicólogos Recreacionista Auxiliar de Saúde Odontólogos
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	Técnicas em Assuntos Educacionais Assistentes em Administração Administrador Assistentes Sociais Psicólogos
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	Assistentes Administrativo Administrador Assistentes Sociais

			Psicólogos Pedagogos Técnicos em Assuntos Educacionais Tradutores e Intérpretes de Libras Nutricionistas
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Através dos departamentos, identificou-se apenas profissionais que realizam o acompanhamento pedagógico - pedagogos e acompanhamento social - assistentes sociais. E no item agendamento, foi possível identificar psicólogos. Através dos serviços, foi possível identificar: nutricionistas
Santa Catarina	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Psicólogos
Paraná			
Rio Grande do Sul			

Fonte: *Sites* oficiais das Universidades (Dados sistematizados pela pesquisadora).

Com relação aos quadros profissionais: é possível afirmar que a assistência estudantil nas universidades federais do sul do país possui variadas especialidades de acolhimento, atendimento e acompanhamento ao discente. Este possuindo a possibilidade de, além do auxílio estudantil, dispor de vários serviços ofertados para a sua permanência no ensino superior.

QUADRO 16 - Resumo dos serviços identificados nas Pró-Reitorias das universidades federais da região sul.

ESTADO	UNIVERSIDADE	RESUMO SERVIÇOS
Paraná	Universidade Federal da Integração	Alojamento estudantil; Pesquisas em assistência estudantil

	Latino-Americana (UNILA)	
Paraná	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Atendimento pedagógico; Acompanhamento acadêmico dos bolsistas; Orientação ao estudante; Acolhimento; Rodas de conversa; Oficinas; Assessoria a docentes e técnicos; Atendimento Social; Tutoria entre pares
Paraná	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Enfermagem; Medicina; Odontologia; Psicologia; Pedagogia; Serviço Social; Nutrição
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Serviço de psicologia educacional
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Não foi possível identificar
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Grupos de Prevenção em Saúde; Acolhimento online em saúde mental; Programa de acompanhamento e apoio pedagógico; Políticas para mães e pais
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Oficinas; acolhimento psicológico; projetos de extensão; acolhimento e acompanhamento psicossocial
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	Programa de Monitoria Indígena e Quilombola; Auxílio de Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola; Programa de Apoio Social e Pedagógico; Apoio Psicológico ao Estudante; Política de Promoção da Cultura de Paz

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Estágios; Outorgas de grau; Programa de Acolhida Cidadã/Solidária; Programa de acompanhamento e apoio pedagógico ao estudante; Programa de apoio aos estudantes com necessidades específicas; Curso Permanente de Atividades Extracurriculares para Estudantes de Graduação
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Programa Saúde; Serviço de Acessibilidade e Acompanhamento; Assistência Nutricional; Atendimento Clínico Individual; Grupos e Palestras; Estratégias de Educação Alimentar e Nutricional nos RUs
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Programa de Apoio Pedagógico e/ou Psicossocial; Programa de Promoção à Saúde do Estudante; Programa de Alimentação e Nutrição; Programa de Ações Afirmativas; Programa de Esporte e Lazer; Programa de Cultura e Arte

Fonte: *Sites* oficiais das Universidades (Dados sistematizados pela pesquisadora).

Para a análise sobre a monetização e não-monetização da assistência estudantil é imprescindível conhecer e descrever sua atuação e abrangência, isto é a estruturação deste Programa.

Constata-se de acordo com os APÊNDICES 04 e 05, a diferença entre a monetização e a não monetização da assistência estudantil. Para os objetivos deste trabalho, estamos realizando a diferenciação para mostrar que a assistência estudantil, não é apenas a bolsa. Porém, estes dois aspectos da assistência ao estudante devem ser analisados de forma conjunta. São particularidades que compõem a totalidade da assistência estudantil.

A bolsificação/monetização da assistência estudantil se caracteriza como os apoios financeiros concedidos diretamente ao estudante para auxiliar nas despesas relacionadas à educação e à vida acadêmica. Na assistência estudantil, são denominadas de auxílio estudantil e podem existir diversas modalidades, como constatado no APÊNDICE 05. Dentre eles: moradia, alimentação, creche/infância, básico, emergencial, permanência e diversos outros. Para o estudante ter acesso, estes devem atender a alguns critérios, em que as universidades

podem estabelecer, porém o principal deles é o recorte de renda, este já estipulado no Decreto nº 7234/2010.

Concomitante aos auxílios estudantis, a assistência estudantil também é formada por serviços e ações que abrangem uma variedade de áreas que visam atender às necessidades holísticas dos estudantes para minimamente garantir seu bem-estar e sucesso acadêmico. Os principais serviços identificados foram: o atendimento psicossocial, que visa oferecer apoio psicológico e social para lidar com questões emocionais, estresse, ansiedade e outros desafios pessoais e sociais; atendimento médico e odontológico que visa proporcionar serviços de saúde básicos e serviços odontológicos para manter a saúde física dos estudantes; orientação acadêmica que caminha no sentido de oferecer suporte para melhorar habilidades de estudo, gerenciamento de tempo, organização e planejamento acadêmico; inclusão e acessibilidade visando a garantia de que estudantes com deficiência e/ou com transtornos específicos tenham igualdade de oportunidades e condições por meio de adaptações curriculares, materiais acessíveis e outras medidas; e ações de integração e lazer, na busca de promover atividades culturais, esportivas e de lazer para fomentar a integração social e o pertencimento acadêmico.

3.3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A MONETIZAÇÃO E A NÃO MONETIZAÇÃO

A partir dos dados até aqui apresentados foi possível realizar uma avaliação sobre o caráter monetizado e não-monetizado da assistência estudantil. Quando se trata de recursos destinados às bolsas, para fins de acesso se tem o critério⁵² de renda, ou seja, o discente para ser contemplado com as bolsas destinadas à assistência estudantil deve comprovar renda mensal *per capita* de no máximo um salário mínimo e meio, o que se compararmos a outros programas de assistência social do governo federal é um recorte de renda alto. Pois, deve-se considerar o alto impacto financeiro nas famílias para conseguir oferecer condições mínimas de permanência ao estudante, em outra cidade/estado, para cursar o ensino superior.

Outro fator que foi identificado no decorrer da pesquisa diz respeito a quem se destina às ações não-monetizadas da assistência estudantil, ou seja, os serviços oferecidos pelas pró-reitorias e departamentos responsáveis pela permanência estudantil, que não dizem respeito às bolsas. Estes serviços que são destinados para os alunos que atendem ao critério de renda estipulado pelo Decreto nº 7234/2010 podem ser oferecidos para todos os estudantes? A

⁵² Estabelecido pelo Decreto nº 7.234 de 2010.

reflexão tem por base o conteúdo teórico, as informações levantadas em outras universidades e a prática profissional que a pesquisadora realiza na assistência estudantil.

Quando se trata da permanência do estudante no ensino superior, destacamos que a questão financeira tende a ser uma importante questão que impede, muitas vezes, o estudante de cursar uma graduação. Porém, existem outros fatos que também devem ser considerados como importantes na vida do aluno, como: questões psicológicas, mudança de local de residência, distância da família, fatores pedagógicos, ensino básico defasado, dificuldade de convivência com outras pessoas, problemas nas relações de amizade, problemas na relação entre docente e discente, problemas de saúde, entre outros. Considerando esse universo de dificuldades, indaga-se: qual o direcionamento que os profissionais que atuam na assistência estudantil devem dar para os serviços que realizam nas universidades federais?

A partir deste questionamento, nos *sites* das universidades federais pesquisadas foram identificados serviços e ações voltadas especificamente para alunos bolsistas da assistência estudantil e ações voltadas para todos os estudantes. No que se refere às bolsas, dado ao que estabelece o PNAES, elas devem atender ao critério de renda. Mas, para o público em geral pode haver (e há) serviços e ações de acompanhamentos diversificados, a depender da vulnerabilidade acadêmica apresentada (Palavezzini, 2020).

Para o público bolsista da assistência estudantil, que recebe recurso financeiro do Estado, *a priori* não há exigência específica de contrapartida, a não ser o objetivo básico da assistência estudantil⁵³, como das demais bolsas voltadas para o ensino superior⁵⁴. O Decreto do PNAES estabelece que os critérios e a metodologia a ser utilizada na seleção e acompanhamento dos alunos bolsistas do auxílio estudantil respeitam a autonomia das universidades, considerando as mais diversas realidades a que estão inseridas (Albuquerque, 2017). No entanto, as universidades podem estabelecer contrapartidas acadêmicas para com os alunos contemplados, ou seja, podem vincular o recebimento do auxílio estudantil à alguma forma de rendimento acadêmico, por exemplo, estabelecer um número máximo de reprovações por semestre, uma quantidade determinada de semestres que os alunos podem receber, etc. Isso porque tal modalidade de bolsa tem o objetivo de permanência estudantil, visando atender suas necessidades básicas⁵⁵ para estudar.

⁵³ A permanência estudantil, frequentar as aulas e não reprovar.

⁵⁴ As quais são vinculadas ao rendimento acadêmico, como é o caso do Programa de Educação Tutorial (PET), ou vinculadas ao desenvolvimento de atividades acadêmicas (projetos, ações de extensão, pesquisa, etc.).

⁵⁵ Porém, a realidade mostra que os auxílios despendidos aos alunos são insuficientes para sua manutenção no ensino superior, fazendo com que muitos recorram a outras atividades, como projetos, estágios e trabalho.

Com relação ao caráter monetizado da assistência estudantil, ou seja, as bolsas de auxílio estudantil, podemos afirmar que o governo destina recursos financeiros para as universidades federais, de acordo com a matriz orçamentária do PNAES⁵⁶. Esse recurso chega nas universidades através da *Ação 4002 0000 - Assistência ao Estudante de Ensino*⁵⁷, a qual as universidades possuem autonomia para estabelecer sua finalidade, desde que dentro dos critérios estabelecidos pelo PNAES.

QUADRO 17 - Montante destinado a cada universidade no ano de 2022

ESTADO	UNIVERSIDADE	VALOR EM R\$ APROXIMADO REPASSADO PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (ANO 2022)
Paraná	UNILA	8 milhões
Paraná	UFPR	21 milhões
Paraná	UTFPR	15 milhões
Santa Catarina	UFSC	28 milhões
Rio Grande do Sul	UNIPAMPA	10 milhões
Rio Grande do Sul	UFPeI	12 milhões
Rio Grande do Sul	UFSM	22 milhões
Rio Grande do Sul	FURG	8 milhões
Rio Grande do Sul	UFRGS	21 milhões
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	UFFS	10 milhões
Total:		155 milhões

Fonte: *Site Portal da Transparência do Governo Federal* (Dados sistematizados pela pesquisadora).

⁵⁶ A matriz pode ser consultada no link:

<https://docplayer.com.br/81286444-Orcamento-matriz-andifes-e-matriz-pnaes.html>

⁵⁷ A ação “4002 0000- Assistência ao Estudante de Ensino Superior”, é a forma que o governo federal envia o recurso financeiro para as instituições federais de ensino superior. Essa ação é específica para a assistência ao estudante de ensino superior e deve ser utilizada unicamente para este fim. Sendo que as universidades, todo ano, devem “prestar contas” de como foi utilizado este recurso.

Desse modo, as universidades utilizam esse recurso para a concessão de auxílios estudantis estabelecendo critérios, condicionalidades, pontuações e outras formas de contemplar os estudantes. Essas instituições têm a autonomia para estabelecer as modalidades de bolsas que vão praticar como, por exemplo: auxílio moradia⁵⁸, auxílio transporte⁵⁹, auxílio alimentação⁶⁰, dentre outras.

Com o levantamento dos dados se apurou que as universidades pesquisadas possuem as mais variadas modalidades de auxílios, caracterizados de acordo com a realidade de cada instituição. Os auxílios oferecidos são: *auxílio transporte*, *auxílio transporte rural*, *auxílio creche* (infância; pré-escolar), *auxílio moradia*, *auxílio instalação* (ingressante, ingresso - exclusivamente para calouros), *auxílio alimentação* (refeição), *auxílio básico* (estudantil), *auxílio informática*, *auxílio instrumental odontológico*, *auxílio material de ensino* (pedagógico), *auxílio emergencial* (extraordinário), *auxílio à indígenas e quilombolas*. Importante frisar que os auxílios estudantis determinados pelas instituições (que podem abranger os auxílios citados acima), são financiados pelos recursos do PNAES, com a possibilidade de a instituição oferecer recursos extras (próprios) para o pagamento de bolsas do auxílio estudantil, sendo a destinação definida pela equipe responsável pelos auxílios estudantis.

Algumas universidades solicitam a prestação de contas dos recursos utilizados, por exemplo: o auxílio moradia pago ao estudante deve suprir sua necessidade de pagamento de aluguel, se o auxílio pago for superior ao comprovado pelo estudante, este deve realizar a devolução do valor excedente. Porém, esta prática está relacionada com a dinâmica da universidade, não sendo uma imposição governamental.

Existem outras bolsas oferecidas pelas instituições que não requerem obrigatoriamente o recorte de renda, visto que não são pagas pela *Ação 4002*, mas sim por recursos próprios das universidades. Entretanto, mesmo não sendo de recursos do PNAES elas auxiliam na permanência estudantil, incentivando o fomento de ações de ensino, de pesquisa e de extensão, como: os *auxílios à participação de discentes em eventos* (formação estudantil, apoio à apresentação de trabalhos), *apoio à eventos estudantis* (realização dos eventos acadêmicos), *protagonismo estudantil* (vinculado à projeto), *desenvolvimento institucional*, *incentivo à orquestra sinfônica* (cultural), *bolsa de ensino, pesquisa e extensão*, *estágios*,

⁵⁸ Aluno que precisou mudar-se para estudar, possuindo a despesa de aluguel ou vaga em casas do estudante.

⁵⁹ Aluno que utiliza transporte coletivo pago para deslocar-se até a universidade.

⁶⁰ Enquanto crédito nos Restaurantes Universitários (RU), ou enquanto auxílio financeiro.

aperfeiçoamentos, dentre outros. Vale ressaltar que existem bolsas de outros departamentos das universidades que fomentam o desenvolvimento científico e intelectual, como: bolsas de Monitorias, de Projetos de Ensino, de Projetos de Pesquisa, de Projetos de Extensão que são financiados pelas próprias universidades ou pelos órgãos de fomento, como: Fundação Araucária, CNPq, CAPES, etc. Porém, estas bolsas não estão ligadas diretamente aos órgãos implementação e operacionalização⁶¹ da assistência estudantil, todavia, mesmo que indiretamente, contribuem de alguma forma com a permanência e pertencimento estudantil.

Os auxílios estudantis mencionados, pagos ou não pelo recurso PNAES, representam o caráter monetizado da assistência estudantil. Esses auxílios que tomam o formato de “bolsas” são, muitas vezes, o “carro-chefe” das pró-reitorias e departamentos de assistência ao estudante. Isso porque o Auxílio Estudantil requer um trabalho exaustivo de análise de documentação de renda. As universidades solicitam um rol de documentos obrigatórios, a serem analisados, pelos profissionais, para confirmar, ou não, a condição socioeconômica declarada pelos estudantes.

O auxílio estudantil, devido à seu critério basilar, é alvo central de auditorias internas⁶² e externas, realizadas pela Controladoria Geral da União (CGU). Essas auditorias, muitas vezes, resultam em ofícios circulares que se constituem em orientações, boas práticas de gestão, controle, otimização, eficiência dos gastos, etc.. Exemplo disso, citamos o “Ofício-Circular N° 16/2019/CGRE/DIPPES/SESU/SESU-MEC”⁶³ que estabeleceu uma série de orientações a serem seguidas pelas instituições federais de ensino. Nas auditorias internas os processos de auxílio estudantil são escolhidos aleatoriamente, os quais são verificados se a avaliação neles realizada atendem aos critérios estabelecidos pela instituição.

Mediante os dados e argumentos apresentados pode-se definir o auxílio estudantil como benefícios oportunizados aos estudantes nas formas de pecúnia e/ou oferecimento de serviços gratuitos⁶⁴. Apesar de a concretização do auxílio estudantil, muitas vezes, implicar no uso da maior parte do tempo e dos esforços dos servidores das universidades federais, as análises de renda e a gestão dos recursos financeiros destinados ao PNAES não são (e não podem ser) a única atividade de assistência ao estudante. Pois, no que tange à permanência, o

⁶¹ Assessorias e Pró-reitorias de assuntos estudantis.

⁶² Auditorias realizadas pelas próprias universidades.

⁶³ Ofício pode ser consultado no link: <https://dds.dac.unb.br/images/Legislacao/oficio-mec-pnaes.pdf>

⁶⁴ Como as vagas em moradias estudantis e a alimentação nos Restaurantes Universitários.

aspecto financeiro representa boa parte das dificuldades estudantis, todavia existem outras questões que abarcam e dificultam a vida universitária.

A pesquisa identificou que existem diversos profissionais especializados nas pró-reitorias e departamentos para assuntos estudantis. Esse fato indica que, para além dos benefícios monetários da assistência estudantil, há profissionais que realizam intervenção profissional com vistas a atuar nas múltiplas expressões da “questão social” que perpassa o ambiente universitário. São profissionais pedagogos, psicólogos, médicos, nutricionistas, odontólogos, técnicos em administração, dentre outros (vide Quadro 15) que, além dos atendimentos individuais, realizam projetos, ações e iniciativas (vide Apêndice 04). Importante destacar que nestas intervenções é levado em consideração o sujeito em sua totalidade e não apenas no aspecto econômico. São serviços voltados para a conscientização, acesso à informação, prevenção e, também, o acompanhamento discente. Esta intervenção é crucial na realidade de formações rápidas, técnicas, mercadológicas e voltadas para o capital, a qual, muitas vezes, em sala de aula, se considera apenas a formação de uma profissão e não uma formação do sujeito visto em sua totalidade. A formação técnica é, de fato, muito importante, porém a formação ética, cidadã e social também se demonstra central para o exercício de qualquer profissão. Além do fato de que para muitos, para se manter cursando uma graduação é imprescindível o apoio para além da sala de aula.

O resultado do levantamento sobre as ações e os serviços da assistência estudantil, para além da concessão de bolsas, nas universidades localizadas no sul do país, constou uma diversidade de serviços voltados para a permanência estudantil, seja para os estudantes contemplados com bolsas do PNAES, seja para os demais alunos que, apesar de não possuir dificuldades financeiras para sua manutenção, podem apresentar outras dificuldades/demandas que requerem atendimento e acompanhamento especializado para que este estudante também não se evada do ambiente institucional. Dentre estas dificuldades podemos citar problemas de aprendizagem, dificuldade em adaptação, questões psicológicas, questão das pessoas com deficiência (física e mental) e pessoas com transtornos funcionais específicos (TFE) que muitas vezes precisam de adaptações estruturais e curriculares, dentre outros.

Dentre os serviços identificados, principalmente, os acompanhamentos pedagógicos, tendem a estarem voltados para os alunos que recebem alguma bolsa com o recurso do PNAES. Pois, muitas vezes, para estes alunos, apenas o auxílio financeiro não é o suficiente para sua permanência. Muitos destes estudantes são oriundos de famílias e/ou condições

vulneráveis, em geral com formação escolar defasada, e por isso podem apresentar dificuldades em acompanhar o ritmo do ensino superior.

Da mesma forma, o Decreto do PNAES estabelece que o atendimento prioritário deve ser destinado para os discentes oriundos da rede pública de educação básica ou aqueles em que a renda *per capita* seja de até um salário-mínimo e meio, isso quer dizer que além das bolsas de auxílio estudantil, estes alunos devem ter acompanhamentos de natureza pedagógica, psicológica e social, isso com vistas a favorecer às condições de permanência no ensino superior. As ações e serviços pedagógicos se apresentam na modalidade de acompanhamento dos estudantes bolsistas do auxílio estudantil e estudantes que apresentam dificuldades em relação ao seu desempenho, seja por livre demanda, seja por encaminhamento de docentes, coordenadores e outros servidores que identificam a demanda. Este acompanhamento pode se dar através de atendimentos individuais, realizados por pedagogos, e pela realização de oficinas, cursos, palestras, rodas de conversa e outras atividades que visam auxiliar no aprendizado dos estudantes.

Os serviços e os profissionais identificados pela pesquisa demonstram que a permanência estudantil é um desafio significativo do Programa que requer a atuação profissional de muitos atores. A assistência estudantil, por conta do nome “assistência”, é, muitas vezes, erroneamente associada apenas ao profissional de Serviço Social, materializada pelo apoio financeiro (auxílio estudantil). Porém, este é um equívoco (ou distorção da realidade) que os profissionais têm que desmistificar no cotidiano profissional. A permanência estudantil não depende exclusivamente das bolsas, mas sim da atuação de diversos profissionais especializados que integram este Programa, seja através de atendimentos, de ações variadas, da facilitação do acesso à informação, gestão e operacionalização de editais, de grupos de estudo, de comissões, de trabalhos administrativos, dentre outros já mencionados. Precisa-se entender que a permanência estudantil é um universo que precisa atender às diversas demandas, cuja diversidade vai para além da financeira. São questões psicológicas, de adaptação, de distância da família, questões pedagógicas, questões de saúde, violências, preconceitos, inclusão, etc.

Além dos serviços mencionados, algumas universidades realizam ações de promoção às atividades artísticas, culturais e esportivas, através de rodas de conversa, oficinas de dança, autocuidado e incentivo ao esporte. Dentre as ações que também merecem destaque estão aquelas voltadas para a população indígena e quilombola, as quais ainda possuem grande

dificuldade de acessar o ensino superior. Exemplo disso, mencionamos a UNIPAMPA que possui o “Programa de Monitoria Indígena e Quilombola” visando fomentar e ampliar as condições de permanência desta população no ensino superior, por meio de monitorias, orientações, atendimentos de aproximação e conhecimento ao ensino superior. Acrescido do “Auxílio de Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola” que visa estabelecer a necessária vinculação entre as demandas das comunidades indígenas e quilombolas com os cursos do ensino superior.

Ademais, as universidades, através da assistência estudantil, possuem ações e serviços com o objetivo de oferecer o suporte e acessibilidade (necessária e de direito) para as pessoas com deficiência e estudantes com necessidades específicas de caráter temporário ou permanente. Estes estudantes, por vezes, necessitam do auxílio da universidade para permanecerem e acessarem os espaços. Para isso são requeridas ações de adaptação estrutural e/ou curricular, que exigem intervenção e acompanhamento dos profissionais, visando oferecer igualdade de permanência para estes estudantes no ensino superior.

Assim, a partir dos dados coletados pela pesquisa foi possível identificar uma assistência estudantil que, sim, tem o aspecto monetizado: o auxílio estudantil. Mas, também tem uma outra dimensão muito significativa que está relacionada com práticas profissionais que desenvolvem serviços e ações que não se limitam às carências e necessidades de natureza financeira.

Outro fator que identificamos foi que tanto os serviços oferecidos, quanto às bolsas de assistência estudantil, não possuem uma diferença substancial entre as universidades pesquisadas. Evidente que são determinadas de acordo com cada realidade regional e pelo quantitativo de estudantes e variedade de cursos, porém de modo geral os serviços ações e bolsas possuem uma linha de semelhanças. A principal diferença encontrada nas universidades é o desenvolvimento das ações e serviços. Por conta da trajetória histórica, algumas universidades já conseguiram identificar e implementar uma forma de assistência estudantil que condiz com a realidade da universidade, considerando o perfil acadêmico, os profissionais envolvidos e a demanda de trabalho. Outras universidades, ainda estão em fase de melhoramento e aperfeiçoamento dos auxílios, serviços e ações. Tendo em vista demandas regionais que começam a surgir, bem como a necessidade de outros profissionais especializados e outros auxílios. Por exemplo, na UFPel, existe o Programa de Auxílio Instrumental Odontológico (PAIO), ou seja, a universidade, por meio do auxílio estudantil,

disponibiliza um kit de instrumentais odontológicos aos estudantes do Curso de Odontologia, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando que estes materiais são caros, o que pode levar muitos estudantes que não possuem condições econômicas para a compra de tais itens a desistir do curso. Esta é uma especificidade identificada na UFPel, que possui o curso de Odontologia, especificidade esta não identificada ou necessária nas demais universidades pesquisadas.

Outro fator de importante destaque é que algumas universidades que possuem cursos nas áreas de atendimento da assistência estudantil, podem oferecer suporte para este Programa. Como por exemplo, cursos de psicologia, odontologia, medicina, enfermagem, entre outros, podem, na articulação ensino, pesquisa e extensão, dar um suporte e atender alunos em situação de vulnerabilidade acadêmica. Tendo assim, um recurso importante que os profissionais da assistência estudantil podem recorrer/encaminhar situações emergenciais das universidades. O que não acontece, por exemplo, nas universidades que não possuem tais cursos, tendo que assim os servidores federais trabalhadores da assistência estudantil estabelecer redes de apoio e atendimento com os serviços do município em que o campus está inserido. Importante pontuar que este recurso não deve ser algo obrigatório e permanente, visto que é dever da universidade em consonância com os governos federais, oferecer acolhimento, atendimento e acompanhamento através de uma equipe multiprofissional, considerando o número de estudantes das universidades.

O público alvo da assistência estudantil, são os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, porém este é um quantitativo difícil de estabelecer. Visto que para o auxílio estudantil, o critério basilar é a renda, então os estudantes devem comprovar que possuem renda igual ou inferior a um e meio salário mínimo per capita, nessa lógica poderíamos dizer que os estudantes que recebem o auxílio estudantil são o público alvo deste programa, porém realizando uma análise mais minuciosa, identifica-se a ocorrência de estudantes perfil do auxílio estudantil, mas que por falta de documentos e/ou informações foram indeferidos no processo de solicitação, bem como estudantes que atendem ao critério de renda, porém por diversos fatores não solicitaram o auxílio estudantil. Além disso, vale apontar que o PNAES, estabelece o critério de renda para acesso aos auxílios estudantis, entretanto, muitos discentes podem apresentar vulnerabilidades acadêmicas, que interferem em seu desempenho, fazendo com que estes estudantes também sejam atendidos pela assistência estudantil. Por isso, quando se fala em público alvo da assistência estudantil,

não podemos reduzir ao quantitativo de renda e/ou cotas, o público alvo da assistência estudantil são os estudantes do ensino superior que apresentam alguma vulnerabilidade acadêmica e que por isso necessitam de bolsa (em alguns casos) e/ou atendimentos especializados.

Ainda, o Programa de Assistência Estudantil, se encontra em um patamar fragilizado em comparação com programas de outras políticas. Mas, há que se recordar que as políticas sociais, são elaboradas e financiadas a partir de arenas onde são constantes os embates e as lutas dos atores que defendem seu desenvolvimento, sua efetivação e a garantia de acesso aos usuários. A assistência estudantil, ainda não pode ser considerada uma política social. Começando por sua instituição, sendo um Decreto, pode ser revogado a qualquer momento, de acordo com a vontade dos governantes. Além disso, no mesmo Decreto que a institui, a coloca como um Programa, ou seja, depende de uma política, nesta Dissertação, entendemos como um Programa dentro da Política de Educação, e que tem como objetivo central oferecer condições satisfatórias de permanência de qualidade no ensino superior. Nesse sentido, é uma arena com diversos atores que estão em permanente luta para que a assistência estudantil seja garantida como uma política, na arrecadação de recursos para a sua efetivação e ampliação. Recursos financeiros, para que consigamos atender a todos que dela necessitam, recursos humanos visando diminuir a sobrecarga de trabalho para os profissionais, haja vista que, em muitos casos, se tem pouquíssimos profissionais para uma demanda extremamente volumosa; e recursos estruturais tendo em vista melhores ambientes de trabalho, sala de atendimento individualizadas, espaços para as ações de esporte, cultura e lazer e sistemas informatizados de atendimento.

A expansão, consolidação e o aprimoramento da assistência estudantil ainda têm um longo caminho a ser percorrido. A subordinação normativa sob a forma de um Decreto torna-a dependente do interesse de cada governo. O Programa de Assistência Estudantil convive com diversos obstáculos, pois muitas instituições estão extremamente defasadas em seus quadros de profissionais especializados, os recursos financeiros se mostram insuficientes, perante a demanda estudantil. Ante a esse fato, a pandemia da COVID-19 aprofundou um problema antes visível, qual seja: a “sobra” de vagas no ensino superior.

As universidades públicas são as instituições que produzem conhecimento e é esse conhecimento que faz uma nação evoluir, crescer, desenvolver-se. A assistência estudantil tem o potencial de favorecer a permanência estudantil e com isso a própria valorização das

universidades. A assistência estudantil, ainda que atualmente insuficiente, deve ser o foco dos governos e reitores. Sem ela, muitos *campi* e universidades podem fechar suas portas, pela falta de alunos. Isso, conseqüentemente, resulta na falta de aportes de recursos para investimentos e para manutenção desses estabelecimentos de ensino superior federal. Precisamos lutar pelas universidades, pela sua expansão, pela sua liberdade de expressão, valorizar os profissionais e discentes que fazem dela um espaço de desenvolvimento, evolução e inovação. Precisamos lutar pela assistência estudantil, lutar pela permanência, por ações e serviços que atendam a todas as demandas discentes, por recursos financeiros a fim de atender a todos, pela sua transformação em política e conseqüentemente sua expansão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência estudantil, enquanto um programa desenvolvido pelas universidades federais do Brasil reafirma, cada vez, sua importância à permanência estudantil. Mostra que a implementação dos serviços, via um Decreto Federal, ganha concretude e efetividade na medida em que possibilita a oferta de serviços, ações no atendimento e acompanhamento dos estudantes em suas diversas peculiaridades e modalidades. Fruto da luta dos movimentos estudantis e de diferentes grupos sociais, os auxílios estudantis ganham materialidade, especialmente, na expansão do ensino superior e no processo de democratização da educação.

Ao realizar um estudo sobre as formas de implementação das ações da assistência estudantil, em seu caráter bolsificado e não bolsificado, nas universidades federais da região sul do Brasil tornou possível analisar criticamente e propositivamente elementos que se mostram importantes em relação à temática de pesquisa.

Adentrar numa temática que se coloca numa relação intrínseca com a educação superior possibilita refletir sobre a discussão tendo como base o tripé ensino, pesquisa e extensão. A formação superior no Brasil sempre manteve determinados padrões das classes dominantes, mas com o decorrer do processo de democratização da educação, seja pelo acesso via ENEM, SISU e as ações afirmativas, as novas formas de pensar e gestar a educação superior trouxeram consigo novos desafios. Se os desafios de acesso estavam mais estruturados, o desafio da permanência necessitava de um recorte mais apropriado e refletido. Ainda, na sociedade brasileira, a educação superior tem um conjunto de instituições de ensino federal com uma grande qualidade de ensino, quadro profissional habilitado e um vasto escopo de cursos para a formação profissional em diferentes níveis. No entanto, um dos fatores de maior preponderância e que impactam as relações de permanência e frequência dos estudantes ainda estão relacionados às expressões da “questão social” e as situações de vulnerabilidade socioeconômica e acadêmica.

Em que pese a assistência estudantil ser um atendimento de diferentes ordens aos estudantes, por vezes o recorte e as ações estão mais voltados aos estudantes em situações de vulnerabilidade, que abarca um conjunto de serviços para além da bolsificação. Na maior parte das universidades, os estudantes contam com acompanhamento educacional, pedagógico, psicológico, social e de saúde.

Com o sentido de conhecer a implementação da assistência estudantil nas universidades da região sul do Brasil, especialmente por ser este um espaço sócio-ocupacional da autora desta pesquisa, os desafios, os limites e as contradições permeiam o cotidiano profissional. Ainda mais, por entender que a assistência estudantil é uma das estratégias de permanência que contribui para a formação profissional de estudantes nas instituições federais.

Ao concluir esta etapa da pesquisa torna-se oportuno esclarecer e assertivo compreender que o avanço no acesso e a possibilidade de permanência na educação superior profissional federal da região sul requer o estabelecimento mínimo das condições objetivas materiais para um grupo expressivo de sujeitos. Ainda, refletir o papel da educação superior como espaços de formação profissional e humana numa perspectiva de emancipação e de cidadania. Daí o potencial da educação enquanto um direito social e a assistência estudantil um direito de permanência, para além da bolsificação.

Foi com o sentido de responder a questão norteadora que partimos da premissa de que seria necessário estabelecer um recorte de pesquisa elencando aspectos relevantes das universidades localizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para compreender sobre a assistência estudantil, realizamos uma aproximação aos referenciais históricos e teóricos do ensino superior no Brasil, bem como da política social. Por fim, partimos para o estudo aprofundado sobre a assistência estudantil, esta, por sua vez, enquanto um programa, instituída pelo Decreto nº 7234/2010 e que por suas características e natureza normativa, requisita análise crítica, com ênfase às contradições que estão postas entre o direito à educação e a realidade de muitos estudantes para a permanência e êxito estudantil.

Para tanto, no primeiro momento, realizou-se uma contextualização histórica do ensino superior no Brasil, estabelecendo o recorte temporal a partir da expansão neoliberal brasileira (anos 1990). Cabe ressaltar que os rebatimentos advindos da lógica neoliberal impactam sobremaneira as políticas públicas, as relações sociais e a vida dos sujeitos. Na esteira da educação, enquanto política social sofreu cortes drásticos seja em relação ao orçamento, seja nas estruturas físicas, mesmo com todo o avanço advindo do processo de democratização e o próprio REUNI.

Em sequência desta contextualização, trouxemos as peculiaridades da assistência estudantil na educação superior, problematizando conceitos, com ênfase nos alcances dos serviços e ações da assistência estudantil, que visam atender as vulnerabilidades acadêmicas.

Após, foi realizado um levantamento e mapeamento dos dados empíricos da pesquisa, sejam das ações, serviços e projetos da assistência estudantil nos *sites* oficiais das universidades federais que fazem parte da região sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com base nos dados coletados, numa perspectiva da teoria crítica, e após a seleção de dados, partimos para a análise optando pela elaboração de Quadros para melhor contextualizar e situar os leitores. Buscamos estabelecer as formas pelas quais estão sendo operacionalizadas a assistência estudantil em seu viés monetizado e não-monetizado. Após a seleção dos dados coletados, a instituição de categorias para análise e com base no referencial teórico, foi possível estabelecer uma síntese sobre o tema.

Neste sentido, a assistência estudantil se apresenta como uma estratégia governamental de fornecer um suporte aos estudantes, garantindo que eles tenham condições mínimas para sua formação, seja contribuindo no apoio pedagógico, dedicação aos estudos, um bom desempenho acadêmico e formação profissional. Os programas de assistência estudantil, como podemos expor no decorrer desta pesquisa, podem variar de acordo com a instituição, tempo de existência, localização geográfica, fatores políticos institucionais e serviços, que geralmente incluem benefícios como bolsas de estudo, auxílio financeiro, moradia estudantil, alimentação, transporte, serviços de saúde, atendimentos e acompanhamentos psicológico, pedagógicos, social, orientação profissional, acesso a materiais educacionais e em atividades extracurriculares.

O recorte da pesquisa em universidades federais da região sul destaca que a assistência estudantil, instituída pelo Decreto nº 7234/2010, inclui todas as instituições federais, ou seja, além das universidades, os institutos federais e colégios federais do Brasil. Por isso, quando mencionamos sobre permanência estudantil, nesta pesquisa, para além do recorte aqui estabelecido para análise dos dados empíricos, nos referimos à permanência no ensino superior no Brasil. Cumpre expor que o interesse na pesquisa foi materializar e sistematizar como são executados e operacionalizados nas universidades federais da região sul o fator monetizado, traduzidos nos auxílios e, em algumas universidades, como bolsas de assistência estudantil. De igual forma o fator não monetizado, ou seja, os serviços e ações que a universidade, a partir do trabalho profissional de diferentes áreas do conhecimento (equipes multiprofissionais) realizam, visando o apoio, acompanhamento e permanência estudantil.

Nota-se que a assistência estudantil, apesar das contradições, se apresenta como uma estratégia de serviços, programas e projetos, no sentido de garantir o direito social

conquistado de acesso à educação. Para além do acesso às universidades, é necessário oferecer condições objetivas materiais e subjetivas (atendimentos e acompanhamentos) para a permanência.

No decorrer dos capítulos desta pesquisa apresentamos os avanços democráticos que o processo de acesso ao ensino superior percorreu. Descrevendo o acesso via os vestibulares tradicionais em que cada universidade possui autonomia de estabelecer seu “processo de seleção”, os vestibulares seriados, ou seja, a realização de provas ainda nos anos do ensino médio, para então fortalecer o ENEM, enquanto uma forma igualitária (considerando a diversidade de regiões existentes no país) de acesso ao ensino superior. Importante destacar que os tradicionais vestibulares ainda permanecem, porém o ENEM, através do SISU (Sistema de Seleção Unificada), oportunizou aos estudantes, realizar a prova em sua cidade, não havendo os contratempos que a questão do deslocamento pode ocasionar, bem como os custos. Além disso, a conquista do SISU, proporcionou que o estudante pudesse se candidatar a uma vaga de qualquer curso de qualquer universidade federal brasileira. Nas cidades que possuem campi de universidades federais, estas instituições passaram a contar com grande número de pessoas de outras cidades e estados que migraram em busca de formação e qualificação profissional. Esse fenômeno, bem como as exigências próprias do ensino superior, se tornou, para alguns estudantes, obstáculos para permanência, formação e consequente obtenção de um diploma de graduação.

A assistência estudantil, enquanto uma ação do Estado e que visa garantir a permanência dos estudantes no ensino superior, através de ações e serviços, ganha espaço na arena política, através da luta e de reivindicações dos mais variados atores, com destaque o movimento estudantil. Este movimento se amplia no âmbito individual de ações de cada universidade, e se torna um programa federal, com a destinação de recursos humanos e financeiros específicos para esse fim. Neste campo propício para as universidades intensifica-se a criação de pró-reitorias, visando estruturar a assistência estudantil, com gestão administrativa, eixos estruturantes, equipes multiprofissionais e dotação orçamentária própria para a execução dos serviços e ações. Como apontado na pesquisa, apenas uma das universidades não possui pró-reitoria, o que pode ocasionar, possivelmente, dificuldades em relação a dotação orçamentária, quadro de pessoal, mas que não se mostra frágil no sentido da execução dos serviços e ações da assistência estudantil, no período pesquisado, quando

comparado com o tempo de criação das instituições e mesmo das pró-reitorias de assuntos estudantis das universidades federais.

Outro fator significativo para a consolidação da assistência estudantil, além da democratização das formas de ingresso no ensino superior, foi a expansão e a interiorização das universidades federais com o REUNI. Este programa possibilitou o aumento de vagas em cursos do ensino superior, através da abertura de novos campi em diversas regiões dos estados brasileiros e a criação de universidades e institutos federais, como apontado na pesquisa. Porém, com o passar dos anos, as condições políticas e socioeconômicas do país, associado ao agravamento da pandemia da COVID19, muitas questões passaram a impactar as universidades. Um dos maiores impactos está relacionado às condições socioeconômicas dos estudantes, o que possivelmente ocasiona uma maior evasão e abandono no ensino superior. Na mesma direção, nas discussões gerais sobre a educação superior e que estão postas na agenda pública, estão relacionadas as vagas ociosas nas instituições em diferentes cursos de graduação devido à desistência e o abandono. Esta situação nos faz refletir sobre os aspectos, possivelmente, relacionados aos cortes nos gastos públicos advindos da PEC nº 241/2016. Denominada como uma ação que ocasionou a estagnação dos recursos financeiros, inclusive para a educação e a assistência estudantil, não havendo reajustes adequados. Não obstante a isto, a inflação e o custo de vida impactam nas condições de grande parte da população e na permanência nas universidades. Isto acarreta o aumentando a cada ano, dos auxílios e nas bolsas de ensino, mas sem os devidos reajustes. Também, o agravamento nas condições de permanência estudantil nas universidades, fazendo com que muitos estudantes reconsiderem o projeto de vida e a formação profissional, pelo fato de morar longe da família, principalmente em cidades, onde, muitas vezes, há um custo de vida e despesas mensais mais altas e com carência, por vezes, de moradias estudantis.

Nesta direção, a opção pela realização da pesquisa em dados públicos retirados dos *sites* oficiais das universidades apresentou pontos positivos e pontos negativos. Positivo, no sentido de mostrar que os dados precisam ser de fácil acesso aos estudantes, dos serviços ofertados pelas universidades. Em alguns casos, isso pode ser o diferencial, para o estudante, na escolha da universidade, para além do curso e a sua qualidade. Os pontos negativos, que podemos destacar, essencialmente, são dois: o primeiro diz respeito às informações nos *sites* que podem não representar a totalidade das ações e serviços da universidade. Algumas universidades, tampouco continham estas informações em seus *sites*, ou seja, informavam a

existência da pró-reitoria de assuntos estudantis, porém não especificava os serviços, não apresentava os profissionais envolvidos, a estrutura da pró-reitoria ou departamento, etc. Podemos dizer que os dados pesquisados, são dados frágeis, ou seja, as informações contidas nos *sites*, podem não ser a totalidade de serviços, ações e profissionais, bem como podem estar desatualizadas, o que compromete as informações para o acesso e permanência estudantil. O segundo ponto negativo a ser destacado diz respeito à acessibilidade dos *sites*. O caminho percorrido para chegar às informações, em alguns casos se tornou algo complexo. Inicialmente, ao acessar o *site* da universidade, para então buscar a informação da existência ou não de uma pró-reitoria de assuntos estudantis, neste momento, já houveram obstáculos. Ao identificar a existência da pró-reitoria ou departamento, se buscou o *site*/página deste setor para realizar o levantamento das informações. Nesta etapa a identificação dos serviços/auxílios oferecidos, em algumas universidades foram satisfatórias e em outras se mostraram complexas. Cumpre salientar que as universidades com *sites* mais complexos de encontrar questões sobre a assistência estudantil, foram os *sites* da UTFPR e UFCSPA. Nestas, algumas informações não foram possíveis de identificar. Os *sites* da UNILA, UFSC e UFFS, foram menos difíceis, porém apresentaram um certo grau de dificuldade na pesquisa e acesso dos dados. As demais universidades, possuem *sites* intuitivos, as quais houve facilidade no levantamento das informações e no acesso.

Diante deste cenário, é importante e urgente que os *sites* das universidades federais tenham informações acessíveis, no sentido de garantir o acesso à informação. Algumas universidades o caminho a percorrer para chegar na página sobre assistência estudantil, se torna extremamente complexo se considerarmos que muitos estudantes não possuem acesso a internet e a *sites* com frequência. Outro fator essencial para realizarmos uma avaliação e avançarmos na luta da garantia permanente de uma assistência estudantil qualificada, é a transparência e dos *sites*, há muitas informações que ainda não é possível identificar numa pesquisa pública, como quantos alunos são atendidos pelo auxílio estudantil (recebem bolsa), quantos alunos são atendidos pelo programa de assistência estudantil, quantas e quais as ações realizadas, o montante de recursos humanos que a universidade dispõe para a assistência estudantil, qual o recurso financeiro anual deste programa nas universidades, se a fonte é apenas PNAES ou se há outras fontes de recursos próprios, etc. A assistência estudantil precisa de um programa (software) a nível nacional, para, ao ser alimentado, fornecer informações sobre números da assistência estudantil, bem como números de acesso ao ensino

superior e o número de evasão desta modalidade de ensino, para então pensar em ações e serviços que atendam as necessidades daquela instituição em específico.

Ademais, salientamos que a produção da presente pesquisa, demonstra relevância, considerando que no processo de levantamento bibliográfico para a construção teórica da dissertação, identificamos muitas produções teóricas em que o tema se configurava como a assistência estudantil, porém o foco ou o recorte se voltava para a análise das questões que envolvem o processo do auxílio estudantil, ou seja, o caráter monetizado da assistência ao estudante. Como já mencionado, identificamos que as “bolsas” de auxílio estudantil se apresentam como a principal vertente das ações e serviços de assistência estudantil. Este aspecto ganha expressividade, tendo em vista todas as questões financeiras e socioeconômicas envolvidas no processo de cursar uma universidade, ao considerarmos as mudanças de município/estado para sua realização, somadas às diferentes condições de parte dos estudantes. Além disso, o auxílio estudantil é parte da assistência estudantil, mas contempla um conjunto de ações, serviços e programas que estão voltados à permanência estudantil. Porém, se torna importante explicitar nesta pesquisa que a atuação dos profissionais da assistência estudantil não se resume às avaliações de renda para concessão de auxílios estudantis. Estas avaliações constituem uma das etapas dos serviços, que requer o atendimento e o acompanhamento, análise e avaliação das ações e serviços realizados na perspectiva da permanência do estudante no ensino superior. Constatamos, ainda, que os profissionais que desenvolvem seu trabalho profissional na assistência estudantil, possuem clara essa diferenciação, pois diante de sua competência e habilidades profissionais, intervêm nestas questões em seu cotidiano profissional, num processo dinâmico e que requer resposta frente às múltiplas expressões e situações que se apresentam no cotidiano do espaço sócio ocupacional.

Cumpramos salientamos, também, que estudantes e profissionais de outras políticas e serviços, ainda possuem a visão restrita do caráter financeiro da assistência estudantil. Este aspecto pode estar relacionado ao contexto brasileiro do não reconhecimento dos direitos sociais. Ainda, marcados numa lógica neoliberal da precarização e fragmentação das ações e centradas na responsabilidade dos indivíduos por sua condição de permanência. Tal aspecto pode ser evidenciado como uma das peculiaridades da prática dos profissionais diante da precarização na composição mínima das equipes profissionais, na qualidade dos serviços, nas estruturas organizativas e na composição de orçamento para o atendimento das demandas da assistência estudantil.

Ressalta-se, ainda, que a prática profissional desenvolvida pelos profissionais, seja ele o Assistente Social, se depara cotidianamente com os desafios decorrentes do processo de agudização da questão social, a qual vem se intensificando devido a efetivação da política neoliberal, e que tem como foco a desresponsabilização do Estado na execução das políticas públicas.

Percebe-se, ainda, um desconhecimento de que a assistência estudantil deve estar pautada numa perspectiva de rede e articulação com as demais políticas públicas como parte de um processo de formação, proteção e cidadania. Embora a assistência estudantil seja a particularidade nesta pesquisa, temos que considerar que há um conjunto de elementos e fatores que envolvem a vida dos estudantes e, existem diferentes ordens de necessidades e atendimentos que podem ser articulados com as demais políticas sociais no atendimento estudantil. Portanto, as ações e serviços da assistência estudantil não se resumem a concessão de bolsas e ou bolsificação, como muitos poderiam compreender. De outra forma, se constitui de múltiplas intervenções propositivas e que impactam na vida dos estudantes de forma efetiva e significativa para sua formação profissional e humana. Denota o sentido de desmistificar, revelar, apresentar e dar materialidade, de forma clara e objetiva, que o estudante, ao adentrar numa instituição federal de ensino superior, possui um conjunto de ações, serviços, projetos e diferentes profissionais voltados para o atendimento e acompanhamento das diferentes situações a fim de oferecer minimamente as condições de permanência no ensino superior.

Outrossim, a análise das universidades federais da região sul, no que se refere a assistência estudantil, apresenta diferentes serviços pelo que pudemos perceber no decorrer da pesquisa. Considerando suas peculiaridades, seja pelo tempo de existência, estrutura organizativa, existência de pró-reitoria, composição das equipes técnicas, serviços prestados e ações desenvolvidas, convertem-se em permanência estudantil.

Ademais, outro ponto de extrema relevância para esta pesquisa, é a presença de uma Pró-Reitoria voltada para a assistência estudantil. Este assunto, se pensado de forma geral, pode parecer não ter muita centralidade, porém ter uma estrutura organizativa para a execução desse programa, se apresenta como algo essencial. A não existência de uma pró-reitoria, faz com que todo o trabalho realizado, visando a permanência estudantil, fique engessado, haja vista que no desenvolvimento de ações e serviços, sempre há que se reportar para uma pró-reitoria que está voltada para outro assunto, fazendo com que alguns gestores não

entendam a importância deste Programa. A Pró-reitoria, possibilita uma maior destinação de recursos financeiros para gestar e executar serviços de conscientização, prevenção, atividades em grupo, capacitações profissionais e diversas outras atividades de acolhimento, pertencimento, acompanhamento, etc., visando diminuir os índices de evasão e tornando a universidade um ambiente agradável e acolhedor. Os profissionais que realizam atendimento direto ao discente são os que mais reivindicam esta estrutura, pois estes são afetados diretamente pelo engessamento de sua atuação. Os trabalhadores da assistência estudantil, possuem projetos e ações que podem de fato atingir diretamente os alunos que cogitam a possibilidade de trancar/cancelar/transferir, porém estes projetos muitas vezes não são executados por falta de recursos financeiros e humanos. Uma Pró-reitoria constituída e com recursos humanos é fundamental para a gestão e execução de uma assistência estudantil para além das bolsas.

Assim, a presente pesquisa, se apresenta enquanto um referencial teórico para que as instituições de educação, tenham um suporte e base de como se apresenta a assistência estudantil na rede federal de ensino. Pois, ainda existe uma preocupação com a estruturação dos serviços diante dos rebatimentos da política econômica do país, da fragilidade do PNAES, enquanto uma normativa e não de uma política pública, os cortes orçamentários e as escassas recomposições para as universidades em relação aos recursos financeiros, para a ampliação das bolsas/auxílios. Ainda, perpassam outras preocupações que devem estar em pauta para a execução da assistência estudantil, sendo a principal delas, recursos humanos, equipes especializadas em saúde mental, para pessoas com deficiência e pessoas com transtornos educacionais específicos, dentre outros. Neste sentido, torna-se mais estabelecido nas estruturas administrativas, respeitadas a autonomia das universidades, a dotação dos recursos financeiros e humanos, pois em alguns casos estes podem ser remanejados, o que impacta na qualidade e continuidade dos serviços. A urgência na recomposição das equipes multiprofissionais para o fortalecimento dos serviços e ações da permanência do estudante no ensino superior, para além das questões socioeconômicas e financeiras. Ações estas refletidas e implementadas para as questões pedagógicas, sociais, psicológicas, de saúde, de inclusão e diversidade, de acessibilidade, de acolhimento e acompanhamento institucional que contribuem para a formação profissional e êxito acadêmico.

Ainda, é importante pontuar que, enquanto profissional do Serviço Social, sendo um dos profissionais especializados que atuam na assistência estudantil, convivemos

constantemente com o dilema da monetização e não monetização deste programa. Em muitas instituições de ensino superior, o assistente social é visto como o profissional da bolsa, contratado única e exclusivamente para "dar dinheiro aos alunos". Porém, essa é uma visão estigmatizante e rasa, visto que, ao atuarmos na assistência estudantil, realizamos sim uma análise socioeconômica para a concessão do auxílio estudantil (benefício), mas isso é apenas uma de nossas atribuições. O assistente social, realiza e intervém em diversas questões da assistência estudantil como atendimentos individuais, acompanhamentos dos alunos em vulnerabilidade acadêmica, realiza atividades de conscientização, acesso à informação, e demais atividades voltadas para a permanência estudantil. O assistente social é um profissional essencial para a avaliação e a efetividade mínima de grande parte das ações da assistência estudantil.

Além disso, a assistência estudantil, como as demais políticas e programas sociais implementadas no neoliberalismo, é perpassada pelas contradições existentes e inerentes ao modo de produção capitalista. Este programa é restrito, seletivo e precarizado, uma vez que se seleciona os mais vulneráveis do grupo de vulneráveis. Não há recurso financeiro e humano para atender a toda a demanda imposta no mundo universitário, bem como atender a todos os alunos que atendam ao requisito de renda, definido no Decreto nº 7234/2010. São alunos que não são atendidos pelas bolsas, os quais requerem um atendimento e acompanhamento dos profissionais mais intenso, visando a sua não desistência do curso.

Diante disso, um movimento importantíssimo é a luta para que o Decreto nº 7234/2010, se torne uma Lei, no sentido de garantia efetiva do direito à permanência no ensino superior, bem como na direção da reformulação e implementação de serviços da assistência estudantil, numa perspectiva de direitos para além das ações. Cursar uma graduação é um direito, o acesso ao ensino superior para todas as camadas da população, bem como a garantia de serviços mínimos para a sua permanência é um direito e o Estado tem como dever instituir leis e ações para a efetivação deste direito. Fornecendo recursos financeiros, humanos e estruturais para que possamos ter uma população qualificada, sendo este o caminho para o crescimento econômico, político, social e cultural do país.

No decorrer da pesquisa bibliográfica e através do levantamento dos dados obtidos concluímos que a assistência estudantil, precisa converter-se em uma política nacional, e as universidades precisam torná-la institucionalizada, com base concreta de implementação, instituída por uma Lei. Apesar dessa fragilidade, a assistência aos estudantes nas

universidades federais desempenha um papel central na perspectiva de acesso e permanência no ensino superior. Seu caráter monetizado pode ser um diferencial ao fornecer um mínimo de suporte financeiro no atendimento às necessidades básicas dos estudantes no sentido de reduzir as barreiras estruturais e econômicas que podem ser o motivo de evasão e até o impedimento para que estudantes possam dar prosseguimento em seus estudos. Assim, a Política Nacional da assistência estudantil, se concretizada, pode oferecer o suporte necessário para que os estudantes consigam enfrentar os desafios do ensino superior e prossigam com seus estudos. Além disso, como demonstrado na pesquisa, este programa visa atender e destinar auxílio e suporte ao desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, no sentido de além do seu caráter monetizado, mas oferecer apoio psicossocial, pedagógico, orientação de carreira, acesso às informações sobre os diversos direitos sociais, contribuindo para a formação e sucesso global dos estudantes.

A pesquisa conclui que a assistência estudantil, ainda enquanto um programa federal (e não uma política), deve se realizar de forma articulada entre instituições educacionais e governos, visando proporcionar aos estudantes a superação de barreiras financeiras, sociais e pessoais para que possam ter acesso, permanecer e ter sucesso em seus estudos. Enfim, a assistência estudantil ainda tem muita arena e espaços a se conquistar, no sentido de promover a igualdade de oportunidades educacionais e equidade nas condições de permanência estudantil, haja vista as dificuldades e desvantagens presentes no processo educacional, intrínseco ao modo de produção capitalista.

Portanto, o recurso financeiro auxilia na permanência do estudante na universidade, porém, se juntamente com a concessão de bolsas não forem desenvolvidas outras ações de acompanhamento e prestados outros serviços em caráter mais abrangente para as dimensões das necessidades e vulnerabilidades, no sentido de viabilizar uma formação para a totalidade do sujeito, compromete-se o sucesso da permanência e mesmo da promoção/progressão acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; *et al.* **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: Desafios para Políticas Públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**. Brasília-DF, ano 16, n° 32, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14064>. Acesso em 04 mai. 2022.

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**. v. 24, n° 57, p. 113-126, mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/4BhqdWbbvKRGRKPBwhH3OQN/?lang=pt>. Acesso em 12 mai. 2022.

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. Trad. CLASEN, Jaime A.; ORTH, Lúcia Mathilde E. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de. **Assistência Estudantil como Política de Permanência na UFPB**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-Paraíba. 2017.

AMARAL, Nelson Cardoso. As Universidades Federais brasileiras sob ataque do Governo Bolsonaro. **Propuesta Educativa**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires-Argentina, n° 52, ano 28, vol. 2. nov. 2019, p. 127-138. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/pe/n52/n52a11.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf>. Acesso em 08 dez. 2022.

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Experiências exitosas de ações nas universidades federais**. 2022. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Acesse-o-Relatorio-Experiencias-Exitosas-das-Universidades-Federais-na-Pandemia-2.pdf>. Acesso em 03 jun. 2022.

ARÊAS, João Braga. As privatizações no Brasil dos anos 90. **Revista Episteme Transversalis**, v. 4, n° 2, 2013.

ARONI, Allan. 50 anos da Reforma Universitária de 1968: a reforma que não acabou. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, vol. 17, n. 03, p. 235-259, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5761/576161730010/576161730010.pdf>. Acesso em 02 jan. 2023.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de

Janeiro, n. 39, 1.º semestre de 1995. Disponível em:
<https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-39>. Acesso em 06 abr. 2022.

BARIFOUSE, Rafael. Mensalidade na universidade pública? O que está em debate no Congresso. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61574241> Acesso em 03 jun. 2022.

BATISTA, Alfredo Aparecido. **A questão social e as refrações no serviço social brasileiro na década de 90**. 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-São Paulo, 2002.

BATISTA, Alfredo Aparecido. A “questão social” no período de decadência científica. **Praia Vermelha**. Rio de Janeiro. n.º 10. Jan./jun. 2004.

BEDIN, Gilmar Antonio; NIELSSON, Joice Graciele. A crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências. *In*: COSTA, Lucia Cortes da; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; SILVA, Vini Rabassa da. (orgs.). **A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. Disponível em:
<https://static.scielo.org/scielobooks/rfv9p/pdf/costa-9788577982318.pdf#page=27>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Fundo público, valor e política social**. 1º ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BRASIL. **Saiba o que foi e como funcionou o Plano de Desenvolvimento da Educação**. Todos pela Educação. 05 mar. 2018. Disponível em:
<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>. Acesso em 12 mai. 2022.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Assembléia Nacional Constituinte, 1934. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 4 jul. 2022.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Assembléia Constituinte, 1946. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 4 jul. 2022.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1967. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 4 jul. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 4 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 19851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. 11 abr. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 69927, de 13 de janeiro de 1972**. Institui em caráter nacional, o Programa "Bolsa de Trabalho. 13 jan. 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4875, de 11 de novembro de 2003**. Institui o "Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior", no âmbito do Ministério da Educação. 11 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4875.htm. Acesso em: 5 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. 9 mai. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. 24 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 4 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. 24 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 5 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6495, de 30 de junho de 2008**. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. 30 jun. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm. Acesso em: 5 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7219, de 24 de junho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. 24 jun. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/decreto7219-pibid-240610-pdf>. Acesso em: 5 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7948, de 12 de março de 2013.** Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. 12 mar. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm. Acesso em: 6 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 4 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. 12 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 4 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. 12 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260compilado.htm. Acesso em: 4 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 14 abr. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 5 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. 13 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 4 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11892, de 19 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 19 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 6 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. 26 out. 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 5 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 29 ago. 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13530, de 7 de dezembro de 2017.** Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências. 7 dez. 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113530.htm. Acesso em: 6 mai. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 661, de 18 de outubro de 1994.** Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. 18 out. 1994. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1994/medidaprovisoria-661-18-outubro-1994-377097-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 jul. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1827-1, de 24 de junho de 1999.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. 24 jun. 1999.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1827-1.htm. Acesso em 20 jul. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 130, de 14 de julho de 1993.** Estabelece a criação da Comissão com o objetivo de estabelecer diretrizes e viabilizar a implementação do processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras. 14 jul. 1993. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1168378/pg-73-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-07-1993>. Acesso em 20 jul. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 745, de 5 de junho de 2012.** Estabelece diretrizes para execução do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES). 5 jun. 2012. Disponível em: https://www.prograd.ufop.br/sites/default/files/portaria_745_2012_promisaes.pdf. Acesso em: 5 mai. 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra, Brasil:** proposta de governo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. 131 p. Disponível em:

<https://static.scielo.org/scielobooks/b27wf/pdf/cardoso-9788599662663.pdf>. Acesso em 02 mai. 2022.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro-RJ, vol. 34, n° 03, mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 dez. 2022.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas-SP. Vol. 27, n° 96 - Especial, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PWLcgtgCgvYP9tXx6NPfsHf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo-SP, n° 58, p. 209-244, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/5RdsYXhHB4t6dhhYbBDzHyc/?lang=pt>. Acesso em 11 mai. 2022.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro-RJ, vol. 8, n° 1, 2009, p. 71-91. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/132/111>. Acesso em 12 mai. 2022.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n° 112, p. 613-636, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/XzjDStRDdJQGpLFBJPZCfQK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 25 abr. 2022.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A educação superior. *In*: **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Afranio-Catani/publication/268430084_A_Educacao_Superior/links/5538f8820cf2239f4e7a8083/A-Educacao-Superior.pdf. Acesso em 16 nov. 2022.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior**: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-Rio Grande do Sul. 2010.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**. Ano 49, n° 2, abr./jun. 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Época Neoliberal: Revolução passiva ou contra-reforma?. **Novos Rumos**, Marília-SP, vol. 49, n° 1, p. 117-126, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2383>. Acesso em 20 jul. 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. **Cadernos de Pesquisa**, n° 101, p. 20-49, jul. 1997. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/751>. Acesso em 29 abr. 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 24, n° 82, p. 37-61, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kLKQrxCM8hVbjsQ5vs4SY9n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 03 mai. 2022.

CUNHA, Marcos Ribeiro. **Gestão estratégica de IES: modelos e funções do planejamento estratégico em universidades públicas e privadas de Palmas - Tocantins**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Ciência da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa-Portugal. 2011. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/3804>. Acesso em: 04 mar. 2022.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política Social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Revista Katálysis**, Florianópolis-SC, vol. 10, n° 1, p. 24-34, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6QKFWnfPFYdKhX6cnDCSgdP/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 mai. 2022.

DURAT, Kleber Rodrigo. **A contradição das classes sociais presente no ensino superior: considerações sobre assistência estudantil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-Paraná, 2015. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/1991>. Acesso em 22 abr. 2022.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. 2003. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>. Acesso em 27 abr. 2022.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, vol. 25, n° 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmvbwx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 28 jun. 2022.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

FAGNANI, Eduardo. Além da agenda endógena da educação: propostas para a construção coletiva de um projeto de desenvolvimento. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas-SP, vol. 35, n° 129, p. 999-1026, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LqGBJ4VX9yTgsxs3RD6nrYn/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 mai. 2022.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. 8 ed. rev. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERREIRA JR., Amárico. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FIGUEIREDO, Júlio Carlos. Impeachment no Brasil: O Governo Temer E a Privatização Nas Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Vol. 9, nº 3, p. 161-181, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/22998>. Acesso em 28 mai. 2022.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012. Disponível em: http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitarios-25-anos3.pdf. Acesso em 08 jul. 2022.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Katálysis**, Florianópolis-SC, vol. 10, nº 1, p. 65-74, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/XXMFZGsQ6G3ZB7G5xSbHZgD/?lang=pt>. Acesso em 12 mai. 2022.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**, v. 13, nº 1(21), p. 30-45, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12029/8709>. Acesso em: 07 mar. 2022.

GOMES, Válder; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes; SARAIVA, Ernani Viana. O ensino superior no Brasil: breve histórico e caracterização. **Revista Ciência & Trópico**, v. 42, nº 1, p. 106-129, 2018. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/1647/1395>. Acesso em: 04 mar. 2022.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 112, p. 637-671, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/35tRSzsTBxzLLgmThm3rvVF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 25 abr. 2022.

GRAN cursos online. **Qual a diferença entre decreto e lei?**. Gran cursos online, 2021. Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br/qual-a-diferenca-entre-decreto-e-lei/>. Acesso em 20 mai. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n° 129, p. 285-303, mai./ago. 2017.
Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/abstract/?lang=pt>. Acesso em 04 jul. 2022.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social - PUCRS, Porto Alegre-Rio Grande do Sul, 2012.

MARCONDES, Andrea Pennacchi; MARCONDES, Edson Gomes. A Crise na Zona do Euro: esta é a Europa que o mundo quer?. **Encontro de Iniciação Científica do Centro Universitário Antonio Eufrásio de Toledo**. vol. 17, n° 17. Presidente Prudente-SP. 2021.
Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/3756>. Acesso em 25 set. 2022.

MARQUES, Maria Alice de Freitas. Políticas Educacionais nos Governos Lula e Dilma: Impactos na Expansão do Ensino Superior e Profissional. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. vol. 12, n° 41, p. 661-676, 2018. Disponível em:
<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1249/0>. Acesso em 11 mai. 2022.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n° 1, jan./mar. 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/spp/a/9mVz3rLgsChQbW9LNMnrLjD/?lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2022.

MELO, Adriana Almeida Sales de; SOUSA, Flávio Bezerra de. A agenda do mercado e a educação no governo Temer. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador-BA, vol. 9, n° 1, p. 25-36, ago. 2017. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21619>. Acesso em 12 mai. 2022.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas-RS, vol. 17, n° 2, jul./dez. 2011, p. 29-40. Disponível em:
<https://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/695>. Acesso em 12 dez. 2022.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-Pernambuco. 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

NETTO, José Paulo. Cincos notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS. Ano 2, nº 3, jan./jul. 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em 24 mar. 2022.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e continuidades. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. vol. 25, nº 2, p. 197-209, mai./ago. 2009. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491>. Acesso em 12 mai. 2022.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. Transformações no mundo do trabalho, da Revolução Industrial aos nossos dias. **Caminhos de Geografia**. Vol. 05. Nº 11. Fev. 2004. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15327/>. Acesso em 16 set. 2022.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1109.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

OTRANTO, Celia Regina. A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. *In*: Reunião anual da ANPED, 29., 2006, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu, 2006a. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT11-1791--Int.pdf>. Acesso em 25 abr. 2022.

OTRANTO, Célia Regina. Desvendando a política da educação superior do governo Lula. **Universidade & Sociedade**. Vol. XVI, nº 38, p.18-29. 2006b. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/553c901c1afe58b0e86e611b79767732_1547841237.pdf. Acesso em 12 mai. 2022.

PALAVEZZINI, Juliana. **A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de assistência estudantil da UTFPR**. 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-Paraná. 2020.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Proteção social contemporânea: cui prodest?. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 116, p. 636-651, out./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DSgvNQnNyK3fNkJYcv8VTOr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 abr. 2022.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 112, p. 729-753, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/bSGwqYTyTpMqHc5SXkSKK7h/?lang=pt>. Acesso em 25 abr. 2022.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Ser Social**, n° 18, p. 229-252, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22561>. Acesso em: 24 mar. 2022.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez Editora. 2016.

PEREIRA, Maise Soares; FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. Visão baseada em recursos nas instituições de ensino superior de Fortaleza: uma análise ex-ante e ex-post à LDB/96. **Revista de Administração Contemporânea**. Vol. 12, n° 01, mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/LdgMwzFt6RtyNC9zLLRcrTD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 nov. 2022.

PERON, Bruno. Debates, propósitos e indagações sobre a Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**. Viçosa-MG. Vol. 12, n° 2, p. 329-341, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3443>. Acesso em 25 jul. 2022.

PINHEIRO, Aline Freitas Dias. **Avaliação da assistência estudantil**: possibilidades e limites e uma política pública educacional. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-Ceará. 2015.

PINTO, Giselle. **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces**: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. 2015.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 40, n° 3, jul./set. 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4207148/mod_resource/content/1/516_05_semin%C3%A1rio_PIRES_o%20termo%20moderniza%C3%A7%C3%A3o%20conservadora.pdf. Acesso em 20 jul. 2022.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRADO, Eleutério F. S. O que é keynesianismo?. **Economia e Complexidade**. 14 fev. 2018. Disponível em: <https://eleuterioprado.blog/2018/02/14/o-que-e-keynesianismo/>. Acesso em 11 abr. 2022.

QUEIROZ, Túlio. **Plano Real**. s/a. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/plano-real.htm#:~:text=O%20Plano%20Real%20foi%20um,crise%20que%20levou%20%C3%A0%20hiperinfla%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 08 mar. 2022.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. *In*: MOTA, Ana Elizabete; *et. al.* (orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4ª ed. São Paulo: Cortez. 2018.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**. São Paulo, vol. 19, nº 35, p. 65-79, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26678>. Acesso em 25 set. 2022.

ROCHA, Leonardo Cristian. As tragédias de Mariana e Brumadinho: É prejuízo? Para quem?. **Caderno de Geografia**, v. 31, número especial 1, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/25541/17777>. Acesso em: 04 mar. 2022.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas. *In*: PRADO, Edna Cristina do; DIÓGENES Elione Maria Nogueira; *et al.* (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas: interface entre educação e gestão escolar**. Maceió: EDFAL, 2011.

ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da reforma universitária de 1968. **Educação e Sociedade**, Campinas-SP, vol. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PVFXgnTXHRnstmymdTnPbf/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02 jan. 2023.

SANTOS, Elton Moura. **Expansão da educação superior: um estudo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-Campo Mourão**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-Paraná. 2016.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. *In*: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 9., 2009, Florianópolis-SC. **Anais...** Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35836>. Acesso em 25 abr. 2022.

SAVIANI, Dermeval. O direito à educação e a inversão de sentido da política educacional. **Revista Profissão Docente**, v. 11, nº 23, p. 45-58, 2011a. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/197/720>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011b.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Origem e desenvolvimento do Welfare State. **Revista de Políticas Públicas**. Vol. 01. nº 01. 1995. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/3709/1731>. Acesso em 09 abr. 2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Teorias explicativas sobre a emergência e o desenvolvimento do Welfare State. **Revista Política & Trabalho**. Ed. 15. p. 29-42. 1999.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6429/19775>. Acesso em 09 abr. 2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. *In*: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras; São Luiz: GAEPP, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. Prefácio. jul. 1993. *In*: YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5° ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TODOS pela Educação. **Saiba o que foi e como funcionou o Plano de Desenvolvimento da Educação**. 2018. Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/#:~:text=O%20PDE%20foi%20lan%C3%A7ado%20em%20conjunto%20com%20o%20Plano%20Metas,pelo%20Decreto%20Lei%20n%C2%BA%206.094>. Acesso em 22 jul. 2022.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista Sociologia e Política**, n° 23. Curitiba-PR, nov. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/mmW4c4THp9XDfXjt9mxGSqM/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 26 de jan. de 2022.

VAZ, Suzanete Aparecida de Freitas. **As políticas para o ensino superior no governo Lula (2003-2010): análise dos pesquisadores**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-Paraná. 2017.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. **O que é universidade?** 2° reimpr. da 9° ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WOOD JUNIOR, Thomaz. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, vol. 32, n° 4, 1992, p. 6-18. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/nYfcsD8bM6xQtCMFztp9ZDz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2022.

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n° 3, p. 827-831, 2008. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/285/286>. Acesso em: 02 mai. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE 01

Segue abaixo algumas notícias e reportagens publicadas em *sites* de renome nacional sobre o ataque sofrido pelas instituições de ensino superior federais, realizadas no governo de Bolsonaro.

[Objetivo do governo Bolsonaro é desmontar e privatizar as universidades públicas](#) (27 de maio de 2022).

[Estudantes de universidades públicas fazem ato na Paulista contra cortes do governo Bolsonaro em Educação](#) (18 de outubro de 2022).

[Verba para custeio de universidades federais caiu 45% no governo Bolsonaro](#) (19 de outubro de 2022).

[Jair Bolsonaro aprofundou crise orçamentária nas universidades federais](#) (30 de outubro de 2022).

[Cortes de verbas, atritos e 5G: o legado do governo Bolsonaro na ciência](#) (04 de novembro de 2022).

[O irresponsável rombo de Bolsonaro Governo Bolsonaro deixou um déficit de 400 milhões de reais](#) (11 de novembro de 2022).

[Que herança Bolsonaro deixa na área da educação?](#) (15 de novembro de 2022).

[Relatório da comissão externa do MEC será encaminhado à equipe de transição](#) (22 de novembro de 2022).

[Governo federal bloqueia R\\$ 244 mi de universidades: 'Trágico', diz Andifes](#) (28 de novembro de 2022).

[Orçamento previsto para as universidades é o menor em 10 anos](#) (29 de novembro de 2022).

APÊNDICE 02

CONCEITUAÇÃO/DEFINIÇÃO/HISTÓRICO DAS PRÓ-REITORIAS DE ASSUNTOS ESTUDANTIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUL

Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
--------	---

Conceituação da Pró-reitoria / Departamento de Assistência Estudantil

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) realiza o acolhimento do discente através de ações, auxílios e atendimentos de profissionais da Psicologia, Enfermagem, Medicina e do Serviço Social com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Todas as nossas atividades estão embasadas no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado no âmbito do Ministério da Educação e que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Para aderir aos auxílios, é necessário se inscrever em editais publicados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Nas questões relacionadas à saúde física e mental, contamos com atenção de cunho informativo e preventivo, além de orientação médica (ambulatório em parceria com o PTI e Secretaria Municipal de Saúde), de enfermagem (Departamento de Atendimento à Saúde) psicológico (Seção de Psicologia), assistência social (Seção de Serviço Social) e atendimento pedagógico, realizado por uma equipe multifuncional da PRAE.

Paraná	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
--------	---------------------------------------

Conceituação da Pró-reitoria / Departamento de Assistência Estudantil

HISTÓRIA

A construção da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE teve início no ano de 2006, com a implantação da Assessoria de Assuntos Estudantis, vinculada ao gabinete do reitor, tendo como finalidades o atendimento às demandas estudantis e a elaboração de uma proposta de estrutura administrativa voltada às questões de interesse da comunidade discente da UFPR.

Estudos realizados a partir dos documentos apresentados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, das demandas apresentadas pelo movimento estudantil e da aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES em 2007, apontaram para a necessidade de ampliação dos programas de assistência estudantil até então existentes e da criação de uma Pró-Reitoria com estrutura ágil e fluida que tratasse exclusivamente dos assuntos relacionados à comunidade estudantil.

Foi então que, na data de 12 de março de 2008, o Conselho Universitário aprovou a criação da PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, através da Resolução 003/2008 – COUN cuja missão é atender as demandas voltadas à permanência estudantil na sua formação profissional, proporcionando através do apoio e acompanhamento de uma equipe multiprofissional, o desenvolvimento de uma trajetória acadêmica com qualidade de vida.

OBJETIVO

As atividades da Pró-Reitoria concentram-se no desenvolvimento e acompanhamento de programas de apoio e ações que contemplem uma abordagem integral, onde a assistência não fique restrita à manutenção e sobrevivência da aluna e do aluno na instituição, mas que contribua efetivamente para a sua formação individual e global, considerando os aspectos:

– Humanização

Assistência baseada no desenvolvimento de ações que propiciem momentos de reflexão sobre questões que causem desconforto, como preconceito, discriminação, pressão e competitividade entre acadêmicas e acadêmicos, e, conscientização do direito de dedicar um período de tempo às atividades que proporcionem bem estar físico e mental à estudante e ao estudante.

– Integração

Realização de ações que propiciem maior interação e integração política e acadêmica entre as estudantes e os estudantes dos vários campi da universidade, de outras universidades e de outros segmentos, como, a implantação de pontos de cultura, realização de festivais de cultura, semanas acadêmicas, jogos, gincanas e campeonatos esportivos.

– Assistência

Visa garantir as condições mínimas para a permanência da estudante e do estudante na universidade, através da participação em programas de assistência, que colaborem na superação das deficiências financeiras e de acesso à atividades que contribuam e enriqueçam sua formação.

Paraná	Universidade Federal Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
--------	--

Conceituação da Pró-reitoria / Departamento de Assistência Estudantil

Não foi possível identificar.

Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
----------------	---

Conceituação da Pró-reitoria / Departamento de Assistência Estudantil

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE é um órgão executivo central integrante da Administração Superior da Universidade Federal de Santa Catarina, criada com o objetivo de auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas, especialmente em programas e projetos voltados à política estudantil.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis tem como principais atribuições:

- * Propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e a conclusão do curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura, esporte e lazer; apoio pedagógico; movimentos estudantis e políticas sociais;
- * Desenvolver estudos e projetos visando à melhoria administrativa, o desenvolvimento organizacional e o aprimoramento de gestão, relacionados à política de assuntos estudantis;
- * Planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos vinculados à política de assuntos estudantis;
- * Estimular a implementação de planos, programas e projetos junto à comunidade estudantil;
- * Manter intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento de atividades e serviços de interesse da comunidade estudantil;
- * Propor e desenvolver políticas de benefícios da Universidade, dirigida à comunidade estudantil;
- * Propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;
- * Apoiar e divulgar a realização de eventos de interesse da comunidade estudantil;
- * Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- * Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)
-------------------	--

Conceituação da Pró-reitoria / Departamento de Assistência Estudantil

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis é responsável por planejar, programar e definir as regras para as atividades de extensão da universidade, como cursos extracurriculares, palestras e simpósios. Também tem como responsabilidade pensar ações de integração da comunidade interna e externa, através de ações sociais e atividades culturais. A Proext tem um importante papel junto à comunidade acadêmica que é a coordenação das ações de assistência estudantil e o planejamento de políticas de assuntos estudantis.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
-------------------	---

Conceituação da Pró-reitoria / Departamento de Assistência Estudantil

A PRAE coordena a política de assistência estudantil, cabendo-lhe planejar, implementar e avaliar as ações voltadas a acesso, inclusão e permanência dos estudantes.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis(PRAE) foi criada no ano de 2007, a partir da identificação da necessidade de atendimento aos estudantes de diversas partes do país, ingressantes através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que passaram a demandar a ampliação do programa de moradia estudantil e a criação de alojamento provisório. Essa foi a motivação para transformar a CAEC (Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários) em uma pró-reitoria, aumentando a capacidade de atendimento dos estudantes, com uma estrutura mais adequada para responder positivamente a essas demandas e a outras, que foram se apresentando com a consolidação dessa forma de ingresso na UF.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
-------------------	--

Conceituação da Pró-reitoria / Departamento de Assistência Estudantil

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é o órgão administrativo da UFSM que planeja, operacionaliza, supervisiona, orienta e, juntamente com os acadêmicos, interage nas atividades universitárias que abrangem o campo

cultural, social e assistencial da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Maria.

As ações desenvolvidas pela PRAE têm como objetivo principal garantir o acesso e a permanência dos estudantes na UFSM, dentro de uma perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida da comunidade estudantil. Para alcançar tal propósito, a PRAE oferece os seguintes Programas: Moradia Estudantil, Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte, Bolsa de Assistência, Bolsa de Formação Estudantil e Restaurante Universitário, bem como projetos das CEU's (Casas de Estudante Universitário).

A Pró-Reitoria propõe a participação democrática de acesso, organização e gestão dos programas oferecidos através de um Conselho de Administração composto pela PRAE e pelas CEU's, promovendo, desta forma, uma participação efetiva dos acadêmicos na tomada de decisões que visam construir, cada vez mais, uma universidade voltada para as reais necessidades da comunidade acadêmica.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa (Unipampa)
-------------------	--

Conceituação da Pró-reitoria / Departamento de Assistência Estudantil

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC é o setor da Reitoria que tem por finalidade desenvolver programas, benefícios e ações voltadas à assistência estudantil e ao acesso aos direitos de cidadania.

Essas iniciativas visam contribuir para com uma efetiva democratização do ensino superior, por meio de práticas que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes especificamente nos cursos de graduação presencial.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
-------------------	---

Conceituação da Pró-reitoria / Departamento de Assistência Estudantil

O estudante está no centro da atuação de uma universidade e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis trabalha para que a vida universitária dos alunos da FURG se desenvolva em condições equitativas de acesso e permanência no ensino superior, em um ambiente de compromisso, participação e de aprimoramento da formação técnica, humanística e cidadã.

Para isso, a Prae promove ações de apoio aos estudantes que garantam a permanência e conclusão dos estudos, a orientação pedagógica para aprendizagem, a formação ampliada para construir participação cidadã e o desenvolvimento profissional.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
-------------------	---

Conceituação da Pró-reitoria / Departamento de Assistência Estudantil

Identificado histórico apenas.

1952 - Na UFRGS, a Assistência Estudantil teve sua origem entre 1952 e 1964, durante a administração do reitor Elyseu Paglioli

1960 - Foi inaugurada a primeira Casa do Estudante da UFRGS, localizada no Campus do Vale – Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária (CEFAV). Nessa mesma década, sem haver registro do ano específico, também foi inaugurado o primeiro restaurante universitário da UFRGS, o RU01, localizado no Campus Central

1968 - A assistência à comunidade estudantil passou a ter um órgão específico, o Departamento de Assistência Social

1970 - A Superintendência Acadêmica dividiu-se em três diretorias, sendo uma delas a Diretoria de Assistência e Recreação (DAR)

1971 - Neste ano a diretoria teve seu real início, em janeiro. Mudou-se do prédio da reitoria para o prédio da recém inaugurada Casa do Estudante Universitário (CEU), na Avenida João Pessoa. Foi implantado um setor de assistência dirigido por uma assistente social

1973 - Devido ao bom desempenho do DAR, em setembro deste ano, passou de Diretoria a Departamento de Assistência e Representação Estudantil (DARE)

1976 - As superintendências deram origem à Pró-reitorias, passando a ser a Pró-reitoria da Comunidade Universitária (PRUNI). Em novembro do mesmo ano inaugurou-se o restaurante do Primeiro Ciclo (RU2), no Campus da Saúde. Passadas três décadas, em 2006, o restaurante foi transferido para o prédio no qual se encontra até hoje, no mesmo Campus

1977 - Foi realizada uma reforma administrativa no RU1 e também neste ano a Pró-reitoria assumiu inteiramente a Colônia de Férias de Tramandaí. A Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEUFRGS), no Campus da Saúde, foi oficialmente vinculada à UFRGS, de modo que a Universidade passou a contar com três casas de estudante, que se mantêm até hoje

1978 - Foi aprovado um Programa de Bolsas, visando aperfeiçoar o plano assistencial na UFRGS. Em novembro, foi inaugurado o restaurante do Campus do Vale (RU3)

1980 - Em abril deste ano, a Casa do Estudante Universitário abriu suas portas a estudantes do sexo feminino, alterando profundamente o perfil da Casa, que antes era ocupada apenas por homens

1981 - Entraram em vigor as carteirinhas de identificação da UFRGS. Os departamentos do Serviço Social e de Saúde e Lazer da PRUNI deixaram as salas da Casa do Estudante Universitário e transferiram-se para o ex-Instituto de Química

1982 - O restaurante universitário da Agronomia (RU04) passou a ser administrado pela UFRGS. Esse restaurante vinha sendo administrado por uma cooperativa de estudantes desde 1968

1995 - O Departamento de Serviço Social da nova Pró-reitoria de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade Universitária (PRORHESC) assumiu o Departamento de Serviço Social e Assuntos Estudantis da antiga PRUNI

1997 - A PRORHESC foi desmembrada em Pró-reitoria de Recursos Humanos (PRORH) e ASSUCOM - Superintendência dos Assuntos da Comunidade Universitária

2001 - A ASSUCOM passou a ser Secretaria, sendo chamada de Secretaria de Assuntos Estudantis (SAE)

2008 - Foi inaugurado o quinto restaurante universitário, localizado no Campus Olímpico (RU05)

2009 - Houve mudança na nomenclatura da Secretaria, passando a se chamar Secretaria de Assistência Estudantil (SAE)

2012 - A SAE ganha status de Pró-reitoria, passando a ser Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

2015 - Foi inaugurado o restaurante universitário de número 6, localizado no Campus do Vale. É o primeiro restaurante a oferecer alimentação com opção vegetariana.

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
--	--

Conceituação da Pró-reitoria / Departamento de Assistência Estudantil

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) e os Setores de Assuntos Estudantis (SAEs) de cada campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) desenvolvem ações nas diversas áreas de assistência estudantil e vivência universitária, com o objetivo de estimular a integração acadêmica e social dos estudantes e auxiliar na sua permanência e formação. Atuando na assistência ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esses setores são responsáveis pelo cadastro socioeconômico e pelo planejamento, execução e acompanhamento dos programas de assistência estudantil.

A PROAE é responsável pela proposição, execução e avaliação da Política de Assistência Estudantil da UFFS e pela gestão orçamentária dos recursos do PNAES, centralizando o pagamento dos auxílios socioeconômicos e das bolsas acadêmicas da UFFS.

Os SAEs são responsáveis pela execução e operacionalização da política, programas e ações da Assistência Estudantil em nível de campus. Os SAEs são setores administrativos vinculados aos campi, que respondem normativamente à PROAE.

São realizadas ações de apoio aos processos de ensino-aprendizagem e de adaptação à Universidade, além da atuação em questões de carreira (informação, orientação e planejamento profissional), de saúde física e mental (prevenção, atendimento e encaminhamentos) e de organização estudantil (orientação e apoio a atividades estudantis).

As atividades da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis alinham-se às diretrizes do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que é uma política do governo federal que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

APÊNDICE 03

DEPARTAMENTOS/SETORES IDENTIFICADOS NOS SITES OFICIAIS DAS PRÓ-REITORIAS DE ASSUNTOS ESTUDANTIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUL

Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
--------	---

Departamentos/Setores que foi possível identificar

Coordenadoria de Atenção ao Estudante e às Moradias

Responsável pela gestão do tempo de recebimento dos auxílios estudantis, assim como, pelo cumprimento do termo de compromisso firmado pelos discentes. Realiza a gestão do alojamento estudantil, visando a permanência e qualidade de vida dos estudantes residentes. Coordena as ações de saúde e acompanhamento pedagógico dos estudantes beneficiários dos auxílios socioeconômicos.

Apoio Pedagógico

O apoio pedagógico da PRAE objetiva orientar discentes que são beneficiados com os auxílios socioeconômicos e que apresentam dificuldades durante o processo de aprendizagem, contribuindo, dessa forma, para a permanência dos discentes em condições de vulnerabilidade social na Universidade.

Divisão de Apoio Administrativo e Atendimento ao Público (DIAAAP)

Responsável pelo atendimento aos discentes, auxílios de assistência estudantil, recepção de documentos e emissão de declarações.

Divisão de Administração e Finanças (DIAF)

Responsável pelas aquisições, pagamentos e controle orçamentário da PRAE.

Departamento de Apoio ao Estudante

Responsável por articular e organizar a implementação de programas de fortalecimento da permanência, atividades de acompanhamento permanente dos estudantes e estratégias e intervenções no campo das ações afirmativas, operacionalizando ações e serviços voltados à promoção das condições de bem-estar e a qualidade de vida dos estudantes.

Seção de Psicologia (SEPSICO)

Responsável por realizar acolhimentos, atendimentos e encaminhamentos dos discentes que necessitem de apoio na área de saúde mental e desenvolvimento educacional. Seção de Serviço Social

Responsável por realizar ações de implementação e coordenação que visem inserir o aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica em programas de moradia, alimentação e transporte.

Departamento de Atendimento à Saúde (DEAS)

Realiza o acolhimento dos estudantes e desenvolve ações direcionadas à consolidação de saberes e práticas que promovem a saúde e a qualidade de vida, tendo como ponto de partida suas vivências e experiências.

Esta equipe é composta por enfermeiras (2), técnicos de enfermagem (2) e médico (1), que tem por objetivo atuar na promoção de saúde e prevenção de doenças e agravos.

Serviço de Promoção Cultural e Esportiva (SERPCE)

Responsável por promover e apoiar o desenvolvimento de ações de atividades físicas, esportivas e de lazer ao corpo discente da UNILA.

Departamento de Gestão de Moradias (DEGEM)

Responsável pela administração, fiscalização e gestão dos espaços da moradia estudantil e alojamentos, acolhimento e atendimento aos discentes e gerenciamento de situações no âmbito dos alojamentos e moradia estudantil da UNILA.

Paraná	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
--------	---------------------------------------

Departamentos/Setores que foi possível identificar

Coordenação de Assistência Estudantil – CAE

Unidade de Apoio Psicossocial – UAPS

Serviço Social

Pedagogia

Coordenação de Apoio aos Estudantes e às Entidades Estudantis - CAEE

Unidade de Controle e Execução Orçamentária – UCEO

Recepção

Paraná	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
--------	--

Departamentos/Setores que foi possível identificar

Departamento de Educação - DEPED
NUAPE - Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil
NUENS – Núcleo de Ensino
NAI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
----------------	---

Departamentos/Setores que foi possível identificar

Coordenadoria de Assistência Estudantil - CoAeS

A Coordenadoria de Assistência Estudantil tem como função a coordenação e execução dos programas voltados ao atendimento das demandas sociais dos estudantes, com o objetivo de contribuir para a sua permanência e desempenho acadêmico na Universidade.

Atribuições:

- * Coordenar, executar e analisar os programas de assistência estudantil no âmbito da PRAE;
- * Coordenar o atendimento das solicitações de recursos, empenhos e pagamentos decorrentes do desenvolvimento dos programas de assistência estudantil;
- * Executar os Programas de Auxílio Moradia, Bolsa Estudantil UFSC, Moradia Estudantil e Auxílio Creche;
- * Conceder, mediante análise de situação socioeconômica, isenção de alimentação no Restaurante Universitário;
- * Realizar avaliação de Cadastros Socioeconômicos com objetivo de obtenção do Índice Socioeconômico dos estudantes de graduação da UFSC;
- * Gerenciar o acolhimento ao estudante e socialização de informações necessárias para sua permanência na UFSC;
- * Desenvolver análises e estudos que auxiliem na definição do perfil socioeconômico dos estudantes com objetivo de subsidiar e qualificar as ações da referida coordenadoria;
- * Desenvolver ações de acolhimento de demandas psicossociais e de promoção de saúde;
- * Desenvolver psicoterapias breves para assuntos relacionados à permanência estudantil;
- * Coordenar o desenvolvimento de orientações nas questões de saúde mental;
- * Realizar acompanhamento de situações de alto risco psicossocial, estabelecendo redes de atendimento junto ao Sistema Único de Saúde;
- * Assessorar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em assuntos inerentes à área da assistência estudantil.
- * Por meio do Serviço de Apoio Administrativo, receber e encaminhar correspondências diversas; realizar o atendimento inicial da comunidade universitária; responder dúvidas e demais questionamentos realizados na recepção da Coordenadoria; elaborar a folha de pagamentos dos benefícios; e auxiliar no arquivamento e controle das correspondências e documentos internos e externos;
- * Executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;
- * Coordenar os recursos materiais e patrimoniais inerentes à sua área de atuação.

Setor de Psicologia Educacional

O Setor de Psicologia Educacional é uma subdivisão da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAeS), vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), e presta suporte a estudantes de graduação de baixa renda da UFSC, com o cadastro PRAE concluído. Ainda, são público-alvo do setor estudantes vindos de escola pública.

Procuramos fomentar articulações e mudanças institucionais em prol da inclusão dos estudantes historicamente excluídos do Ensino Superior, sua permanência com qualidade e conclusão do curso de graduação.

Nossas ações, além de atendimentos de orientação em relação à vida universitária, incluem ações coletivas e orientações a docentes e técnicos(a). Os desafios da vida universitária são vistos no contexto mais amplo do cotidiano universitário, das relações entre estudantes e seus pares, docentes e técnicos(as), e não como apenas questões individuais ou vistas de forma individualizada.

Pretendemos contribuir para a integralidade da educação, numa perspectiva ampliada, que preza não apenas pela aquisição de conhecimentos, mas também pelo exercício da cidadania.

Restaurante Universitário- RU

O RU é uma unidade suplementar da UFSC, vinculado à PRAE, tendo como atividade principal o fornecimento de refeições aos alunos da UFSC. Ele favorece a manutenção da saúde de seus usuários através do fornecimento de uma alimentação balanceada e diversificada, produzida dentro de um padrão de controle qualidade, preocupando-se com a heterogeneidade de hábitos alimentares presentes em nosso estado. Contribui também na promoção da qualidade de Ensino, Pesquisa e Extensão, através da abertura de campos de estágio para as mais diversas disciplinas.

Departamento de Assuntos Estudantis - DeAE

O Departamento de Assuntos Estudantis (DeAE) é responsável por analisar as demandas de auxílio a eventos, viagens de estudo (na modalidade visitas técnicas), homologação das representações discentes e demais solicitações realizadas pelos graduandos da UFSC.

Atribuições:

- * Gerenciar a estrutura administrativa do respectivo departamento necessária ao desempenho das suas atividades;
- * Coordenar os Programas de Auxílio a Eventos, analisando as demandas e acompanhando a execução das distintas modalidades de ação do referido programa;
- * Coordenar a implementação do Programa de Viagens de Estudo (modalidade visita técnica), executando as contratações de veículos e controlando a atividade, principalmente em relação à fiscalização, prestação de contas e qualidade dos serviços prestados;
- * Coordenar comissões cujos assuntos sejam relacionados às atribuições do departamento, as quais venham a ser delegadas pelo Pró-Reitor;
- * Realizar o registro das representações discentes eleitas pelos estudantes dos cursos de graduação presencial junto aos órgãos deliberativos da UFSC;
- * Realizar o cadastro de processos disciplinares de estudantes de graduação no CAGR, mediante requerimento dos respectivos Colegiados de Curso;
- * Realizar o acompanhamento, controle e execução de solicitações de apoio à realização de Eventos Acadêmicos, atendendo-as dentro dos limites orçamentários da Pró-Reitoria;
- * Atender ao público em geral, esclarecendo procedimentos institucionais sobre programas da PRAE vinculados ao Departamento de Assuntos Estudantis.

Coordenadoria Administrativa - CoAd

A Coordenadoria Administrativa é responsável por coordenar os encaminhamentos administrativos no âmbito da Pró-Reitoria.

Atribuições:

- * Protocolar e encaminhar solicitações recebidas pela recepção e realizar controle do fluxo interno, desde seu despacho e atendimento até o arquivamento;
- * Instruir os processos submetidos à consideração do Pró-Reitor;
- * Elaborar e fazer o controle de memorandos, ofícios, portarias, editais e demais documentos formais relacionados à PRAE;
- * Executar serviços complementares de gestão de pessoas, material e almoxarifado da Pró-Reitoria;
- * Realizar procedimentos de empenho, dispensa de licitação e afins, quando necessário e expressamente autorizado pelo Pró-Reitor, para serviços relacionados à Pró-Reitoria e seus setores;
- * Realizar, mediante autorização do Pró-Reitor, solicitações de recurso financeiro e complementações orçamentárias ao setor competente;
- * Acompanhar e encaminhar as correspondências recebidas digitalmente e fisicamente pela Pró-Reitoria;
- * Coordenar o Serviço de Expediente;
- * Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA)
-------------------	---

Departamentos/Setores que foi possível identificar

Núcleo Cultural (NCULT)

Responsável pela gestão e promoção do ciclo cultural da universidade. Apoia, planeja e difunde ações relacionadas a expressões artísticas e culturais, promovidas em parceria com a comunidade da UFCSA e a sociedade.

Coordenação de assuntos estudantis (CAE)

A CAE é órgão assessor da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEXT) e tem como objetivo promover e coordenar iniciativas e ações de acolhimento, permanência e bem-estar da comunidade discente. A CAE desenvolve análises e estudos que auxiliem na definição do perfil socioeconômico dos estudantes com objetivo de subsidiar e qualificar as ações de assistência estudantil.

Núcleo de seleção, acompanhamento e avaliação da assistência estudantil (NSAE)

O NSAE é o núcleo operacional da CAE. Tem o papel de acolher e acompanhar demandas da comunidade estudantil; oferecer atendimento aos estudantes relativos às questões sociais e familiares orientando sobre serviços, recursos sociais e programas de educação. A equipe do NSAE avalia, seleciona e acompanha estudantes para o recebimento dos auxílios estudantis referente aos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e do Programa de Auxílio Estudantil da UFCSA (PAE-UFCSA).

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
-------------------	---

Departamentos/Setores que foi possível identificar

Coordenação de Ingresso e Benefícios (CIB)

Núcleo de Serviço Social (NSS) - 10 assistentes sociais

Núcleo de Gestão de Programas: o Núcleo de Gestão de Programas (NGP) é responsável pelos cadastros e pagamentos dos auxílios estudantis.

Coordenação de Permanência (CP)

Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente (NUPADI) - 2 pedagogos, 1 enfermeira, 4 psicólogos, 1 psiquiatra.

Coordenação de Políticas Estudantis (CPE)

A Coordenação de Políticas Estudantis (CPE) é o órgão responsável por planejar e implementar projetos e ações relacionadas à permanência, aprimoramento acadêmico e demais pautas do interesse da política estudantil na Universidade, sendo responsável pelas políticas que norteiam as ações da PRAE em relação ao acolhimento, moradia e permanência de estudantes da UFPel no Programa de Moradia Estudantil (PME). O PME corresponde a vaga na Casa do Estudante Universitário (CEU) da UFPel. Atualmente, a UFPel conta com uma CEU que acolhe até 300 moradores, situada na Rua 3 de maio, 1212.

A CPE é composta por duas Seções interligadas: a Seção de Moradias Estudantis (SME) e a Seção de Apoio aos Restaurantes Universitários (SARE).

Seção de Moradias Estudantis (SME)

A Seção de Moradias Estudantis é o órgão responsável pela área de moradia estudantil responsabilizando-se por diversas atividades que objetivam possibilitar o adequado funcionamento do Programa de Moradia Estudantil (PME) e da Casa do Estudante Universitário (CEU) da PRAE/UFPel.

A SME supervisiona a Casa do Estudante Universitário (CEU) e ajuda no planejamento das atividades na moradia, acompanha os estudantes moradores durante o período de estadia na CEU, vistoria suas dependências para garantir o pleno funcionamento da casa, abre ordens de serviço para manutenção extraordinária e acompanha os serviços para garantir a adequada execução, avalia os serviços de manutenção realizados, auxilia na acolhida de novos estudantes moradores na casa, assim como na entrega dos apartamentos, encaminha as saídas de moradores, zela pelas suas instalações, acompanhando os serviços de limpeza e manutenção de rotina, planeja atividades de integração e convivência estudantil, auxiliando na solução de conflitos entre os moradores, assim como na relação entre os moradores e a administração central, auxilia no controle de estoque de bens permanentes e no controle de estoque de bens de consumo da CEU, acompanha e auxilia as atividades de portaria e vigilância, garantindo assistência aos servidores terceirizados na solução de eventuais problemas e orientando políticas de convivência entre as partes, presta auxílio e assistência aos moradores sempre que solicitado, encaminhando as demandas aos setores responsáveis da UFPel.

Para a execução dessas tarefas articula-se de maneira permanente à Coordenação de Políticas Estudantis e a Seção de Apoio aos Restaurantes Universitários.

Seção de Apoio aos Restaurantes Universitários (SARE)

A Seção de Apoio aos Restaurantes Universitários (SARE) da UFPel é o órgão responsável pela implementação de projetos e acompanhamento dos Restaurantes Universitários da UFPel.

Os Restaurantes Universitários da UFPel correspondem às três unidades: RU Centro, RU Campus Capão e RU Campus Anglo.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
-------------------	--

Departamentos/Setores que foi possível identificar

Secretaria Geral da PRAE

A Secretaria Geral da PRAE fornece suporte aos demais setores da Pró-Reitoria, realizando os seguintes procedimentos:

- Recebe pedidos e entrega os certificados de Bolsas de Assistência ao Estudante PRAE e atestados de BSE;
- Fornece encaminhamento aos alunos candidatos às bolsas do HUSM (verificação dos critérios de admissão na bolsa);
- Cadastro para entrada nas Moradias Provisórias;
- Encaminhamento de documentos;
- Encaminhamento de atendimentos;
- Informações gerais sobre assuntos estudantis da PRAE;
- Divulgação das oportunidades de bolsas.

Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE)

O Núcleo de Atenção ao Estudante integra diferentes setores e serviços voltados ao atendimento dos estudantes incluídos no Programa de Benefício Socioeconômico (BSE). As ações abarcam atendimento em saúde bucal, acolhimento psicológico e social, atividades de cultura, esporte e lazer, além das questões referentes ao Programa do BSE.

Setor de Benefício Socioeconômico (SBSE)

O Setor de Benefício Socioeconômico é responsável por viabilizar o acesso ao Programa de Benefício Socioeconômico

(BSE) através da avaliação socioeconômica. O BSE garante Moradia Estudantil (para alunos que não possuam família residindo em Santa Maria), Alimentação (Restaurante Universitário) e Transporte (Bolsa Transporte). Para ter acesso a esses direitos, o aluno deve estar regularmente matriculado na UFSM em curso presencial e participar de Processo Seletivo, regido por edital publicado a cada semestre.

Atualmente, a renda per capita (por pessoa) máxima utilizada como critério para ingresso no BSE é de 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo. No entanto, a análise leva em conta outros fatores para além da renda, podendo algumas situações vivenciadas pelo aluno e seu grupo familiar impactarem na avaliação socioeconômica, tais como condições de moradia, acesso à educação básica pública, doença e/ou deficiência, entre outras.

Setor de Atenção Integral ao Estudante (SATIE)

O Serviço de Atenção Integral ao Estudante busca intervir em situações individuais e coletivas que influenciam no desempenho acadêmico do(a) acadêmico(a), na sua permanência na Universidade, bem como, na sua qualidade de vida.

Setor de Atenção Odontológica (SAO)

Esta atenção é direcionada aos estudantes com BSE com vistas a garantir a permanência com qualidade na instituição. A promoção de saúde bucal é feita por meio de abordagens preventivas e curativas.

Setor de Bolsas

É o setor responsável pelo pagamento e/ou análise das bolsas de assistência estudantil da PRAE.

Setor de Patrimônio

O Setor do Patrimônio da Pró Reitoria de Assuntos Estudantis tem o intuito de garantir a preservação e a continuidade da Moradia Estudantil, além do cumprimento das Resoluções N. 010/2004 e N. 025/2014.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
-------------------	--

Departamentos/Setores que foi possível identificar

Divisão de Controle, Planejamento e Projetos – DCP

Considerando a nova estrutura organizacional estabelecida pela Portaria/GR nº 756, de 19 de março de 2020, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC sofreu alterações em seus setores, criando-se a Divisão de Controle, Planejamento e Projetos (DCPP). A DCP tem como objetivo atender a demandas no que tange à gestão, controle e planejamento orçamentário-financeiro, oferecendo transparência acerca das ações orçamentárias no âmbito da Pró-Reitoria, delineando um melhor uso dos recursos públicos.

Divisão de Assistência Estudantil – DAE

A DAE tem como objetivo executar as políticas e ações de assistência estudantil definidas pelo Decreto nº 7.234/2010, que estabelece a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nas áreas de alimentação, moradia, transporte, creche, apoio pedagógico, esporte, cultura, atenção à saúde, inclusão digital e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

É o setor responsável pelos processos de seleção, manutenção e acompanhamento dos estudantes nos programas e ações de assistência estudantil.

Núcleo de Promoção de Saúde Mental e Práticas Desportivas

Seu objetivo é a realização de ações que promovam a saúde mental e incentivo às práticas desportivas. No que tange à promoção de saúde mental, tais ações se substancializam com a produção de materiais informativos, execução de atividades orientativas (como seminários, palestras, encontros, rodas de conversa, etc.) e o oferecimento de serviço de atendimento em Psicologia à comunidade discente. No que concerne às práticas desportivas, o NPSMPD incentiva e auxilia a participação de alunos Unipampa em competições universitárias promovidas por entidades externas.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
-------------------	---

Departamentos/Setores que foi possível identificar

Diretoria de Assistência Estudantil

Tem como objetivo ampliar, qualificar e democratizar o acesso e a permanência do estudante na universidade. Esse trabalho é realizado por meio de duas coordenações: a Coordenação de Alimentação, Alojamento e Transporte Estudantil e a Coordenação de Bem-viver Universitário.

A Coordenação de Alimentação, Alojamento e Transporte Estudantil (CAATE) é responsável pelo gerenciamento dos auxílios de alimentação, transporte e moradia estudantil, além de orientar e supervisionar os serviços prestados pelos restaurantes universitários e supervisionar e administrar as Casas do Estudante Universitário.

Já a Coordenação de Bem-viver Universitário (CBVU) atua com foco na promoção de saúde e bem-estar através de atendimento psicológico, odontológico e pedagógico aos estudantes e por meio de atividades artístico-culturais, desportivas e de integração. Além disso, a CBVU também é responsável pelo serviço de empréstimo de redes e bicicletas nos campi e pela organização das solenidades públicas de outorgas de grau.

Diretoria de Desenvolvimento do Estudante

Tem como foco o desenvolvimento integral do estudante visando, entre outros fatores, qualificar a permanência dos discentes no ambiente acadêmico e reduzir a evasão escolar. O trabalho é realizado por meio de quatro coordenações: Coordenação de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante (CODAFE), a Coordenação de Acompanhamento e Apoio Pedagógico ao Estudante (CAAPE), a Coordenação de Ações Afirmativas (CAAF) e a Coordenação de Atenção ao Estudante.

A Coordenação de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante é responsável pelas políticas de estágios, bolsas, auxílios, convênios e demais acessos às ações de assistência básica e formação ampliada do estudante.

A Coordenação de Acompanhamento e Apoio Pedagógico ao Estudante busca promover a qualidade e o aperfeiçoamento das interações entre o ensino e a aprendizagem nas suas relações pedagógicas, políticas e epistemológicas no ambiente universitário.

Já a Coordenação de Ações Afirmativas promove e acompanha as ações direcionadas às pessoas com deficiências, necessidades específicas e comunidades tradicionais na Universidade. Por fim, a Coordenação de Atenção ao Estudante é formada por equipes multidisciplinares que viabilizam aos estudantes dos campi da FURG em Santa Vitória do Palmar, Santo Antônio da Patrulha e São Lourenço do Sul acesso às políticas e programas de assistência e desenvolvimento estudantil da instituição.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
-------------------	---

Departamentos/Setores que foi possível identificar

Divisão de Ingresso (DIG)

Responsável pelas diversas formas de ingresso na Graduação da UFRGS.

Gerência Administrativa (GAD)

A Gerência Administrativa (GAD) assessora os dirigentes e provê suporte a todos os setores, de modo a possibilitar o bom andamento e o êxito das atividades. Possui um Núcleo Financeiro (NUFIN), responsável pelas atividades de compras e contratações, controle de contratos, processos de pagamentos e execução orçamentária. É responsável também pela confecção das Portarias de Representação Discente (RD) junto aos Órgãos Colegiados da Administração Superior, ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Associação de Pós-graduandos (APG), aos Centros/Diretórios Acadêmicos (CA/DA) e aos Órgãos Colegiados das Unidades Acadêmicas e Programas de Pós-graduação (PPGs) da UFRGS.

Departamento da Central do Aluno (TUAUFRGS)

A TUAUFRGS, central de atendimento ao aluno, foi criada para facilitar tua vida universitária. Nossa estrutura multicanal permite acessar os serviços da Universidade de maneira virtual ou presencial, pelo catálogo de serviços ou visitando uma de nossas unidades no Centro, Vale e Litoral Norte.

Departamento de Benefícios e Acompanhamento Estudantil (DBA)

O DBA é responsável por orientar o planejamento e coordenar os projetos e ações de seleção, concessão e acompanhamento dos benefícios da assistência estudantil no âmbito da PRAE, em consonância com as diretrizes institucionais para o acompanhamento discente da UFRGS. Administrativamente, é o departamento responsável por articular o funcionamento dos processos de trabalho entre a CASPP e a CREG e promover a articulação destas Divisões com os demais setores da PRAE.

Coordenação de Registros (CREG)

A Coordenação de Registros é responsável pela gestão do Programa de Bolsas da PRAE, dando suporte aos setores quanto ao oferecimento de vagas de Bolsa de Aperfeiçoamento e Informática e quanto ao cumprimento da regulamentação desse Programa. Também gerencia a concessão de auxílios financeiros para os alunos participarem ou organizarem eventos de caráter acadêmico, esportivo ou cultural.

Coordenação de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico (CASPP)

A Coordenação de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico tem a função de organizar os processos de seleção e concessão dos benefícios e auxílios da Assistência Estudantil e de acompanhar os estudantes beneficiários, prestando-lhes suporte e orientação ao longo do curso de graduação até a diplomação.

Acompanhamento Pedagógico

Acompanhamento Social

Departamento de Apoio ao Estudante da PRAE (DAE)

O DAE é responsável pela gestão conjunta com as Divisões de Moradia Estudantil, de Alimentação, de Promoção da Saúde Discente e do INCLUIR dos processos que envolvem o planejamento e a execução administrativa e financeira dos serviços de alimentação e orientação nutricional, moradia estudantil, esporte e lazer. Fazem parte desse Departamento os Restaurantes Universitários e as Casas dos Estudantes.

Divisão de Alimentação (DAL)

A Divisão de Alimentação (DAL) é responsável pela gestão dos seis Restaurantes Universitários (RUs), compartilhando atribuições com as empresas terceirizadas que produzem as refeições. Dentre as principais atividades da DAL estão a preparação dos termos de referência para a abertura de licitações e a gestão dos contratos provenientes das licitações, dentre outras demandas administrativas.

Núcleo de Gestão e Qualidade (NGQ)

Divisão de Promoção da Saúde Discente (DPSD)

A Divisão de Promoção da Saúde Discente visa promover a saúde dos estudantes no âmbito da alimentação e da atividade física, com o propósito de formar seres autônomos para um estilo de vida saudável.

Divisão de Moradia Estudantil (DME)

A Divisão de Moradia Estudantil é responsável pela execução da política de moradia estudantil na UFRGS, atuando na coordenação da gestão das quatro casas de estudante da universidade através do planejamento de melhorias, articulação com outros setores da universidade pela manutenção da infraestrutura e relação com os moradores para ingresso e permanência nas vagas.

Secretaria

Setor de manutenção

Núcleo de acolhimento e acompanhamento da moradia estudantil

Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UFRGS (INCLUIR)

O INCLUIR é responsável por desenvolver estratégias de inclusão, acessibilidade e permanência de pessoas com deficiência, com e para a comunidade universitária, no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

Esportes

O setor trabalha para o fomento das práticas esportivas competitivas e de participação nos espaços da universidade.

Quanto às atividades competitivas, a PRAE oferece suporte às equipes universitárias da UFRGS em eventos competitivos oficiais universitários do Estado e do Brasil (JUGS, Copa Unisinos e JUBs) mantendo monitores/bolsistas em diferentes modalidades esportivas.

Em relação às atividades participativas, são oferecidas diferentes atividades relacionadas a projetos de extensão em parceria com a ESEFID.

Modalidades Esportivas Individuais

Atletismo, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Xadrez

Modalidades Esportivas Coletivas

Basquete, Futebol, Futsal, Handebol, Rúgbi, Voleibol

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
--	--

Departamentos/Setores que foi possível identificar

Na pró-reitoria:

Diretoria de Gestão da Política de Permanência (DGPP)

Competências:

- Coordenar e avaliar os Programas voltados à execução da Política da Assistência Estudantil no âmbito da UFFS;
- Acompanhar o planejamento e a execução orçamentária referente aos auxílios da PROAE;
- Gerenciar as atividades relativas aos pagamentos de bolsas e auxílios no âmbito da PROAE;
- Organizar as informações acerca dos Programas da PROAE, visando sua apresentação à comunidade acadêmica e regional;
- Planejar ações de Assistência Estudantil no âmbito da UFFS, tendo como base as áreas do PNAES, as avaliações da comunidade acadêmica, dos setores de assuntos estudantis e comissões instituídas para tal fim;
- Elaborar estudos e propor instrumentos para coleta de informações sobre acompanhamento, efetividade e avaliação dos Programas da Assistência Estudantil junto ao corpo discente, por meio de tabulação de dados e tratamento estatístico.

Departamento de Assuntos Estudantis (DAE)

Competências:

- Executar e propor melhorias aos seguintes Programas da Política de Assistência Estudantil no âmbito da UFFS: Programa de Acompanhamento Pedagógico e/ou Psicossocial (PAPP), Programa de Esporte e Lazer (PEL), Programa de Cultura e Arte (PCA), Programa de Promoção à Saúde (PPSE), Programa de Ações Afirmativas (PAA) e Programa de Moradia Estudantil (PME);
- Acompanhar as atividades relacionadas a bolsas e auxílios no âmbito da PROAE e demais programas relativos à Assistência Estudantil;
- Assessorar as equipes do SAEs dos campi quanto ao processo de análise socioeconômica, bem como na execução e avaliação de auxílios específicos que demandem parecer social;

- Coordenar e gerar relatórios de acompanhamento do desempenho acadêmico (retenção e evasão) e prestar informações relativas aos processos de análise socioeconômica.

Departamento de Nutrição e Alimentação (DNA)

Competências:

- Executar e propor melhorias ao Programa de Alimentação e Nutrição (PAN) da Política de Assistência Estudantil no âmbito da UFFS;
- Assistir, registrar e avaliar as ações do PAN;
- Elaborar os termos de referência dos processos licitatórios das empresas dos Restaurantes Universitários e Cantinas e pedidos de compras de equipamentos e mobiliários para os RUs;
- Apoiar e assessorar as equipes na execução e fiscalização dos contratos em cada campi;
- Elaborar e acompanhar a execução das pesquisas de satisfação do PAN junto aos discentes;
- Acompanhar o controle de acesso por sistemas para os RUs.

Departamento de Orçamento e Auxílios (DOA)

Competências:

- Executar e propor melhorias ao Programa de Auxílio Socioeconômico (PAS) da Política de Assistência Estudantil no âmbito da UFFS;
- Coordenar e assessorar as equipes dos SAEs dos campi quanto às rotinas administrativas dos processos de pagamento de auxílios socioeconômicos;
- Executar e autorizar o pagamento de estudantes da UFFS;
- Disponibilizar informações e relatórios referentes aos auxílios financeiros da PROAE à comunidade acadêmica e em atendimento à solicitações de órgão internos e externos à UFFS;
- Coordenar as rotinas de pagamento dos auxílios PIN e PBP junto ao DIND.

Divisão Indígena (DIND)

Competências:

- Executar as rotinas administrativas que envolvem os pagamentos dos Auxílio APPIQ e PBP;
- Autorizar novas inscrições no PBP;
- Elaborar relatórios e prestar informações relativas aos pagamentos do Auxílio APPIQ e PBP;
- Autorizar e executar o pagamento do Auxílio APPIQ;
- Gerenciar as planilhas e pendências financeiras referentes ao Auxílio APPIQ.

Nos campi:

Setores de assuntos estudantis (SAEs)

Os SAEs são responsáveis pela execução e operacionalização da política, programas e ações da Assistência Estudantil em nível de campus. Os SAEs são setores administrativos vinculados aos campi, que respondem normativamente à PROAE.

São realizadas ações de apoio aos processos de ensino-aprendizagem e de adaptação à Universidade, além da atuação em questões de carreira (informação, orientação e planejamento profissional), de saúde física e mental (prevenção, atendimento e encaminhamentos) e de organização estudantil (orientação e apoio a atividades estudantis).

APÊNDICE 04

SERVIÇOS IDENTIFICADOS NOS SITES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PESQUISADAS

Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
--------	---

Serviços identificados nos sites das universidades federais pesquisadas

- Alojamento estudantil - residência temporária de discentes ingressantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O Comitê Gestor do Alojamento Estudantil é responsável pela cogestão administrativa do alojamento

288 vagas (02 vagas por apartamento)

12 apartamentos para pessoas com deficiência

08 vagas por semestre para aluno em mobilidade acadêmica na Unila

Seleção de residentes realizadas anualmente

Máximo de tempo: 02 semestres

- Pesquisas em assistência estudantil: página em que estão hospedadas pesquisas sobre a assistência estudantil, principalmente da UNILA. Possui, teses, dissertações, artigos, cartilhas, relatório de atividades e demais produção de conhecimento realizados pelos servidores da PRAE sobre a assistência estudantil na UNILA.

Paraná	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
--------	---------------------------------------

Serviços identificados nos sites das universidades federais pesquisadas

Atendimento Pedagógico:

O atendimento pedagógico atende a comunidade discente da UFPR e pode ocorrer de três formas:

- demanda espontânea;

- encaminhamento de professores e coordenadores;

- convocação de alunos bolsistas Probem que estão abaixo de 75% do rendimento acadêmico.

Embora o atendimento dos pedagogos e das pedagogas esteja ligado tecnicamente à questão pedagógica e a vida acadêmica do estudante, é comum observarmos situações familiares e relações pessoais do trato acadêmico interferir nos resultados educacionais: estudantes que deixam a casa e a cidade dos pais e se sentem sozinhos e ao mesmo tempo desafiados na dinâmica do contexto universitário; estudantes acostumados com a metodologia de estudo do ensino médio, no qual obtinham ótimo desempenho e não conseguem entender o porquê da dificuldade em acompanhar o ritmo do ensino superior em uma universidade federal.

Além das questões pessoais, o próprio ambiente educacional apresenta obstáculos relacionados à interação docente X discente, discente X discente, discente X coordenação, assim como, conflitos inerentes à práxis do ensino superior que acabam por influenciar o desempenho educacional.

Por isso, a escuta tem se mostrado uma importante ferramenta de acolhida. Nesse sentido, um espaço de diálogo em busca da construção de ações e reflexões que auxiliem na organização pedagógica e na autonomia universitária tem se mostrado muito eficaz.

Acompanhamento acadêmico dos bolsistas Probem

O Programa de Benefícios Econômicos para Manutenção, oferecido aos estudantes de graduação e ensino profissionalizante da Universidade Federal do Paraná é realizado semestralmente pela equipe pedagógica da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis com a finalidade de verificar o cumprimento dos requisitos dispostos pela Resolução n. 31/09 COPLAD, que regulamenta o Programa.

Conforme o Art. 7º dessa mesma resolução, para manter-se no programa, o estudante deverá matricular-se e cursar, obrigatoriamente, as disciplinas correspondentes a etapa curricular ou estar acompanhado por equipe de acompanhamento acadêmico do curso e a de Apoio Psicossocial da PRAE. O estudante que não obtiver aprovação em no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das disciplinas cursadas na etapa curricular, que tiver reprovação na mesma disciplina em duas etapas curriculares ou/e que efetuar cancelamento de disciplinas por duas etapas curriculares consecutivas, será desligado do programa.

O acompanhamento acadêmico dos bolsistas é feito em etapas distintas, nas quais seguem:

1. Verificação individualizada do rendimento acadêmico semestral dos bolsistas verificando:
 - se está matriculado em todas as disciplinas ofertadas em sua etapa curricular;
 - se houve aprovação em no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das disciplinas cursadas na etapa curricular;
 - se houve reprovação na mesma disciplina em duas etapas curriculares consecutivas;
 - se houve cancelamento de disciplinas por duas etapas curriculares consecutivas;
 - se houve 75% (setenta e cinco por cento) frequência do estudante.
2. Chamada convocatória dos estudantes que não atenderam ao disposto anteriormente citado.

Atendimento individualizado desses, por meio de realização de entrevistas a fim de identificar os fatores que estão se constituindo como barreiras para o bom desempenho acadêmico.

Mapeamento dos principais problemas, dificuldades e necessidades cotidianas enfrentadas pelos estudantes, enquanto sujeitos inerentes ao processo educacional.

Orientação ao estudante

Nesta etapa pretende-se elaborar junto com o estudante ações e estratégias pedagógicas que o auxiliem no enfrentamento de obstáculos acadêmicos e na progressiva melhora da sua aprendizagem ou relacionamento acadêmico. Muitas vezes a dificuldade apresentada não é um problema individual, mas um problema no todo de um processo de ensino e aprendizagem, por isso nosso foco é não culpabilizar o estudante — sem com isso menosprezar sua responsabilidade como universitário e seu compromisso com o programa — e sim, construir ferramentas de superação e possibilidade de reflexão individual e coletiva do processo educacional no qual está inserido.

Cada estudante aprende de forma diferente e está inserido em cursos que apresentam diferentes peculiaridades, desse modo, técnicas de estudo e orientações específicas adequadas as suas necessidades auxiliam a desenvolver uma metodologia de estudo mais eficaz para a sua realidade.

Também é verificada a necessidade e possibilidade de realização de encaminhamentos para os serviços oferecidos de apoio psicológico, social e de saúde ou ainda para os núcleos da UFPR que desenvolvem ações direcionadas como Núcleo Universitário de Educação Indígena (Nuei), Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (Napne), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) entre outros.

Após análise do histórico escolar é realizada a orientação com relação à matriz curricular sugerindo matrícula em disciplinas de acordo com o histórico apresentado, bem como cancelamento, trancamento, aproveitamento de disciplinas visando otimizar o desempenho acadêmico.

Nessa análise (histórico e entrevista) observa-se, algumas vezes, que o estudante está insatisfeito e/ou seu perfil não combina com a do curso escolhido, nesses casos, incentivamos reflexões para que ele busque uma área de maior identificação.

A fim de evitar a ultrapassagem do prazo máximo para integralização curricular em parceria com a coordenação do curso, o estudante é orientado a fazer a elaboração de um plano de estudo, organizando as disciplinas que faltam ser cursadas em um período possível de ser percorrido.

Outras atribuições:

Contribuir com as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) através de assessoria técnico-pedagógica;

Planejar em parceria com os demais profissionais o desenvolvimento de ações da assistência estudantil trazendo para discussão as necessidades pedagógicas do estudante;

Participação em comissões que discutem a vida acadêmica a fim de apresentar reflexões e informações vivenciadas no contexto pedagógico de acolhida e que envolvem o processo de aprendizagem desses estudantes a fim de identificar os fatores que estão se constituindo como barreiras para sua aprendizagem;

Dialogar com a coordenação dos cursos sobre singularidades apresentadas por alguns estudantes que estão em acompanhamento pedagógico para construir ações de intervenção, interação e orientação.

Acolhimento Psicológico:

O serviço de Psicologia da PRAE oferece as seguintes ações:

1. Acolhimento

O que é?

O acolhimento estrutura-se como o momento de escuta qualificada do(s)/a(s) estudante(s). Os/as psicólogos/as do serviço realizam acolhimento por demanda espontânea e/ou através de encaminhamentos das coordenações de curso, Programas de Orientação Acadêmica e/ou qualquer outro encaminhamento da comunidade universitária. O princípio da equidade da assistência norteia esta prática, de modo que são priorizadas situações vinculadas à realidade de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Como funciona?

No acolhimento, o/a profissional verifica junto ao/à estudante a razão da busca do Serviço, as principais demandas e necessidades. Por sua vez, são traçados os objetivos do acompanhamento junto ao/à estudante e as possibilidades de intervenção. Isto pode ocorrer em um único encontro ou com uma sequência breve de atendimentos.

2. Rodas de conversa

O que é?

São espaços coletivos nos quais são discutidas questões levantadas pelas/os estudantes como pertinentes e que produzam impacto em suas vidas e em seus processos de formação universitária. Nesse espaço, o papel da/o psicóloga/o é facilitar as discussões, auxiliando na construção de novos sentidos/interpretações e estratégias de enfrentamento.

Como funciona?

As rodas de conversa podem ser organizadas mediante demandas estudantis, seja via centros ou diretórios

acadêmicos e/ou outras entidades estudantis (grupos, coletivos etc.). Para tal, basta entrar em contato com a equipe e solicitar a participação de um/a profissional.

3. Oficinas

O que é?

É uma metodologia de trabalho que consiste em ações sistematizadas e coletivas que tem por foco a interação e troca de saberes entre estudantes a respeito de questões relacionadas à vida acadêmica.

Como funciona?

A partir dos temas pré-estabelecidos, os encontros são agendados previamente, sendo sequenciais (semanais ou quinzenais), e as questões-foco são trabalhadas por meio de discussões, produções escritas e/ou imagéticas, mediadas por obras de artes visuais e/ou literatura etc. As oficinas são divulgadas periodicamente no site e redes sociais da PRAE.

4. Assessoria a docentes e técnicos/as

O que é?

Trabalho voltado à relação da/o estudante com as/os profissionais da UFPR. São realizadas reuniões de assessoria com docentes e técnicas/os da UFPR com a finalidade de auxiliá-las/los na compreensão dos impasses vivenciados pelas/os estudantes, assim como de que forma esses impasses envolvem as/os profissionais e a universidade. Em conjunto, busca-se construir ferramentas e estratégias que possam ser adotadas/implementadas para auxiliar os servidores da universidade (docentes e técnicos/as) na condução de suas atividades e em seus cotidianos de trabalho, objetivando promover o bem-estar coletivo.

Atendimento Social:

O Serviço Social da UAPS – PRAE tem por objetivo principal contribuir para minimizar os efeitos das desigualdades sociais e auxiliar na permanência das/os estudantes na universidade durante o período da graduação.

Ações desenvolvidas pela equipe do Serviço Social da UAPS – PRAE:

Executa a avaliação socioeconômica, a fim de identificar e atender às/aos estudantes que se enquadram nos critérios de vulnerabilidade socioeconômica para o recebimento dos auxílios PROBEM – Programa de Benefícios Econômicos da UFPR;

Realiza atendimentos individuais com escuta qualificada junto à comunidade estudantil, identificando suas demandas e necessidades para assim proceder com os encaminhamentos que se fizerem necessários, tanto internos quanto externos à universidade;

Desenvolve atividades com a equipe multiprofissional da PRAE, com o objetivo de prevenir a evasão e possibilitar a inclusão social das/os estudantes;

Realiza a orientação junto à comunidade estudantil sobre os direitos instituídos no âmbito da Assistência Estudantil da UFPR, contribuindo na democratização das informações da PRAE;

Realiza o planejamento e execução de oficinas/palestras, ofertando orientações sobre os Editais PROBEM e atendimentos da UAPS;

Identifica equipamentos sociais disponíveis nos municípios e/ou territórios, visando encaminhamentos que se fizerem necessários frente à demanda estudantil;

Subsidia o planejamento das ações voltadas à Assistência Estudantil da PRAE.

Tutoria Entre Pares

A PRAE desenvolve o programa “Tutoria Entre Pares” que tem como proposta a realização de oficinas que trabalhem com disciplinas com altos índices de reprovação. Essas oficinas são conduzidas por estudantes bolsistas Probem que tiveram bom desempenho acadêmico ao longo da vida universitária. O programa visa proporcionar um acompanhamento pedagógico do estudante bolsista Probem de forma não individualizada promovendo a reflexão sobre a vivência universitária, oferecendo oficinas de conteúdos específicos de disciplinas com altos índices de reprovação. Não se trata de um curso em formato de aula, a ideia é uma tutoria contínua, em um ambiente de diálogo e de troca de experiências, no qual os estudantes inscritos podem estudar, tirar suas dúvidas e revisar os conteúdos trabalhados em sala, formando grupos de estudos, além de repensar rotinas e hábitos de estudos.

A quem se destina?

Obrigatoriamente aos/às estudantes do PROBEM, com rendimento acadêmico inferior a 75% de aprovação do total de disciplinas cursadas no segundo semestre de 2019, matriculados/das nos cursos de saúde, exatas, tecnológicas, biológicas e agrárias.

Paraná	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
--------	--

Serviços identificados nos sites das universidades federais pesquisadas

Enfermagem

Nos campi onde há o profissional auxiliar de Enfermagem e/ou técnico(a) em Enfermagem são oferecidos procedimentos como verificação de sinais vitais (pressão arterial, temperatura, frequência cardíaca e frequência

respiratória), além da verificação de outros dados como glicemia, saturação, peso e altura. Realização de curativos simples. Atendimento básico de primeiros socorros. Participação na organização de campanhas de divulgação e orientação relacionadas a prevenção e a promoção à saúde.

Medicina

Nos campi onde há o profissional médico(a) são oferecidos os atendimentos de avaliação emergencial, provendo direcionamento dos casos agudos para os setores de saúde específicos da cidade. Realização do atendimento de primeiros socorros. Participação na organização de campanhas de divulgação e orientação relacionadas a prevenção e a promoção à saúde.

Odontologia

Nos campi onde há o profissional cirurgião(ã) dentista são oferecidos os atendimentos de promoção da saúde bucal, prevenção e tratamento das doenças. Dentre as diversas ações realizadas estão atendimentos de urgência, procedimentos restauradores, profilaxia, extrações simples, além de orientações e encaminhamentos a serviços especializados de maior complexidade.

Psicologia

Dentre as diversas ações desenvolvidas pelos profissionais da Psicologia estão: Acolhimento, Avaliação da demanda, Auxílio na adaptação acadêmica, Atendimento a Alunos com dificuldade de concentração/ atenção, Orientação profissional, Atendimento/orientação a pais de alunos, no caso dos cursos técnicos de nível médio, Acompanhamento acadêmico de alunos em tratamento clínico/psiquiátrico.

Pedagogia

Dentre as diversas ações desenvolvidas pelos profissionais da Pedagogia estão: Atendimento pedagógico a acadêmicos por procura espontânea, Acolhimento, Avaliação da demanda, Auxílio na adaptação acadêmica, Orientação de hábitos de estudos, Oficinas de estratégias de aprendizagem, Oficinas de Planejamento e Organização de Estudos.

Serviço Social

Dentre as diversas ações desenvolvidas pelos profissionais de Serviço Social estão: atendimento interventivo e propositivo frente às diferentes demandas e situações da vida e do contexto social do estudante. Para tanto, busca estabelecer estratégias e procedimentos para acolhimento, apoio e orientação individual e/ou em grupos, desenvolvimento e execução de projetos e programas que contribuam para o acesso, a permanência e a conclusão do curso, com foco na formação cidadã e na emancipação dos estudantes.

Nutrição

Coordenado pelo órgão de assistência estudantil da Reitoria da UTFPR, tem o objetivo preventivo com medidas de intervenção dietoterápica ao orientar e prescrever protocolos de cuidado nutricional aos indivíduos que estejam em tratamento médico, como: sobrepeso/obesidade, diabetes, hipertensão, dislipidemias, cardiopatias, hepatopatias, assim como gestantes, lactantes e na orientação de dietas para o melhor desempenho acadêmico das(os) estudantes.

Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
----------------	---

Serviços identificados nos sites das universidades federais pesquisadas

Serviço de psicologia educacional: atendimentos de orientação em relação à vida universitária, incluem ações coletivas e orientações a docentes e técnicos(a).

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)
-------------------	--

Serviços identificados nos sites das universidades federais pesquisadas

Não foi possível identificar.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
-------------------	---

Serviços identificados nos sites das universidades federais pesquisadas

Grupos de Prevenção em Saúde

Os grupos de Prevenção em Saúde visam a promoção do bem-estar e da saúde geral dos estudantes da UFPEL, com matrícula ativa. As atividades são semanais.

Acolhimento Online em Saúde Mental

Esta é uma das ações propostas pela equipe NUPADI que objetiva oferecer apoio emocional para os estudantes da UFPEL, com matrícula ativa, que estão cumprindo o isolamento social durante a pandemia do coronavírus (COVID-19).

Aqueles que sentirem necessidade de acolhimento em saúde mental deverão realizar inscrição através deste

link permanente Acolhimento online em saúde mental

Após o preenchimento do formulário, enviaremos por e-mail as instruções de acesso à sala virtual por onde será realizado o acolhimento (plataforma Webconferenc da UFPEL).

Ressaltamos que tais atendimentos são pontuais e não deverão gerar expectativa de continuidade, como uma psicoterapia individual. A capacidade de atendimentos ficará restrita às possibilidades da equipe profissional, conforme a demanda recebida.

Programa de Acompanhamento e Apoio Pedagógico

Nós da PRAE (Pró-reitoria de Assuntos Estudantis), através da Coordenação de Permanência, criamos o PIAPE (Programa de Acompanhamento e Apoio Pedagógico) com o objetivo de te ajudar no processo de aprendizagem através da escolha de diferentes procedimentos.

A coordenação de permanência está empenhada em apoiar e acompanhar, prioritariamente, os estudantes beneficiários com o intuito de garantir uma permanência de fluxo normal através do bom rendimento. Os temas elencados visam auxiliar, organizar e dar dicas para que cada um e cada uma de vocês assumam a responsabilidade da própria formação.

Neste ano, incluímos mágicas para iniciar a semana, onde serão abordados diferentes temas relacionados aos limites que, invariavelmente, encontramos no processo acadêmico, com uma duração de 15 a 30 minutos. Consistirá na abordagem de um assunto que inquieta ou limita teu desempenho acadêmico. Com isso, queremos construir possibilidades pedagógicas, através de diferentes linguagens.

Políticas para Mães e Pais

Autorização transporte de apoio

Visa facilitar o acesso à autorização para o Transporte de Apoio, necessária para mães e pais que fazem uso do transporte acompanhados/as de seus/as filhos/as.

Autorização restaurante universitário

Visa facilitar o acesso à autorização para os Restaurantes Universitários, necessária para mães e pais que fazem uso dos mesmos acompanhados/as de seus/as filhos/as.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
-------------------	--

Serviços identificados nos sites das universidades federais pesquisadas

Oficinas: Proposição de oficinas para a promoção de um espaço de vivência de expressões artísticas, culturais e esportivas para a comunidade universitária através de ações como dança, produção artística, plataforma cultural, autocuidado, atividades físicas e esportiva. A oferta varia a cada semestre e de acordo com o interesse dos participantes. Em 2022:

Oficina de Temporalidades Musicais – tem o intuito de promover experiências lúdicas que permitam a análise de aspectos ético-políticos de músicas e artistas em seus contextos sócio-históricos e atuais.

Oficina de Caminhada

Oficina de Escrita (escrita criativa)

Clube de Leitura

Oficina de Contos e Fuxicos

Oficina de Corrida

Livro Fora da Estante

Oficina para Tímidos

Oficina de Teatro

Xadrez

Oficina de Música/Violão

Público Alvo das oficinas:

Estudantes da UFSM prioritariamente com Benefício Socioeconômico (BSE) e moradores das Casas do Estudante Universitário (CEUs).

Acolhimento Psicológico: Escuta psicológica de acadêmicos(as) residentes da Casa do Estudante Universitário, que estejam em sofrimento psíquico.

Como encaminhar: É necessário haver encaminhamento de um servidor, que deve preencher o formulário com a identificação dos dados do servidor, dos dados do acadêmico encaminhado, bem como, com o motivo do encaminhamento.

Nenhum a Menos: Acolhimento e acompanhamento psicossocial dos estudantes desligados do Programa de Benefício Socioeconômico devido a não correspondência aos critérios de permanência previstos na Resolução 035/2015. O retorno ao Programa de BSE é possível a partir de análise pela equipe de profissionais do serviço social e psicologia do SATIE e baseia-se no reconhecimento de dois pilares: situações de vulnerabilidade associadas à situação

acadêmica e a importância da permanência do benefício socioeconômico para o desenvolvimento e fortalecimento da trajetória do estudante dentro do seu curso. Obs: As ações que envolvem o não cumprimento das contrapartidas presentes na Resolução UFSM 035/2015 encontram-se suspensas conforme a Resolução UFSM 079/ 2022.

Práxis – uma história de luta pela educação popular

O Práxis é um projeto de extensão da UFSM que se caracteriza por ser democrático, aberto à comunidade e também uma opção para os estudantes santa-marienses que não possuem condições financeiras de pagar um cursinho preparatório para o vestibular. Seu objetivo, no entanto, vai muito além da preparação para a prova de seleção das universidades. O Práxis alia a teoria à prática com o intuito de promover o debate sobre o papel da educação popular para a transformação social e as possibilidades de construção de uma nova sociedade.

Ao mesmo tempo em que funciona como um espaço de experimentação pedagógica, possibilitando aos acadêmicos adquirir experiência com a licenciatura, o Práxis também permite aos seus educadores e educandos a possibilidade de refletir acerca do sistema educacional vigente e propor melhorias.

Os educadores do projeto são voluntários, ou seja, não recebem remuneração para ministrar as aulas. A UFSM, no entanto, é responsável por conceder algumas bolsas de trabalho aos acadêmicos voluntários, além de financiar as apostilas dos alunos, os materiais de escritório e as despesas dos locais de aula.

Como se caracteriza por ser um coletivo plural e aberto a todos, os acadêmicos interessados em participar do projeto, independente da instituição em que estudam ou do semestre em que estejam, são acolhidos.

Além das aulas, também são oferecidas oficinas, painéis, debates e ações pedagógicas que unem aluno e professor. Além disso, procura-se manter o diálogo com os diferentes movimentos sociais, como o da juventude, de trabalhadores rurais e negros. Dessa forma, o Práxis também reforça a solidariedade e a cultura e estimula a discussão sobre a necessidade de democratização do ensino superior público, como uma forma de superar a exclusão social atual.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
-------------------	--

Serviços identificados nos sites das universidades federais pesquisadas

Programa de Monitoria Indígena e Quilombola – MonIQ

Consiste no fomento de alternativas para ampliar as condições de permanência dos acadêmicos indígenas e quilombolas, por meio de estratégias de acompanhamento sócio-pedagógico, tais como: monitorias, orientações gerais sobre a vida universitária e sobre o acesso aos programas e benefícios de assistência estudantil, organizações de grupos de estudos, acompanhamento prévio a atividades avaliativas, apoio para planejamento de estudos, orientações sobre hábitos e rotinas de estudos e organização da vida acadêmica.

Anualmente são selecionados discentes bolsistas para exercerem atividades de monitoria, os quais atuam sob as orientações de servidores dos NuDEs, dando suporte e acompanhamento aos estudantes.

Auxílio de Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola – ADAIQ

Objetiva complementar a política de apoio aos discentes indígenas e quilombolas, e visa promover a iniciação na vida acadêmica dos estudantes indígenas e quilombolas, por meio de atividades nas modalidades ensino, pesquisa, extensão e ações sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade acadêmica, que proporcionem a ligação entre o curso e as demandas das comunidades indígenas e quilombolas, incluindo seus saberes e sua cultura, na perspectiva da interculturalidade.

Programa de Apoio Social e Pedagógico (PASP)

O Programa de Apoio Social e Pedagógico (PASP) consiste no fomento de alternativas para ampliar as condições de permanência dos acadêmicos na Universidade, por meio de estratégias de acompanhamento socio-pedagógico, tais como: orientações gerais sobre a vida universitária e sobre o acesso aos programas e benefícios de assistência estudantil; fornecimentos de materiais pedagógicos; monitorias; organizações de grupos de estudos; acompanhamento prévio a atividades avaliativas; apoio para planejamento de estudos; orientações sobre hábitos e rotinas de estudos e organização da vida acadêmica; entre outros.

Anualmente são selecionados discentes bolsistas para exercerem atividades de monitoria do PASP, os quais atuam sob as orientações de servidores dos NUDEs, dando suporte e acompanhamento aos estudantes, prioritariamente aos das Ações Afirmativas, beneficiários do Plano de Permanência (PP); do Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola – PAPIQ; Programa de Bolsa Permanência do MEC – PBP/MEC e ingressantes, bem como para apoio nas atividades relacionadas aos Programas de Assistência Estudantil.

Apoio Psicológico ao Estudante

O serviço de apoio psicológico que a PRAEC presta aos estudantes da Unipampa conta hoje com dois psicólogos, Giordana Chaves e Ricardo Cartier, que, além das suas atribuições ligadas à gestão e desenvolvimento de políticas de assistência à saúde mental discente, realizam o acompanhamento dos estudantes da instituição.

Durante a suspensão das atividades presenciais causada pela pandemia da COVID-19, o apoio psicológico ao estudante está ocorrendo através de atividades on-line que visam a promoção de saúde mental, intituladas Diálogos

Digitais. São ações coletivas e individuais realizadas através de videochamada, webconferência ou mesmo por e-mail, de acordo com as necessidades dos discentes.

Semanalmente ocorrem rodas de conversa abordando diversos temas, como: saúde mental, ansiedade, estresse, resiliência, prevenção da violência, relacionamentos, habilidades sociais, etc.

Política de Promoção da Cultura de Paz

A Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 254, de 12 de setembro de 2019, instituiu a Política de Promoção da Cultura de Paz na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), que, por intermédio de suas ações, visa criar condições para o planejamento, execução e avaliação de medidas de conscientização, prevenção e responsabilização para o enfrentamento de todos os tipos de violência, no âmbito da UNIPAMPA, envolvendo os membros da sua comunidade interna e/ou externa.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
-------------------	---

Serviços identificados nos sites das universidades federais pesquisadas

Estágios

Outorgas de grau

Programa de Acolhida Cidadã/Solidária

De forma corajosa e pioneira, a FURG definiu o que entende por trote violento e preparou-se para não apenas proibir, mas promover e organizar a Acolhida Cidadã, visando à realização de ações solidárias e respeitadas à dignidade e à boa convivência nos espaços sociais, dentro e fora do ambiente universitário. Por compreender que a acolhida ao estudante calouro é uma importante etapa do processo de integração à vida universitária e frente às crescentes expressões de violência nos chamados “trotos”, a Acolhida Cidadã tornou-se, hoje, uma metodologia institucional de trabalho, dividida em três etapas/ano: Acolhida do 1º semestre; Acolhida do 2º semestre; Seminário de Encerramento da Acolhida.

As duas primeiras etapas são as apresentações dos projetos de acolhimento submetidos ao Programa e, a última etapa, é um espaço de socialização e reflexão resultantes das experiências vivenciadas, que acontece ao final de cada ano. O objetivo inicial do Programa foi o combate às ações que geravam violência, humilhação e outras atrocidades que feriam as relações iniciais entre calouros e veteranos, com ações improdutivas e pouco benéficas. Hoje o objetivo está pautado em acolher da melhor maneira possível os ingressantes, devido à mudança de paradigma. Sabe-se que a inserção dos calouros à vida universitária, nem sempre é fácil. Nesse sentido, mostrar o contexto da universidade, com as informações qualificadas e uma boa recepção daqueles que já estão inseridos nela, acabam exercendo um papel importantíssimo no processo de adaptação dos novos estudantes.

Programa de acompanhamento e apoio pedagógico ao estudante

1) Objetivo Geral:

Ampliar e aprimorar os espaços e ações pedagógicas, interativas e afirmativas, visando à promoção de equidades e justiça social na formação acadêmica, de modo a promover o enfrentamento das questões que podem culminar em processos de retenção e evasão na FURG.

2) Objetivos Específicos

- Promover espaços de aprendizagem para a superação dos entraves à produção do conhecimento;
- Contribuir na autonomia do estudante em relação à aprendizagem;
- Produzir e democratizar dados sobre o desempenho acadêmico;
- Acompanhar e apoiar os estudantes de graduação, preferencialmente os beneficiários do Subprograma de Assistência Básica - SAB e os que ingressaram na FURG por políticas de ações afirmativas;
- Estabelecer vínculo do setor pedagógico da PRAE com os estudantes;
- Fortalecer as parcerias com a equipe multiprofissional da PRAE no atendimento das demandas dos estudantes;
- Estabelecer parcerias com as Unidades acadêmicas e administrativas, coletivos, entre outros, visando o desenvolvimento e aderência ao Programa;
- Qualificar a divulgação das informações relacionadas ao Programa;
- Universalizar a todos os estudantes da FURG a participação no Programa;
- Promover a formação permanente do setor pedagógico da PRAE, bem como dos bolsistas que atuam na CAAPE;
- Criar espaço virtual institucional do Programa;
- Instituir o Grupo de Pesquisa, Monitoramento e Avaliação do Programa de Acompanhamento e Apoio Pedagógico ao Estudante.

3) Linhas de atuação:

Linha de atuação “integração pedagógica”: as ações desenvolvidas nessa linha são os atendimentos individuais; orientações educacionais; encaminhamentos multiprofissionais; construção de planejamentos de estudos; mediação de

situações que envolvem estudantes junto a outras pró-reitorias, coordenações de curso, docentes e estudantes; entre outras, as quais são oriundas das diferentes situações/relatos apresentados pelos acadêmicos durante o espaço de escuta, que constitui o acompanhamento pedagógico.

Linha de atuação “afirmativa”: são ações que visam a promoção da igualdade de oportunidades para todos/as que acessam a Universidade.

Linha de atuação “mediadora”: são ações que proporcionarão ao estudante o reencontro com os conhecimentos da Educação Básica. Esses conhecimentos são pressupostos iniciais e fundamentais aos que serão construídos na Educação Superior.

Linha de atuação “formação ampliada”: são ações que buscarão, por meio de suas atividades, complementar a formação universitária e profissional dos estudantes.

Programa de apoio aos estudantes com necessidades específicas (PAENE)

Objetivo: promover a melhoria das condições de acessibilidade e permanência dos(as) estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas na FURG, por meio do apoio de bolsistas para interação pedagógica, nas modalidades – digital, sala de aula e ambiente universitário.

Público-alvo: pessoas com deficiência ou com necessidade(s) específica(s), de caráter temporário ou permanente.

O atendimento pelo PAENE pode ser acessado pelos estudantes que ingressaram na FURG nas modalidades que envolvem a Pessoa com Deficiência ou que apresentam uma necessidade específica, temporária ou permanente, que compromete a sua acessibilidade do ambiente acadêmico, seja ele presencial ou online.

Algumas ações:

Seleção de bolsistas de interação pedagógica;

Orientação aos estudantes atendidos e bolsistas;

Acompanhamento pedagógico;

Encontros periódicos de formação;

Encaminhamento para atendimentos específicos com equipe multiprofissional;

Encaminhamento de demandas para as unidades administrativas e acadêmicas;

Formação permanente dos bolsistas na Plataforma Moodle;

Edital PCD.

Curso Permanente de Atividades Extracurriculares para Estudantes de Graduação (Curso Moodle)

Trata-se de um material pedagógico organizado pela equipe da PRAE, que tem como público alvo os estudantes dos cursos de graduação da FURG, modalidades presencial e EaD.

Módulo I: Gestão do Tempo, planejamento de estudos e reflexões sobre a aprendizagem

Módulo II: A apropriação da cultura digital na graduação

Módulo III: A potencialidade das tecnologias digitais na graduação

Módulo IV: Premissas da produção de trabalhos acadêmicos e o conhecimento científico

Módulo V: Tipos de trabalhos acadêmicos

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
-------------------	---

Serviços identificados nos sites das universidades federais pesquisadas

Os estudantes possuem profissionais de referências, uma assistente social, uma pedagoga e uma psicóloga. Os estudantes da assistência estudantil são divididos em grupos: indígenas, refugiados e PEC-G; morador das Casas do Estudante ou usuário do auxílio moradia; estudante que já é beneficiário PRAE; estudante que ainda não é beneficiário PRAE.

Programa Saúde: dá acesso a serviços disponíveis a todos estudantes beneficiários que podem ser utilizados conforme necessidade, mediante agendamento direto:

a) Atendimento odontológico: o atendimento é realizado pelo Hospital de Ensino Odontológico da UFRGS.

b) Acolhimento em saúde mental: o atendimento é realizado por psicólogos da PRAE.

c) Atendimento nutricional: o atendimento é realizado por nutricionistas da Divisão de Promoção da Saúde Discente.

d) Atividades esportivas participativas: orientação sobre práticas esportivas, guia sobre locais de prática e acesso a atividades esportivas.

e) Atividades esportivas competitivas: participação de estudantes beneficiários nas equipes de Esporte Universitário, com possibilidade de atuação em competições universitárias.

Atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação e altas habilidades

Serviço de Acessibilidade e Acompanhamento: atendimento especializado realizado pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (INCLUIR), relacionados a solicitações de apoio para atividades acadêmicas, solicitação de adaptação de

materiais acadêmicos e solicitação de empréstimo de equipamentos e softwares.

Assistência Nutricional

O setor trabalha para promoção da saúde nutricional nos espaços da Universidade, com o propósito de sedimentar as múltiplas facetas da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e contribuir para a construção do conceito de Universidades Saudáveis no Brasil. A nutrição está estruturada nos seguintes eixos: Atendimento Clínico Individual; realização de Grupos e Palestras; Estratégias de Educação Alimentar e Nutricional nos Restaurantes Universitários (RUs); promoção da saúde por meio do Blog e Instagram Laranja na Colher.

Atendimento Clínico Individual

Consiste na avaliação nutricional e orientações de acordo com a necessidade clínica individual. O tempo de acompanhamento é definido conforme demanda de atendimento e complexidade de cada caso. Este serviço é exclusivo para alunos beneficiários PRAE.

Grupos e Palestras

Consiste em ações coletivas de orientação nutricional com temáticas previamente definidas. Podem acontecer no formato presencial ou online. A construção coletiva dessas atividades permite a construção do conhecimento com a interação e troca mútua entre os participantes. O tempo de duração é variável para cada tema.

Estratégias de Educação Alimentar e Nutricional nos RUs

Consiste na realização de campanhas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), a serem executadas nos ambientes dos restaurantes universitários. As campanhas são divididas em duas linhas: material gráfico temático exposto nos murais dos RUs e intervenções com dinâmicas participativas, buscando promover reflexões sobre alimentação e nutrição nos usuários dos RUs.

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
--	--

Serviços identificados nos sites das universidades federais pesquisadas

Programa de Apoio Pedagógico e/ou Psicossocial

O Programa de Acompanhamento Pedagógico e/ou Psicossocial (PAPP) consiste no suporte pedagógico aos estudantes dos cursos de graduação que apresentem dificuldades de aprendizagem, contribuindo para a redução dos índices de retenção e evasão, melhorando o desempenho acadêmico discente.

O PAPP se apresenta nos seguintes instrumentos:

1. Programa de Monitorias: é um programa efetivado através de Projetos de Monitoria de Ensino, envolvendo docentes e discentes, na condição de orientadores e monitores;
2. Planos de Acompanhamento: consistem em intervenções coordenadas pelo SAE dos campi, com o apoio de profissionais docentes e/ou técnicos administrativos de outros setores da Instituição, no intuito de melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes;
3. Projetos de Inclusão Digital: consistem em ações de capacitação de estudantes para a utilização de meios digitais, disponibilização de Laboratórios de Informática em funcionamento nos campi da UFFS e serviço de empréstimo de notebook, realizado nas Bibliotecas dos campi;
4. Ações Psicopedagógicas: visam a redução dos índices de retenção e evasão e melhorando o desempenho acadêmico discente;
5. Programa de Tutoria Acadêmica: é um programa efetivado por meio de projetos, que tem por finalidade fomentar ações que auxiliem na aprendizagem e no desenvolvimento de atividades acadêmicas dos estudantes da graduação.

Programa de Promoção à Saúde do Estudante

O Programa de Promoção à Saúde do Estudante (PPSE) consiste na mediação do acesso da comunidade estudantil aos serviços de saúde, às informações e encaminhamentos necessários e à promoção de saúde junto aos estudantes da UFFS de acordo com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e com o PNAES. Este programa deverá buscar a construção de uma relação de aproximação com as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social de forma a possibilitar o encaminhamento do discente que necessitar de serviços básicos e/ou um acompanhamento mais prolongado ou especializado ao SUS e ao Sistema Único de Assistência Social, e destina-se a todos os estudantes regularmente matriculados na UFFS.

O PPSE pode ser estruturado por ações nos seguintes eixos/áreas:

1. Perspectiva da educação para os direitos, em específico para o direito à saúde, visando o acesso ao Cartão Nacional de Saúde e às unidades de atendimento, bem como às noções básicas relativas ao Sistema Único de Saúde;
2. Promoção e prevenção que atendam a saúde na sua concepção de completo bem-estar físico, mental e;
3. Promoção e prevenção que atendam demandas relacionadas à saúde no conjunto das relações sociais vividas e estabelecidas no cotidiano do espaço universitário, bem como às parcerias estabelecidas entre a Universidade e a comunidade;

4. Orientação e auxílio para encaminhamento aos serviços oferecidos no âmbito da UFFS e na abrangência da comunidade universitária, principalmente nas áreas de saúde e assistência social;

5. Acolhimento e acompanhamento social e psicológico aos estudantes pelas equipes dos SAEs.

Programa de Alimentação e Nutrição

O Programa de Alimentação e Nutrição (PAN) consiste no apoio a melhores condições de alimentação, nutrição e saúde dos estudantes, por meio de repasse de recursos financeiros para acesso e aquisição de alimentos, oferta de refeições de qualidade a preços módicos nos serviços de alimentação da instituição e estímulo a adoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis. O PAN também compreende a administração dos Restaurantes Universitários (RU) e a contratação das empresas para atuar nas cantinas da UFFS, visando fornecer refeições saudáveis e com qualidade nutricional a preços acessíveis.

Programa de Ações Afirmativas

O Programa de Ações Afirmativas (PAA) tem como finalidade combater, no ambiente universitário, as desigualdades e as discriminações étnicas, raciais e sociais em razão da deficiência, de gênero e sexualidade e outras historicamente enraizadas na sociedade brasileira, com o objetivo de garantir o pleno acesso e permanência à educação superior.

O PAA é constituído por ações planejadas e/ou estruturadas a partir dos seguintes eixos:

1. O eixo de Inclusão e Acessibilidade: consiste no acompanhamento e atendimento ao estudante com deficiência e é operacionalizado pelos Setores de Acessibilidade de cada campus, com apoio e orientação da Divisão de Acessibilidade e dos Núcleos de Apoio Pedagógico Institucional (NAP).

2. O eixo Diferenças Étnicas e Socioculturais: ações de acompanhamento dos estudantes pertencentes aos diferentes grupos étnicos, especialmente aqueles discriminados historicamente, como negros, indígenas, quilombolas e demais grupos que são alvo de algum tipo de discriminação, tais como estrangeiros em situação de vulnerabilidade, público LGBTQ+ e mulheres, promovendo o acolhimento e protagonismo no processo de ensino-aprendizagem.

Programa de Esporte e Lazer

O Programa de Esporte e Lazer (PEL) consiste na promoção de atividades esportivas e de ações integradoras e interculturais com a comunidade universitária, visando incentivar uma vida saudável aos universitários. Este Programa é vinculado à PROAE e operacionalizado pelos SAE de cada campus, contando com o apoio dos Centros Acadêmicos (CA) e/ou Diretórios Acadêmicos (DA), DCE e Associações Atléticas Acadêmicas (AAA), e destina-se a todos os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação.

Programa de Cultura e Arte

O Programa Cultura e Arte (PCA) consiste na promoção de ações e práticas e/ou manifestações culturais e artísticas com a comunidade universitária, visando estimular/desenvolver a cultura na UFFS, e se destina a todos os estudantes regularmente matriculados em cursos da UFFS. Este Programa é vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), em parceria com a PROAE.

APÊNDICE 05

AUXÍLIO MONETÁRIO PRESENTES NAS UNIVERSIDADES PESQUISADAS

Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
--------	---

Auxílio monetário presentes nas universidades pesquisadas

Auxílio Transporte: na forma de créditos mensais via cartão magnético do transporte coletivo urbano (dois VT por aluno por dia letivo) OU subsídio financeiro transporte - 300 vagas.

Auxílio Creche: subvenção financeira, com repasse mensal, destinada ao discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e que tenha filho na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses.

R\$300,00 (trezentos reais) mensais .

Auxílio Subsídio Moradia: Esta modalidade permite que os discentes aluguem imóvel e formem pequenas repúblicas estudantis. Os beneficiários deste auxílio também têm o compromisso mensal de comparecer à PRAE para assinar termo de recebimento do auxílio, sob pena de terem os auxílios suspensos ou cancelados. R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais.

Auxílio Instalação: única parcela de R\$500,00 (quinhentos reais) - adiscente que ingressar no auxílio Moradia modalidade Subsídio Financeiro

Auxílio Alimentação:

Modalidade Cartão Magnético (Nutricard): Nesta modalidade, o valor não gasto pelo discente não pode ser usado no mês seguinte. O cartão tem uma rede de comércio de alimentos conveniada onde o discente pode realizar compra de alimentos prontos ou in natura.

Modalidade Subsídio Financeiro: mediante depósito bancário ao discente, R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais.

02 processos de seleção:

1. Processo de seleção para auxílios estudantis destinado aos discentes BRASILEIROS
2. Processo de seleção para os auxílios estudantis de discentes NÃO BRASILEIROS

Paraná	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
--------	---------------------------------------

Auxílio monetário presentes nas universidades pesquisadas

Programa de Benefícios Econômicos para Manutenção (PROBEM) aos estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), composto por:

Bolsa Permanência – visa oferecer condições básicas para o custeio da vida acadêmica e possibilitar o desenvolvimento de atividades formativas que contribuam para a formação profissional, R\$400,00 mensais;

Auxílio Refeição – visa oferecer o acesso a refeições nos restaurantes universitários da UFPR, com subsídio integral do custo, isenção das taxas nas refeições feitas nos restaurantes universitários da universidade, 3 refeições por dia, 7 dias por semana;

Auxílio Moradia Estudantil – visa oferecer moradia aos estudantes que não residam na localidade em que seu curso é ofertado, R\$275,00 mensais.

Auxílio Creche - auxílio financeiro no valor de R\$ 200,00 mensais, destinado aos estudantes vinculados ao PROBEM que possuem filhos na faixa etária de 0 a 6 anos incompletos, devidamente matriculados em Centros de Educação Infantil particulares ou conveniados.

Auxílio à Mobilidade Acadêmica:

Visa o auxílio financeiro e apoio logístico aos estudantes interessados em vivenciar um período de estudos em outras instituições nacionais e internacionais de ensino superior, contribuindo para sua formação e enriquecimento acadêmico e social.

Apoio à Apresentação de Trabalhos:

Apoia financeiramente a participação de estudantes de graduação (regularmente matriculados na UFPR), que sejam autores ou coautores de trabalhos acadêmicos aprovados para apresentação em eventos de ensino, pesquisa ou extensão que ocorram em território nacional.

Apoio a eventos estudantis:

O Programa de Apoio a Eventos Estudantis destina-se a apoiar:

- 1) A realização de eventos estudantis organizados pelos estudantes de graduação através de suas entidades representativas. Os eventos podem ser de caráter didático-científico (semanas ou jornadas de cursos, congressos, simpósios, seminários, ciclos de conferências e outros similares), político-acadêmicos (encontros de estudantes e de entidades estudantis), eventos de natureza artístico-cultural (semana cultural, festival de cultura, entre outros), ou ainda, eventos esportivos (atleticas);

2) A participação dos estudantes de graduação em eventos estudantis que ocorram fora da sede (uso de veículos da frota oficial).

Paraná	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
--------	--

Auxílio monetário presentes nas universidades pesquisadas

Auxílio-alimentação: visa contribuir com as despesas decorrentes da alimentação do(a) estudante. A concessão do Auxílio Alimentação será prioritariamente na forma de crédito/autorização para refeição via Sistema do Restaurante Universitário (RU), correspondendo a almoço e/ou jantar, de segunda-feira a sexta-feira, e no sábado apenas para almoço (este último aplicado somente aos campi que fornecem alimentação aos sábados). O crédito/autorização para refeição deve ser utilizado exclusivamente pelo(a) estudante bolsista, não sendo válido para lanches ou qualquer outro tipo de consumo. Havendo ocasiões em que o RU não esteja em funcionamento, a concessão do Auxílio Alimentação será feita mediante depósito em conta bancária do(a) estudante contemplado(a) com esta modalidade de auxílio (almoço e/ou jantar), e terá como referência os valores de: R\$ 100,00 mensais para almoço e R\$ 100,00 mensais para jantar.

Auxílio-moradia: visa contribuir com as despesas decorrentes do aluguel do(a) Estudante da UTFPR, que, por ocasião do curso, necessita manter moradia fora do seu domicílio de origem, sendo concedido na forma de recurso financeiro, no montante de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais

Auxílio-básico: visa contribuir com os custos decorrentes de material didático, transporte, internet e demais despesas para estudar na UTFPR, sendo concedido na forma de recurso financeiro, no montante de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais.

Auxílio à Participação de Discente em Eventos: visa disponibilizar auxílio, nas modalidades pagamento da inscrição e/ou ajuda de custo com o deslocamento, alimentação e a estadia dos/as estudantes para participação em eventos técnico-científicos, olimpíadas de conhecimento, empresas juniores, culturais, esportivos, artísticos, concursos/competições e extracurriculares, relacionados às áreas de formação dos seus respectivos cursos, de âmbito nacional e internacional.

Protagonismo Estudantil: visa selecionar estudantes dos cursos de graduação, técnicos e pós-graduação stricto sensu da UTFPR, que estejam cursando regularmente no mínimo uma disciplina, para bolsas de Protagonismo Estudantil, mediante a submissão de projeto atinente ao desenvolvimento de novas práticas que contribuam para uma cultura de engajamento e proatividade dos(as) estudantes dentro da UTFPR. O valor mensal da bolsa concedida aos estudantes será de R\$450,00 (quatrocentos reais), durante 4 (quatro) meses.

Qualidade de vida: constitui-se na expressão que indica as condições de vida de um ser humano, que envolve várias áreas, como o bem físico, mental, psicológico e emocional, relacionamentos sociais, como família e amigos, e também saúde, educação e outros parâmetros que afetam a vida humana. Esta ação proporciona bolsas aos projetos propostos pelas áreas estudantis voltados à melhoria da qualidade de vida em cada campus da UTFPR, por meio de edital anual. Não foi possível identificar edital e valores das bolsas.

Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
----------------	---

Auxílio monetário presentes nas universidades pesquisadas

Auxílio Creche:

O Auxílio Creche é um benefício concedido aos estudantes com vulnerabilidade econômica, com intuito de estimular sua permanência na Universidade. Para ter direito a este auxílio, o/a aluna deve possuir guarda e responsabilidade legal de crianças com idade de zero a 6(seis) anos de idade. O valor do Auxílio Creche poderá ser parcial, no valor de até R\$ 448,00 (quatrocentos e quarenta e oito reais) ou integral, no valor de até R\$ 771,00 (setecentos e setenta e um reais). O auxílio referente ao Programa Auxílio Creche destina-se exclusivamente para o pagamento de mensalidades de prestação de serviços educativos de Instituições Educacionais

Auxílio Moradia:

O Programa Auxílio Moradia é um auxílio pecuniário com o objetivo de custear parcialmente os gastos com aluguel, proporcionando melhores condições para a permanência estudantil na universidade. O valor mensal será de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Moradia Estudantil - Campus Florianópolis

Os/as estudantes selecionados para a Moradia Estudantil e que já recebem o Auxílio-Moradia deverão optar por um dos dois Programas. Disponíveis: 01 (uma) vaga destinada a estudante do sexo masculino e 01 (uma) vaga para pessoa com deficiência; 01 (uma) vaga destinada a estudante do sexo feminino e 01(uma) para pessoa com deficiência. Para a permanência do/a estudante na Moradia Estudantil, este/a deve obter 100% de frequência nas disciplinas cursadas.

Bolsa Estudantil:

Tem o objetivo de proporcionar auxílio financeiro para a permanência dos estudantes dos cursos de graduação presencial da Universidade Federal de Santa Catarina, oriundos de famílias com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo per capita. O valor mensal será de R\$ 728,20 (setecentos e vinte e oito reais e vinte centavos).

Isenção Alimentação:

Os estudantes com cadastro socioeconômico aprovado pela Coordenadoria de Assistência Estudantil podem requerer isenção de alimentação no Restaurante Universitário.

Apoio à Apresentação de Trabalhos Científicos (Modalidade Presencial e a Distância):

Destinado a oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para apresentação de trabalhos científicos em eventos de caráter acadêmico-científico no país e no exterior, objetivando fomentar a produção científica na graduação, a oportunidade de divulgação de pesquisas realizadas por graduandos e a interação destes com os pares e o ambiente acadêmico de outras instituições.

Apoio à Participação Coletiva em Eventos:

Destinado a oferecer apoio à participação em eventos de caráter acadêmico-científico, de representação de entidade/institucional ou visitas técnicas quando houver interesse de pluralidade de estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para um mesmo evento.

Apoio à Realização de Eventos Acadêmicos:

Tem como objetivo oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na realização de eventos estudantis dos diferentes Cursos de Graduação da UFSC.

Programa de Assistência Estudantil para Estudantes Indígenas e Quilombolas (PAIO):

Visa proporcionar auxílio financeiro aos estudantes indígenas e quilombolas dos cursos de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, devidamente comprovada, para a sua permanência na Universidade. A bolsa PAIQ será no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), que será pago mensalmente.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)
-------------------	--

Auxílio monetário presentes nas universidades pesquisadas

Auxílio-permanência: auxílio financeiro para estudantes com renda familiar per capita de até 1 (um) salário-mínimo nacional. Tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em elevada situação de vulnerabilidade socioeconômica. Valor: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais

Auxílio-transporte: Apoio financeiro mensal a estudantes residentes em Porto Alegre para o deslocamento em transporte coletivo entre a residência do estudante até a UFCSPA igual ou superior a 3,0km. Valores: AT parcial – R\$ 72,00 (Setenta e dois reais)

Auxílio-alimentação: subsídio para necessidade de alimentação da ou do estudante. Visa contribuir para a permanência e desempenho dos estudantes nos cursos matriculados e viabilizar recursos para que os mesmos possam ter hábitos alimentares mais saudáveis. Valor: R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
-------------------	---

Auxílio monetário presentes nas universidades pesquisadas

Programa de Auxílio Alimentação (PAA)

- Modalidade Parcial: uma refeição por dia (almoço ou janta), destinada a estudantes com Renda Per Capita de até 1,5 salário mínimo;

- Modalidade Integral: duas refeições por dia (almoço e janta), destinada a estudantes com Renda Per Capita de até 1 salário mínimo;

Estudantes contemplados na Modalidade Integral poderão solicitar o acesso às seguintes refeições complementares, caso atendam ao respectivos critérios:

a) Desjejum: refeição diária, destinada a estudantes de elevada vulnerabilidade social, com Renda Per Capita inferior a 2/3 do salário mínimo;

b) Ceia: lanche diário, destinado a estudantes de elevada vulnerabilidade social, com Renda Per Capita inferior a 2/3 do salário mínimo

Programa de Auxílio Transporte (PAT)

O Programa de Auxílio Transporte tem por objetivo subsidiar o transporte de estudantes dos Cursos de Graduação da UFPel, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, reduzindo os índices de evasão e melhorando o

desempenho acadêmico

O benefício consistirá no fornecimento de créditos convertíveis em acesso ao transporte urbano da cidade de Pelotas.

O Programa de Auxílio Transporte fornecerá, no mínimo, dois créditos diários, compreendendo ida e volta. Os créditos serão concedidos somente se a distância mínima entre o local de moradia do(a) estudante e o local onde desenvolverá suas atividades acadêmicas for igual ou superior a 800m (oitocentos metros).

Programa de Auxílio Deslocamento (PAD)

O objetivo do Programa de Auxílio Deslocamento é subsidiar o transporte aos(as) estudantes da UFPel em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos(as) de outros municípios da região sul do Estado do Rio Grande do Sul.

O benefício consistirá no pagamento de valor fixo, conforme estabelecido em tabela anexa, mensalmente (tabela não se encontra anexa à Resolução nº 22 do COCEPE, de 22 de dezembro de 2021).

Programa de Auxílio Pré-Escolar (PAPE)

O Programa Auxílio Pré-Escolar tem por objetivo garantir a permanência dos(as) estudantes de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através de custeio de parte de suas despesas relativas à educação e cuidados com dependentes legais, na faixa etária de 0 a 6 anos incompletos (5 anos, 11 meses e 29 dias).

O benefício consistirá em pagamento mensal de valor não superior a 30% do salário mínimo nacional vigente.

Programa de Auxílio Instrumental Odontológico (PAIO)

O Programa Auxílio Instrumental Odontológico tem por objetivo disponibilizar um kit de instrumentais odontológicos aos alunos do Curso de Odontologia da UFPEL, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na perspectiva de reduzir os índices de evasão e melhorar o desempenho acadêmico.

O aluno beneficiado receberá Instrumental Odontológico no período que iniciar as aulas práticas.

Programa de Auxílio Moradia (PAM)

O Programa de Auxílio Moradia tem por objetivo auxiliar no custeio de alojamento a acadêmicos(as) preferencialmente de fora da cidade de Pelotas e que tenham comprovada situação de vulnerabilidade social quando esgotadas as vagas na Moradia Estudantil (Casa do Estudante Universitário). Este Programa se insere em uma proposta de assistência psicológica, social e pedagógica e visa atender estudantes, vinculados à UFPel, contribuindo para a sua formação integral e com a finalidade de melhorar o desempenho acadêmico e prevenir a evasão, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES

O benefício consistirá no pagamento de valor fixo, mensalmente. O valor do benefício será definido por ato da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. (valor não se encontrado no site oficial da UFPEL)

Programa de Moradia Estudantil (PME)

O Programa de Moradia Estudantil tem por objetivo prover alojamento a acadêmicos, preferencialmente de fora da cidade em que estão estudando, e que tenham comprovada situação de vulnerabilidade social. Este Programa se insere em uma proposta de assistência psicológica, social e pedagógica e visa atender estudantes, vinculados à UFPel, contribuindo para a sua formação integral e com a finalidade de melhorar o desempenho acadêmico e prevenir a evasão.

O Programa de Moradia Estudantil da UFPel será implementado nas seguintes modalidades:

- Moradia provisória: vaga temporária na Moradia Estudantil ou moradia específica, visando acolher aos estudantes da universidade.

- Vaga na Casa do Estudante Universitário: tem o objetivo de proporcionar espaço de acolhimento e moradia temporário e gratuito aos acadêmicos desta instituição, que apresentem comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e preferencialmente provenham de regiões externas à cidade-sede.

O PME corresponde a vaga na Casa do Estudante Universitário (CEU) da UFPel. Atualmente, a UFPel conta com uma Casa do Estudante Universitário (CEU) que acolhe até 300 moradores.

Passê Livre Estadual

A UFPel está autorizada pela Metroplan para a realização do cadastro estudantil para o acesso ao passê livre.

Bolsas de Desenvolvimento Institucional

As Bolsas de Desenvolvimento Institucional têm objetivo de implementar programa de bolsas no âmbito da administração da UFPel, de modo a contemplar objetivos e ações estratégicas da instituição, conforme estabelecidos no PDI, além de possibilitar a iniciação ao trabalho técnico profissional nas atividades da gestão administrativa aos discentes de graduação na UFPel.

As Bolsas de Desenvolvimento Institucional devem, além de atender as políticas institucionais do setor ao qual é vinculado, estar necessariamente vinculadas aos Objetivos Estratégicos, Objetivos Específicos e Ações do Plano de Desenvolvimento Institucional vigente da UFPel.

O PDI da UFPel, com vigência 2022-2026, está alicerçado nos demais documentos fundamentais da Universidade – Estatuto, Regimento e o Plano Pedagógico Institucional e orienta as ações administrativas da UFPel para os princípios da administração pública, do compromisso com a democracia, da natureza pública e gratuita da instituição,

da indissociabilidade acadêmica e com atenção aos interesses da coletividade e da região.

O PDI tem sido base para o planejamento organizacional, desenvolvimento de ações e monitoramento dos resultados e metas administrativas da UFPel.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
-------------------	--

Auxílio monetário presentes nas universidades pesquisadas

A Assistência Estudantil da UFSM é financiada com recursos próprios e conta também com verba oriunda do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto 7234/2010.

O que é o Benefício Socioeconômico (BSE)?

O Programa de BSE é a porta de entrada da Assistência Estudantil da UFSM, executada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), para estudantes em situação de vulnerabilidade social. As ações desenvolvidas visam possibilitar condições de ingresso e permanência destes estudantes na Instituição.

Através da inclusão no Programa de BSE, os estudantes podem acessar editais específicos para:

Moradia estudantil na Casa do Estudante Universitário (CEU);

Restaurante Universitário (RU);

Bolsa transporte (ônibus urbano municipal);

Auxílio para aquisição de materiais pedagógicos, entre outros.

Podem solicitar BSE os estudantes com matrícula ativa em curso presencial, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Auxílio Material Pedagógico

O Auxílio para a Aquisição de Materiais Pedagógicos objetiva possibilitar aos estudantes com Benefício Socioeconômico ativo e não provisório acesso aos recursos financeiros para aquisição de materiais pedagógicos indicados para as atividades acadêmico-científicas previstas nas disciplinas curriculares.

O objetivo do auxílio é proporcionar o alcance do desempenho acadêmico e a permanência do/a discente durante o tempo regular do curso.

Tem como regramento a Resolução Nº 035/2013 e pode ser solicitado, exclusivamente, por alunos de graduação presencial com Benefício Socioeconômico (BSE) ativo, que necessitam de materiais indispensáveis à realização de disciplinas nas quais estejam vinculados no semestre corrente.

O Auxílio-pedagógico deve ser solicitado no início de cada SEMESTRE em período específico previsto no Calendário Acadêmico e respectivo edital da PRAE, o qual conterà os critérios e procedimentos necessários para a solicitação do Auxílio.

O valor do auxílio recebido pelo/a estudante muitas vezes será menor do que o valor solicitado no formulário de solicitação, visto que há uma grande demanda deste auxílio e poucos recursos disponíveis. Os critérios para a definição do valor a ser recebido serão:

- a) análise da coordenação do curso do/a estudante;
- b) semestre e disciplinas que o/a estudante está cursando;
- c) os valores de mercado dos itens solicitados;
- d) disponibilidade orçamentária e financeira da PRAE;
- e) renda per capita.
- f) curso de graduação do aluno

O pagamento do Auxílio à Aquisição de Materiais Pedagógicos será efetuado, em uma única vez, para cada semestre letivo.

Auxílio Formação Estudantil

O Auxílio Formação Estudantil tem como objetivo auxiliar os alunos na participação em ações e eventos que visem a formação estudantil integral e interdisciplinar, exclusivamente aos estudantes de graduação, modalidade presencial, vinculados ao Diretório Central dos Estudantes, aos Diretórios Acadêmicos e às Casas dos Estudantes Universitários, limitadas às disponibilidades de recursos orçamentários.

Poderão ser solicitadas no MÁXIMO 25 BOLSAS POR EVENTO PARA CADA ÓRGÃO ESTUDANTIL, respeitados os limites de bolsas totais deste Edital.

O valor do pagamento da Bolsa Formação Estudantil corresponderá à Bolsa PRAE e poderão ser concedidas, conforme disponibilidade orçamentária e financeira da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

- a) Uma Bolsa para eventos fora da sede do curso do aluno e dentro do Estado do Rio Grande do Sul: VALOR TOTAL DE R\$ 250,00;
- b) Duas Bolsas para eventos fora do Estado do Rio Grande do Sul e dentro do País: VALOR TOTAL DE R\$ 500,00;
- c) Três Bolsas para eventos fora do País: VALOR TOTAL DE R\$ 750,00.

O pagamento da Bolsa Formação Estudantil será devido mensalmente, no limite de (05) BOLSAS Formação no semestre por aluno e no MÁXIMO 25 BOLSAS POR EVENTO PARA CADA ÓRGÃO ESTUDANTIL, respeitados os limites de bolsas totais deste Edital.

Auxílio Transporte

O Auxílio Transporte pode ser solicitado por alunos com Benefício Socioeconômico (BSE) ativo, que necessitam de transporte para deslocar-se de sua residência até a UFSM. A UFSM subsidia em 50% o custo da passagem do transporte coletivo urbano. A Bolsa Transporte deve ser solicitada no início de cada SEMESTRE em período específico previsto no Calendário Acadêmico e respectivo edital da PRAE, o qual conterà os critérios e procedimentos necessários para a solicitação do Auxílio.

O Auxílio Transporte subsidiará o montante de 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem estudantil urbana intramunicipal, considerando o trajeto de ida e volta, pelos 100 (cem) dias letivos previstos para o semestre.

Casa do Estudante Universitário (CEU)

A Casa do Estudante Universitário (CEU) é uma das ações do Programa de Assistência Estudantil da UFSM, que objetiva apoiar a permanência de estudantes de baixa, renda regularmente matriculados nos cursos presenciais da instituição, não residentes no município em que se localiza a casa do estudante, e com Benefício Socioeconômico (BSE) Ativo pelo setor de BSE da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, sendo eles graduandos, pós-graduandos, dos ensinos médio/técnico ou tecnológico.

Na UFSM, existem seis casas destinadas a essa finalidade. Na cidade de Santa Maria, são quatro unidades: duas para estudantes de graduação, médio-técnico (CEU's I e II – onde um bloco é destinado para estudantes menores de 18 anos), uma para estudantes de pós-graduação (CEU III) e uma para estudantes indígenas (CEU indígena). Já nos Campi fora de sede são duas unidades, uma em Frederico Westphalen e uma em Palmeira das Missões.

As casas dos estudantes contam com uma organização estudantil por meio das direções de casa que são compostas e eleitas pelos próprios moradores. As direções de casa tem por finalidade mediar as demandas da casa do estudante junto a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

Para ter acesso à casa do estudante universitário (CEU), além de ter o Benefício Socioeconômico (BSE) ativado, através do setor de análise de benefício socioeconômico da PRAE, e não possuir grupo familiar residente/ou com imóvel residencial no município em que se localiza a CEU, também é preciso se inscrever em Edital de processo seletivo para a moradia estudantil. O procedimento de seleção e ingresso via edital, que já acontecia no Campus de Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e na CEU III (pós-graduação), também foi implementado, a partir do primeiro semestre de 2022, nas CEU's I e II. O ingresso dos estudantes via edital foi discutido e organizado juntamente às direções de casa (CEU I e II) e diretório central dos estudantes (DCE) em atendimento ao Art. 6º da Resolução N. 025/2014. Os editais de processo seletivo para a casa do estudante universitário em cada Campus são publicados conforme cronograma próprio.

Benefício Socioeconômico Indígena

O Benefício Socioeconômico Indígena (BSI) é a porta de entrada da Assistência Estudantil da UFSM, executada pela Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), para estudantes indígenas em situação de vulnerabilidade social. As ações desenvolvidas visam possibilitar condições de ingresso e permanência destes estudantes na Instituição.

Incentivo à Orquestra Sinfônica da UFSM

Como incentivo à cultura, a PRAE realiza o cadastro do discente e respectivo pagamento da Bolsa da Orquestra Sinfônica de Santa Maria, instituída pela Resolução N° 020/2014.

São bolsas mensais, pagas durante o período letivo. O pagamento do valor integral da bolsa está condicionado à frequência dos bolsistas nos ensaios e concertos, apurados pela Orquestra sinfônica da UFSM.

Restaurante Universitário

O Restaurante Universitário, órgão suplementar da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integra o Programa de Assistência Estudantil desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Os RUs oferecem aos alunos, servidores da UFSM e visitantes a possibilidade de realizar as três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar).

Bolsas BAE – Ensino, Pesquisa e Extensão

As Bolsas de Assistência ao Estudante (BAE) tem por finalidade contribuir para a implementação de atividades de ensino, pesquisa, extensão no âmbito da UFSM, para a formação do aluno e para o aperfeiçoamento da prática educativa, interrelacionando aluno, servidor, conteúdos e contexto sociocultural, conforme Resolução N° 026/95. Para a admissão e permanência nas Bolsas de Assistência ao Estudante o aluno deve, dentre outros.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
-------------------	--

Auxílio monetário presentes nas universidades pesquisadas

Programa de Apoio ao Ingressante

O Programa de Apoio ao Ingressante consiste na concessão de auxílio financeiro, de natureza eventual e provisória, aos estudantes ingressantes em cursos presenciais de graduação, provindos de localidades diversas à da cidade-sede da Unidade Acadêmica a que estejam vinculados, e que se encontram em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica.

Tem como objetivo oferecer condições de acesso, permanência na graduação presencial, para suprir as necessidades básicas no lapso temporal entre o ingresso do estudante na Universidade e a conclusão do processo seletivo de ingresso aos programas de assistência estudantil.

Programa de Alimentação Subsidiada

Auxílio Alimentação: Auxílio financeiro que objetiva contribuir com as despesas provenientes da necessidade de refeição diária do estudante, ofertado nos campi onde não houver Restaurante Universitário em funcionamento, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Alimentação Subsidiada: Nos campi onde estiver em funcionamento o Restaurante Universitário, os beneficiários do Plano de Permanência poderão acessar o Restaurante Universitário com o valor da refeição totalmente subsidiado pela Universidade.

Subsídio parcial de Alimentação: Destina-se ao custeio de uma parte do valor da refeição dos estudantes de graduação presencial da UNIPAMPA, independente da comprovação de renda, proporcionando acesso a uma refeição de qualidade, balanceada e de preço acessível.

Programa de Moradia Estudantil

Auxílio-Moradia: no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), visa contribuir com as despesas decorrentes de pagamento de aluguel ou similar, de discentes cuja residência seja externa ao município de seu Campus ou na zona rural e que necessitem fixar residência em região urbana no município onde está localizado o respectivo Campus.

Vaga na Moradia Estudantil: espaço de acolhimento e moradia, de caráter temporário e gratuito, aos acadêmicos que apresentem comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e provenham da zona rural ou de municípios externos ao do Campus.

Programa de Apoio ao Transporte:

Auxílio-Transporte: visa contribuir com despesas de transporte até o Campus e/ou para atividades acadêmicas regulares, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais).

Auxílio-Transporte Rural: visa contribuir com despesas de transporte para realização de atividades acadêmicas dos estudantes residentes na zona rural do município-sede do Campus a que estejam vinculados, e em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Programa de Auxílio Creche

Auxílio Creche: auxílio financeiro aos estudantes que tenham filhos em idade de zero até 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por filho.

A inscrição e a seleção de beneficiários do Plano de Permanência são regidas por editais específicos com publicação anual.

Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola – PAPIQ

Destinado os discentes indígenas aldeados ou moradores das comunidades quilombolas, regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da UNIPAMPA, permitindo acesso aos Programas de Alimentação Subsidiada, Programa de Moradia Estudantil, Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio-Creche, com o objetivo de oferecer condições de permanência na Instituição, até a admissibilidade do discente no Programa Bolsa de Permanência do Ministério da Educação – PBP/MEC.

Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE)

O Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE) tem como finalidade incentivar a participação dos estudantes, regularmente matriculados em cursos de graduação, em eventos presenciais acadêmicos, esportivos, culturais, científicos, tecnológicos e de formação complementar, com o objetivo de contribuir no desempenho acadêmico e na formação integral dos estudantes, em consonância com o Plano Institucional de Assistência Estudantil da UNIPAMPA.

Programa de Apoio Emergencial

O Programa de Apoio Emergencial é destinado ao discente que, ingressante ou não, esteja vivenciando uma situação emergencial, que acarrete condição de extrema vulnerabilidade socioeconômica e que coloque em risco a sua permanência na Universidade.

Assim, objetiva oferecer condições de permanência através do acesso imediato aos serviços ofertados pelos programas de assistência estudantil, quando não houver a possibilidade de deferimento em editais regulares.

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
-------------------	---

Auxílio monetário presentes nas universidades pesquisadas

Auxílio Alimentação Pecuniário: Nos campi de São Lourenço do Sul (SLS), Santa Vitória do Palmar (SVP) e Santo Antônio da Patrulha (SAP), o auxílio alimentação será pecuniário, mensal, durante o período letivo, no valor de R\$ 300,00. (Precisam realizar prestação de contas).

Demais campi: Alimentação no RU

Valores/subsídios:

ESTUDANTES

Desconto integral: estudante não paga

Desconto parcial: estudante paga R\$ 1.50

Desconto universal: estudante paga R\$ 3.00

Café da manhã: R\$ 7,69

Auxílio Moradia Pecuniário: Onde não há Casa do Estudante Universitário (CEU) ou vaga disponível, o benefício será concedido em forma de auxílio financeiro mensal.

Demais campi: Estudantes concorrem a uma vaga na casa do estudante universitário

Auxílio Transporte Pecuniário: Nos campi de São Lourenço do Sul (SLS), Santa Vitória do Palmar (SVP) e Santo Antônio da Patrulha (SAP), o auxílio transporte será pecuniário, mensal, no período letivo, no valor de R\$ 150,00. Para a concessão de tal auxílio nos campi fora de sede (SLS, SVP e SAP) os/as estudantes, obrigatoriamente, deverão assinar um termo de responsabilidade para a devida utilização do recurso. Para a manutenção do auxílio, declarar, a cada trimestre, que utiliza o auxílio para o fim a que se destina.

Auxílio Permanência: Visa contemplar com auxílio financeiro mensal, no período letivo, estudantes que apresentem situação de vulnerabilidade socioeconômica, devidamente comprovada. Para a concessão do auxílio permanência em todos os campi os/as estudantes, obrigatoriamente, deverão assinar um termo de compromisso. Para a manutenção do auxílio, assinar uma ata de frequência, a cada três meses, com a PRAE.

Auxílio Infância: Visa apoiar as condições de permanência e formação acadêmica de estudantes regularmente matriculados na FURG, que sejam responsáveis legais de seus filhos, por meio de auxílio pecuniário, na expectativa de viabilizar a igualdade de oportunidades, de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e de prevenir situações de retenção e evasão derivados da maternidade ou paternidade, conforme dispõe o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES (Decreto N° 7.234, de 19 de julho de 2010).

Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
-------------------	---

Auxílio monetário presentes nas universidades pesquisadas

Na UFRGS os estudantes podem solicitar benefícios de acordo com o seu perfil, sendo eles:

Estudantes que ingressaram por cota de renda inferior (L1/L2/L9/L10)

Estudantes que ingressaram sem restrições de renda (AC/L3/L4/L13/L14/Refugiado)

Estudantes que ingressaram através do Processo Seletivo Especial para Indígenas

Estudantes que ingressaram através de convênio de graduação (PEC-G)

Estudantes de outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras que sejam beneficiários PNAES na IFES de origem (mobilidade acadêmica)

Estudantes que se auto declarem quilombola

Porém, de modo geral, a universidade oferece os seguintes auxílios:

Restaurante Universitário: alunos beneficiários PRAE têm direito à isenção do pagamento das refeições nos Restaurantes Universitários. Todos os beneficiários têm direito ao almoço e à janta de segunda-feira à sexta-feira, e os moradores das Casas dos Estudante têm direito ao café da manhã.

a) Restaurante Universitário (RU): na forma de até três refeições diárias - café da manhã, almoço e jantar – de segunda a sexta-feira, com isenção de custo, sendo o café da manhã exclusivo para estudantes moradores das Casas de Estudantes da UFRGS;

b) Auxílio Alimentação Final de Semana: auxílio financeiro no valor de R\$200,00 mensais exclusivo para moradores das Casas de Estudantes da UFRGS e para usuários do Auxílio Moradia;

c) Auxílio Extraordinário: no valor de R\$30,00 por dia, em forma de ressarcimento, caso ocorra interrupção dos RUs por razões técnicas ou de manutenção, nas seguintes circunstâncias:

i. Para estudantes beneficiários moradores da CEU, CEUFRGS e CEI, se houver interrupção simultânea dos RUs 01 (Campus Centro) e 02 (Campus Saúde);

ii. Para estudantes beneficiários moradores da CEFVAV, se houver interrupção simultânea dos RUs 03 (Campus do Vale), 04 (Campus Agronomia) e 06 (Campus do Vale-Bloco IV);

iii. Para estudantes beneficiários do Auxílio Moradia Porto Alegre, se houver interrupção simultânea de todos os seis RUs dos campi de Porto Alegre;

iv. Para estudantes beneficiários do Auxílio Moradia Campus Litoral Norte, se houver interrupção do

RU-CLN.

Auxílio-Transporte: alunos beneficiários PRAE têm direito ao auxílio-financeiro mensal para custear parte das despesas do estudante com deslocamento para atividades acadêmicas regulares durante o período letivo. Os valores e critérios de concessão são:

- a) Para estudantes residentes no Município de Porto Alegre:
 - i. Valor equivalente a 25 passagens escolares, nos termos de 50% de isenção tarifária da passagem integral, de transporte coletivo (ônibus) de Porto Alegre para estudante matriculado em menos de 12 créditos;
 - ii. Valor equivalente a 50 passagens escolares, nos termos de 50% de isenção tarifária da passagem integral, de transporte coletivo (ônibus) de Porto Alegre para estudante matriculado em 12 créditos ou mais;
- b) Para estudantes residentes em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre e estudantes do Campus Litoral Norte (CLN):
 - i. Valor equivalente a 25 passagens integrais de transporte coletivo (ônibus) de Porto Alegre para estudante matriculado em menos de 12 créditos;
 - ii. Valor equivalente a 50 passagens integrais de transporte coletivo (ônibus) de Porto Alegre para estudante matriculado em 12 créditos ou mais.

Auxílio-Material de Ensino: o Programa de Benefícios PRAE fornece auxílio-financeiro semestral para custear parte das despesas do estudante com material de consumo para as atividades de ensino. É um auxílio financeiro semestral no valor integral de R\$180,00 para custear parte das despesas do estudante com material para as atividades de ensino. Os critérios para concessão são:

- a) 50% do valor integral do auxílio para estudante matriculado em menos de 12 créditos;
- b) 100% do valor integral do auxílio para estudante matriculado em 12 créditos ou mais.

Auxílio-Moradia Estudantil: o benefício de moradia estudantil é concedido em duas modalidades: vaga na Casa do Estudante Universitário ou Auxílio-Moradia temporário, com a finalidade de custear parte das despesas do estudante com moradia durante um ano.

a) Vaga na Casa do Estudante Universitário (CEU): A UFRGS possui quatro Casas do Estudante, localizadas em três campi distintos, totalizando mais de 550 vagas. Cada Casa possui processo seletivo independente, que são realizados semestralmente, cujo período de inscrição se inicia, geralmente, após o período de matrícula, já que a seleção é aberta somente aos estudantes matriculados na Universidade.

b) Auxílio-Moradia, no valor de R\$450,00 mensais para estudante contemplado anteriormente e com prestação de contas já aprovada ou para estudante que vier a ser contemplado em decorrência de quaisquer das situações previstas na Portaria Normativa nº 4511/2020, o qual deve prestar contas.

Auxílio-Creche: auxílio financeiro para custear parte das despesas do estudante como responsável legal por criança até a idade de 05 anos, 11 meses e 29 dias, no valor de R\$250,00 mensais por dependente, vedado o acúmulo no caso de ambos os pais serem estudantes beneficiários.

Auxílio-Extraordinário: a PRAE fornece auxílio-financeiro para alunos com alguma situação de vulnerabilidade extrema, grave ameaça ou risco que esteja interferindo na sua capacidade de participação nas atividades acadêmicas e que não tenha sido atendida pelos demais editais da PRAE em razão de fechamento dos prazos de inscrição.

Atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação e altas habilidades

- a) **Auxílio Tecnologia Assistiva:** auxílio financeiro, de parcela única, no valor máximo de R\$ 2.000,00.
- b) **Auxílio Transporte Acessível:** auxílio financeiro, de periodicidade mensal, no valor máximo de R\$ 1.000,00.

Bolsa Aperfeiçoamento Benefício: o aluno beneficiário PRAE pode ter uma experiência profissional, com contrapartida financeira, em nível técnico e administrativo desenvolvida nos setores da Universidade.

Auxílio-Eventos: os auxílios-financeiros concedidos pela PRAE são destinados a estudantes dos cursos de graduação da UFRGS que necessitam de apoio financeiro para poderem organizar ou participar de eventos extracurriculares de caráter acadêmico, esportivo ou cultural.

Outras bolsas:

Bolsa Aperfeiçoamento Benefício: destina-se aos beneficiários da PRAE, regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais da UFRGS. São atividades de apoio administrativo ou pedagógico, no âmbito das Unidades e da Administração Central da UFRGS. Valor: R\$ 400,00. Carga horária: 16 horas semanais

Bolsa Aperfeiçoamento: tem ampla concorrência e destina-se a todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFRGS. São atividades de apoio administrativo ou pedagógico, no âmbito das Unidades e da Administração Central da UFRGS. Valor: R\$ 400,00. Carga horária: 16 horas semanais

Bolsa de Informática: tem ampla concorrência e destina-se a todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFRGS. São serviços de apoio em TI no âmbito das Unidades e da Administração Central da UFRGS. Valor: R\$ 530,00. Carga horária: 20 horas semanais.

Bolsa Extensão Benefício: Destina-se aos beneficiários PRAE regularmente matriculados nos cursos presenciais da UFRGS e possui regulamentação própria estabelecida pela Pró-Reitoria de Extensão.

Bolsa Iniciação Científica Benefício: Destina-se aos beneficiários PRAE regularmente matriculados nos cursos presenciais da UFRGS e possui regulamentação própria definida em edital pela Pró-Reitoria de Pesquisa.

Bolsa Ensino Benefício: destina-se aos beneficiários PRAE regularmente matriculados nos cursos presenciais da UFRGS e possui regulamentação própria definida em edital pela Pró-Reitoria de Graduação.

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
--	--

Auxílio monetário presentes nas universidades pesquisadas

Programa de Auxílios Socioeconômicos

Os auxílios socioeconômicos têm o objetivo de proporcionar auxílio financeiro aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando à igualdade de oportunidades e à melhoria do desempenho acadêmico como forma de prevenir e minimizar as situações de repetência e evasão que, muitas vezes, são decorrentes da situação financeira.

Os benefícios socioeconômicos constituem-se em:

Auxílio-moradia:

O Auxílio-moradia consiste no benefício financeiro, pago em pecúnia, com periodicidade de desembolso mensal, destinado a auxiliar o estudante na cobertura de despesas com locação e gastos relacionados à moradia.

	Faixa I (IVS de 1 a 150)	Faixa II (IVS de 151 a 300)	Faixa III (IVS de 301 a 400)	Faixa IV (IVS de 401 a 500)	Faixa V (IVS de 501 a 1000)
Auxílio-moradia	R\$ 270,00	R\$ 255,00	R\$ 250,00	R\$ 215,00	R\$ 120,00

Os auxílios podem ser acumulados até o teto de R\$ 810,00 (oito centos e dez reais).

Auxílio-transporte:

O Auxílio-transporte consiste no benefício financeiro, pago em pecúnia, com periodicidade de desembolso mensal, destinado à complementação de despesa com deslocamento do estudante do local de moradia ou trabalho até a sede dos campi da UFFS para realização das aulas e atividades presenciais.

	Faixa I (IVS de 1 a 150)	Faixa II (IVS de 151 a 300)	Faixa III (IVS de 301 a 400)	Faixa IV (IVS de 401 a 500)	Faixa V (IVS de 501 a 1000)
Auxílio-transporte 1	R\$ 65,00	R\$ 60,00	R\$ 55,00	R\$ 45,00	R\$ 40,00
Auxílio-transporte 2	R\$ 110,00	R\$ 95,00	R\$ 90,00	R\$ 65,00	R\$ 55,00

Auxílio-transporte 1: Destinado à complementação de despesa com deslocamento do estudante do local de moradia ou trabalho até a sede dos campi da UFFS para realização das aulas e atividades presenciais. Direcionado a estudantes que possuem gastos com transporte público ou locado, particular ou compartilhado em função das atividades acadêmicas. No caso de gastos com transporte público ou locado, desde que o valor não ultrapasse 10% do salário-mínimo nacional. No caso de gastos com utilização de transporte próprio ou compartilhado, desde que não haja transporte público ou locado que atenda a necessidade de deslocamento do acadêmico até a Universidade.

Auxílio-transporte 2: Destinado à complementação de despesa com deslocamento do estudante do local de moradia ou trabalho até a sede dos campi da UFFS para realização das aulas e atividades presenciais. Direcionado a estudantes que possuem gastos com transporte público ou locado para deslocamento em função das atividades acadêmicas, cujo valor mensal ultrapasse 10% do salário-mínimo nacional.

Os auxílios podem ser acumulados até o teto de R\$ 810,00 (oito centos e dez reais).

Auxílio-alimentação

O Auxílio-alimentação consiste no benefício financeiro, pago em pecúnia, com periodicidade de desembolso mensal, destinado a complementação de despesa com alimentação, seja nos Restaurantes Universitários e/ou Cantinas dos campi da UFFS, seja na aquisição de alimentos.

	Faixa I (IVS de 1 a 150)	Faixa II (IVS de 151 a 300)	Faixa III (IVS de 301 a 400)	Faixa IV (IVS de 401 a 500)	Faixa V (IVS de 501 a 1000)
Auxílio-alimentação 1	R\$ 120,00	R\$ 115,00	R\$ 110,00	R\$ 80,00	R\$ 60,00

Auxílio-alimentação 2	R\$ 145,00	R\$ 140,00	R\$ 135,00	R\$ 100,00	R\$ 80,00
-----------------------	------------	------------	------------	------------	-----------

Auxílio-alimentação 1: Destinado a complementação de despesa com alimentação. Direcionado a estudantes matriculados em curso de graduação da UFFS ofertado em campus/localidade que possua restaurante universitário em funcionamento, ou outros sistemas de alimentação subsidiados.

Auxílio-alimentação 2: Destinado a complementação de despesa com alimentação. Direcionado a estudantes matriculados em curso de graduação da UFFS ofertado em campus/localidade que não possua restaurante universitário em funcionamento.

Os auxílios podem ser acumulados até o teto de R\$ 810,00 (oito centos e dez reais).

Auxílio-creche

O Auxílio-creche consiste no benefício financeiro, pago em pecúnia, com periodicidade de desembolso mensal, destinado a estudantes que tenham filho em idade pré-escolar (até completar 6 anos) para despesas com creche ou outras relacionadas aos cuidados com a guarda e a manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas.

	Faixa I (IVS de 1 a 150)	Faixa II (IVS de 151 a 300)	Faixa III (IVS de 301 a 400)	Faixa IV (IVS de 401 a 500)	Faixa V (IVS de 501 a 1000)
Auxílio-creche 1	R\$ 90,00	R\$ 80,00	R\$ 70,00	R\$ 60,00	R\$ 50,00
Auxílio-creche 2	R\$ 150,00	R\$ 135,00	R\$ 120,00	R\$ 110,00	R\$ 85,00

Auxílio-creche 1: Destinado à complementação de despesas com creche ou outras relacionadas aos cuidados com a guarda e a manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas. Direcionado a estudante responsável legal por uma criança com idade inferior a 6 anos, que resida no mesmo domicílio.

Auxílio-creche 2: Destinado à complementação de despesas com creche ou outras relacionadas aos cuidados com a guarda e a manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas. Direcionado a estudante responsável legal por mais de uma criança com idade inferior a 6 anos, que resida no mesmo domicílio.

Em caso de ambos os pais serem estudantes da UFFS e viverem juntos, apenas um terá direito ao recebimento do auxílio. Em caso de pais que não vivam juntos, o auxílio será concedido para aquele que detiver a guarda do dependente. Em caso de guarda compartilhada a mãe terá prioridade, salvo acordo formalizado entre as partes.

Os auxílios podem ser acumulados até o teto de R\$ 810,00 (oito centos e dez reais).

Auxílio estudantil

O auxílio estudantil consiste no benefício financeiro, pago em pecúnia, com periodicidade de desembolso mensal, destinado a contribuir no custeio de materiais didáticos e outras despesas gerais necessárias para desenvolvimento das atividades acadêmicas.

	Faixa I (IVS de 1 a 150)	Faixa II (IVS de 151 a 300)	Faixa III (IVS de 301 a 400)	Faixa IV (IVS de 401 a 500)	Faixa V (IVS de 501 a 1000)
Auxílio Estudantil	R\$ 135,00	R\$ 130,00	R\$ 120,00	R\$ 90,00	R\$ 50,00

Os auxílios podem ser acumulados até o teto de R\$ 810,00 (oito centos e dez reais).

Auxílio emergencial:

O Auxílio Emergencial consiste no incentivo financeiro, pago em pecúnia, com desembolso de até três parcelas, destinado a fortalecer as condições de frequência, permanência e êxito nas atividades acadêmicas no período letivo, aos estudantes que apresentem dificuldades socioeconômicas, de caráter emergencial e eventual, as quais agravam a situação de vulnerabilidade e colocam em risco a sua permanência na Universidade.

Auxílio-ingresso:

O Auxílio Ingresso consiste no benefício financeiro, pago em pecúnia, com desembolso de parcela única, destinado a fortalecer as condições de permanência nos momentos iniciais da vida universitária a estudante ingressante provindo de localidade diversa a do município-sede do respectivo campus da UFFS, e que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O Auxílio Ingresso será pago em uma única parcela de R\$ 300,00, de acordo com a disponibilidade orçamentária da UFFS.

Auxílio APPIQ:

O Auxílio Permanência a Povos Indígenas e/ou Quilombolas (APPIQ) é destinado aos estudantes indígenas ou quilombolas, com matrícula ativa em curso de graduação na UFFS, que tenham sua situação indígena ou quilombola comprovada, no ingresso na UFFS ou pelo SAE, oriundos da rede pública de educação básica, ou que tenham cursado a

rede pública de ensino e completado seu ensino médio na modalidade EJA.

MODALIDADE DO AUXÍLIO	VALOR
Auxílio-alimentação 1	R\$ 120,00
Auxílio-alimentação 2	R\$ 220,00
Auxílio estudantil	R\$ 180,00
Auxílio moradia	R\$ 270,00
Auxílio-transporte 1	R\$ 65,00
Auxílio-transporte 2	R\$ 250,00
Auxílio-creche 1	R\$ 90,00
Auxílio-creche 2	R\$ 150,00

Os auxílios podem ser acumulados até o teto de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Auxílio-alimentação 1: Destinado a complementação de despesa com alimentação. Direcionado a estudantes matriculados em curso de graduação da UFFS ofertado em campus/localidade que possua restaurante universitário em funcionamento, ou outros sistemas de alimentação subsidiados.

Auxílio-alimentação 2: Destinado a complementação de despesa com alimentação. Direcionado a estudantes matriculados em curso de graduação da UFFS ofertado em campus/localidade que não possua restaurante universitário em funcionamento.

Auxílio estudantil: destinado a contribuir no custeio de materiais didáticos e outras despesas gerais necessárias para desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Auxílio moradia: destinado a estudantes que residem em imóvel alugado ou pensionato, em função do seu acesso, vínculo e/ou permanência à universidade.

Auxílio-transporte 1: destinado à complementação de despesa com deslocamento do estudante do local de moradia ou trabalho até a sede dos campi da UFFS para realização das aulas e atividades presenciais, desde que comprovados gastos com transporte público ou locado para deslocamento em função das atividades acadêmicas, cujo valor mensal não ultrapasse 10% do salário-mínimo, ou comprovar a utilização de transporte próprio ou compartilhado para deslocamento em função das atividades acadêmicas, devido à inexistência de transporte público ou locado que atenda a necessidade do estudante;

Auxílio-transporte 2: destinado à complementação de despesa com deslocamento do estudante do local de moradia ou trabalho até a sede dos campi da UFFS para realização das aulas e atividades presenciais, desde que comprovados gastos com transporte público ou locado para deslocamento em função das atividades acadêmicas, cujo valor mensal ultrapasse 10% do salário-mínimo.

Auxílio-creche 1: destinado à complementação de despesas com creche ou outras relacionadas aos cuidados com a guarda e a manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas. Direcionado a estudante responsável legal de criança com idade inferior a 6 anos, que resida no mesmo domicílio.

Auxílio-creche 2: destinado à complementação de despesas com creche ou outras relacionadas aos cuidados com a guarda e a manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas. Direcionado a estudante responsável legal de mais de uma criança com idade inferior a 6 anos, que resida no mesmo domicílio.

Auxílio Alternância

O Auxílio Alternância tem por objetivo fortalecer as condições de frequência, permanência e êxito nas atividades acadêmicas dos estudantes indígenas regularmente matriculados no curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, em regime de alternância, do campus Erechim, no ano letivo de 2022, por meio de oferta de auxílio financeiro destinado à complementação de despesa com deslocamento ou hospedagem do estudante no município sede de seu campus para a realização das atividades acadêmicas realizadas no “Tempo Universidade” de forma concentrada, contribuindo para o processo formativo destes estudantes e na redução dos índices de evasão. O Auxílio Ingresso será pago em duas parcelas parcela, que podem variar de R\$ 300,00 a R\$ 1.200,00, de acordo com a necessidade do estudante.

Auxílio PRONERA

O Auxílio PRONERA é destinado aos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação ofertados no âmbito do PRONERA (Programa Nacional de Educação para Áreas de Reforma Agrária), na UFFS, que tenham

realizado sua análise socioeconômica e que estejam com o cadastro ativo, com índice de vulnerabilidade socioeconômica (IVS) de até 1.000, matriculados em cursos de graduação ofertados no âmbito do PRONERA na UFFS. O auxílio é na oferta de auxílio financeiro destinado à complementação de despesa com deslocamento do estudante do local de moradia ou trabalho até o local de realização das aulas e atividades presenciais. O Auxílio-PRONERA é destinado a estudantes que residem a uma distância superior a 800 km do local das aulas de seu curso de graduação. O Auxílio-PRONERA será pago, mensalmente, no valor de R\$ 600,00.

Auxílio Participação Eventos Esportivos

O subsídio financeiro tem como objetivo fomentar a prática desportiva e a participação em competições de estudantes representando a UFFS, os quais requerem deslocamento para fora do município sede do seu campus.

Programa de Apoio a Eventos Acadêmicos

O Programa de Apoio a Eventos Acadêmicos (PAEA) consiste no apoio à participação dos estudantes de graduação regularmente matriculados ou das entidades estudantis reconhecidas pela UFFS em eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos, esportivos, culturais, de formação complementar e ao desenvolvimento dos planos de atividades previstos nos PPC dos cursos, que são oferecidos/realizados fora das dependências da UFFS, cujo desenvolvimento extrapole os horários de início e fim da jornada de aula dos respectivos turnos.

O PAEA será desenvolvido através de auxílio financeiro para subsidiar o pagamento de transporte, alimentação, hospedagem e/ou pagamento de inscrição em eventos. Este Programa é vinculado à PROGRAD e aos campi da UFFS.